

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES ORAIS V GRUPECI

EIXO TEMÁTICO 1: HISTÓRIA E CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

GRUPO DE ESTUDOS DA TRANSDISCIPLINARIDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE (GETIJ)

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Coordenador: Hugo Monteiro Ferreira

INDICADORES DA ADULTIZAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE O POSSÍVEL DESAPARECIMENTO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Cynthia Ferreira de Lira; Hugo Monteiro Ferreira

Este estudo está vinculado ao Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade, Infância e Juventude (GETIJ/UFRPE), apresentando excertos dos resultados da problemática a saber: Os indicadores da adultização infantil colaboram para o possível desaparecimento do sentimento de infância nas brincadeiras das crianças escolares? Temos como objetivo geral: investigar a presença dos indicadores da adultização infantil nas brincadeiras das crianças escolares e as suas contribuições para o desaparecimento da infância na contemporaneidade. Nossa investigação se preocupa com um fenômeno social contemporâneo nominado por adultização infantil. Para nós, pensar nesse fenômeno é o mesmo que pensar no possível desaparecimento do sentimento de infância, pois uma criança adultizada perde a naturalidade do "ser criança" e consequentemente, afasta-se da infância. A criança quando age como adulta, está à margem da proteção e dos cuidados específicos relativos à infância. A exigência de uma vida adulta antecipada desfavorece o direito da criança de viver a infância em sua plenitude. Os estudos em torno da adultização infantil apresentam, na Contemporaneidade, fortes indícios para o possível desaparecimento do sentimento de infância. A percepção de que as crianças estão regressando ao comportamento do Período Medieval, assemelhando-se cada vez mais ao comportamento dos adultos, materializa um leque de indicadores que comprovam a reprodução da vida adulta entre e pelas crianças. Para refletir esse fenômeno, foi preciso articular a história social da infância, relacionando o Período Medieval à Contemporaneidade. Fundamentando-nos em Ariès (2014), apresentamos a infância como um sentimento socialmente construído, estabelecendo as distinções entre criança e infância. A ausência de cuidados específicos para com as crianças as manteve desprotegidas no Período Medieval. O mundo das crianças e o mundo dos adultos foram separados na Modernidade. O "segredo" dos adultos passa a proteger as crianças das vivências de comportamentos precoces e alimenta a compreensão da diferenciação entre adultos e crianças. O sentimento de infância emerge na sociedade e com ele, os cuidados diferenciados para com as crianças. Indicadores da adultização infantil identificados na Contemporaneidade, favorecem ao afastamento da criança a não vivência da infância.

1

Entendemos a adultização infantil como uma forma de abandono tanto da criança quanto da infância. A criança é estimulada pelos indicadores ao abandono do sentimento de infância e o quanto antes for possível, forçosamente transfigura-se na imagem do adulto. Para realização desse estudo, observamos as brincadeiras das crianças matriculadas em uma instituição de ensino privado localizada na cidade do Recife, na faixa etária dos 4 e 5 anos de idade. Os seguintes aportes teóricos nos fundamentam: Elkind (2009), Winnicott (1982), Postman (2012), Filho (2012), Carrilho (2013), Ariés (2014), Santos (2009). De um ponto de vista metodológico, nossa pesquisa tem as seguintes características: é de natureza teórica e empírica, utiliza a abordagem qualitativa, uma metodologia amparada nos fundamentos da pesquisa, utilizando as seguintes técnicas de coleta de dados: entrevistas individuais/grupais e observação participante. Consideramos que a adultização influencia diretamente o possível desaparecimento do sentimento de infância e a sua não reflexão, colabora para a não garantia do direito de viver a infância pelas crianças. Palavras-chave: Adultização. Criança. Infância.

A MEDIAÇÃO DA LEITURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ATIVIDADE DE NATUREZA TRANSDISCIPLINAR PARA OS DIREITOS HUMANOS

Hugo Monteiro Ferreira; Nelma Menezes Soares de Azevêdo

Este trabalho é recorte de uma pesquisa desenvolvida no grupo de pesquisa GETIJ, e buscou investigar, através de pesquisa teórica e empírica, a mediação da leitura, tendo a literatura como suporte e gênero, na Educação Infantil, com vistas à verificação de como ocorre à promoção da discussão entre as crianças de temas que refletem questões relacionadas aos Direitos Humanos. Propomos, também, identificar algumas características da transdisciplinaridade presentes na mediação da leitura literária na Educação Infantil. A leitura literária, como espaço por excelência do diálogo e da reflexão, pode favorecer liberdade, respeito e dignidade, valores que prevalecem nos direitos da criança. Ao mediar uma atividade de leitura na Educação Infantil, o professor possibilita ao aluno compreender o que está sendo lido, permitindo que se aproxime de novas perspectivas ou opiniões. O homem não mais se satisfaz com ideias restritas, o que o leva a buscar sempre mais, ampliando a esfera do saber. A ideia de transdisciplinaridade pressupõe transpassar os limites colocados entre as disciplinas curriculares e a leitura literária, compreendida como uma atividade de natureza transdisciplinar, que congrega em si os três pilares que sustentam essa abordagem: complexidade, diferentes níveis de realidade e lógica do terceiro incluído, uma vez que o gênero literário, em função do seu alto grau de complexidade, não fragmenta os saberes que lhe são constituintes, em diversas partes, mas apresenta-os, como se fosse a vida real, conectados por eixos comuns a todos; quando mediada de modo coerente, possibilita discussões em sala de aula as quais fazem emergir problemáticas relacionadas aos Direitos Humanos, podendo fazer as crianças mais criativas, acolhedoras e críticas. Partindo dessa hipótese, acreditamos que desenvolver um trabalho transdisciplinar leva em conta o ser humano na sua totalidade, suas diferentes realidades, criando condições para atitudes flexíveis, de tolerância, respeito e reflexão sobre a vida. E a experiência da leitura literária nos permite descortinar outras formas de existência, abrir horizontes insuspeitados, refletir de forma significativa. Sendo assim, o presente texto procura explorar questões relacionadas à mediação da leitura

literária nas salas de Educação Infantil, baseada numa prática transdisciplinar. O corpus a ser analisado compõe-se de leituras literárias mediadas pela pesquisadora, sob a ótica transdisciplinar, realizado por meio da observação participante. Utilizamos como aportes teóricos Nicolescu (1999, 2003), Morin (2008, 2009, 2011), Ferreira (2007), Barretto (2004), Ramos (2015), Oliveira (2011, 2012), Kramer (2011, 2013), Corsino (2012), Coelho (2000), Zilberman (2001, 2004, 2009), Soares (2003), Tébar (2011), Vygotsky (2007). A pesquisa evidenciou que as temáticas emergentes relacionadas aos Direitos Humanos conseguem vir à tona nas tratativas da mediação pedagógica, em razão da natureza transdisciplinar do texto literário. Esperamos, com esse estudo, provocar reflexões para uma ação transformadora na educação.

Palavras-chave: Transdisciplinaridade. Leitura. Direitos Humanos.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA INFÂNCIA, CULTURA E HISTÓRIA- (GEPICH)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Coordenadora: Claudia Panizzolo

**IMPRESSOS DE DESTINAÇÃO EDUCACIONAL E AS IMAGENS DE INFÂNCIA:
ESTADOS UNIDOS DO SÉCULO XIX A INÍCIO DO SÉCULO XX**

Mirian Jorge Warde

Esta comunicação é um desdobramento das investigações desenvolvidas no âmbito do GEPICH, sobretudo, do projeto de pesquisa “Moldando a Infância: sujeitos e instituições [entre o século XIX e o século XXI]” que tem como uma das dimensões examinar o papel que os periódicos, tanto jornais como revistas) desempenharam na constituição da identidade eu-nós (ELIAS, 1990,1994, 1998). Nesta pesquisa examino o periodismo educacional norte-americano, de meados do século XIX às três primeiras décadas do século XX. Com base no estudo acima exposto, pautado em 653 periódicos já registrados pelo título, ano de criação ou cidade/estado da impressão, a pesquisa focaliza alguns periódicos de três importantes momentos: Primeiro momento: o Academician de New York (1818 a 1820), editado por Albert e John W. Pickett; o American Journal of Education(1826-1830), editado por William Russell, cuja continuidade se deu com o título American Annals of Education (1830-1839) de responsabilidade de W. C. Woodbridge; o Teacher’s Guide and Parents’ Assistant (Boston, 1826-1828), editado por Samuel G. Goodrich; o Common School Assistant (1836-1840), publicado inicialmente em Albany e depois em Nova York, no mesmo Estado. Segundo momento: o Connecticut Common School Journal (Hartford, CT, 1838-1866), editado por Henry Barnard; The Journal of the Rhode Island Institute of Instruction(1845-1849), editado por Henry Barnard; o Common School Journal (Boston, 1838-1852) mantido por Horace Mann; o American Journal of Education (1855-1881), também editado por Henry Barnard, primeiro a ganhar alcance nacional e internacional. Terceiro momento: Educational Review(Nova York, NY, 1891-1928) publicado por Nicholas Murray Butler do Columbia College; School Review(Ithaca, NY, 1893-1979) editado por J. G. Schurman, presidente da Cornell University, e C. H. Thrurber, diretor da Colgate Academy; Teachers College Record (New York, 1900-), editado pelo James E. Russell, decano do Teachers College da Columbia University. A escolha não diz respeito somente à duração ou mesmo à circulação dos

periódicos selecionados – que ainda não foi rastreada –, mas também e principalmente pelos seus impactos na constituição e no governo das escolas públicas, e principalmente na oferta de imagens da infância. Por essa razão, foram destacados periódicos publicados em centros urbanos culturalmente relevantes e sob a direção de nomes social e intelectualmente proeminentes. Pretendo neles examinar além dos países estrangeiros de referência, os autores estrangeiros, bem como as modalidades de obras referidas. A minha intenção é, principalmente, verificar como os Estados Unidos se apropriaram e disponibilizaram os seus “modelos” ou parâmetros estrangeiros. Ao se tornarem nossos parâmetros de nação civilizada, o nosso “modelo estrangeiro” para assuntos educacionais, Estados Unidos ofereciam que apropriações das pedagogias estrangeiras e das imagens de infância, destacadamente as europeias, para o consumo de seus leitores nacionais e estrangeiros.

Palavras-chave: Periódicos. Infância. EUA.

A INFÂNCIA REPRESENTADA NOS FOLHETINS PUBLICADOS NA REVISTA A CIGARRA E A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO/O ESTADO DE SÃO PAULO

Aldení de Sousa

Esta comunicação é um desdobramento do projeto de pesquisa intitulado Moldando a Infância: sujeitos e instituições [entre o século XIX e o século XXI] que tem como uma das dimensões examinar o papel que os periódicos (jornais e revistas) desempenharam na constituição da infância paulista. O mencionado projeto surge no contexto das discussões dos encontros do GEPICH - Grupo de Estudos e Pesquisas: Infância, Cultura e História – tendo como foco a história da infância. A presente comunicação tem a perspectiva de examinar como os periódicos (jornais e revistas) de grande circulação na cidade de São Paulo, no período entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, apresentam a infância. Cabe destacar, que nesse período a imprensa periódica paulista passa por um vigoroso processo de modernização, momento que se integra ao sistema capitalista em expansão. Para entender o processo de formação e de consolidação da imprensa em São Paulo e no Brasil foram examinados autores que discutem a História do jornalismo e da Imprensa como – Martins e Luca (2015), Pilagallo (2012), Sodré (1999), Duarte (1972), Nobre (1950), entre outros. Foram tomadas como fonte de investigação a revista A Cigarra e o jornal A Província de São Paulo/O Estado de S. Paulo. Nesses periódicos foram examinados os folhetins publicados nestes periódicos. No tocante ao jornal A Província de São Paulo/O Estado de S. Paulo foram examinados, especificamente, os textos inseridos na secção folhetim, no caso da revista A Cigarra foram analisadas as publicações inseridas ao longo de toda a revista. A imprensa periódica possibilita uma gama variada de informações sobre as sociedades, seus usos e costumes. Para Capetalo (1998) a imprensa é entendida como espaço de representação do real, sendo sua existência fruto das práticas sociais de uma dada época. Assim, sua produção pressupõe um ato de poder no quais estão implícitas relações que devem ser desvendadas. Portanto, os folhetins oferecem importantes indícios do modo como a sociedade paulista, mais especificamente, os segmentos letrados representavam: a mulher, a infância e a educação. Nesse sentido, será dada atenção aos folhetins publicados nesses periódicos e as representações de infância presentes nesses textos. Nesses folhetins são publicados

diferentes gêneros literários, como – o romance, a novela, o conto, a crônica, etc e supostamente, foram destinadas ao público feminino. Com a popularização do gênero, muitos romances de escritores brasileiros foram publicados no formato de folhetins e depois reunidos e publicados no formato de livros. Em relação à História e Historiografia da Infância foram tomados como aportes teóricos Warde (2007), Heywood (2004), Kuhlmann Jr. (1998), Priore (1992), entre outros. Na discussão sobre circulação, produção e representação, são trabalhadas as categorias presentes na História Cultural. O diálogo ocorre a partir das categorias de apropriação e de representação de Chartier (1990). Para esse autor as representações construídas do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, portanto, na relação do leitor com uma publicação, as possíveis apropriações e representações dos conteúdos veiculados apresentam os valores e as concepções de mundo daqueles que as publicam.

Palavras-chave: História. Periódicos. Infância.

A ARTE DE CIVILIZAR-SE: UM ESTUDO DOS LIVROS DE LEITURA DA ESCOLA PRIMÁRIA PAULISTA (1870-1920)

Claudia Panizzolo

A partir do final do século XIX, com a proclamação da República no Brasil, importantes intelectuais dedicaram-se em planejar e promover um significativo processo de “regeneração social” do país, e para tal intento a escola foi eleita como instituição poderosa, capaz de viabilizá-lo. Esta instituição seria a responsável em formar os futuros cidadãos, ou seja, as crianças que passaram a ser vistas como o futuro da nação. Em consequência, cresceu neste momento a produção de livros de leitura, textos imbuídos da responsabilidade pela “missão civilizadora” dos alunos, ou seja, material que deveria cooperar na efetivação da função estabelecida para a instituição escolar: formar o cidadão republicano de modo que este pudesse ser ordeiro, disciplinado, saudável, higiênico e patriota. Os livros de leitura podem ser tomados como utensílios culturais que estabelecem elos e vínculos entre as estruturas mentais e as figuras sociais, ou no dizer de Elias (1994) entre a psicogênese e a sociogênese. O presente texto tem por objetivo investigar as operações de civilidade impressas e impostas nos livros de leitura que circularam em São Paulo entre fins do século XX e as duas primeiras décadas do Século XX, bem como os processos de formação do habitus social pela leitura. Seguindo as advertências de Elias (2001) ao investigar as artes da civilidade difundidas nos livros de leitura busca-se compreender o modo como a civilidade se faz presente no corpus dos livros brasileiros e do livro traduzido, trazendo para a vida cotidiana das crianças as virtudes morais e a aprendizagem de normas de condutas, de forma a aproximar a robustez da teoria ao dinamismo da sociedade. Civilizado é, para Elias, o indivíduo cujo comportamento foi transformado, moldado, condicionado para adquirir novos hábitos, novos comportamentos, que nele se impregnam como segunda natureza. Civilização é assim o longo processo de transformação do comportamento do homem ocidental. É com base no corpus conceitual constituído por Norbert Elias que os procedimentos, os instrumentos, as fontes e as direções de análise foram definidas, uma vez que interessa examinar práticas e processos de modelação dos sujeitos crianças que viviam o tempo social da infância, pelos quais se constituem como configurações mentais ou psíquicas, e nos quais cognição,

sentimento, atitude, comportamento, não são passíveis de abstração. Toma-se como fonte as Séries Graduadas de autoria de três eminentes professores, a de João Köpke, a de Romão Puiggari em co-autoria com Arnaldo de Oliveira Barreto, e a de Felisberto de Carvalho, bem como o livro Coração de Edmondo De Amicis, livro italiano que alcançou grande sucesso no Brasil. A análise empreendida permite indicar que estas obras foram elaboradas de acordo com as concepções pedagógicas e políticas de inovação educacional, que atribuíam à escola a missão de civilizar e educar conforme os ideais do progresso, ou seja, preparar as crianças para serem cidadãos comprometidos com os interesses da nação. Preocupava-se em oferecer às crianças suporte para o ensino aprazível da leitura corrente, ao mesmo tempo em que ofertavam em suas Lições diversas prescrições de normas de conduta, de civismo e patriotismo.

Palavras-chave: Livros. Infância. História.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL (GEPsi)

Universidade de São Paulo (USP)

Coordenadora: Maria Leticia Barros Pedroso Nascimento

A (IN)VISIBILIDADE DA INFÂNCIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA (1900-2000): ESTUDO A PARTIR DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Bruna Breda

O presente trabalho apresenta parte dos resultados de pesquisa de doutorado desenvolvida entre 2011 e 2015 intitulada *É a escola o lugar da infância?* Um estudo sobre o desenvolvimento da infância brasileira na legislação do século XX, tendo por base a Sociologia da Infância. Nesta pesquisa investigou-se e analisou-se a legislação federal brasileira do século XX com o objetivo de compreender o desenvolvimento da infância utilizando-se os preceitos teóricos do sociólogo dinamarquês Jens Qvortrup que propõe para isso, em termos gerais, examinar como a infância em sua condição de categoria geracional se modifica ao longo do tempo, ou seja, observar mudanças e permanências na estrutura da categoria num período de tempo. Para tal, a legislação federal do século XX foi analisada, no que tange à infância, e efetuado a leitura das ementas de leis, decretos, decretos-lei, constituições e outros documentos do poder legislativo e executivo federal disponibilizados na página do governo federal dedicada à legislação de 1900 até 2000. A partir da leitura das ementas foram selecionadas todas as peças de legislação que tivessem referência à infância e à escola em suas ementas, assim como outras que estivessem referenciadas no texto das leis selecionadas pelas ementas. Dentre os resultados da pesquisa será abordado no texto que ora se apresenta o interesse que a infância e as crianças despertaram no campo da Sociologia que, na maior parte do século XX, à semelhança de outras ciências, olhou para as crianças de forma passiva e para a infância somente como uma fase da vida, especialmente ao tratar da socialização. A relevância da infância estava no fato de ser um período preparatório para a vida adulta, no qual as principais preocupações convergiam para o desenvolvimento e socialização da criança, em ambos os casos vislumbrando o futuro – o que a criança será quando crescer e deixar de ser criança – e não o presente – o que as crianças são enquanto crianças. O texto Aborda ainda o interesse sociológico pela infância no Brasil, que teve como particularidade o

6

interesse pelas crianças abandonadas, em situação de risco ou delinquentes, assim como a legislação federal voltada para a infância que, ao longo desses 100 anos, passou de um olhar exclusivamente aos menores abandonados para majoritariamente um interesse educacional nos alunos. Apresenta e discute as crianças vistas como menores – e sua visibilidade legal, social e científica – assim como aquelas vistas como alunos. Questiona-se, dessa forma, se a visibilidade da menoridade leva a infância à uma invisibilidade e vice-versa, considerando o como os termos “menor” e “menoridade” adquiriram, no Brasil, um tom pejorativo. A pesquisa se articula ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI) por meio de sua linha de pesquisa intitulada relações geracionais, políticas públicas e direitos da infância, que visa, dentre outros aspectos, investigar a infância considerando seu caráter estrutural e neste conjunto de produções do GEPSI o presente texto propõe-se a colaborar com a discussão acerca do desenvolvimento de pesquisas do e no campo da Sociologia da Infância.

Palavras-chave: Infância. Sociologia da infância. Legislação.

A (IN)VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS E DA INFÂNCIA NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Célia Regina Batista Serrão

O texto discorre sobre a (in)visibilidade das crianças e da infância nas políticas públicas que as/a tem como objeto, no caso, a política de educação infantil. Constitui parte dos resultados da pesquisa de doutorado, que versa sobre o processo de integração da educação infantil ao sistema municipal de educação na cidade de São Paulo, tendo por recorte temporal o período de 2001 a 2004. Como procedimentos metodológicos foram mapeados e analisados documentos legais e normativos, que sustentaram as ações do processo de integração da educação infantil: Leis, Decretos, Portarias, e Pareceres, Indicações e Deliberações do Conselho Municipal da Educação. Foram realizadas entrevistas com profissionais que participaram de tal processo, cujos depoimentos possibilitaram o diálogo e a análise mais apurada dos documentos. O recorte aqui apresentado busca discutir se é possível que políticas de educação infantil considerem as crianças como grupo social e a infância como categoria estrutural da sociedade, particularizando a educação infantil do município de São Paulo. O estudo aponta que, nas ações do poder público da cidade de São Paulo, os esforços centraram-se na transferência das creches, posteriormente denominadas Centro de Educação Infantil (CEI), da Secretaria da Assistência Social para a Secretaria de Educação, concentrando, administrativamente, o atendimento às crianças de 0 a 3 anos no setor educacional, complementando as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), que já atendiam crianças de 4 a 6 anos de idade. No processo de passagem, as crianças parecem ter figurado como detalhe, ou melhor, como público alvo que deveria adequar-se às novas demandas da reorganização do sistema. De acordo com os documentos normativos e legais e as ações do poder público há uma movimentação do público alvo, reconhecida pela retirada das crianças de 4 a 6 anos dos CEIs, retorno das crianças, sob condições específicas, e sua exclusão definitiva, tornando-se o CEI uma instituição de atendimento, preferencial, às crianças de 0 a 3 anos. A definição de faixa etária foi o elemento e o caminho encontrado para diferenciar, então, duas redes paulistanas de atendimento à criança pequena, a dos Centros de Educação

Infantil e as das Escolas Municipais de Educação Infantil, que integram um mesmo sistema, ao atender ao dispositivo legal que determina a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Os documentos encontrados não apresentam justificativa da redução da idade de atendimento nas creches, de 0 a 6 para 0 a 3 anos de idade, o que parece indicar que a divisão é dada como natural e que parece ter atendido as demandas do processo de integração das creches ao sistema de educação. Dessa maneira, além de invisibilizar as crianças no processo, a organização da educação infantil no município de São Paulo possibilitou a acomodação à nova situação sem o enfrentamento de questões cruciais do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, que resultam da trajetória histórica das creches e pré-escolas brasileiras, bem como as tensões e embates da área, pós-LDB.

Palavras-chave: Infância. Educação infantil. Políticas públicas.

REPENSAR O PAPEL DA TEORIA NO ESTUDO DA INFÂNCIA: UMA ALTERNATIVA À (IN)VISIBILIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

Maria Leticia Barros Pedroso Nascimento

Em pesquisa realizada em 2014, que incluiu visitas e entrevistas a centros interdisciplinares de investigação da infância e atualização de leitura de periódicos e livros, um dos aspectos que acabou por destacar-se foi a teorização da infância. Sobre a produção de teoria, Alanen, em editorial do primeiro número do periódico *Childhood*, em 2014, recupera o desconforto causado pelo discurso proferido na cerimônia de abertura da reunião da Associação Europeia de Sociologia (ESA) de 2011 por um sociólogo que tinha a firme convicção de que a infância é uma fase preparatória para idade adulta e argumenta que “Um forte investimento em teorizar infância foi considerado como procedimento necessário, e a decisão foi tomada em Genebra, para emitir a chamada de trabalhos para a reunião intermediária da rede, com o título *Teorizar a infância*.” (2014, p.4). Investimento na teorização da infância pode também ser encontrado no periódico *Children's Geographies*, que, em 2012, publicou número especial a partir de seminários, desenvolvidos entre abril de 2010 e outubro de 2011, cujo objetivo era desafiar o campo dos estudos da infância a partir de novas teorizações acerca da agência de crianças e jovens, considerando principalmente as diferenças entre o sul e o norte (mundos majoritário e minoritário) (TISDALL e PUNCH, 2012, editorial). Teorizar a infância foi conteúdo de três encontros da Rede de Pesquisa ‘Sociologia das Crianças e da Infância’ (RN4), da Associação Europeia de Sociologia, em 2012, 2013 e 2014. Por que tanto esforço para que os pesquisadores da infância repensem o papel da teoria em seu trabalho? Esse foi um dos pontos abordados em entrevistas com doze pesquisadores de quatro centros interdisciplinares de pesquisa da infância, além de estar presente nas diferentes leituras realizadas ao longo do estudo. O que se tem produzido na teoria? Nas teorias? O que se argumenta? James afirma que “apesar das aparências, há vida epistemológica deixada nas antigas teorias que vai sim beneficiar a nossa compreensão das maneiras pelas quais as crianças aprendem sobre o mundo social.” Ela volta ao conceito de socialização, em nova configuração, que entende como fundamental para trabalhar com as crianças e a infância. Qvortrup insiste que macro parâmetros sociais influenciam adultos e crianças, embora não necessariamente da mesma forma e na mesma extensão. Este parece ser um saudável debate, mas não parece ser o único. Ainda do ponto de vista teórico, como

alternativa, Alderson trabalha com o realismo crítico dialético (DCR) e destaca a ausência das crianças e da infância em qualquer tópico importante de interesse público. Toma a ausência como conceito central na teoria que desenvolve. Sünker aponta que inventou, em artigo escrito com Buehler-Niederberger, o termo capital geracional, que destaca como um dos pontos relevantes para lidar com a transição das socializações, dos antigos estudos da infância para os novos. A produção de diferentes abordagens teóricas, no campo sociológico, sobre a infância e as crianças reforça que a pesquisa empírica demanda um contexto, segundo Qvortrup, “a fim de chegar a compreender o papel da infância e das crianças na sociedade. E para isso não é suficiente apenas recolher dados sem conectá-los a ideias e pensamentos e assim por diante”.

Palavras-chave: Infância. Teoria. Pesquisa.

GRUPO DE ESTUDOS TRABALHO, EDUCAÇÃO E INFÂNCIA – GETEI

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora: Soraya Franzoni Conde

PEQUENOS MIGRANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Karina Strohhaecker Lisa Alcubierre

Este estudo parte da experiência profissional desenvolvida enquanto docente na educação infantil (EI) da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF) e dos questionamentos decorrentes da chegada de grande número de famílias migrantes vindas das regiões Norte e Nordeste do Brasil e que procuram as unidades de EI para atendimento de suas crianças. Na compreensão dos processos migratórios damos ênfase na categoria trabalho, enquanto atividade ontológica e vital aos Homens e à sua formação. As transformações no mundo do trabalho da das pelo desenvolvimento do capitalismo são consideradas elemento chave nas análises dos deslocamentos da força de trabalho. A pesquisa se justifica diante importância em discutir uma realidade intensa no atual cenário do capital-imperialismo e que intensifica as migrações causando inquietações políticas, econômicas, sociais e culturais tanto no plano nacional quanto no mundial, tanto para adultos como para crianças. Para além de observar a nuance das diversidades de cultura entre crianças migrantes e locais, esta pesquisa amplia e aprofunda a análise numa interface entre as subjetividades dos indivíduos migrantes e as objetividades dadas pela materialidade de vida destes sujeitos. Nosso objetivo geral é analisar como ocorre a inserção de crianças migrantes nordestinas e nortistas na EI da RMEF e o que elas interpretam sobre o seu processo de mudança. Nossos objetivos específicos são: analisar quais os motivos, as origens e as condições de vida e de trabalho das famílias migrantes que possuem suas crianças matriculadas nas instituições municipais de EI de Florianópolis; compreender como ocorre a inserção e as relações sociais infantis entre as crianças migrantes e não migrantes nestas instituições; e, verificar como as instituições compreendem e recebem as famílias migrantes e se elas auxiliam na integração das famílias na cidade. A pesquisa é qualitativa e tem como pressuposto teórico o materialismo histórico dialético. Para a coleta de dados utilizamos questionário semiestruturado e entrevistas com famílias migrantes, professoras e diretoras, além de realizar observação-ação-participante junto às crianças e diário de campo. Para compreender o trabalho e os deslocamentos de trabalhadores no capitalismo apontamos

nossa análise a partir dos estudos clássicos do materialismo histórico e também nas análises críticas contemporâneas. Utilizamos como fonte de dados pesquisas demográficas de Santa Catarina e Brasil. Sobre as migrações na infância utilizamos os contributos da Sociologia da Infância, da Geografia da Infância e da Sociologia do trabalho. Sobre a concepção de criança e infância trazemos os estudos e as pesquisas da História da Infância e da Teoria Histórico Cultural. Trata-se de uma pesquisa de mestrado em educação e que se encontra em desenvolvimento com conclusão prevista para Julho de 2017. Temos as hipóteses de que: a) perceber a criança enquanto sujeito migrante, dando voz e escuta a sua fala, no contexto determinado pelas necessidades adultocêntricas nos permite evidenciar como a criança interpreta os processos migratórios; b) a EI pode auxiliar na sua integração e de sua família na comunidade e na cidade.

Palavras-chave: Trabalho. Migrações. Infância.

ESCOLA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA REGIÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ – FLORIANÓPOLIS, SC

**Larissa do Livramento Pereira
Valéria Gontarczyk**

A presente pesquisa faz parte de um projeto matriz intitulado “Juventude pobre e escolarização: relações com a escola e a cultura em territórios de precariedade” desenvolvida num conjunto de 10 escolas públicas que pertencem à região denominada Maciço do Morro da Cruz (Florianópolis SC) e busca compreender a relação entre a escola e a exploração do trabalho infantil entre os estudantes dessas escolas. O estudo dos problemas relacionados à baixa escolarização nos remete à exploração precoce no trabalho como um dos agravantes do abandono e do pífio aproveitamento escolar. Recorrendo à história, percebemos que o problema do trabalho precoce, assim como a luta pelos direitos da criança e do adolescente, aparece após a Proclamação Universal e dos Direitos Humanos, de avanços legislativos e do aparecimento de Políticas Públicas destinadas ao combate do desemprego de jovens e adultos. Autores como Sarmento (2005) argumentam que nem toda atividade desempenhada pelas crianças é maltratante, logo há necessidade de investigações sobre a minúcia desta problemática. Neste sentido, atividades de trabalho como ajudar os pais nos serviços domésticos, arrumar a cama, varrer a casa, tratar os animais ou cuidar dos irmãos não é considerada exploração infantil. Evidentemente essa formulação não trata de trabalho pressuposto da acumulação capitalista. Mas, será que o trabalho infantil desenvolvido pelos estudantes da região do Maciço do Morro da Cruz insere-se no trabalho explorado da sociedade capitalista? A metodologia utilizada consiste em aplicação de questionário acerca da relação do trabalho prematuro com a escola; entrevistas/grupos focais com estudantes que começaram a trabalhar precocemente; revisão bibliográfica sobre a relação entre o trabalho precoce e a escolarização; tabulação e análise de dados e observações diretas registradas em diário de campo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritiva. No âmbito do território estudado percebemos um grande contingente de estudantes trabalhadores frequentando a escola que repercutem no rendimento, no abandono e na evasão escolar. Perceber as relações que esses jovens estabelecem com a escola, como o trabalho influencia os estudos, com que idade começam a trabalhar, quais as origens e as motivações para o trabalho precoce

fazem parte dos objetivos desta pesquisa. Os diversos tipos de comércio e de prestação de serviços realizados em Florianópolis (lanchonete, venda ambulante, venda em lojas, coleta de materiais recicláveis, tráfico de drogas, etc) são emblemáticos na forma como o trabalho prematuro se desenvolve no contexto da infância e juventude empobrecida da capital catarinense. Nessas ocasiões, embora o trabalho não tenha, na maior parte das vezes, registro em carteira, ele se relaciona às formas contemporâneas de sobrevivência diante da miséria e do desemprego na sociedade capitalista. A pesquisa já possui resultados prévios, como por exemplo, 50,1% das crianças respondentes trabalham e estudam, há uma constância no aparecimento do trabalho doméstico como agente dificultador do estudo e 14,5% das crianças entrevistadas assinalam o trabalho doméstico como fator externo para a dificuldade na vida escolar. Com essas referências buscamos compreender os objetivos propostos neste resumo.

Palavras-chave: Trabalho. Infância. Escola.

GRUPO DE PESQUISA INFÂNCIA E CULTURA CONTEMPORÂNEA

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenadora: Rita Marisa Ribes Pereira

A INFÂNCIA NO FIO DA NAVALHA: A CONSTRUÇÃO TEÓRICA COMO UM AGIR ÉTICO

Conceição Firmina Seixas Silva
Lisandra Ogg Gomes
Rita Marisa Ribes Pereira

11

Nossa proposta tem como objetivo apresentar reflexões e análises que contemplam as concepções de infância como uma constante construção de sentidos. Toda construção teórica acerca da infância explicita uma ética, na medida em que implica um posicionamento político em relação às crianças e ao lugar social que elas ocupam na sociedade e na produção do conhecimento científico. Esse lugar, no nosso entender, é um cenário de aporias onde participação, autoria, proteção e tutela disputam sentidos ao que temos concebido como infância. Nossa preocupação se volta para refletir sobre o lugar que as crianças ocupam e como entram nessa disputa de sentidos. As conquistas em torno da proteção da criança, representadas principalmente pelos marcos legais, são de extrema importância no contexto histórico. No entanto, quando a lógica da proteção se sustenta basicamente na ideia de menoridade, incapacidade, irracionalidade das crianças em relação aos adultos, traz também consigo o risco da tutela e subordinação daqueles/as que devem ser protegidos/as e, conseqüentemente, o silenciamento de suas falas. A ideia da participação da criança, isto é, considerá-la de fato como parte de um todo maior vem acompanhada da aposta de que a criança tem algo a dizer sobre si e sobre o mundo que a cerca. Isso implica na possibilidade de inserção da criança na disputa da produção de uma narrativa sobre sua própria infância. São muitos os desafios que se colocam nessa produção: como garantir uma proteção das crianças – compromisso geracional que se faz necessário, além de ainda ser desigual – sem que isso signifique tutelá-las, mas, ao contrário, abra espaço para a sua participação e autoria? Como equilibrar as noções de proteção e participação que, por vezes, se contrapõem e se atravessam? A participação das crianças não é algo novo ou trivial, mas seus modos são variados, e se conformam de

acordo com idades, espaços – público e privado –, questões de gênero, religião, classe social, raça e/ou etnia. Atualmente o tema da participação da criança torna-se crescente em muitas pesquisas e marcos legais destinados à infância. No entanto, convém problematizar como essa participação se dá nos diversos âmbitos da nossa sociedade, e se é encaminhada de modo a abrir espaço para autoria das crianças. Há que se considerar a desigualdade estrutural que demarca a relação entre crianças e adultos na sociedade e que se torna fundamental para a reflexão que aqui propomos, pois, no que se refere à produção do conhecimento científico, são os adultos que não apenas o produzem, mas são os que o referendam. Ponderando que não há nas teorias a ingenuidade de se oferecer uma pueril descrição do mundo, o que está posto em jogo com as mais diferentes concepções teóricas sobre a infância são proposições de mundos sociais e de modos de viver a infância. Portanto, a questão não é apenas a participação, mas um conjunto de regras e valores determinados para as crianças e para seus modos de discernir, os quais, por vezes, se tornam pré-requisitos para a essa geração. Acreditamos que os desafios de uma teoria sobre a infância estão fortemente atrelados a uma dimensão ética. Assim, alguns questionamentos se fazem necessários: Que normatividades uma teoria sobre a infância põe em cena? Em que medida pode escapar a isso? Que ética está posta em cada teorização sobre a infância? Como a dimensão ética é capaz de abarcar a diversidade, complexidade e alteridade da infância?

Palavras-chave: Infância. Ética. Participação.

OS CRONOTOPOS COMO BALIZADORES ÉTICOS DE UMA PESQUISA COM CRIANÇAS

**Caroline Trapp de Queiroz
Fernanda de Azevedo Milanez**

Esse artigo aborda a questão da ética na pesquisa com as crianças a partir dos percursos vividos no interior de uma pesquisa coletiva desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea, tendo as dimensões de tempo e espaço, que unem num mesmo contexto sujeitos e transformações, como fios que entrelaçam as reflexões propostas. Nascido em 2012 sob o título “Infância e cultura: experiência e criação na contemporaneidade”, este projeto enfocou as experiências infantis contemporâneas, partindo da necessidade de conhecer os contextos socioculturais das crianças que, hoje, compõem a categoria da infância e destacando a potencialidade de seus processos de criação. Nas discussões do grupo, compartilhamos o relato sobre cada um dos encontros, fizemos a transcrição das audiografações, com descrições do contexto e das situações vividas por quem esteve especificamente em cada lócus, partilhando as descobertas e os percalços das relações que íamos tecendo com as crianças enquanto pesquisadores. A continuidade dessas reflexões fez nascer, no ano de 2015, o projeto “A infância e seus cronotopos: educação e pesquisa”, focado justamente no estudo sobre os tempos e os espaços em que se constituem as experiências infantis contemporâneas, considerando essas dimensões como balizadores de um acontecimento único, fruto do encontro daqueles que dividem um mesmo contexto. É no interior desse projeto, ainda em andamento, que elaboramos, portanto, um pensar sobre a ética que considere os cronotopos como delineadores das decisões de pesquisa. Esse conceito, do filósofo da linguagem russo

Mikhail Bakhtin, compreende equilíbrio e indissociação entre as dimensões do espaço e do tempo. Apesar de tê-lo desenvolvido como categoria literária que funde os índices espaço-temporais de modo concreto, o desafio de pensar essa categoria para as ciências humanas tem nos movido em direção a reflexões quanto à ética que se apresenta cadenciada por essas singularidades. Algumas dessas cadências dizem respeito à reflexão sobre os presumidos que tínhamos, nós pesquisadores, em relação ao campo de pesquisa antes mesmo de chegarmos a ele; à percepção da existência de uma ética da “expectativa pelo encontro”, constituída pela consideração do outro nas decisões metodológicas num momento em que ele ainda não está fisicamente presente na pesquisa; à compreensão de que as negociações referentes à participação das crianças nos deslocavam para uma “ética de pesquisa compartilhada” com os sujeitos nela envolvidos; ao reconhecimento sobre como certas dinâmicas colocaram em xeque as atividades que havíamos selecionado para os encontros; à necessidade de pensar formas de comunicar, aos interlocutores da pesquisa, ou seja, às próprias crianças, aos achados do processo que vivemos com elas, o que delimita uma “ética do retorno” marcada pelas reflexões sobre possíveis devolutivas. Todas estas, portanto, questões que nascem a partir da diversidade que pudemos experimentar durante os percursos da pesquisa coletiva em relação a questões éticas, envolvendo e balizando modos de compreender a infância e olhares sobre a pesquisa com crianças.

Palavras-chave: Cronotopos. Ética. Alteridade.

OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA NA PESQUISA EM ESPAÇOS PRIVADOS

Nubia de Oliveira Santos

Este texto tem como objetivo discutir os desafios da construção de uma ética de pesquisa. Toma como referência uma experiência de estudo sobre a relação da criança com o seu aniversário, tese de doutorado já finalizada, construída no âmbito do Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea em 2013. O trabalho de campo adotou como principais estratégias metodológicas entrevistas individuais e em grupo com crianças de idade entre 4 e 10 anos, e observação de diferentes festas de aniversário. É na perspectiva da observação das festas e do lugar ocupado pela pesquisadora nestes eventos que este texto se detém. O tema do aniversário, principalmente o de crianças, se insere no campo da vida privada. O próprio convite de aniversário já delimita quem são as pessoas que queremos que compartilhem conosco aquele momento. Ciente de que na investigação está imbricado o como investigar, estar nas festas para observar suscitou questões que nortearam o contexto da observação. Vale ressaltar que para algumas festas fui convidada por afeto; para outras, fui levada por algum convidado ou amigo da família do aniversariante; e houve aquelas em que fui como acompanhante e, no ano seguinte, voltei como convidada. Durante as festas era apresentada para outros aniversariantes e para outras famílias que se conheciam entre si e, nesse processo, redes foram se criando e me levando a outros aniversários. Sob a perspectiva dos estudos de Mikhail Bakhtin este campo me impôs uma posição de responsividade e me fez repensar sobre a uma atitude ética em relação a meu lugar e minha forma de olhar esses eventos. As contradições e conflitos gerados por meu lugar de pesquisadora no contexto das festas me colocaram diante da necessidade de refletir sobre

uma postura ética quando participava desses eventos, convidada não por afeto, não por desejo daquelas pessoas de contar com a minha presença, mas por uma demanda pessoal de melhor compreender o tema. Pesquisar dentro de uma perspectiva ética não é algo dado, cabendo nos indagar se seria possível ao pesquisador definir à priori o que seria ético nesse ou naquele caminho escolhido. Posso afirmar que ao iniciar o trabalho de campo experimentei diferentes níveis de desconforto, como por exemplo, o paradoxo do papel que eu exercia: embora fosse convidada, ocupava também o lugar de pesquisadora cujos interesses eram diferentes dos interesses dos outros convidados. O foco do trabalho é problematizar a ética que se constitui no entrelugar de ser, ao mesmo tempo, convidada em uma festa e também pesquisadora. Como lidar com as experiências que são próprias da vida privada? Assim, as questões que dizem respeito às reflexões trazidas neste texto têm como foco os dilemas éticos da pesquisadora em construir uma crítica sobre as festas observadas, considerando uma perspectiva ética sem perder de vista o papel do pesquisador. Qual o lugar da crítica nas festas de aniversário sendo a natureza desse objeto, a representação do afeto dos pais na comemoração do aniversário dos seus filhos?

Palavras-chave: Pesquisa. Aniversário. Crianças.

INFÂNCIA, JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)

Coordenadora: Irene Rizzini

CONTRASTES: CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS PARA ESCUTA E PARTICIPAÇÃO INFANTIL

**Cristina Laclette Porto
Irene Rizzini**

Diversos são os fóruns que vêm discutindo temas de interesse das crianças e desenvolvendo estratégias de observação, escuta e participação de modo a incluir suas vozes em projetos a elas direcionados. Cresce, no entanto, a preocupação com o uso feito deste segmento da população por parte de inúmeros atores sociais. Para enfrentar criticamente iniciativas que pretendem ouvir as crianças, mas as tomam como objetos e não sujeitos, é fundamental que propostas sérias, conscientes e comprometidas sejam analisadas e tornadas visíveis. Autores do campo da Sociologia da Infância, como Manoel Sarmiento, Natália Fernandes e Catarina Tomás vem problematizando essa necessária diferenciação, salientando que, para nos aproximarmos das crianças, é preciso cuidado e respeito. Os autores ressaltam que as estruturas socioeconômicas e culturais nem sempre favorecem ou incentivam apropriadamente que as crianças digam o que pensam. Elas têm formas e competências próprias e não são necessariamente bons parlamentares, dirigentes de partidos políticos ou gestores institucionais com poder de decisão miniaturizados. Outros pesquisadores da infância como Solange Jobim e Souza, Lucia Rabello de Castro e Rita Ribes Pereira sublinham que há que se pensar em metodologias que coloquem as crianças como parceiras dos adultos e pesquisadores. Pensar o encontro como instaurador de uma ética, implica em abrir mão da pretensão de previsibilidade sobre o outro. Pereira sinaliza que desde o nascimento das questões iniciais da pesquisa até a circulação dos seus resultados, nos encontros com as teorias, com as crianças, com as instituições e do pesquisador consigo mesmo a preocupação com a ética se faz necessária. São inúmeras a

tomadas de decisões presentes ao longo do processo. O pesquisador não pode se eximir de responder ou de se responsabilizar por cada uma delas. O presente artigo é resultado de uma pesquisa que estabelece como foco de interpretação e análise uma série de atividades que tem a fotografia como recurso principal com o objetivo de fazer emergir o que as crianças sentem e pensam sobre a cidade que habitam. A fotografia permite dar visibilidade às situações que cercam as infâncias em meio urbano; aponta para os contrastes e evidencia contextos em que há muito por fazer. Ouvir o que as próprias crianças desejam é fundamental para a efetivação das ações. A fotografia é um dispositivo que convida ao diálogo e que pode inspirar a criação de metodologias de pesquisa que garantam também a participação infantil na elaboração de políticas. Parte da metodologia que vem sendo criada por este grupo é dedicada a discutir e mostrar que a ética é construída a cada momento e indica que as relações de todos os sujeitos presentes precisam ser analisadas. Para tal, o registro escrito e fotográfico também deverá acompanhar todo o processo de forma minuciosa. O recorte escolhido no contexto desse encontro proporcionado pelo 5º GRUPECI é problematizar que questões éticas estão presentes na construção de metodologias de trabalho e que especificidades se colocam em função dos diferentes espaços em que se pretende desenvolvê-las: creches, pré-escolas e escolas; ruas; praças; assembleias, entre outros. E, para tanto, este texto analisa de que maneira passos menos visíveis nesses processos podem favorecer ou não o protagonismo infantil.

Palavras-chave: Escuta. Participação. Ética.

IDEIAS E PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA X PUNIÇÃO E CONTENÇÃO: CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DO “MENOR”

15

**Irene Rizzini
Sabrina Celestino**

Neste apresentação, as autoras analisam ideias e práticas que se firmaram no início do século XX, no Brasil, relacionadas à população infantil e juvenil caracterizada como “menores abandonados e delinquentes”. No referido período histórico, a sociedade brasileira vivenciava importantes mudanças econômicas, sociais e políticas associadas ao advento da proclamação da república e pelos princípios que fundamentavam este processo, entre eles os ideais de civilização e modernidade, a exemplo das nações de capitalismo central. Neste contexto, discute-se o papel social atribuído à infância percebida como pobre (material e moralmente) considerada perigosa ou em risco de ser. Estes sujeitos sociais foram considerados à época como um problema a ser sanado. A ideia de que na infância estava o “futuro da nação” estava associada à necessidade de manutenção da ordem e de criação de mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho da disciplina e do trabalho. Ao mesmo tempo, era preciso defender a sociedade daquelas que se entregavam à viciosidade e ameaçavam a paz social. O texto apresenta uma reflexão sobre a lógica que orientou o atendimento a crianças e adolescentes no Brasil, considerando a natureza e os fundamentos da Política de Proteção destinada aos “menores” abandonados e delinquentes, com o duplo objetivo de proteção e regeneração materializado nas formas de assistência x punição e contenção deste grupo. Compreende-se que o binômio proteção x punição embasou propostas e práticas de

políticas e de ações destinadas a crianças e adolescentes no Brasil. Este binômio reafirma-se sobretudo, nas ações públicas encampadas pelo Estado, que utilizou historicamente como recurso prioritário para o atendimento deste público, a institucionalização em instituições de modelo asilar – o que denominamos de “cultura da institucionalização” (Rizzini, 2011). No que tange a política de atendimento destinada à criança e ao adolescente no Brasil, verificamos a presença marcante de processos relacionados ao confinamento e à perda da referência comunitária e dos vínculos familiares, particularidade que só passa a ser revista, ao menos legalmente, com a promulgação da Constituição de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Assim, considerando os desdobramentos desta história, propõe-se uma análise das ideias e das práticas inscritas no atendimento a crianças e adolescentes correntes no presente, considerando a formulação e a execução da política pública destinada a este segmento populacional. Esta análise será amplamente embasada nos estudos e pesquisas realizados pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a PUC-Rio (CIESPI/PUC-Rio), assim como nas bases de dados desenvolvidas por sua equipe de pesquisa (www.ciespi.org.br). O CIESPI/PUC-Rio é um centro de referência dedicado ao desenvolvimento e a divulgação de estudos e pesquisas voltados a crianças e adolescentes, e seus elos familiares e comunitários, com especial foco àqueles que vivenciam processos de vulnerabilidade pessoal e social.

Palavras-chave: Assistência. Punição. Contenção.

INFÂNCIA, TRADIÇÕES ANCESTRAIS E CULTURA AMBIENTAL – GITAKA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Coordenadora: **Lea Tiriba**

O DIREITO HUMANO À INTERAÇÃO COM A NATUREZA

Christiana Cabicieri Profice
Lea Tiriba

Entendendo que os seres humanos são, simultaneamente, seres de cultura e de natureza e que o pertencimento à natureza foi se perdendo no processo de produção da sociedade ocidental moderna, nosso objetivo neste artigo é trazer elementos para a reflexão sobre o direito das crianças ao convívio com o mundo natural. Na natureza nos tornamos humanos, foi a partir dela que vivenciamos e compartilhamos conhecimentos que fundamentam nossa cultura. A natureza e seus processos, hoje compreendidos por meio da teoria ecológica, serviram de base sobre a qual outros modos de conhecimento se apoiaram, como o mito, a filosofia e a religião, que, por sua vez, também foram cruciais para a regulação das relações entre as pessoas, o estabelecimento de seus direitos e deveres. Há uma profunda conexão entre a natureza e seus seres com o modo como as pessoas interagem entre si e ainda com a forma de que se valem para produzir e transmitir conhecimentos. É neste sentido que podemos compreender a biofilia, ou seja, a necessidade interativa, a atração que os humanos têm em relação à natureza, seus seres e processos (WILSON, 1995). O foco deste artigo está na interação entre pessoas e ambientes naturais, estes últimos constituídos por todos os seres vivos, humanos e não-humanos, mas também por seus componentes e processos físicos como o ar, as montanhas e os fenômenos climáticos. Nesta acepção nos afastamos de uma definição de natureza

como ambiente intocado e compreendemos que todos os ambientes naturais do planeta são antropizados, ou seja, sofreram, em maior ou menor grau, o impacto de atividades humanas (DIEGUES, 2001). Também nos afastamos da ideia de que os humanos e suas práticas são necessariamente nocivos à natureza. Atualmente sabemos que as comunidades tradicionais, como os indígenas brasileiros, contribuíram de modo relevante para a biodiversidade e fertilidade do solo das florestas em que viviam e vivem ainda hoje (SALZANO, 1992). Lembrando que as interações entre humanos e os ambientes naturais antecedem tanto a formalização da educação, tal como a conhecemos hoje, como também a definição dos direitos humanos universais, nossa intenção é a de abordarmos as relações entre seres humanos e natureza, considerando o direito ao ambiente como respeito à condição biofísica dos seres humanos; e o reconhecimento dessa condição como garantia de direitos humanos. Inicialmente, tratamos da articulação da questão ambiental com os direitos humanos; a seguir, em sentido inverso - tratamos da articulação da questão humana com os direitos ambientais. A partir de então, articulamos esta discussão com aspectos da educação identificados na atual legislação acerca dos direitos humanos e do meio ambiente, tais como elas se colocam nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos/DCNEDH (MEC, 2012a) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental/DCNEA (MEC, 2012b). Finalmente, trazemos observações realizadas em instituições de Educação Infantil em contextos urbano, rural, indígena e em Área de Proteção Ambiental, apontando práticas que podem dificultar ou facilitar a efetivação de um processo educativo que respeite as crianças enquanto seres biofísicos; ou seja, seres que se desenvolvem plenamente em interação com elementos do mundo natural do qual são parte.

Palavras-chave: Natureza. Infância. Direitos.

AFETOS QUE EMERGEM DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DA RECONEXÃO DE CORPOS E AMBIENTES: UMA QUESTÃO DE TRANSVISÃO E TRANSVALORAÇÃO DO MUNDO

Katia de Souza e Almeida Bizzo Schaefer

Esse ensaio traz fundamentos baseados em Spinoza (2011) e Nietzsche (2008) para refletir sobre as múltiplas possibilidades de interpretações e inter-pela-ções nas relações humanas, que transpassam relações éticas, políticas e ambientais, atravessando o pensar, o agir e o interagir nas escolas de Educação Infantil no Brasil. Com isso, há intenção de convidar diferentes corpos a transverem o mundo, como sugeriu o poeta Manoel de Barros (1996). Esse convite não veio apenas do poeta. Em outras linguagens, ele também está presente nas relações com as crianças, quando estas questionam, interrogam e nos atravessam com suas lógicas próprias de estar e ser no mundo, como estrangeiras querendo conhecer tudo de um novo lugar a partir de uma bagagem humana, de raízes que não se prendem a uma única linha de pensamento ou visão, mas de um rizoma de acontecimentos, de afetos e de pensamentos que possibilitam o transver e o agir de forma conectada com outros seres bióticos (humanos, bichos ou plantas) e com fatores abióticos (terra, água, ar, fogo, minerais etc.). Crianças que trazem um conhecimento já esquecido por muitos de nós. Por isso a beleza do convite. Nietzsche (2008) amplia essa possibilidade a partir de sua proposta de transvalorar todos os valores e, com ela, podemos

pensar uma educação baseada no resgate de uma cultura autêntica, na qual se busca o que é da natureza humana, ao invés de uma educação pensada, prioritariamente, em fins utilitários e mercadológicos. Junta-se a esse convite, a contribuição de Spinoza (2011), que vem da questão O que pode o corpo?, sem resposta até os dias de hoje. Este filósofo apresentou um conceito de ética ligado a uma essência única, que ele define como natureza, afirmando que somos parte dessa essência, portanto, nos potencializamos quando conectados através de bons encontros com outras partes da mesma essência, sejam estas expressas na forma de seres humanos, outros animais, vegetais ou elementos naturais. Dessa forma, a possibilidade de construir uma ética, transpassada por uma cultura autêntica. Com esses bons encontros, emergem crianças que não pertencem apenas a um determinado tempo geracional, mas que se conectam com o espírito de criança existente em todos os humanos, quando estes se permitem e têm a possibilidade de olharem para si próprios, seus sentidos e seus afetos. Para tanto, o texto também apresenta relatos de alunos de Educação Infantil, graduação e pós-graduação que buscaram potencializar a conexão ou reconexão com seus próprios corpos, no contato com ambientes e outros seres naturais, na intenção de promover uma transvisão e transvaloração do mundo, a partir das relações de si mesmos com outros seres (vegetais e outros animais) e com fatores abióticos (temperatura, vento, terra, água, ar, fogo etc.). Assim, o texto busca apresentar as reconexões corporais como essenciais na reconstrução de sentidos e saberes, de forma a potencializarem a nossa relação com o que vemos, vivemos e valoramos nas relações existentes a partir do entrelaçamento de fatores políticos, socioeconômicos, afetivos e ambientais na vida e que, portanto, perpassam e afetam os ambientes e os corpos presentes no contexto da Educação Infantil.

Palavras-chave: Transvisão. Transvaloração. Crianças.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – NEICA

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Coordenadora: Rita de Cássia Marchi

INFÂNCIAS E CRIANÇAS: REFLEXÕES A PARTIR DO CINEMA

**Daniela Odete de Oliveira
Graziela Maffezzoli
João Altair Soares dos Santos
Maristela Pitz dos Santos
Rita de Cássia Marchi**

Este texto discute a realização do projeto de pesquisa e extensão universitária “Infância e Cinema: olhares sobre a criança”, elaborado e executado pelo GP – Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Criança e do Adolescente (NEICA), cadastrado no CNPQ e vinculado ao PPGE da Universidade Regional de Blumenau (FURB). O projeto, que concorreu a edital da Fundação Cultural de Blumenau no ano 2012, oportunizou, através da linguagem do cinema e das C. Sociais, uma discussão sobre diversas possibilidades de compreensão da infância, das crianças e sua educação, junto a profissionais que atuam na Educação Básica de Blumenau e região (SC), estudantes de Licenciaturas e demais áreas que lidam com

questões sociais, políticas e jurídicas da infância. Tendo a criança como centro das narrativas, o objetivo era estimular reflexões sobre a construção social da infância, percebendo as crianças e infâncias em diferentes contextos sociais, culturais e geográficos. Como resultados, destacam-se discussões que se multiplicaram nos locais de trabalho dos participantes, possibilitando “mover o pensamento” e colocar em xeque concepções tidas como “naturais” ou “únicas” sobre crianças, a infância e sua educação. Na programação constavam filmes que tratavam de relações intergeracionais (mundo infantil e adulto) nos diversos espaços sociais (família, escola, ruas), da interação entre pares na construção das culturas infantis, da infância normatizada (restrita à vigilância e proteção das instituições), da infância “hors de norme” (crianças que trabalham, que vivem nas ruas, que sofrem algum tipo de violência ou exploração). A opção por trabalhar a infância através da linguagem do cinema como recurso que reproduz ou cria imagens da realidade que levam à reflexão e abstração dessa realidade, se justifica pelo fato do cinema se constituir em instrumento cultural que aproxima o ser humano da complexidade do mundo, sendo capaz de causar estranhamentos, gerando reflexão e possibilidades de transformação, na medida em que integra várias dimensões humanas – ética, política, estética. O projeto foi realizado em 2013, com duração de 40 horas distribuídas em 10 encontros itinerantes, em escolas públicas de Blumenau e na Universidade (FURB), mediados por membros do GP. Em cada sessão era distribuído, previamente, um texto norteador baseado em autores da Sociologia da Infância, que têm demonstrado com suas pesquisas estereótipos e contradições nas concepções sobre criança que perpassam nossas sociedades. Assim, o projeto, com a contribuição dos participantes, que compartilhavam suas emoções e experiências educativas relacionadas ao convívio com crianças, possibilitou intensa troca de experiências, fazendo com que os realizadores percebessem as dúvidas, angústias e diferentes concepções sobre infância, crianças e educação, que circulavam nos espaços educativos onde atuou o projeto. Nesse sentido, se considera que o projeto possibilitou o surgimento de novas reflexões, a partir da linguagem do cinema e da Sociologia da Infância, sobre imagens, conceitos e preconceitos que estão naturalizados nas práticas e discursos sociais cotidianos sobre a infância, as crianças e sua educação.

Palavras-chave: Cinema. Crianças. SI.

CONTROLE DE DIFERENÇAS SOCIOCULTURAIS EM ESCOLA PÚBLICA COM CONTEXTO MIGRATÓRIO (BRUSQUE, SC)

**Graziela Maffezzolli
Rita de Cássia Marchi**

Esta pesquisa teve por objeto de estudo o encontro sociocultural e os sentidos atribuídos à diversidade cultural pelos atores sociais (adultos e crianças) em espaço escolar com contexto migratório. O estudo foi realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação, da Universidade Regional de Blumenau (FURB-SC), na linha de pesquisa Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais e no Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Criança e do Adolescente (NEICA). O tema surgiu da observação cotidiana das relações sociais entre estudantes/crianças migrantes e não migrantes e com adultos em uma escola pública na cidade de Brusque (SC). Nessa cidade, com intenso fluxo migratório, se verificam explícitas manifestações de repúdio dos

habitantes nativos em relação aos migrantes oriundos de cidades brasileiras cujas condições socioeconômicas e processos histórico e cultural diferem, em muitos aspectos, da sociedade brusquense. Nesse sentido, o estudo partiu de pressupostos relativos à manifestação, no ambiente escolar, de preconceitos e estígmias (tanto por parte dos adultos – professores e funcionários- quanto por parte dos estudantes/crianças não migrantes) em relação aos estudantes/crianças migrantes. Os objetivos da pesquisa foram: contextualizar o impacto do encontro sociocultural, discutir o estranhamento sociocultural e analisar os sentidos da diversidade cultural para crianças e adultos na escola pesquisada. O estudo é de cunho interpretativo, fundamentado nos Estudos Sociais da Infância (Antropologia da Criança e Sociologia da Infância), que se ocupam da compreensão das ações sociais no contexto microssocial e que reconhecem as crianças como atores sociais de pleno direito, ativos na (re)elaboração sociocultural. A pesquisa, qualitativa, fez uso de ferramentas etnográficas, como o método da observação participante, diário de campo, análise documental, registro audiovisual e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa (crianças e adultos). Os resultados do estudo apontam que os estudantes/crianças muitas vezes subvertem a ordem institucional adulta (que define os espaços e tempos da rotina escolar e que envolve um princípio de regras e valores que fundam a ordem e as relações intergeracionais) construindo uma ordem social instituinte infantil na tentativa de manter maior controle sobre suas vidas na escola. Essa ação, no entanto, é normalmente ignorada pelos adultos ou entendida como indisciplina. Assim, percebe-se que os conflitos gerados por diferenças culturais geralmente estão sob a aparência de conflitos de ordem geracional e disciplinar. Isso se verifica quando, em muitos casos, a ordem institucional adulta existente na escola, mais do que instaurar uma coerção disciplinar, usa de estratégias que são da ordem da estigmatização, pois ressaltam a identidade deteriorada dos estudantes migrantes ao tratar seus casos com mecanismos de disciplinamento e normatização de condutas. A prática escolar promove, assim, a homogeneização das diferenças culturais. Pode-se afirmar que a avaliação dos estudantes passa por comportamentos considerados inadequados ao ambiente escolar e marca a tentativa de homogeneizar ou manter as diferenças (étnicas, individuais, etc.) sob controle.

Palavras-chave: Criança. Migração. Escola.

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS DA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DE CRIANÇAS PARA UM POSSÍVEL REPLANEJAMENTO

**Daniela Odete de Oliveira
Rita de Cássia Marchi**

Este artigo resulta de dissertação de Mestrado em Educação vinculada ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Criança e do Adolescente (NEICA), desenvolvida na linha de pesquisa Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB/SC). A pesquisa “As contribuições de crianças do Ensino Fundamental sobre a escola, a infância e o(s) sentido(s) de ser criança” teve por objetivo central compreender como as crianças podem contribuir com o replanejamento dos tempos e espaços da escola a partir dos sentidos que atribuem à infância, ao fato de serem crianças e à identidade de aluno. A pesquisa foi realizada com crianças que tinham entre dez e onze anos de idade e cursavam

o 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública de um município do Vale do Itajaí/SC. Ancorado teoricamente na Sociologia da Infância, o estudo considera as concepções de infância e criança como construções históricas e sociais. Assim, compreende a criança como ator social que constrói sua história pelas e nas interações que estabelece em seu meio social e considera a infância em sua pluralidade e diversidade social, étnica, econômica, etc. De caráter qualitativo, o estudo fez uso de instrumentos da investigação etnográfica, como a observação participante, diário de campo, fotografias, vídeos, grupos focais e desenhos das crianças. No entanto, neste artigo serão somente apresentadas as análises dos dados gerados a partir dos desenhos feitos pelas crianças no que se refere às suas visões de como seria uma escola ideal. Os resultados do estudo apontam o fato de que essa 'escola ideal' está, centralmente, relacionada ao espaço físico para realização de atividades esportivas, consumo, aulas de informática e artes. Os desenhos permitem, ainda, compreender a necessidade das escolas replanejarem seus espaços também para fora da sala de aula, permitindo às crianças espaços para maior expressão de liberdade e de suas individualidades, garantindo-lhes a possibilidade de fazer escolhas e agir com mais autonomia na afirmação de suas identidades frente à homogeneização do espaço institucional. Nesse sentido, entende-se que o espaço não diz respeito apenas a uma realidade física, mas também às emoções, à afetividade, devido aos estados de ânimo que ele pode propiciar a partir das ações que nele podem ser realizadas. De maneira geral, o estudo realizou reflexões, portanto, sobre o adultocentrismo socialmente naturalizado e responsável pelo planejamento e organização escolar; sobre o ofício de aluno e ofício de criança e sobre o processo histórico de individualização da criança. Por fim, o estudo apontou a necessidade de reconhecer as crianças como atores sociais capazes de opinar e contribuir com questões que lhes dizem diretamente respeito (como é o caso da organização do cenário em que elas mais se fazem presentes na modernidade: a escola) e para a defesa e efetivação do princípio metodológico, ético e político da escuta das vozes das crianças nos seus contextos de vida.

Palavras-chave: Escola. Infância. Crianças.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA EDUCAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA – NUPEIN

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora: Kátia Adair Agostinho e Eloisa Acires Candal Rocha

ÉTICA NA PESQUISA COM CRIANÇAS: ABORDAGENS DOS ESTUDOS DO NUPEIN

**Fernanda Gonçalves
Giselle Silva Machado de Vasconcelos
Kátia Adair Agostinho
Roseli Nazario**

Este artigo aborda a questão da ética na pesquisa com crianças pequenas nos estudos e pesquisas do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação da Primeira Infância – NUPEIN (CED/UFSC), inicialmente no âmbito da educação infantil, mas que com o passar dos anos, extrapolou os muros destas instituições e alcançou outros espaços, como o de aldeias indígenas (MONGELO, 2013), de acolhimento institucional (NAZÁRIO, 2014) e de quilombos (PAULA, 2014). Esta trajetória teve como marco inicial o final dos anos de

1990, quando as pesquisas de Batista (1998) e Rocha (1999) demandaram a busca pela voz das crianças e impulsionaram as reflexões deste grupo na direção da ética nas pesquisas com crianças. Oliveira (2001) buscou o ponto de vista das crianças a respeito da situação e condição de suas infâncias no interior de uma instituição de Educação Infantil e, por ela, se materializa a defesa de um encontro marcado pela alteridade, vincado no reconhecimento do que une – adultos e crianças – nossa humanidade. Nestes 15 anos solidificou-se um conjunto significativo de estudos, de mestrado (COUTINHO, 2002, FRANCISCO, 2005, GAUDIO, 2013, etc.) e doutorado (AGOSTINHO, 2010, BUSS-SIMÃO, 2012, RIVEIRO, 2014, etc.), que se debruçaram sobre a temática. Deste modo, o esforço aqui empreendido consiste em compartilhar as concepções sobre este assunto, ancoradas nos aportes teóricos com quem o NUPEIN tem dialogado, podendo ser citados: Kramer (2002), Alderson (1995), Prout e Christensen (2002), Morrow (2009), O’Kane (2005); bem como sobre os dilemas que se colocam na relação de pesquisa junto às crianças pequenas. Cerisara (2004) reiterando as contribuições de Sarmento (2001) elencou alguns dos desafios referentes à questão ética: a mediação adulta para as autorizações, nomes reais ou fictícios, suas imagens, a devolução dos resultados de pesquisa, o zelo de sua integridade. No percurso dos estudos foram surgindo outras preocupações em torno das aproximações às crianças, como os cuidados sobre as falas/linguagens das crianças e o respeito pelo que elas nos dizem, o “consentimento informado”, aspectos estes que também compõem o texto por ora apresentado. Defendemos que a ética nas pesquisas com crianças é elemento particularmente importante no desenvolvimento de investigação junto a grupos historicamente sem poder, como é, indiscutivelmente, o grupo geracional da infância e especialmente neste, trabalhamos conceitualmente e politicamente na garantia do direito que lhe cabe, numa perspectiva de equilíbrio entre a proteção, a participação e a provisão. Trilhar este caminho tem implicado em colocar as crianças em equidade conceptual relativamente a outros grupos ou categorias sociais, considerando-as atores sociais, ativas na construção e determinação das suas vidas e dos que as rodeiam. O conjunto das pesquisas que discutiram a ética nas pesquisas com crianças somam na tarefa de definição e consolidação de uma pedagogia para a infância acrescentando o seu ponto de vista geracional. Neste sentido reiteramos a importância de pensarmos e aprofundarmos os saberes sobre as crianças e a infância, para que, a partir deles, possamos refletir e informar a formação, as práticas e as políticas na educação da infância, concebendo as crianças como seres biopsicossociais e a docência como uma relação social educativa fundamentada no respeito aos diferentes saberes que compõe esta relação.

Palavras-chave: Criança. Pesquisa. Ética.

PEDAGOGIA PARA A INFÂNCIA E ESPECIFICIDADES DA DOCÊNCIA

Eloisa Acires Candal Rocha
Patrícia Regina Silveira de Sá Brant
Rosa Batista
Rosinete Valdeci Schmitt
Rubia Vanessa Vicente Demetrio

O presente texto tem como objetivo apresentar um conjunto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do NUPEIN/CED/UFSC, que representa mais um esforço de continuidade de

estudos cujo objetivo principal tem sido analisar a definição da docência na Educação Infantil e a própria construção conceitual acerca da especificidade das funções da educação da pequena infância. No Brasil, a diversidade de funções profissionais envolvidas nas ações educativas em creches e em pré-escolas e, até mesmo a indefinição destas categorias, resultam das origens e trajetórias distintas destas instituições e de suas reconfigurações ao passar a integrar o sistema educativo. A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre estas configurações profissionais, vem exigindo a aproximação com os estudos sobre a docência, na medida em que vai se definindo, também termos de conquista legal, a profissão de professora de educação infantil. A análise das diferentes dimensões que constituem a ação docente na pequena infância (constituição e formação (inicial e continuada), está intrinsecamente relacionada com o estudo sobre a consolidação teórica de uma pedagogia da infância ou da educação infantil. No âmbito do Nupein, o estudo sobre as profissionais da educação infantil, suas funções, ação docente e relações entre diferentes profissionais na educação da criança, foram inauguradas principalmente com Cerisara (1996) e Sayão (2006), que em suas teses trataram da identidade das professoras e auxiliares de sala e as dimensões de gênero envolvidas nestas funções e nas relações de trabalho junto às crianças pequenas. Naquele momento outras preocupações relacionadas a estas funções envolvendo professoras e auxiliares, e a formação inicial e em serviço também foram objeto de pesquisas de mestrado Rivero (2001), Fernandes (2001), Mezacasa (2003), Bodnar (2006), Albuquerque (2007). Desde então, a preocupação em analisar as bases teóricas e orientações para as ações pedagógicas com as crianças pequenas, se aliam às preocupações com as origens da docência Rocha (2012), Batista, (2013); as relações educativas com as crianças, particularmente os bebês, Tristão (2004), Schmitt (2008, 2014), Duarte (2011), Demétrio (2016) e as especificidades da docência, Fernandes (2010), Gonçalves (2014), Simão (2014). No enfrentamento da tarefa de contribuir para constituição da área da Educação Infantil como um segmento da Educação Básica que tem suas especificidades, tem-se procurado construir referências para a docência orientadas pela complexidade das ações da educação das crianças pequenas, na medida em que o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico, social e cultural é concebido como um processo marcado por diferentes dimensões imersas no interior das relações entre adultos e crianças e das crianças entre si. Embora as pesquisas constituam construções e objetos distintos e variados, trazem nas suas análises indicativos acerca dos processos históricos de constituição da docência, da formação inicial e continuada, das relações educativo-pedagógicas e suas implicações para a definição da sua especificidade e consolidação de uma Pedagogia para a Infância.

Palavras-chave: Docência. Pedagogia. Infância.

PERSPECTIVAS DAS CRIANÇAS NAS PESQUISAS: CAMINHOS PARA UMA PEDAGOGIA DA INFÂNCIA

**Andréa Simões Rivero
Juliana Schumacker Lessa**

O presente texto tem como objetivo apresentar uma síntese de pesquisas desenvolvidas pelo NUPEIN/CED/UFSC, cujos esforços teórico-metodológicos concentraram-se em trazer à tona a perspectiva das crianças sobre diferentes temáticas, dimensões sociais e pedagógicas, com a intenção de reunir indicativos para a consolidação de uma Pedagogia

da Infância. No NUPEIN, desde as dissertações de Batista (1998), Oliveira (2001), Coutinho (2002), Agostinho (2003), e Schmitt (2008) iniciou-se uma tentativa de aproximação à perspectiva das crianças no campo das pesquisas. Mais recentemente, as teses de Buss-Simão (2012) e Rivero (2015), e as dissertações de Lessa (2011), Gaudio (2013), Bezerra (2013) e Mafra (2015) dão continuidade a essa perspectiva teórico-metodológica. Tais pesquisas buscaram compreender: a) como as crianças significam, compreendem e quais usos elas fazem dos conhecimentos referentes às relações de gênero em suas relações sociais, no contexto da creche (Buss-Simão, 2012); b) as relações sociais estabelecidas pelas crianças no decorrer das brincadeiras, no contexto da educação infantil, com vistas à compreensão de seus processos de constituição social (Rivero, 2015); c) como acontecem as relações sociais envolvendo os momentos de alimentação na jornada da educação infantil (Lessa, 2011); d) como as crianças significam, por meio de suas relações sociais, as dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero no contexto da educação infantil (Gaudio, 2013); e) quais os usos e os significados dados pelas crianças aos espaços da creche (Bezerra, 2013), e; f) como as crianças lidam com as normas e regras nas instituições de educação infantil (Mafra, 2015). Ainda que se situem em torno de construções de objetos distintos e variados, estas pesquisas procuram contemplar em suas análises as ações e expressões das crianças, compreendidas como sujeitos participantes da pesquisa, numa tentativa de entender como elas dão respostas e sentidos ao que lhes é apresentado da realidade social. Neste caminho, a aproximação às perspectivas das crianças, à medida em que nos permite conhecer os modos próprios de viverem seus processos educativos e constitutivos, no âmbito dos contextos coletivos de educação, também contribui no levantamento de um conjunto substancial de orientações para a consolidação de uma Pedagogia da Infância. O reconhecimento do outro-criança como partícipe na relação, sem desconsiderar os patamares inevitavelmente diferenciados, concretiza um encontro entre adultos e a alteridade da infância impondo aos pesquisadores o rompimento com relações verticalizadas, que trazem a marca da subordinação infantil (Rocha, 2010). Estas pesquisas recorreram, fundamentalmente, aos procedimentos metodológicos provenientes da etnografia, a partir da observação e descrição densa das relações e interações envolvendo as crianças, e do uso de recursos fotográficos e audiovisuais. De um modo geral, as bases teóricas dessas pesquisas têm buscado um diálogo com os Estudos Sociais da Infância (James, 1993; James e Prout, 1997; Corsaro, 1997; Qvortrup, 1999; Jenks, 2002; Prout, 2004, 2010; Plaisance, 2004; Ferreira, 2002, 2004; Sarmiento, 2003, 2004, 2005, 2008; Sirota, 2001; Montandon, 2001; Cohn, 2005), áreas do conhecimento que vêm se consolidando a partir da crítica ao apagamento da infância, da qual tradicionalmente estas disciplinas são tributárias.

Palavras-chave: Criança. Pesquisa. Educação.

EIXO TEMÁTICO 2: INFÂNCIA E TECNOLOGIAS

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Coordenadora: Marcia Cancado Figueiredo

JOGO DENTINO ESTRATÉGIA LÚDICA NO APRENDIZADO SOBRE A SAÚDE BUCAL

Dante Augusto Couto Barone

Marcia Cancado Figueiredo

O objetivo da pesquisa que ilustrará este grupo de pesquisa foi o desenvolvimento de um software na forma de um jogo denominado Dentino centrado na educação em saúde para escolares e analisar os componentes da descontração, do prazer, de aspectos formativos da aprendizagem em relação aos cuidados com a saúde bucal. Metodologia: Pesquisa exploratória, descritiva, abordagem qualitativa, do tipo estudo de casos, onde utilizou-se de identificação dos comportamentos, as percepções ou os gestos nos jogadores sugestivos da descontração, do prazer, dos aspectos formativos da aprendizagem, das emoções e das táticas desenvolvidas durante as partidas de um software educativo utilizado denominado Dentino. Este foi desenvolvido através do programa Unity que possui uma ferramenta de jogos com recursos avançados para a criação de títulos em 2D e 3D que traz uma grande biblioteca de funcionalidades prontas para a realização de conexões em rede, geração de terrenos, criação de efeitos de iluminação e de personagens em 3D, tendo como conceito principal do jogo o controle de um personagem o Dentino, que é um dente cuja missão é limpar a cavidade bucal protegendo-a para que as enfermidades não se instalem e, ensinando ao usuário como enfrentar adequadamente situações em tempo real. Alguns elementos da higiene bucal foram incluídos na mecânica do jogo, como o uso de fio dental, creme dental com flúor, escova de dente, dentre outros. Realizou-se com 35 escolares de 5 a 13 anos de idade matriculados na Escola Rural de Ensino Fundamental Rio Grande do Sul do município de General Câmara situado à 94 Km de Porto Alegre, RS. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética SMS/Porto Alegre sob o nº 669. Resultados: As variáveis indicativas da ludicidade de tecnologias educativas para a saúde incluem o prazer e a tensão no jogo. Todas as crianças gostaram do jogo Dentino sendo que 96,6% relataram que aprenderam o seguinte ao jogá-lo: Importância do uso do fio-dental -10%; Importância da escovação - 26,6%; Importância do uso da pasta dental - 0%, Comer doces muitas vezes ao dia é ruim para os dentes -23,3% ; Escovar os dentes faz bem à saúde 43,3% e, Não aprendeu nada - 3,3%. 86,6% dos escolares acharam o software fácil de ser jogado sendo que 93,3% gostariam de jogá-lo mais vezes. Em relação a pergunta: "O que poderia ser melhorado no jogo?" as respostas foram 3,3% Cores, 20% Comandos, 43,3% Rapidez, 23,3% Personagens e 30% a Estória. Após jogarem, todos os escolares sentiram-se motivados a cuidar de seus dentes e 83,3 % deles deram nota máxima 5 (de 1 a 5) para o jogo. Conclusões: A aplicação do Dentino para escolares da zona rural recebeu uma resposta bastante satisfatória, pois além de proporcionar momentos de lazer e entrosamento entre as crianças, atuou como ferramenta de ensino e motivação para os cuidados em saúde bucal. Por outro lado, o Dentino integrou o caráter

inventivo e de partilha como potencial para aprendizados múltiplos, para além do ensino da saúde bucal, ainda que partindo-se dele.

Palavras chave: Escolares. TIC. Saúde Bucal.

NÚCLEO INFÂNCIA, COMUNICAÇÃO, CULTURA E ARTE

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora: Gilka Elvira Ponzi Girardello

O ITINERÁRIO DA MAGIA DAS BRINCADEIRAS INFANTIS INDÍGENAS

Telma Anita Piacentini

O itinerário da magia das brincadeiras infantis indígenas surge no interior de pesquisas sobre imagens de brincadeiras representadas nas artes plásticas, notadamente na pintura e na escultura, tanto na Ilha de SC, através da obra de Franklin Cascaes, como no patrimônio da cultura do ocidente, por meio de pesquisas que realizamos no curso de doutorado na USP e em Ferrara/Itália, no NICA e no curso "Imagens de infância" do PPGE/CED/UFSC, bem como nos encontros com educadores populares, junto ao Instituto Wilson Groh. O ponto de partida são nossas semelhanças, enquanto cultura lúdica, no interior de heranças culturais diferentes e significativas, àquelas que nos dão identidade, através do prisma do imaginário e do real. Os brinquedos e as brincadeiras, considerados como manifestações de determinada época e espaço, ao caracterizar o universo amplo da qual fazem parte e situar as redes de relações complexas que se estabelecem entre o modo específico de brinquedo e o mundo amplo – que pode ser caracterizado também como um universo do imaginário (dotado de bens materiais e imateriais) - permitem perceber o modo como a sociedade se fundamenta e se organiza. Da mesma forma que foi possível detectar através da cultura lúdica a mistura de heranças luso-azoriana, negra e indígena que caracterizam o imaginário da Ilha de Santa Catarina (no livro "Brincadeiras Infantis da Ilha de Santa Catarina", 2010) pudemos constatar que os brinquedos e as brincadeiras oriundos da cultural local ultrapassam a vertente açoriana ao somar-se às vertentes negra e indígena. Os estudos possibilitaram também a criação de um espaço cultural lúdico, em que uma coleção de brinquedos apresenta-se atualmente como um museu com a forma criativa de um polvo, cujas alas são expressões de seus tentáculos. No momento, busca-se ampliar a expressão de harmonia entre diferentes culturas, configuradoras do nosso universo cultural, convivendo na representação do espaço geo-antropológico-social e aprofundando assim, as expressões do imaginário, notadamente, na busca da incursão no universo indígena guarani, xokleng, kaingang e xetá, povos indígenas tradicionais em Santa Catarina. Interessa-nos responder determinadas questões: o que aproxima uma criança indígena com uma boneca branca nos braços, durante os Jogos Mundiais Indígenas (Palmas/Tocantins, 2015), da boneca de Crepereia Tryphaena do Século II ou III, encontrada nas escavações em Roma, 1889? Ou da boneca representada na clássica pintura Brincadeiras Infantis de Peter Bruegel, 1560, ou das esculturas de Franklin Cascaes, na Ilha de Santa Catarina, nos anos de 40 a 80 do Século XX? Ou as crianças indígenas brincando de perna-de-pau em aldeia xavante, no centro do Brasil (Estado de Mato Grosso) e as representadas nas artes, pinturas ou esculturas, nas obras de Bruegel e Franklin Cascaes e outros artistas estudados? Ou mesmo as brincadeiras das crianças

indígenas do Amapá, Galibi-Morworno, e as brincadeiras existentes na área rural da Ilha de Santa Catarina, cotejadas no Museu do Brinquedo/UFSC, exposição de 2006-7? A proposta é desvendar nossas semelhanças, dotadas de diferenças enquanto seres humanos, universais e particulares.

Palavras-chave: Brincadeiras. Indígenas. Imaginário.

MULTILETRAMENTOS E A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL COM CRIANÇAS NA ESCOLA

Juliana Costa Muller

Lyana Virgínia Thédiga de Miranda

Monica Fantin

A partir da pesquisa “Multiletramentos e aprendizagens formais e informais: possíveis diálogos entre contextos escolares e culturais” e de algumas pesquisas correlatas, o texto discute a potencialidade do audiovisual na escola a partir da metodologia dos Episódios de Aprendizagem Situados (Rivoltella) de modo a propiciar uma integração significativa das tecnologias móveis nos processos de ensino-aprendizagem. Ao articular diversos projetos em uma pesquisa mais ampla evidenciamos alguns elementos em comum: a fundamentação teórico-metodológica, o campo empírico, as abordagens da pesquisa qualitativa (Van Der Marren) e a singularidade da pesquisa com crianças e mídias (Fantin; Girardello). A especificidade das investigações se revela nas nuances sobre o sentido de pesquisa aplicada, sujeitos participantes e instrumentos utilizados (observação participante, intervenção didática, oficinas, entrevistas, grupos focais). Para tanto, o campo de investigação foi composto por duas escolas públicas de ensino fundamental, situadas em Florianópolis, SC. Como sujeitos da pesquisa, participaram cerca de 150 estudantes entre 7 a 14 anos, das turmas de segundo, terceiro, quinto, sexto e oitavo ano do ensino fundamental, que acompanharam a proposta de intervenção didática no ano letivo de 2015. No recorte deste trabalho, destacamos o audiovisual como fio condutor do trabalho desenvolvido com as turmas do quinto, sexto e oitavo ano. A reflexão foi construída a partir das possibilidades dos multiletramentos e a da integração das tecnologias móveis na educação de crianças, da comunicação e resolução colaborativa de problemas na escola, e das competências midiáticas na produção de audiovisual. A singularidade dos objetos e contextos investigados, suas análises e interpretações revelam a importância da pesquisa em parceria, suas narrativas e a diversidade de registros que se construíram sob a ótica de vários olhares. Nos diferentes percursos de pesquisa em que evidenciamos as crianças e sua relação com a mídia e os dispositivos móveis, buscamos fundamentos, olhares, falas e práticas que pudessem revelar aprendizagens e competências em construção no contexto de uma pesquisa em parceria. Desse modo, destacamos que as análises parciais captadas na singularidade de tais processos não permitem generalizações e neste momento configuram-se apenas como indícios e possibilidades de pensar a educação das crianças na escola a partir de uma metodologia ativa que integre os dispositivos móveis na didática de forma significativa. As aprendizagens evidenciadas neste percurso transitam entre o espaço formal e informal e demonstram que a afirmação dos direitos das crianças em relação às mídias - proteção, provisão e participação -, deve andar junto com o direito à educação e à

comunicação como possibilidade de pertencimento na perspectiva da cidadania. Desse modo, entre os diversos sentidos das aprendizagens formais e informais observados na pesquisa, destacamos o lugar da corporeidade e multissensorialidades na construção da experiência e das competências, bem como os diversos âmbitos das práticas culturais que envolvem os multiletramentos na educação de crianças.

Palavras-chave: Crianças. Multiletramentos. Audiovisual.

AUTORIA, PARTICIPAÇÃO, TELEVISÃO E MULTILETRAMENTOS NO COTIDIANO CULTURAL DA ESCOLA

Gilka Elvira Ponzi Girardello
Rogério Santos Pereira
Simone Soler

Um dos temas mais presentes nas pesquisas recentes de nosso grupo é a promoção da autoria das crianças na criação de narrativas em diferentes linguagens, num processo de participação estética, ressignificação crítica e reprodução interpretativa das múltiplas formas culturais a que elas têm acesso, desde a tradição oral local até a cultura midiática. A compreensão de autoria que temos proposto possui dimensões lúdicas, colaborativas e poéticas, e vem sendo desenvolvida em diversos trabalhos do grupo, como em Girardello (2015) e Campos (2016). A autoria infantil necessita ao mesmo tempo ser nutrida e inspirada por textos orais, literários e audiovisuais diversificados e de qualidade, que levem em conta a singularidade da infância. Para lidar com a difícil questão de como decidir o que é um texto "de qualidade" para crianças, apostamos na construção de critérios em processos participativos coletivos, com sólidas raízes em cada contexto cultural e pedagógico. É com essa preocupação que foi conduzida a dissertação "Se chover assistimos TV": práticas e mediações pedagógicas em relação à televisão na Educação Infantil (Soler, 2015), que inclui uma pesquisa participante com aspectos etnográficos, enfocando a relação das crianças com televisão nas instituições, a partir de referências como Sarmento, Buckingham, Pereira, Orozco-Gómez, Martín-Barbero, Girardello, Fantin, Orofino e Munarim, entre outros. No cotidiano observado - uma instituição de educação infantil da rede pública de Florianópolis onde a televisão fica ligada com frequência - evidenciou-se a ausência de participação das crianças na escolha do que assistir, e de uma maior compreensão de por que e como assistir. Identificou-se regras implícitas para o uso da TV: quando a profissional está sozinha para atender a todas as crianças, nos momentos de "espera" na entrada e saída das crianças, para preencher tempos vazios por falta de planejamento e em condições climáticas adversas para brincar ao ar livre (chuva, frio, muito calor). O trabalho aponta a necessidade de reflexão sobre as referências televisivas que estão presentes, direta e indiretamente, no cotidiano da Educação Infantil. E propõe um roteiro de temas, questões e aportes teóricos para que os(as) profissionais de cada instituição possam debater o assunto localmente e construir, participativamente, critérios para o uso da TV. Já a tese intitulada "Multiletramentos, tecnologias digitais e os lugares do corpo na educação" (Pereira, 2014) traz à cena as crianças que são corpo no mundo e que compõem, a partir de diálogos do movimento corporal com outras linguagens, processos de expressão, tradução e criação. Ao problematizar os multiletramentos – proposta que insere

múltiplas modalidades de linguagem no ensino escolar de práticas sociais de leitura e escrita –, o trabalho busca caminhos para interligar corpo e palavra a partir das brincadeiras infantis e suas aproximações com o imaginário midiático. Com ênfase nos suportes digitais às linguagens, e inspirados no corpo próprio – sensível e motriz – da obra de Merleau-Ponty, propõe-se que as crianças aproximem sinestesticamente os campos perceptivo e expressivo na autoria de suas narrativas.

Palavras-chave: Televisão. Multiletramentos. Corpo

OBSERVATÓRIO DE PRÁTICAS ESCOLARES

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Coordenadora: Geovana Mendonça Lunardi Mendes

POR UMA NOVA COMPREENSÃO DA INFÂNCIA: EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE CULTURAL A PARTIR DOS USOS DAS TECNOLOGIAS

Juliane Di Paula Queiroz Odinino

Este resumo busca trazer algumas considerações sobre a pesquisa de estágio pós-doutoral desenvolvida junto ao grupo de pesquisa OPE no período de maio de 2014 a fevereiro de 2016. Foi desenvolvida junto a turmas de primeiros anos de duas realidades cotidianas escolares da região da grande Florianópolis, parceiras do projeto maior, a E.E.B. São Tarcísio, localizada no município de São Bonifácio/SC, região da grande Florianópolis (EBST) e Colégio Aplicação da Universidade do Estado de Santa Catarina (CA) em Florianópolis. No contexto da sociedade globalizada buscou-se atentar para a diversidade cultural, conferindo uma atenção especial às novas subjetividades infantis mediadas tecnologicamente, potencializadoras de múltiplas e inovadoras expressões culturais. A análise conferiu uma atenção especial aos momentos considerados mais propícios para a livre expressão, apontados pelas crianças como “momentos livres” no contexto dos usos das novas tecnologias. Assim, a pesquisa foi se delineando pelo interesse justamente nos olhares e nas vozes infantis a respeito de suas compreensões sobre esse espaço mediado tecnologicamente, onde emergem e são negociadas as diferenças identitárias infantis. Na compreensão da experiência da infância contemporânea, admite-se a centralidade que na atualidade as mídias e as novas tecnologias usufruem nas configurações identitárias dos grupos infantis e, sobretudo, seu papel nas normatizações das feminilidades e das masculinidades. Além disso, tem se destacado pelo movimento da globalização das culturas o modelo de vida urbano, industrial e tecnológico em detrimento das manifestações culturais locais/regionais, aliado ao fator da desigualdade socioeconômica. Tendo em vista este cenário, como estratégia metodológica a pesquisa lançou mão da observação participante, através da etnografia, e da pesquisa-intervenção a partir do uso e da problematização dos conteúdos midiáticos e da apropriação das tecnologias digitais disponíveis. A atenção esteve voltada na promoção de trocas interculturais entre as crianças a partir dos usos e das construções narrativas por meio das ferramentas tecnológicas ao alcance das crianças nas duas diferentes realidades escolares, como tablets, laptops educacionais e uma câmera filmadora. Esta estratégia, sob a forma de pesquisa-intervenção visava-se: a) suscitar inovadoras expressões audiovisuais das realidades cotidianas locais infantis; b) promover o intercâmbio de suas inventivas produções simbólicas e culturais infantis,

ainda que bastante povoadas e ressignificadas pelos novos contornos das subjetividades contemporâneas mediadas tecnologicamente. Assim, a pesquisa esteve diretamente articulada ao projeto maior pelo avivamento da circulação e da valorização de saberes locais e pela contestação de padrões de gênero, , geração, classe e etnia, cujas vivências, dinâmicas e memórias nos currículos escolares têm encontrado dificuldades de expressão e questionamento. Durante o processo de produção imagética e narrativa houve a valorização e o avivamento das múltiplas vivências e expressões culturais infantis, a partir das interações. Como desdobramento a análise buscou dialogar e problematizar as mais recentes políticas educacionais que atravessam a discussão curricular das mídias e tecnologia no contexto escolar, na defesa da vivência plena da infância, dos princípios democráticos, de combate à discriminação e valorização dos múltiplos saberes e linguagens nos contextos escolares.

Palavras-chave: Infância. Tecnologias. Escola.

AS PESQUISAS CIENTÍFICAS SOBRE JOGOS ELETRÔNICOS E INFÂNCIA: O LUGAR DOS ESTUDOS DA CRIANÇA

Carla Cristiane Loureiro

Nas últimas décadas veem se intensificando as discussões teórico-metodológicas que trazem para o centro da discussão a criança, desafiando pesquisadores para os modos como devem respeitar as especificidades da criança como como ser competente, sujeito de um processo permanente negociação e renegociação que modifica de forma participante os fenômenos sociais. Buscando oferecer um panorama da produção das pesquisas com crianças e jogos eletrônicos, este texto apresenta a análise das escolhas teórico-metodológicas de artigos presentes em três revistas internacionais, a saber: *Childhood*, *Children & Society* e *Games and Culture*, com objetivo de mapear e examinar as metodologias utilizadas e as concepções de criança e infância subjacentes às escolhas dos pesquisadores, dando ênfase na complexidade que reveste a categoria infância na contemporaneidade. Dada a novidade desse tema, a pesquisa tem um papel fundamental, para sustentar empiricamente, bem como dar pistas para compreender porque muitas vezes, a criança não tem visibilidade que deveria ter, quer no campo científico, quer no campo social e político. Além disso, o fato de estarmos imersos num processo de transformações tecnológicas que impõe ao pesquisador a necessidade de utilizar metodologias que consigam captar tais mudanças, em especial quando entram em cena as crianças. Nesse sentido, analisar a produção sobre essa temática nos leva a assumir o desafio de buscar compreender o que para nos é contemporâneo, assumindo os riscos de quem olha “de dentro”, para tentar ampliar o conhecimento sobre a infância na sua relação com as tecnologias. Para tanto, intentamos captar nos trabalhos analisados quais estão interessados em construir conhecimento científico relevante e implicado sobre e com as crianças e, se a partir da construção de interlocuções entre diferentes áreas de conhecimento, as pesquisas tem considerado a participação das crianças, de forma a superar mitos acerca da (in)competência das crianças. Procurando tomar o cuidado de não fazer afirmações categóricas a partir de um levantamento realizado em apenas três revistas, parece ser possível indagar sobre algumas questões que ficaram evidentes na nossa amostra: a) o número predominante de pesquisas realizadas em

escolas, mesmo quando a temática não se relacionava diretamente ao uso pedagógico dos jogos, contribuindo assim para a consolidação da ideia que lugar de criança é na escola, naturalizando sua condição de aprendiz; b) apesar do acúmulo da produção acadêmica em diferentes campos disciplinares dos Estudos da Criança afirmarem o caráter histórico e social da construção da infância, percebemos que a maioria dos trabalhos não contribui para afastar a visão hegemônica relacionada ao pressuposto de que a criança tem um estatuto social diferente do adulto, baseado num déficit de racionalidade e competência; c) a maior parte das pesquisas utiliza como principal instrumento de coleta de dados entrevistas e questionários e poucos que se dedicam a investigar as crianças efetivamente quando estão jogando, mostrando a pouca valorização das competências das crianças para se expressarem e do seu direito a serem ouvidas para além das formas de comunicação escritas e das orais. Tais questões permitem apontar que os Estudos da Criança na intersecção com as tecnologias ainda se configuram como um campo multifacetado, multidisciplinar, não consensual e fragmentário.

Palavras-chave: Estudos da Criança. Infância. Jogos eletrônicos.

TECNOLOGIAS DO ENSINO E DIFUSÃO DE CIÊNCIA

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Coordenador: Nelson Studart

ESTRELA-DO-MAR RASTEJA? UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DAS TIC NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marcia Maria de Mello

O presente trabalho apresenta um recorte dos resultados de um processo de formação continuada de professores que teve por objetivo incentivar a utilização e integração das Tecnologias da Informação e Comunicação em sua prática pedagógica. Foi realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil em São Carlos/SP no ano de 2015 e envolveu 7 professores e 138 crianças com idade entre 3 e 5 anos. Durante os encontros formativos junto ao grupo de professores foram realizadas a exploração, análise e adequação de atividades do material "TACCLE2: atividades com tecnologias para crianças dos 3 aos 12 anos: propostas para professores e educadores". Ressalta-se que o referido material foi empregado como uma possibilidade de realizar um elo entre as práticas já desenvolvidas pelos professores em suas salas de aula e os aparatos tecnológicos disponíveis na unidade escolar. Especificamente, o texto versará sobre a experiência vivenciada por uma turma de crianças com idade entre 5 e 6 anos, cuja atividade norteadora escolhida foi a de número 20, intitulada: "Feras Rastejantes". O objetivo inicial da atividade caracterizava uma primeira introdução ao uso de câmeras digitais e imagens de vídeo por parte das crianças, que teriam que simular ser diferentes insetos e/ou seres rastejantes e então, registrar suas possíveis trajetórias como se as vissem por meio dos olhos dos seres escolhidos. Todavia, um dos resultados obtidos indicou que a base de conhecimento para o ensino da professora exerceu influência sobre o processo de condução da atividade junto às crianças. Tal perspectiva culminou na ampliação das atividades desenvolvidas junto e pelas crianças para além do objetivo inicial, proporcionando a vivência de experiências que mobilizaram não só o

envolvimento das crianças, mas também contribuíram para o desenvolvimento profissional da própria professora da turma. Nesse sentido, destaca-se uma reflexão que emergiu do processo de escrita sobre a própria atuação; refere-se ao fato de que por meio do uso da tecnologia, mais especificamente em uma atividade de pesquisa na internet por parte das crianças utilizando os netbooks, a base de conhecimento para o ensino da professora foi colocada em movimento. Ao ser questionada se a estrela-dormar rastejava, a professora relata que teve que buscar novas informações para responder às interrogações das crianças, uma vez que não sabia a resposta correta. Ou seja, o uso da tecnologia em sala de aula acabou por desencadear um processo de busca por novos conhecimentos para o atendimento de dúvidas colocadas pelas crianças durante a realização da atividade. O conteúdo passou a não ser mais exclusividade da professora, determinando o quê e em que medida seria explicitado; voltando o foco para um maior protagonismo das crianças, que ao identificarem informações obtidas na internet, por exemplo, questionaram e trouxeram à discussão questões que por vezes não fariam parte do rol elencado pela professora; ultrapassando o aspecto da instrução e avançando para o do protagonismo e da descoberta. Os resultados obtidos a partir desta primeira experimentação descortinaram a existência de um novo universo no qual a articulação entre tecnologia e prática pode oferecer prazerosas experiências de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação de Professores. TIC.

EIXO TEMÁTICO 3: PRÁTICAS EDUCATIVAS E INFÂNCIA

CULTURA, PRÁTICA EDUCATIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Coordenadora: Susana Inês Molon

O PROCESSO DE PESQUISA COM CRIANÇAS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO DO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

**Camila Trindade
Susana Inês Molon**

O presente estudo tem como objetivo apresentar e discutir as opções teórico-metodológicas assumidas no projeto de pesquisa intitulado “Significados e sentidos produzidos pelas crianças, familiares e professoras sobre as experiências das crianças de seis anos no Ensino Fundamental de Nove Anos”. Esta pesquisa foi realizada com uma turma do primeiro ano do Ensino Fundamental de Nove Anos de uma escola da rede pública municipal de educação, situada na periferia da cidade do Rio Grande – RS. Os sujeitos de pesquisa foram vinte e uma crianças regularmente matriculadas no primeiro ano, os familiares dessas crianças (incluindo irmãs e irmãos mais velhos, avós, pais e mães) e a professora regente da turma. Foi desenvolvida por um grupo de pesquisadoras vinculadas ao Laboratório de Pesquisa e Estudos em Psicologia Social - LAPEPSO, do Curso de Psicologia, do Instituto de Ciências Humanas e da Informação e do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, ao longo do ano 2014. O processo de pesquisa em questão foi orientado nos aspectos teóricos e metodológicos pela perspectiva da Teoria Sócio-histórica, a qual compreende estes enquanto processos constitutivos e indispensáveis na produção do conhecimento. Na teoria Sócio-histórica, destacam-se as contribuições de autores como Vygotsky (1996), Molon (2008), Kramer (2006) e Kramer e Leite (1996) e Freitas (2002). O presente estudo foi dividido em dois eixos de discussão: o primeiro que abordará algumas das questões teóricas que nortearam a pesquisa com crianças, especialmente relacionadas com as temáticas da infância e dos processos de escolarização no primeiro ano do Ensino Fundamental. E o segundo eixo que tratará sobre os procedimentos metodológicos adotados para a realização da investigação com as crianças, seus familiares e a professora, mais precisamente, sobre as atividades que envolveram a construção da pesquisa por meio de reuniões semanais realizadas com a professora da turma, nas quais se discutiam questões a respeito dos principais temas vivenciados no cotidiano escolar, a explicação da proposta da pesquisa para as crianças, o processo de obtenção da autorização e consentimento das crianças e seus responsáveis para participar da investigação e as observações semanalmente realizadas no cotidiano escolar, nos mais variados ambientes da escola, entre esses, a sala de aula, o pátio, o refeitório, o parquinho, a quadra de esportes, entre outros, os quais foram registradas por meio de escritas no diário de campo e registro em fotos e vídeos. As considerações finais, assinalam que a opção teórica e metodológica pela perspectiva da Teoria Sócio-histórica utilizada na pesquisa em questão, possibilita compreender o papel das crianças enquanto sujeitos ativos no processo de construção da pesquisa e na construção das experiências sobre os processos de escolarização. Assim, enfatizasse a necessidade de

que os processos investigativos com crianças devem pressupor uma construção coletiva de pesquisadores e sujeitos investigados nos contextos de ensinar e aprender.

Palavras-chave: Pesquisa. Crianças. Perspectivas.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL E FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenadora: Karla da Costa Seabra

DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS: O QUE SABEM OS EDUCADORES

Karla da Costa Seabra

Este estudo parte do pressuposto teórico que as interações sociais são essenciais para o desenvolvimento humano, independente da cultura em que a criança está inserida, ela passa por um processo de maturação biológica em seu desenvolvimento, apresentando características que são universais, mas que, em amplo aspecto, depende de um “outro social”. Pressupõe-se que a família é o primeiro ambiente de socialização do bebê, mas é sabido que, em nossa sociedade ocidental urbana, é cada vez mais precoce a inserção de bebês em creches. Nessa direção, é importante que o educador da creche tenha noções de que a criança na instituição de Educação Infantil influencia e é influenciada por esse ambiente físico e social, considerando que o desenvolvimento humano é um processo que ocorre através das interações com outras pessoas em ambientes organizados culturalmente. Não podemos deixar de discutir a influência das práticas cotidianas com o bebê provindas de seus cuidadores, especificamente aqui, educadores de creche. Atualmente o atendimento de zero a cinco anos possui objetivos próprios, sendo privilegiada a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Mas, observa-se que grande parte dos educadores dos bebês de zero a dois anos ainda apresenta muita dificuldade em colocar em prática essa indissociabilidade, continuando muitas vezes com uma proposta puramente assistencialista com os bebês. O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Formação de educadores e práticas pedagógicas com bebês” e tem como objetivo investigar o nível de conhecimento de educadores de crianças de 0 a 2 anos sobre o desenvolvimento infantil. Como objetivos mais específicos pretende-se investigar: o nível de conhecimento de educadores sobre desenvolvimento em seus variados aspectos e a forma como foram adquiridos; o nível de formação dos educadores; os teóricos e teorias de desenvolvimento dos quais se apropriam; a relação entre o conhecimento do desenvolvimento de bebês e a prática cotidiana de educadores; comparar o conhecimento de educadores da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é realizada através de uma entrevista semiestruturada, composta por 18 perguntas, gravadas e transcritas. As entrevistas são realizadas nos locais de trabalho dos participantes tanto da rede pública, quanto da rede privada. Além da entrevista os participantes assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste trabalho analisaremos as entrevistas realizadas com 43 educadores de creches privadas e da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. A partir dos dados coletados até o momento foi realizada uma análise do conteúdo das respostas. Os resultados obtidos até o momento apontam que mesmo com uma formação acadêmica no nível de graduação da maioria dos participantes, há uma defasagem no tocante ao domínio de conhecimentos precisos sobre o desenvolvimento global dessa faixa etária. Espera-se a partir dos resultados

desta pesquisa que seja viabilizado um melhor planejamento das disciplinas de desenvolvimento infantil nos cursos de formação e aperfeiçoamento de professores, contribuindo para a formação de um profissional mais próximo das necessidades do cotidiano, articulando os saberes e a teoria à prática profissional.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Bebês. Educadores.

MUTISMO SELETIVO NA CRECHE-ESCOLA: CAPACITAÇÃO DOS EDUCADORES

Patricia Reis Candeias

O Mutismo Seletivo (MS) é um transtorno de ansiedade que acomete, principalmente, crianças e que se caracteriza pelo comportamento mudo em determinados ambientes. A criança com esse diagnóstico não apresenta prejuízos cognitivos que justifiquem esta postura e consegue verbalizar com clareza em outras circunstâncias e locais. O tratamento do Mutismo Seletivo demanda acompanhamento psicoterápico e estratégias sociais específicas. Alguns estudos nos apontam resultados positivos em tratamentos realizados com ação multidisciplinar, incluindo pais e professores nas sessões e a utilização do espaço escolar para o tratamento. Como encontramos uma prevalência do transtorno em crianças com idade pré-escolar (entre três e cinco anos), a pesquisa de mestrado vem acontecendo em ambientes de Educação Infantil e tem por objetivo analisar se os educadores possuem informações teóricas e práticas sobre o Mutismo Seletivo que contribuam para interação entre educador e criança. Dessa forma, poderemos vislumbrar a necessidade de um programa de capacitação nas escolas voltado para os educadores. O presente trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento e representa dois estudos. No primeiro, um relato de caso de uma criança de três anos com diagnóstico de Mutismo Seletivo, cujo tratamento psicoterápico, em conjunto com a família e a escola, obteve resultados significativos levando a criança à superação do quadro. O segundo estudo, ainda em desenvolvimento, é o levantamento de dados sobre o conhecimento dos educadores acerca do transtorno. O objetivo deste estudo é identificar se os educadores do Rio de Janeiro, de escolas públicas e privadas, apresentam capacitação para lidar com crianças diagnosticadas com Mutismo Seletivo utilizando as estratégias sociais e pedagógicas que favoreçam a verbalização destas na escola. Estes estudos são compostos por entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos professores, à família e à psicóloga clínica (do caso relatado). As entrevistas contêm perguntas estruturadas e outras abertas que foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Contou também com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a pesquisa e a publicação dos dados coletados. Para o primeiro estudo, foram analisados os registros das reuniões entre os pais, psicóloga e escola de 2013 a 2016, viabilizados pela instituição no qual a criança está matriculada, que descrevem o comportamento social e emocional da mesma junto às crianças e adultos da sua creche-escola. Os dados finais indicam um resultado positivo da interação multidisciplinar no tratamento da criança, o que corrobora para o prosseguimento da pesquisa central e a investigação do estudo dois. Através do exposto pretende-se apresentar, aos profissionais de psicologia clínica e escolar, como um tratamento em conjunto pode favorecer a superação do quadro de mutismo seletivo e a importância do conhecimento

prévio do transtorno para uma interação de máximo aproveitamento entre adulto e criança com mutismo seletivo.

DESENVOLVIMENTO, LINGUAGEM E EDUCAÇÃO DA CRIANÇA

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Coordenadora: Silvia Helena Vieira Cruz

AS CONCEPÇÕES DAS CRIANÇAS, PROFESSORA E COORDENADORA PEDAGÓGICA SOBRE O RECREIO COMO ATIVIDADE DA ROTINA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Celiane Oliveira dos Santos

Silvia Helena Vieira Cruz

O presente estudo analisou as concepções que as crianças, a professora e a coordenadora pedagógica têm sobre o recreio, como atividade da rotina, em uma escola pública de Educação Infantil. Para tanto, procurou conhecer a rotina estabelecida em um grupo de crianças da pré-escola, com foco no recreio e identificar quais são as concepções das crianças e da equipe pedagógica sobre essa atividade na rotina. A abordagem sociointeracionista do desenvolvimento humano, especificamente os estudos de Vygotsky (2007, 2010) e de Wallon (2007), e ainda os estudos na área da Sociologia da Infância e da Socioantropologia da Infância, nomeadamente, as contribuições de Corsaro (2002; 2009; 2011), Sarmiento (2002, 2005, 2008), Pinto (1997) e Delalande (2001, 2003, 2011, 2012) constituíram o quadro teórico do presente estudo. Conforme os autores mencionados, a brincadeira é uma atividade que promove o desenvolvimento integral da criança, incentiva a interação entre pares e possibilita a produção de culturas infantis. O recreio é considerado como lugar de enriquecimento cultural; espaço privilegiado para a ocorrência de brincadeiras e interações horizontais; desse modo, transcende as concepções que apenas o relacionam a um momento de pausa e recomposição de energias para o trabalho realizado em sala. A problemática da pesquisa encontrou na abordagem qualitativa o caminho para atingir seus objetivos. A investigação foi realizada em uma escola de Educação Infantil da cidade de Fortaleza/CE. Participaram do estudo oito crianças de cinco a seis anos de idade, a professora do grupo e a coordenadora pedagógica. Os procedimentos utilizados para a construção dos dados foram: observação participante, entrevista semiestruturada com a professora e com a coordenadora pedagógica, entrevistas individuais e coletivas com as crianças utilizando desenhos feitos por elas e histórias a serem completadas, questionário sobre dados do contexto de investigação e aspectos das vidas da professora e da coordenadora e consulta a documentos “oficiais” da instituição. Os registros consistiram no emprego de diário de campo, fotografia, vídeo e gravador de voz (MP4). A análise dos dados mostrou que a rotina vivenciada pelas crianças é marcada por atividades escolarizantes, com o objetivo de prepará-las para o ingresso no Ensino Fundamental, sendo os tempos destinados à realização das chamadas “tarefas” voltadas à aquisição da linguagem escrita os mais valorizados pela professora. A regulação dos tempos das crianças na escola por meio das imposições dos adultos revelou posturas adultocêntricas nas relações estabelecidas, com pouca escuta das demandas infantis. Em contraposição, as crianças atribuíram ao recreio a maior importância entre todas da rotina escolar. Essa atividade representava para elas uma das raras oportunidades na

rotina para a realização de brincadeiras e se relacionarem com seus pares. Como as brincadeiras e as interações com os pares, especialmente nas áreas externas, eram os aspectos considerados mais importantes pelas crianças, o recreio se constituía na principal razão pela qual frequentam a escola: segundo elas, se não tivesse recreio, “as crianças iam chorar muito” e “não vinha mais pra escola”. As profissionais, embora destacassem a importância das brincadeiras, não acompanham o recreio das crianças, o que expressa a desvalorização das brincadeiras e a desconsideração da dimensão pedagógica dessa atividade, pela equipe de profissionais da escola.

Palavras-chave: Recreio. Rotina. Pré-escola.

O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ORAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES EM UMA CRECHE MUNICIPAL DE FORTALEZA-CE

Ana Carine dos Santos de Sousa Paiva
Silvia Helena Vieira Cruz

A presente pesquisa, realizada como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação, situa-se na área da Educação Infantil e buscou conhecer as práticas e as concepções de professoras de creche em relação ao desenvolvimento da linguagem oral das crianças. Assim, procuramos apreender as compreensões das professoras sobre o desenvolvimento da linguagem oral das crianças com as quais trabalham; conhecer o papel que as professoras atribuem a si mesmas, no desenvolvimento da linguagem oral das crianças; identificar as práticas realizadas nos diversos momentos da rotina pela professora que mais interferem no desenvolvimento da oralidade das crianças e analisar a qualidade dessas práticas. Respaldamos este trabalho nos estudos de Piaget (1983; 1986; 2009), Vigotski (1998; 2007; 2008) e Wallon (1995; 2007; 2008) sobre a importância do surgimento da linguagem oral e o papel desta no desenvolvimento integral e nas interações dos sujeitos infantis; também foram importantes as discussões propostas por Bondioli e Mantovani (1998), Cruz (2011), Kishimoto (2011), Malaguzzi (1999), Oliveira-Formosinho (2011), acerca da formação e da profissionalidade docente para esta etapa da educação. A pesquisa de campo foi de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, realizada em uma creche municipal de Fortaleza que atende crianças de um a três anos de idade. Utilizamos como instrumentos investigativos: a aplicação de questionário e realização de entrevista com as três professoras da creche e a observação das suas práticas pedagógicas, realizada em períodos inteiros do dia, durante três meses. Adotamos como estratégias de registros o diário de campo, fotografias e gravação de voz e vídeo, com a intenção de capturar as interações das docentes com as crianças e das crianças entre si. Nessa pesquisa, constatamos que as docentes compreendem a importância do seu papel no desenvolvimento da linguagem oral das crianças; porém, apenas uma delas realiza um trabalho de qualidade com essa linguagem em suas práticas com as crianças, falando bastante com elas e escutando-as atentamente, de forma a estimular o uso da fala e ampliar os seus repertórios comunicativos. Identificamos que as demais docentes não percebem que o desenvolvimento dessa linguagem acontece em todos os momentos da rotina, mesmo os que têm maior ênfase em ações de cuidado (como na alimentação e

higiene das crianças). Duas das professoras dificultavam o desenvolvimento da linguagem oral das crianças: em suas turmas, ocorriam precárias interações verbais entre docentes e crianças e não havia estímulo para trocas entre as crianças, realizando atividades que desrespeitam os interesses e necessidades delas; nem mesmo nas atividades que planejavam objetivando o desenvolvimento da linguagem oral efetivavam esse objetivo. As constatações feitas neste estudo indicam que o tema do desenvolvimento da linguagem oral das crianças ainda necessita de um olhar mais atento nas ações de formação (inicial e continuada) de professores, que devem também dar maior visibilidade às especificidades do trabalho docente com as crianças de zero a três anos de idade, que vivem, cotidianamente, uma parcela significativa da sua infância em instituições de Educação Infantil.

Palavras-chave: Creche. Linguagem. Docentes.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO RACIAL EM CRIANÇAS DE TRÊS ANOS NO CONTEXTO DA CRECHE

Bárbara Rainara Maia Silva
Pedro Neto Oliveira de Aquino
Silvia Helena Vieira Cruz

O objetivo principal da presente pesquisa é compreender como as crianças constroem a sua identidade étnico-racial e, nesse processo, qual a contribuição das experiências vividas por elas nas creches da rede pública municipal de Fortaleza, privilegiando a sua perspectiva. Foram realizados estudos sobre a construção da consciência de si na teoria psicogenética de Henri Wallon (GALVÃO, 1995, WALLON, 1989 e 2007) e sobre a produção que tratou da discriminação étnico-racial na Educação Infantil (como, por exemplo, BENTO, (2011; CAVALLEIRO, 1998; CLADE, 2013; CRUZ, 2015; DIAS, 1997; GODOY, 1996; OLIVEIRA, 2004; SILVA, 2015; SOUSA e CROSO, 2007; e TRINIDAD, 2011). Foram realizadas várias observações de períodos inteiros em um Centro de Educação Infantil-CEI da rede municipal de Fortaleza, focando a atenção em uma turma de crianças de três anos e também aplicados instrumentos elaborados para esse fim: comparação de fotos, complementação de histórias e conversas sobre fotografias feitas pelas crianças. Embora os dados produzidos ainda estejam em análise, já foi possível identificar várias características das condições oferecidas às crianças e tanto aspectos gerais do trabalho pedagógico como os relativos ao tema em pauta. Há alguns problemas na estrutura física do CEI, especialmente nos banheiros; na decoração do Centro predomina o estereótipo branco, embora também estejam presentes elementos da Guiné-Bissau na sala enfocada; os brinquedos e livros disponíveis têm qualidade, conservação e limpeza precárias; o currículo praticado é pobre e centrado em atividades fragmentadas e desarticuladas; no entanto, há várias oportunidades de brincadeira, inclusive no espaço externo; o banho e a alimentação não são consideradas atividades que merecem a mediação da professora e as crianças não recebem a sua atenção nesses momentos. As professoras mantêm relações amistosas com as crianças e são cuidadosas em relação à segurança delas, mas muitas vezes não escutam o que elas lhes perguntam, solicitam, comentam; em relação a comportamento diferenciado às crianças pertencentes ao grupo étnico-racial negro, constatado em outras pesquisas (como OLIVEIRA, 2004),

foi presenciada apenas uma cena em que uma professora evitou beijar a única menina negra da turma, proveniente da Guiné-Bissau; por outro lado, parecia haver excessiva preocupação em destacar positivamente essa menina (inclusive sendo mais condescendente com ela em relação ao seu comportamento), talvez como decorrência do conhecimento do objetivo da presente pesquisa. Foi possível constatar que as crianças já distinguem as cores de pele decorrentes do pertencimento étnico-racial e que esta e outras características aparentemente não têm forte influência nas relações que elas estabelecem entre si. Todavia, a menina guineense reclamou ter sido chamada de preta por um colega e foi presenciado um ato de discriminação em relação a ela por parte de crianças da escola vizinha à creche. O processo de constituição da identidade étnico-racial das crianças parece seguir caminhos diversos: as crianças brancas se identificam como tal, a menina negra se reconhece como “preta” e valoriza isso enquanto uma menina mulata afirma ser “branca” ou “azul”. Vale destacar que a aparente segurança e autoestima positiva da garota negra não se expressa em boas relações com os colegas, aos quais comumente procura impor sua vontade, envolvendo-se com frequência em conflitos.

Palavras-chave: Identidade. Creche. Crianças.

ENSINO DE FÍSICA PARA CRIANÇAS

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Coordenadora: Rosana Cavalcanti Maia Santos

A ELETRICIDADE E NOSSA VIDA: FÍSICA PARA CRIANÇAS

Bruna Carvalho Antunes
Bruna Madeira Noguez
Márcia Maria Lucchese

O presente trabalho apresenta um relato de experiência de ensino e aprendizagem de conceitos físicos e científicos com um grupo de seis crianças entre 5 e 8 anos de idade. O trabalho foi desenvolvido em uma instituição social que recebe meninos de 0 a 12 anos em situação de risco, denominada “Casa do Guri”, localizada no município de Bagé/RS. O tema trabalhado com as crianças foi “A eletricidade e nossa vida”. Para tal, o tema foi desenvolvido em cinco encontros, nos quais se abordou os seguintes subtemas: a água e nossa vida, o ciclo da água, os estados físicos da matéria, eletrostática e circuitos elétricos. A divisão do tema geral em subtemas é fundamentada pela teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, uma vez que, é necessário a aprendizagem de conceitos âncoras (subsunoers) para que a aprendizagem significativa seja viabilizada. Nesse contexto, o objetivo do primeiro encontro foi identificar as percepções das crianças em relação à importância da água para a nossa vida. No segundo encontro foi abordado o ciclo da água a partir do seguinte questionamento: de onde vem a chuva?. No terceiro encontro foi abordado os estados físicos da matéria (em específico a água) por meio de um jogo intitulado “jogo do bafo dos estados físicos da matéria”. No quarto encontro foi abordado o subtema eletrostática, a partir da realização de experimentos. Para tal, cada criança construiu um kit experimental e realizou os desafios propostos: eletrizar um canudo e “pescar” certa quantidade de peixinhos de papel com o mesmo. No quinto e último encontro abordou-se o subtema circuito

elétrico, a partir da construção de um circuito elétrico em série em uma perspectiva investigativa. Nesse encontro foi possível fazer a relação entre os conceitos físicos abordados anteriormente, a partir da análise de onde vem a energia elétrica das residências, bem como, instigar a curiosidade por meio da observação e manuseio do circuito elétrico elaborado. Assim, é possível enumerar alguns dos resultados obtidos a partir do desenvolvimento deste trabalho. O primeiro deles é a viabilidade do ensino de conceitos científicos para crianças, desde que sejam realizadas as devidas transposições didáticas sobre o tema abordado, bem como a adequação das atividades propostas. Posteriormente, observa-se a necessidade de propor atividades científicas que promovam o entretenimento, a criatividade e a curiosidade das crianças. Por isso, este trabalho utilizou-se de: leitura de materiais didáticos infantis, confecção de cartazes e desenhos, uso de jogos, construção e realização de experimentos e atividades investigativas relacionadas ao cotidiano. Por fim, outro relevante resultado é o respeito em relação às explicações dadas pelas crianças para os fenômenos abordados. Ou seja, nesta faixa etária é inviável apontar o “erro” nas explicações dadas e que não são aceitas cientificamente, uma vez que, o objetivo principal da educação científica para a faixa etária citada é que tais crianças desenvolvam o raciocínio lógico e os conceitos âncoras para que construam – de maneira processual – os conceitos científicos adotados pela comunidade acadêmica, bem como as habilidades para tal.

Palavras-chave: Eletricidade. Crianças. Lúdico.

ESTUDOS SOBRE INFÂNCIA: POLÍTICAS PÚBLICAS, CURRÍCULO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Coordenadora: **Viviane Ache Cancian**

O PROJETO PROINFÂNCIA: ACESSORAMENTO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO ÀS REDES E SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRAL, NOROESTE E NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Débora Teixeira de Mello

Juliana Goelzer

Simone Freitas da Silva Gallina

Viviane Ache Cancian

O presente artigo trata do estudo do Projeto de Assessoramento e Acompanhamento Pedagógico às redes e sistemas de ensino na implementação do Proinfância em municípios da região central, norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul, o qual oportunizou, ao longo dos últimos 4 (quatro) anos, tanto aos pesquisadores e formadores de profissionais da Educação Infantil, quanto aos gestores da educação e docentes que atuam nesta etapa, a congregação de esforços para o enfrentamento dos “antigos e dos novos problemas”, buscando a integração de ações para fazer cumprir o papel do Estado como instrumento político de igualdade. Trata-se de um projeto de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Educação Básica (SEB), Coordenadoria de Educação Infantil (COEDI), Ministério da Educação (MEC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), executado pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI/CE) em parceria

com a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo (UEIIA), com a Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e a Universidade de Passo Fundo (UPF). Desta forma, o projeto permitiu o desenvolvimento de parcerias entre a Universidade e a Educação Básica, articulando ações da pesquisa, da gestão, e das práticas pedagógicas para a Educação Infantil. O projeto teve início no final do ano de 2012, quando assumimos o desafio de dialogar com mais de 150 (cento e cinquenta) municípios do estado que receberam Unidades Proinfância, as quais em alguns municípios já estavam em funcionamento, em outros em fase de implementação, ou ainda, em outros, em fase de construção. Tais municípios já contavam com a obra física, e nosso desafio, naquele momento, era assessorar a construção da proposta pedagógica destas instituições. O projeto, através de suas ações, realizou a formação continuada de gestores e docentes das redes e sistemas públicos de educação infantil, das instituições do Proinfância, com vistas à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), abrangendo um total de 150 (cento e cinquenta) municípios da região centro, noroeste e norte do Estado do Rio Grande do Sul. Os municípios foram organizados em 3 (três) municípios polos: 1 (um) para a região central, 1 (um) para região noroeste e 1 (um) para a região norte. Além da formação para professores e gestores dos 150 municípios, 24 (vinte e quatro) desses municípios, distribuídos em oito municípios, para cada um dos 3 (três) polos entre a Região Central, Noroeste e Norte, receberam visitas técnicas e a formação em contexto nas Unidades do Proinfância. Buscou-se acompanhar a organização da estrutura e o funcionamento das instituições de Educação Infantil e contribuir para o fortalecimento das políticas públicas municipais de Educação Infantil. Constatamos, através desse estudo, que através das ações desenvolvidas a universidade cumpre sua função de ensino, pesquisa e extensão assessorando as redes e sistemas de ensino na implementação do Proinfância e qualificando a Educação Infantil nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul para alcançar a excelência em qualidade no atendimento à criança de zero a seis anos.

Palavras-chave: Educação-Infantil. Políticas-Públicas. Formação-Continuada.

ARTICULANDO TEORIA E PRÁTICA: A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE DOCENTES NA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO/UFSM

Débora Teixeira de Mello
Juliana Goelzer
Tatiane Alvez Guarda
Viviane Ache Cancian

Este projeto faz parte dos estudos do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Infância: Políticas Públicas, Currículo, Práticas Pedagógicas e Formação Docente e visa analisar a formação de professores para a Educação Infantil, com ênfase no currículo e prática docente tendo como objetivo investigar as concepções de uma ação pedagógica com crianças pequenas, compreendendo a relação teoria-prática na formação de professores da educação infantil. A Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica vem sendo ofertada pela Universidade Federal de Santa Maria desde o ano de 1989, mediante a Unidade de Educação Infantil denominada Ipê Amarelo. A criação de tal espaço educativo buscou atender as demandas do Centro de Educação da Universidade,

em particular, no que tange a formação docente para atuar na Educação Infantil tanto no Curso de Pedagogia como Educação Especial. Considerando que a Universidade, desde a sua criação, vem atuando na formação docente para a Educação Básica, o foco do presente estudo é investigar como ocorrem os processos de articulação entre teoria e prática na Instituição Ipê Amarelo enfocando as demandas para o aprimoramento tanto da formação inicial quanto continuada de docentes para a Educação Infantil. Entre as questões a serem investigadas destacamos as práticas relacionadas ao planejamento, avaliação e registro das ações desenvolvidas no cotidiano, em particular, analisando os pressupostos teóricos que balizam tais ações pedagógicas. Compreendendo a prática docente como um espaço de reflexão constante do profissional da educação, diante disso se coloca a necessidade de um projeto de formação continuada que favoreça a sua autonomia e a análise de sua prática pedagógica individual e coletivamente. Acreditamos que a pesquisa-ação numa reflexão da práxis pedagógica como enfoque metodológico permite uma interação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa, auxiliando nos encaminhamentos coletivos de soluções das situações encontradas sob forma de ação concreta. O que pode esclarecer ou apontar a solução de problemas na situação encontrada e acompanhar as decisões das ações e da atividade intencional dos atores envolvidos. Para tanto, a metodologia utilizada é a pesquisa-ação com realização de revisão de literatura e grupo de discussão, contando com a participação de docentes do Centro de Educação da UFSM, professoras da Unidade de Educação Infantil – Ipê Amarelo e acadêmicos/as dos Cursos de Pedagogia e Educação Especial dessa Universidade. Nesse processo de formação continuada da UEIIA, os professores também tornam-se pesquisadores repensando qual o currículo a ser desenvolvido com o grupo de crianças de 0 a 5 anos, e acerca do processo de aprendizagem dessas crianças. Esses encontros/reuniões entre professores e bolsistas permite ao grupo a realização da sua formação continuada, com pesquisas sistemáticas sobre o seu fazer pedagógico, refletindo sobre o seu trabalho diário com as crianças, sobre planejamento e currículo na educação infantil. Os dados de pesquisa classificados estão sendo sistematizados a partir da qualidade da educação infantil e da formação de professores, práticas educativas, projeto pedagógico e proposta de currículo para a Educação Infantil.

Palavras-chave: Formação de Professores e Educação Infantil. Prática Pedagógica. Currículo.

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO E AMPLICAÇÃO DAS FAIXAS-ETÁRIAS NA ORNAIZAÇÃO DE TURMAS MUITI-IDADES NA UEIIA

Daliana Loffler
Gabriela Da Ros de Araújo
Maria Talita Fleig
Vívian Jamile Beling

Este texto está referenciado no projeto de pesquisa “O processo de implementação e ampliação das faixas-etárias na organização de turmas multi-idades na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo (UEIIA)” desenvolvido pelo GRUPO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE INFÂNCIA: POLÍTICAS PÚBLICAS, CURRÍCULO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE. Objetiva investigar o processo de

organização do trabalho pedagógico na ampliação das faixas etárias das turmas multi-idades na UEIIA. Esse projeto surgiu das demandas de investigação a partir da organização de turmas multi-idades na UEIIA, desde o ano de 2008, assumindo diferentes formas de organização a cada ano, de acordo com o grupo de crianças e professores atuantes nesse período, respeitando as singularidades de todos os sujeitos envolvidos no processo. Neste ano (2016), exceto a turma de Berçário, todas as turmas são turmas multi-idades, com crianças de 1 ano e 6 meses a 6 anos. Esta foi uma decisão do coletivo da Unidade, por compreender, a partir dos estudos que realizamos ao longo dos últimos anos, que esta é uma possibilidade de garantir interações e brincadeiras qualificadas para as crianças. Tendo em vista que esta é uma proposta ainda bastante nova no contexto brasileiro, sentimos a necessidade de continuarmos aprofundando nossos estudos com relação a ela. Sendo assim, buscamos uma maior interlocução com todos os envolvidos nesse processo (crianças, famílias, professores, educadores, bolsistas, estagiários, equipe de funcionários da cozinha, lactário, lavanderia, secretaria, portaria, entre outros) para que possamos acompanhar mais de perto os desafios e as possibilidades dessa proposta e propor experiências ricas e desafiadoras às crianças, e formação qualificada dentro deste espaço para todos aqueles que nele buscam e propõem a pesquisa e a extensão. Compreendemos, tomando como base de todo o nosso trabalho as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), que não é possível aprofundar nossos estudos com relação à proposta multietária, se não aprofundarmos também nossos estudos com relação a outros elementos que são centrais no trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Infantil, os quais se constituem como eixos de investigação, a saber: direitos das crianças, interações e brincadeiras – eixos norteadores do trabalho pedagógico – formação de professores, diversidade, participação das crianças, linguagens. Acreditamos na relevância dessa pesquisa porque o que estamos propondo ao longo dos anos na Ipê Amarelo é uma ruptura com a ideia de educação homogeneizadora e a consolidação da concepção de criança enquanto capaz, ativa e competente, que deve – e tem o direito – de ser escutada e apoiada em suas interações e brincadeiras a partir de um planejamento qualificado e organizado tendo em vista as suas especificidades. A base metodológica é a pesquisa qualitativa e, para a escrita desse texto, utilizamos os dados coletados através de questionários com as famílias, os quais foram pensados para que possamos acompanhar e compreender os entedimentos das famílias acerca do processo de ampliação das faixas etárias das turmas de multi-idade, e analisar os limites e as potencialidades para qualificar as discussões sobre os currículos na Educação Infantil e a formação de professores na Unidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Currículo. Multi-idades.

FORMACCE INFÂNCIA

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Coordenadora: Ana Paula Silva da Conceição

AS MÚLTIPLAS NARRATIVAS INFANTIS NA CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA CRECHE SANTA MARIA

Ana Paula Silva da Conceição
Aristela Evangelista dos Santos

Esta pesquisa nasceu a partir das reflexões sobre as práticas educativas da educação

infantil durante o curso de Especialização em Docência na Educação Infantil MEC/SEB/UFBA/ FAGED e fortalecidas no grupo de pesquisa FORMACCE INFÂNCIA-UNEB/DEDC I. A pesquisa se justifica na necessidade da educadora-pesquisadora se aprofundar teoricamente e metodologicamente na pedagogia da escuta e sua transposição na construção da proposta pedagógica da Creche Santa Maria. A pergunta que norteia esse trabalho é: Como as múltiplas narrativas infantis podem contribuir na construção da prática pedagógica da Creche Santa Maria? Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as narrativas infantis como estratégias de participação das crianças na construção da proposta pedagógica da Creche Santa Maria, bem como conhecer o processo de escuta sensível do professor através das narrativas das crianças para refletir sobre os elementos que compõe a prática pedagógica. Nesta perspectiva, o estudo de campo foi a própria escola acima citada, a qual é localizada no município de Camaçari/Ba, os sujeitos da pesquisa foram crianças de 04 anos de idade e sua respectiva docente. O estudo enquadra-se na modalidade de pesquisa educacional de base qualitativa, inspirada na Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial (Macedo, 2004). O referencial teórico será baseado nos estudos de Francesco Tonucci (1998), Loris Malaguzzi (1998), Carla Rinaldi (2013), Oliveira-Formosinho (201), e na teoria sociointeracionista que reuni teóricos como Jean Piaget, Vygotsky e Dewey. São teóricos que veem a criança como um ser potente, criativo e capaz de contribuir para a sua própria aprendizagem. Ao analisar as narrativas infantis das crianças, identificamos a necessidade de um caminho constante de investigação do processo de ensino/aprendizagem autêntico e simbiótico com os saberes, necessidades e desejos das crianças, sendo esse processo documentado e analisando junto com as crianças e comunidade escolar. Os resultados deste estudo revelam contribuições para os espaços que ofertam Educação Infantil, na medida em que a criança passa a ser um sujeito participativo e valorizado, que tem a sua fala/expressão validada nas tomadas de decisões dentro do ambiente escolar. No ofício da docência na Educação Infantil, nesse caso, na creche, a constante busca por conhecimentos é uma ferramenta estruturante para a construção de práticas pedagógicas que considerem a infância, a criança e seu universo imaginativo, seus saberes, sua cultura própria que se reinventa a cada geração. É nesse universo em que se insere esta pesquisa. Para fundamentar essas discussões, tomamos como referencial teórico os seguintes autores: PIAGET (2007); PIAGET e INHELDER (2006); VYGOTSKY (2014), KISHIMOTO (2011) e ABRAMOVICH (1997).a Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial, por se apresentar como uma pesquisa de base qualitativa voltada para o conhecimento das ordens sociais e culturais em uma organização, revelou-se mais adequada. Considerando a realidade da infância.

Palavras-chave: Criança. Narrativas infantis. Prática Pedagógica.

VAMOS BRINCAR DE LER? CONSTRUINDO PONTES PARA O MUNDO DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Niclécia Ferreira Gama
Rosemary Lapa de Oliveira**

No ofício da docência na Educação Infantil, nesse caso, na creche, a constante busca por

conhecimentos é uma ferramenta estruturante para a construção de práticas pedagógicas que considerem a infância, a criança e seu universo imaginativo, seus saberes, sua cultura própria que se reinventa a cada geração. É nesse universo em que se insere esta pesquisa, desenvolvida no curso de Especialização em Docência na Educação Infantil MEC/SEB/UFBA/ FAGED, o qual subsidiou o trabalho de encantamento que a leitura pode proporcionar a crianças, mesmo sem desenvolver com elas as habilidades de decifração do código linguístico. Depois, essas ideias foram sendo gestadas no grupo de pesquisa FORMACCE INFÂNCIA-UNEB/DEDC I, o qual ampliou as possibilidades de fazer novas incursões ao mundo da literatura com as crianças na primeira infância, fazendo da leitura e da contação de histórias instrumentos para mediação da aprendizagem de outras linguagens. Assim, o presente trabalho tem como tema principal o papel da leitura de história para a formação de novos leitores, a partir de três anos de idade, quando a criança parece construir significados a partir do uso dos livros infantis. A relevância deste tema deve-se ao fato de que as histórias lidas podem favorecer ou não o interesse pela leitura e pelas obras literárias desde os primeiros contatos com os livros, que inicialmente são incorporados à vivência infantil como brinquedos, que são manuseados, experimentados e que a posteriori podem vir a se tornar objetos significativos para as experiências de leitura. Desse modo, a nossa questão de pesquisa foi: As crianças do Grupo 3 desenvolvem, nas interações com os livros literários, o gosto pela leitura enquanto brincam de ler? A partir desse questionamento, os objetivos foram: investigar os etnométodos que as crianças utilizam para interagir com os livros que gostam de “brincar de ler”; identificar as histórias preferidas pelo grupo; analisar os comportamentos leitores das crianças pequenas à luz das teorias subjacentes. Para fundamentar essas discussões, tomamos como referencial teórico os seguintes autores: PIAGET (2007); PIAGET e INHELDER (2006); VYGOTSKY (2014), KISHIMOTO (2011) e ABRAMOVICH (1997). Visando revelar a questão de pesquisa, optamos pela metodologia de abordagem qualitativa, de cunho etnográfico. Assim, a Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial, por se apresentar como uma pesquisa de base qualitativa voltada para o conhecimento das ordens sociais e culturais em uma organização revelou-se mais adequada. A análise dos resultados revelou que as crianças nos seus processos de interação elaboram discursos, atribuem sentidos e constroem pontes interlocutivas de acesso ao mundo da leitura. Os resultados aqui apresentados podem contribuir com as instituições de Educação Infantil, na medida em que valorizam os atos de leitura praticados pelas crianças e pelos leitores mais experientes como pontes para a inserção na cultura literária, tendo as crianças como sujeitos ativos e participativos desses atos.

Palavras-chave: Educação infantil. Leitura.

INTERMEDIACÕES PEDAGÓGICAS PARA A APRENDIZAGEM DA LECTOESCRITA NO AVA- MOODLE

Jocenildes Zacarias Santos

O século XXI assinala mudanças em direção a um conjunto de condições sociais que estão reconstituindo os mapas culturais e geográficos do mundo, produzindo, ao mesmo tempo, novas formas de aprendizagem, de políticas pedagógicas e de ensino. As Tecnologias da Informação e Comunicação- TIC estão possibilitando romper com uma

lógica linear de aprendizagem da lectoescrita, apresentando espaços para interlocuções entre as crianças, os textos e as redes colaborativas e sociais. O processo dialógico de interação, entre a criança e esses espaços, se constitui articulando significados, dialogando, emergindo de uma perspectiva contextual na tentativa de responder às demandas do individual, dentro de um determinado contexto de produção de conhecimentos e, conseqüentemente, de aprendizagem. O contato da criança com a rede Internet por meio de chats, redes sociais, jogos online e games, possibilita o reconhecimento acerca de novas estruturas informacionais que podem contribuir de forma significativa na construção da sua aprendizagem. Por conseguinte, nessa produção textual, essa aprendizagem é vista como um processo de construção e reconstrução da linguagem, que envolve o desejo, a socialização dos conhecimentos e as experiências apresentadas pelas mesmas, enquanto sujeitos históricos. Destarte, em um processo lento e de adaptação, aquém ainda a demanda da sociedade contemporânea, a escola vem implementando uma nova lógica de aprendizagem com as redes digitais, possibilitando as crianças troca de informações, de saberes e de conhecimentos a partir do processo interativo de construção e de criação. Assim, enuncio de modo mais direto o foco/objeto desta pesquisa: a aprendizagem da lectoescrita das crianças no Primeiro Ano do Ensino Fundamental, no Moodle, enquanto processo instrumental e de troca ou construção simbólica que pode agregar informações, conhecimentos e atividades coletivas em constante processo de reconstrução de aprendizagens, em especial da aquisição e desenvolvimento da lectoescrita. Nesse mesmo contexto, trazendo derivações estritamente pedagógicas, relativas ao nível de escolarização enfocadas, questiono: a interação das crianças com AVA-Moodle possibilita a aprendizagem da leitura e da escrita para além dos muros da escola, contribuindo para a produção de sentido, pela condição de sujeito da linguagem da criança? Na internet, emergem grupos que se dispõem a estar junto virtualmente e distante fisicamente constituindo tribos culturais, isso faz com que a escola tenha a sua prática pedagógica historicamente repensada, porque na sua modalidade de ensino presencial, externaliza-se uma preocupação com a relação teoria/prática. Nesse contexto, parte-se da utilização da epistemologia da pesquisa qualitativa que compreende as experiências humanas elaboradas no cotidiano da ação-pensamento-ação, compreendendo que o objeto da pesquisa faz o seu desvelamento nas relações que estabelece entre as experiências existentes e o conhecimento. Com autores relevantes

Palavras-chave: Tecnologias. Lectoescrita. Aprendizagem.

GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO INFANTIL - GEEDIN

Centro Universitário Metodista IPA

Coordenadora: Samantha Dias de Lima

VEZ E VOZ: O QUE PENSAM AS CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS MATRICULADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE SEU INGRESSO OBRIGATÓRIO

Samantha Dias de Lima

A presente pesquisa, em fase inicial de coleta de dados, integra os investimentos

realizados pelo Grupo de Estudos em Educação Infantil (GEEDIN) do Centro Universitário Metodista IPA. Trata-se de uma pesquisa com crianças de escolas públicas do município de Porto Alegre (R.S.) problematizando - O que pensam as crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Educação Infantil (EI) in escolas de Ensino Fundamental sobre seu ingresso obrigatório? O projeto possui previsão de três anos (2016-2018). A temática do projeto dá continuidade às pesquisas desenvolvidas pelas pesquisadoras em atividades acadêmicas anteriores e tem como meta a ser alcançada dar *Ve* e *Voz* às crianças assegurando a visibilidade do protagonismo infantil e das culturas infantis nos espaços institucionalizados, conhecendo como estes espaços estão (sendo) organizados para as demandas dessas crianças. O ponto de partida desta problemática é o Plano Nacional de Educação - Lei n.13.005 (2014) que traz na “meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade [...]”, o que faz com que se busque ampliar o entendimento acerca das consequências de tal ação nos âmbitos: pedagógico (escola), acadêmico (universidade) e social (sociedade civil) promovendo discussões que repercutam no campo da Educação Infantil e academia. A pesquisa adotará a metodologia contemporânea de pesquisa com crianças, sustentada pelos Estudos da Infância, conjunto de ciências que estuda as crianças enquanto sujeito histórico, social e geracional, tal como: Filosofia da Criança, Antropologia da Criança, Psicologia da Criança e Sociologia da Infância, sendo esta última o nosso viés analítico/metodológico, uma vez que a geração dos dados será realizada contando diretamente com a participação das criança, tendo autores como: Alan Prout, Catarina Tomaz, Chris Jenks, Jens Qvortrup, Manuel Jacinto Sarmiento, Manuela Ferreira, Natália Fernandes, Willian Corsaro, buscando conhecer o que pensam as crianças sobre seu ingresso na pré-escola, considerando o triênio 2016-2018. Trata-se de uma demanda educativa e social as crianças estarem cada vez mais cedo institucionalizadas, mas precisamos enquanto pesquisadores comprometidos com essa pauta acompanhar esse processo que se inicia neste ano e produzir pesquisa e conhecimento novo para o meio acadêmico e social. Pesquisar com crianças pequenas é aprender com as mesmas, considerando todas as possibilidades existentes de linguagens, é vê-las como sujeito capaz, com formas distintas de expressão do adulto, mas sem caráter de incompletude. Nossa pesquisa está comprometida em gerar dados e produzir novos conhecimentos na área da EI, considerando a relevância social, política, pedagógica e acadêmica desta área, bem como firma a relevância de mantermos na agenda as questões da Educação Infantil nos diferentes cenários da nossa sociedade. Reconhecemos a especificidade do trabalho desenvolvido na EI, que envolvem diferentes arranjos pedagógicos, tais como práticas, currículos, rotinas, organização dos tempos e dos espaços propícios para as culturas infantis, propiciando às crianças o desenvolvimento da interatividade, da ludicidade, da fantasia do real e da reiteração, legitimando o trabalho na Educação Infantil como parte integrante de um projeto de educação nacional, mas questionando o porquê e o como esse trabalho está sendo desenvolvido nas escolas que antes apenas ofertavam o Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Infâncias. Educação. Obrigatoriedade.

GRUPO DE EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E GÊNERO – GEDIG’

Luciane Pandini Simiano

O presente texto apresenta um percurso de pesquisas iniciado a partir da pesquisa de mestrado (SIMIANO, 2010) cujo objetivo era propiciar visibilidade aos espaços/lugares constitutivos e constituídos pelos bebês. Através dos eixos norteadores do estudo – espaço, lugar, experiência, bebê - evidenciou-se a importância da creche para a constituição dos sujeitos, a precariedade desses espaços e das poucas pesquisas na área. Sendo a creche o primeiro espaço de educação coletiva do ser humano, acredita-se ser necessário configurar-se em um espaço significativo, capaz de potencializar experiências. A educação coletiva dos bebês efetiva-se na materialidade de um espaço/tempo, por isso, considera-se fundamental o mesmo ser rico, diverso em materiais, brinquedos, mobiliário. O espaço potencializa a educação. No entanto, é o olhar, a conversa, o toque, o sorriso, a brincadeira, as relações, e as experiências que transformam o espaço da creche em lugar de viver a infância, não uma infância qualquer, mas inteira, completa, em plenitude. Após construir indicadores acerca de tais eixos, no sentido de dar continuidade aos estudos, Simiano (2015) desenvolve a pesquisa de doutorado que teve por foco pesquisar o processo de documentação pedagógica como possível narrativa peculiar para e com crianças pequenas no contexto educativo. Como filtros de leitura têm-se as proposições da pedagogia italiana, em diálogo com a filosofia de Walter Benjamin. A pesquisa aponta a documentação pedagógica como fundadora de uma narrativa peculiar constituída na materialidade das “coisas” pelas quais o bebê narra e é narrado. Entre o visível e o invisível, entre a voz e o silêncio, emerge a documentação. No gesto de observar, registrar, interpretar e narrar o professor reconhece, valoriza e colhe preciosidades, as quais, se não forem narradas, correm o risco de se perderem no cotidiano. No decorrer do seguimento de tais estudos, foram desenvolvidas outras pesquisas que buscam olhar para o espaço e tempo das instituições de educação infantil enfocando como os sujeitos ocupam, se apropriam e vivem experiências (GUIMARÃES, 2011; SOARES, 2016). A partir desta perspectiva, buscou-se lançar olhares para além do espaço da sala, enfocando todos os espaços das instituições de educação infantil, tal como Souza (2012) que destacou especificamente a organização do espaço da brinquedoteca e Avelino (2012) que pesquisou as experiências das crianças bem pequenas em espaços ao ar livre. Importante ressaltar, que os espaços são pesquisados para além de suas materialidades, os estudos citados buscam visibilizar sobretudo as relações, as experiências entre crianças e adultos (GALDINO, 2011) e crianças entre seus pares (MENDES, 2012). Considerando a experiência educativa como um processo passível de ser narrado, realizou-se estudos sobre a produção de narrativas das crianças (SOUZA, 2013) e adultos no/do cotidiano educativo (CARNEIRO, 2016; BORGES, 2016). Dialogando com a ideia de documentação pedagógica como um processo narrativo que apresenta possibilidade de atribuir sentido as experiências, Netto (2013) apresenta um levantamento sobre a produção bibliográfica a respeito da documentação pedagógica no Brasil entre o período de 2000-2010 e dá continuidade ao seu estudo (NETTO 2016) pesquisando o processo de documentação no cotidiano da

Educação Infantil como estratégia de formação docente capaz de possibilitar que as experiências educativas sejam narradas e valoradas.

Palavras-chave: Infância. Experiência. Narrativa.

O CORPO NAS RELAÇÕES EDUCATIVAS

Márcia Buss-Simão

O presente texto pretende apresentar o percurso de investigação iniciado a partir da pesquisa de mestrado em que se buscou recuperar, na produção científica brasileira, as concepções de infância, corpo e educação entre o período de 1997-2003 (BUSS-SIMÃO, 2007). Historicamente na educação infantil, as atividades ligadas ao corpo, à higiene, alimentação, sono das crianças eram desvalorizadas e diferenciadas das atividades consideradas pedagógicas, estas sim entendidas como sérias e merecedoras de atenção e valor. O mapeamento nas produções científicas que tratavam da infância em diferentes áreas do conhecimento, objetivando conhecer as concepções de corpo, criança e educação, se deu por se compreender que estas concepções acabam por orientar o âmbito da ação pedagógica com as crianças. Buscando aprofundar a presença do corpo nas relações educativas na educação infantil, na pesquisa de doutorado (BUSS-SIMÃO, 2012), busca-se, a partir da perspectiva das crianças, investigar como e por meio de quais processos as crianças constroem, manifestam, representam e experienciam seus corpos, tendo em conta as definições e determinações de uma ordem institucional adulta, bem como, de uma ordem social emergente das próprias crianças. Para isso, na pesquisa, a atenção se dirigiu, sobretudo, às lógicas sociais de ação social adotadas pelas crianças nas ações e relações estabelecidas com os adultos e com outras crianças, tanto nas atividades sistematizadas pelos adultos, como nas brincadeiras e relações estabelecidas em diferentes espaços e tempos da instituição. Na continuidade foram desenvolvidas pesquisas que buscaram aprofundar essa temática, a exemplo de Braga (2015) que procurou se aproximar de meninas e meninos na educação infantil direcionando seu olhar sobre as relações de gênero nas brincadeiras. As pesquisas até aqui mencionadas objetivaram se aproximar da perspectiva das crianças, mas, ao mesmo tempo, essa aproximação aos modos próprios das crianças vivenciarem seus processos educativos e constitutivos, no âmbito dos contextos coletivos de educação, também visava contribuir para o levantamento de um conjunto substancial de orientações para a consolidação de uma Pedagogia da Infância. Nessa perspectiva, outro conjunto de pesquisas, buscou identificar, nas bases curriculares dos cursos de pedagogia das universidades federais do país, as bases científicas, disciplinares e conceituais que subjazem à organização das matrizes curriculares, bem como desvelar o lugar que a categoria gênero (BUSS-SIMÃO, 2015) e a categoria corpo (BARBOSA, 2015) ocupam ao longo do processo formativo oferecido pelos cursos de pedagogia dessas universidades. Também a pesquisa de Farias (2015) buscou localizar, na formação docente no curso de Pedagogia da Unisul, as presenças e ausências das discussões sobre gênero e sexualidade nos dois currículos em andamento na instituição. Ainda a pesquisa de Silva (2016) tem buscado compreender como o cuidado, o corpo e a emoção nas relações educativas na educação infantil são constituidores das especificidades da docência com bebês.

Palavras-chave: Infância. Pedagogia. Corpo.

Vera Lucia Chacon Valença

O presente texto visa reunir as pesquisas desenvolvidas focando a participação das crianças, suas experiências de autonomia e o protagonismo infantil, em diferentes espaços educacionais/culturais. Tendo por referência o projeto do Museu das Crianças, que vem sendo desenvolvido desde 2005, as pesquisas exploram os quatro eixos que o compõem; cultura, história, artes e meio ambiente. O Museu é destinado a um público constituído por crianças de três a quatorze anos, razão que faz com que seja essa a faixa etária das investigações. Conhecer e estimular a participação/protagonismo infantil numa perspectiva intercultural, em espaços de educação extraescolar, tais como em museus e cidades, tem sido objeto de interesse atualmente. No que diz respeito aos três dos quatro eixos museológicos: história, cultura e arte, as pesquisas têm explorado os dados que vem sendo coletados desde 2001 (VALENÇA, 2001) sobre Valores cultural/estéticos predominantes em/com crianças de diferentes descendências, quando, através de três questionários foram envolvidas 1400 crianças brasileiras e 78 crianças cabo-verdianas. Foram pesquisadas as tradições, (festas, costumes, hábitos); as experiências de aprendizagens pelo cotidiano e também suas opiniões a respeito de um padrão físico de beleza, o conceito que utilizam sobre arte e as linguagens artísticas expressadas por elas. Visando a identificação de objetos geradores foram selecionados por elas aqueles mais significativos, para a realização de pequenas exposições nas suas escolas. Em pesquisa com idosos, a partir da história oral, foram investigadas as Memórias da Infância de 28 idosos de Tubarão (VALENÇA, 2008/2012); e também coletadas narrativas escritas com 16 alunas da pedagogia a respeito de suas primeiras experiências escolares (VALENÇA, 2012 e 2013), visando estabelecer uma ponte entre suas vivências e suas aspirações como professoras da educação infantil. Dando continuidade às pesquisas a partir de 2014 (SIMIANO, 2014) o foco se dirige ao eixo Meio Ambiente, em que, opiniões, necessidades e experiências de autonomia, participação das crianças na cidade como espaço educativo estão focados em projetos desenvolvidos. Conhecer e compreende as brincadeiras na cidade de Tubarão (SIMIANO, 2014), a Juventude e a experiência de autonomia na Cidade de Palhoça (MACHADO, 2016) e a Educação Infantil e cultura na cidade de São José (SOUZA 2015); Ser criança em Assomada Cabo Verde (VALENÇA, 2009); Ser criança em Tubarão (VALENÇA, 2015); Percepções, Vivências e Paisagens das cidades (VALENÇA, 2016). Nesse percurso de pesquisas em andamento as práticas educativas, vinculadas ao projeto museológico, também compõe um conjunto de pesquisa que tem por base alguns recursos pedagógicos: a Rede do Imaginário Infantil e a trupe da Memória. A Rede do Imaginário Infantil, virtual, está sendo construída a partir das expressões/produções infantis, que buscam alimentar as atividades do museu e também ser por ele alimentada; e a Trupe da Memória, de caráter intergeracional, busca possibilitar a interação de saberes e fazeres entre gerações diferentes.

Palavras-chave: Protagonismo. Infância. Interculturalidade.

BÚSSOLA OU AMPULHETA? (RE)PENSAR O FAZER DOCENTE COM AS INFÂNCIAS: ESCUTANDO AS CRIANÇAS NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Ana Cristina Corrêa Fernandes
Bruna de Souza Fabricante Pina**

Partindo de episódios vividos nos cotidianos da Educação Infantil de uma escola pública federal, o texto objetiva problematizar e compartilhar reflexões tecidas a partir de desafios e possibilidades vivenciadas no trabalho com crianças pequenas no seu processo de compreensão das noções de tempo/espaço. Tal empreitada sugere outros olhares docentes para os conhecimentos infantis em construção. Nesse contexto, a escuta sensível das reflexões infantis faz emergir questões de ordem ética, epistemológica e metodológica à prática educacional, que sinalizam princípios de uma educação popular comprometida com os saberes das classes populares. Considerar que as crianças mostram-se ativas na condução de seus desenvolvimentos, de suas aprendizagens e na compreensão dos diversos contextos, mostra-se imperativo. Destacamos, então, o lugar do trabalho pedagógico, quando refletido e partilhado nas tomadas de decisões no cotidiano da Educação Infantil como uma potente relação, de dimensão coletiva, envolvendo os diferentes sujeitos e contextos que atuam na construção do conhecimento. Ao tecerem suas relações de forma singular no processo de apropriação do mundo, as crianças expressam, em muito, a sustentação da construção partilhada do conhecimento com o(s) outro(s) e, parece-nos exigir também, novas percepções e configurações do mundo. Dentro desse contexto, trazemos para o diálogo com os episódios vivenciados na Educação Infantil, os princípios da abordagem histórico-cultural em Vigotski e do dialogismo em Bakhtin, na tentativa de encontro com o pensamento da criança e dos processos por ela engendrados. Acreditamos que experiências vividas pelas crianças em seu cotidiano, ao serem registradas e partilhadas, desencadeiam reflexões em que podem ajudar a repensar a dinâmica pedagógica e as relações de ensino aprendizagem. A investigação de processos de construção das noções como tempo e espaço – principais noções organizadoras da vida em sociedade e das representações humanas – aponta um longo processo em que as observações e escutas cotidianas das crianças podem nos ajudar a perceber como as mesmas vêm construindo seus saberes. É notório que as infâncias têm sido costumeiramente reconhecidas pela escola através de noções temporais e espaciais únicas então, reconhecer novas concepções nos desafia, enquanto docentes, a uma desconstrução das mesmas. A escola que temos revela ser marcada pela acepação crónos de tempo quando se organiza por faixa etária, sequências rígidas, conteúdos etapistas e instrumentos de avaliação demarcados por tempos universais para realização. Muito longe de demarcar ausência ou incompletude de saberes/conhecimentos, o que pretendemos provocar é a reflexão sobre processos singulares de conhecimentos em construção e rever os caminhos avaliativos dos desenvolvimentos e das aprendizagens infantis em consonância com os diferentes

sujeitos que habitam o cotidiano das escolas de Educação Infantil.

Palavras-chave: Cotidiano da Educação Infantil. Infâncias. Fazer Docente.

SUBALTERNIDADE NO FAZER DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aline Praça Bernar

Fabiana Eckhardt

Raquel Marina da Silva do Nascimento

O diálogo entre duas pesquisas sobre a formação de profissionais da Educação Infantil é o fio condutor deste trabalho. Nele, trazemos considerações de uma pesquisa de doutorado, em andamento, sobre a crescente inserção de estudantes oriundos das classes populares nos cursos de pedagogia e as implicações de tal constatação para a formação de futur@s professor@s e contribuições de uma pesquisa de um curso de especialização acerca da formação de profissionais da Educação Infantil no espaço do trabalho. Denominamos como profissionais da Educação Infantil, os pedagogos, professores e os agentes da educação infantil, função criada no município do Rio de Janeiro para desenvolver trabalhos pedagógicos com crianças nas creches, embora o pré-requisito para a seleção fosse a conclusão do Ensino Médio, sem necessária formação docente. Tais pesquisas nos apresentam o lugar da docência como lugar da oportunidade e não necessariamente como escolha. Essa oportunidade é denunciada quando no curso de pedagogia são apontadas questões para a escolha do curso como: ser um curso de fácil acesso e conclusão; possibilitar um emprego futuro por meio de concurso público; o grande número de estudantes que se fixam na escola como espaço de trabalho antes mesmo de concluírem o curso em especial nas classes de Educação Infantil e confirmada quando vemos profissionais de outras áreas assumindo a função de agentes em busca de um emprego público. Encontramos pontos de convergências entre as pesquisas assinaladas ao tocarmos no processo de formação dos profissionais da Educação Infantil seja inicial ou em serviço ao destacarem traços de colonialidade reproduzindo a subalternidade no espaço do fazer docente. De um lado, a docência na Educação Infantil surge como um espaço subalternizado quando vemos a educação das crianças da Educação Infantil atribuída à sujeitos sem formação docente e a estudantes ainda em formação, por ser considerado um espaço de menor importância, destinado a sujeitos menos importantes, principalmente se tratamos de crianças oriundas das classes populares. Do outro lado, falamos de profissionais e sujeitos com marcas comuns, que vão criando hierarquias em suas relações, ou seja, a subalternidade entre os subalternizados. Por isso, acreditamos que a discussão sobre a formação profissional no espaço da docência de sujeitos oriundos das classes populares precisa ser problematizada. São sujeitos que vivem cotidianamente a expropriação de muitos de seus direitos básicos como o acesso à saúde, à educação, que veem seus costumes e modos de ser e de viver desqualificados, suas experiências e saberes desvalorizados. São sujeitos que em seus processos de formação resistem à invisibilidade, insistem em assumir seus lugares, seja pela inserção na universidade, seja pela resistência para permanência neste lugar e que no cotidiano nos apontam indícios (GINZBURG, 2012) para pensar como temos reproduzido traços da colonialidade (QUIJANO, 2005) no

espaço da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Subalternização. Classes Populares.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ALFABETIZAÇÃO

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Coordenadora: Adriana Dickel

OLHARES, FAZERES E DIZERES DAS CRIANÇAS PEQUENAS NAS PESQUISAS: AMALGAMANDO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Mariane Oliveira Bica

O pesquisador que se debruça sobre a investigação de cunho etnográfico nos espaços dedicados à educação formal de crianças pequenas depara-se com um emaranhado de culturas advindas dos sujeitos que ali frutificam suas interações; culturas escolares e infantis imbricadas compõem um campo potente, porém, melindroso de inquirição. Afinal, as unidades de análise das pesquisas em educação ancoram-se em fenômenos educativos que têm em sua gênese a ação humana e, portanto, o movimento. Destarte, como produzir pesquisas a partir dos movimentos infantis, fidedignas e respeitadas frente a esses sujeitos? Empoderados de suas ações, cedem-nos espaço em suas vidas recheadas de brincadeiras, aprendizagens, problematizações, encantamentos; e nós, pesquisadores, como correspondemos? De que forma acolhemos e traduzimos seus olhares, fazeres e dizeres? Diante dessas questões e ancorados em um exercício constante de vigilância epistemológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002), buscamos em nossas pesquisas estratégias de produção de dados que transgridam o viés “adultocêntrico”, possibilitando compreensões para além daquilo que há “dentro” das crianças – é preciso ver as crianças e o que há entre elas (FILHO; PRADO, 2011). Assim, além de problematizarmos as questões advindas dos campos da Educação Infantil, da Sociologia da Infância e da Pesquisa com crianças, trazemos alternativas de produção de dados experienciadas por integrantes do GEPALFA. Ancorado na observação participante, bem como nas videografações e nos diários de campo, o Grupo tem incorporado distintas estratégias que vêm a somar nos processos de pesquisa. Dentre elas, estabelecemos representações diante de duas categorias: estratégias em campo e estratégia pós-campo. A primeira tem como objetivo aproximar-se ao máximo do conceito de “pesquisa com crianças”, em que a pesquisadora em questão também era a professora de um grupo de crianças de 4 anos que, além de consentirem com a pesquisa, também foram convidadas a fazer suas próprias fotografias e filmagens com o intuito de pesquisar junto com a professora-pesquisadora. Com a câmera, com seus corpos, sentimentos e pensamentos as crianças produziram fotos e vídeos que se tornaram artefatos representativos do olhar de cada criança, do ponto de vista de cada pequeno pesquisador. Enquanto estratégia pós-campo trazemos a forma de tratamento dos dados mais usual nas pesquisas do Grupo: a composição de episódios de interação. Trata-se de um arcabouço de vozes, gestos, olhares e imagens narrado com o intuito de clarificar ao máximo o contexto de produção do dado: “[...] um episódio pode ser composto por cenas de diferentes aulas, a partir dos mais distintos movimentos dos sujeitos, desde que seja conduzido na temperança [...] entre a unidade (composta de começo, transcurso e fechamento) e a singularidade (composta de detalhamento e sentido).” (BORTOLINI,

BICA, PERIN, 2016, p. 2). Diante dessas duas estratégias, provocamos um tensionamento com relação às pesquisas em educação voltadas à infância, mais especificamente aquelas amalgamadas à Educação Infantil.

Palavras-chave: Pesquisa. Episódios. Metodologia.

OL ALUNO DESENCARNADO DA CRIANÇA, A CRIANÇA DESENCARNADA DO CORPO, O CORPO DESENCARNADO DO TEMPO E ESPAÇO: DELÍRIOS DE UM MODELO ESCOLAR ALHEIO ÀS CULTURAS DE INFÂNCIA

Rosana Coronetti Farenzena

O presente artigo é o recorte de um estudo produzido numa escola pública portuguesa, com três turmas: jardim de infância, 1º e 3º ano do 1º Ciclo de Educação Básica. Grupos focais com crianças, observações do cotidiano escolar e entrevistas à educadora, professores, assistentes e auxiliares revelam um modelo de organização escolar que concentra poder adulto e o exerce através de mecanismos disciplinares voltados à homogeneidade de linguagens e de condutas. No contexto, a incontornável vitalidade e urgência da expressão lúdica das crianças faz-se território de intervenção vertical, sistematicamente praticada em nome do cumprimento de objetivos curriculares. Características participativas das culturas de infância vinculadas à movimentação corporal, ao exercício da curiosidade; experimentação, transformação física de materiais e do meio próximo; à interatividade que busca dar-se a conhecer, conhecer os pares, bem como a proximidade e a pertença são vivenciadas em iniciativas transgressoras, nos diversos tempos e espaços escolares. Sobre as narrativas e atos infantis, que atestam esforços para o exercício convergente do ofício de criança e de aluno, prevalece uma lógica fragmentária, que os interpreta como inconciliáveis, especialmente nas vivências em sala de aula. Desvela-se, da arquitetura escolar à organização e gestão dos tempos e espaços, uma instituição aversiva às crianças que a habitam: trabalho individual, silencioso e sedentário em aula; ocupação dos espaços da sala de acordo com o desempenho escolar, com clara estratificação acadêmica e social; restrições com vistas a impedir o convívio entre crianças de idades diferentes; conservação de preconceitos e estereótipos étnicos e de gênero; severa restrição de contato como meio natural; desinteresse às produções infantis nas situações de jogo e de brincadeira; intervenções disciplinares alheias à voz dos protagonistas dos tempos livres; pouco apreço à documentação e à reflexividade; imposição da quantidade e dos alimentos consumidos em rotinas tensas de almoço que, entre outros fatores, condicionam a subjetividade, a corporeidade e a socialização infantil. O continuísmo do modelo praticado responde eficazmente ao imperativo numérico de inclusão no sistema de educação formal; entretanto, descuida da dimensão qualitativa e ainda permite que sejam naturalizadas restrições ao bem estar, às especificidades culturais sociais geracionais e à ação influente das crianças. Entre referências a um modelo centralizado que não concede autonomia e de resignação a essa estrutura, o discurso docente também revela desejo de transformação do contexto. Permanece como desafio central a percepção da criança concreta, incansável ao apresentar-se como um sujeito pleno de interlocução e de participação nas decisões relacionadas à vida na escola. O presente artigo, uma abordagem crítica e propositiva, interroga o modelo vigente de escolarização da

infância, patrocinado por uma instituição esquecida de que a sua legitimidade como matriz socializadora, e de afirmação de direitos das crianças renova-se cotidianamente pelo diálogo entre gerações.

Palavras-chave: Criança. Escolarização. Corpo

QUANDO AS CRIANÇAS APRENDEM A LINGUAGEM ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO GUIADA E DOS FORMATOS DE INTERAÇÃO

Adriana Bragagnolo

A presente comunicação está vinculada ao grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização (GEPALFA), da Universidade de Passo Fundo (UPF), e tem o objetivo de abordar a interação verbal entre professoras e crianças na educação infantil com base nos conceitos de participação guiada, desenvolvido por Rogoff (2005), e de formatos de interação, desenvolvido por Bruner (1987). Tais conceitos são considerados fundamentais para a problematização e a compreensão da interação verbal que ocorre entre as crianças e suas professoras, de modo mais específico aquela que tem como foco a aprendizagem da linguagem. O estudo resulta das investigações realizadas num processo de doutorado, pelo projeto intitulado A interação verbal entre professoras e crianças de educação infantil: um encontro com a palavra. Na compreensão de que a linguagem é uma prática social, cultural e histórica da humanidade, concebemos que as crianças aprendem, pelo diálogo, a usar a palavra mesmo antes de saber falar e buscam uma relação com os adultos e com seus pares por processos de interação. Nesse viés, o trabalho está fundamentado nos pressupostos da teoria histórico-cultural, em especial pelos estudos de Lev. S. Vigotski, pela teoria enunciativa bakhtiniana e pelos trabalhos de Jerome Bruner. A pesquisa da qual deriva o presente trabalho é de natureza qualitativa e está organizada de acordo com os preceitos da etnografia educacional. O trabalho de campo foi realizado em uma escola pública de educação infantil no município de Passo Fundo (RS), junto a cinco classes de crianças entre dois e cinco anos de idade e suas respectivas professoras, no período de outubro de 2014 a julho de 2015. Da produção de dados resultou materiais que, depois de tratados, foram expostos por meio de episódios de interação, constituídos de excertos de transcrições de filmagens, fotografias e informações do diário de campo. Eles reconstituem momentos em que as professoras e as crianças instauram uma situação de interação, tendo por objeto a linguagem verbal. Particularmente para essa exposição, com base nos episódios foram analisadas duas estratégias de potencialização da linguagem na criança. A participação guiada pode ser considerada uma das estratégias em que as comunidades, especialmente os adultos, desenvolvem para apoiar as crianças em sua inserção na cultura mediante atividades em que participam a acaba por impactar em seu desenvolvimento. Do mesmo modo, os formatos de interação representam momentos em que as crianças buscam regularidades em suas experiências, são situações coletivas de uma interação rotinizada, em que os adultos, geralmente, tomam iniciativas e as crianças são consideradas sujeitos que também realizam essa ação. Entendemos com esse processo, que na educação das crianças, na instituição de educação infantil, as palavras são constituídas na interação entre adultos e crianças e algumas estratégias, de modo mais específico, afetam o

desenvolvimento da linguagem e a constituição dos sujeitos.

Palavras-chave: Linguagem. Interação. Infância.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ONTOLOGIA CRÍTICA – GEPOC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora: Patricia Laura Torriglia

A FORMAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) E AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL NA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM

**Elaine Eliane Peres de Souza
Lilane Maria de Moura Chagas
Patricia Laura Torriglia**

Este texto tem como objetivo apresentar algumas contribuições da Teoria Histórico-Cultural, em especial sobre a linguagem escrita. Cabe destacar que as reflexões são decorrentes de uma pesquisa realizada ao final do ano de 2014, pelo Programa de Pós-graduação em Educação, no nível de mestrado, cujo objetivo foi o de analisar os cadernos da formação continuada do professor alfabetizador no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que foi instituído em 2012 com o intuito de alfabetizar todas as crianças do ensino público até os oito (08) anos de idade propondo, entre seus eixos de atuação, a formação continuada do professor alfabetizador. Seu objetivo foi analisar os cadernos da formação continuada do professor alfabetizador no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Importante destacar que a referente pesquisa foi parte integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC/CED/UFSC), que propõe analisar questões voltadas à educação tendo como base a abordagem marxista, principalmente as teorias de György Lukács (1885-1971) e a Teoria Histórico-Cultural. O grupo de estudos tem como projeto central a Formação Humana, Ontologia Crítica e Educação. Para compreender o campo empírico e a singularidade da formação no PNAIC, realizamos um estudo rigoroso do manual Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa: O Brasil do futuro com o começo que ele merece; do caderno Avaliação no Ciclo de Alfabetização; do caderno Formação do Professor Alfabetizador: caderno de apresentação; do caderno Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa; e dos 24 cadernos Alfabetização em Língua Portuguesa do curso de formação para professores alfabetizadores. Na perspectiva do materialismo histórico dialético, da ontologia crítica e da teoria histórico-cultural, investigamos a concepção de formação continuada expressa no PNAIC, tendo como eixo a compreensão de ensino, aprendizagem e desenvolvimento infantil. Interessa-nos compreender como ocorre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança e como organizar uma atividade de ensino que crie as condições para a aprendizagem e o desenvolvimento na perspectiva de uma educação para humanização, já que tais conhecimentos são necessários e essenciais na formação do professor alfabetizador. Com o pressuposto de que o desenvolvimento cultural da criança possui uma singularidade própria, expomos neste texto as reflexões oriundas desta pesquisa e dos estudos realizados no grupo de estudos em especial da linha Teoria Histórico Cultural e Ontologia Crítica acerca de aspectos do desenvolvimento da linguagem escrita e dos

motivos que levam à criança a realizar a atividade. Para Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934) é essencial que a aprendizagem da escrita ocorra pela atividade do próprio sujeito da aprendizagem e não como uma necessidade ou motivo alheio à própria atividade da criança. Assim, as crianças em idade pré-escolar são capazes de descobrir a função social da escrita desde que sejam criadas as condições para que as ações sejam necessárias às crianças.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural. Linguagem Escrita. PNAIC.

CONCEPÇÕES DE DIDÁTICA NAS PUBLICAÇÕES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ONTOLOGIA CRÍTICA

**Débora Cristina de Sampaio Peixe
Patricia Laura Torriglia**

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no Curso de Doutorado, na linha de Pesquisa Trabalho e Educação no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e está inserida no Projeto geral do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica – GEPOC, intitulado: Formação Humana, Ontologia Crítica e Educação, articulando-se à linha Formação Humana, Teoria Social e Ontologia Crítica. A investigação tem por objetivo geral compreender alguns aspectos em relação à didática, identificando as principais concepções e os aportes teórico-metodológicos que fundamentam as publicações da área da educação infantil – teses e dissertações - e seus desdobramentos na prática pedagógica e no planejamento de ensino, um dos principais instrumentos do trabalho docente. Os fundamentos filosóficos e metodológicos da investigação derivam do Materialismo Dialético e baseiam-se na perspectiva da ontologia crítica. O trabalho apresenta como objetivos específicos: aprofundar a base filosófica da educação e da didática, mapear e analisar os textos nas bases de dados. Esta pesquisa envolve quatro bases de dados: Bibliografia Anotada, foi produzida no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica entre o Ministério de Educação – MEC – e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; a segunda o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – ENDIPE; a terceira abrange os Grupos de Trabalho – GT 04 de Didática, GT 07, de 0 a 6 anos e GT 09, Trabalho e Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED e finalmente, a quarta base, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação do Ministério da Educação (MEC) CAPES no período 2000-2014. O estudo elenca algumas questões problematizadoras suscitadas no processo de elaboração do projeto de tese: quais são as concepções sobre a Didática e o Ensino expressas nas publicações da área. Há uma Didática na área da educação infantil apontada pelas publicações? As publicações expressam qual a função da Didática na especificidade da educação infantil? A partir do aporte teórico e do referencial indicado nas publicações, quais as implicações para a formação docente na educação infantil? Em tempos de recuo da teoria, cumpre investigar quais as bases políticas teóricas e metodológicas em que se sustentam as ideias sobre a Didática expressas nas publicações que se pretende analisar. A posição teórica que orienta esta investigação procura compreender uma didática e um planejamento de ensino, de maneira geral, e especificamente na educação infantil, que busquem rupturas com a lógica do capital e arquitetem estratégias para uma educação

que permita abrir caminho e reflexões para além desta sociabilidade. Ao compreender que outra sociabilidade é possível, o trabalho busca, à luz de Marx e Lukács, como colocar os nexos e relações que possibilitem melhor compreender o lugar e a função da didática na perspectiva da ontologia crítica. Conhecer o que tem sido produzido e publicado pode se constituir em um importante trabalho de análise que contribua para discutir acerca da didática na Educação Infantil nesta perspectiva, entendendo que seu diferencial ajuda não somente a compreender, senão a buscar estratégias concretas de intervenção no atual contexto marcado pelo ceticismo epistemológico, pela ausência de referentes ou relativismo ontológico presentes no pensamento hegemônico contemporâneo.

Palavras-chave: Educação Infantil. Didática. Prática Pedagógica.

APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO E DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROPOSIÇÕES INICIAIS

**Margareth Feiten Cisne
Patrícia Laura Torriglia**

O presente texto, oriundo de duas pesquisas de natureza teórica – conceitual, discute a partir da ontologia crítica a produção de conhecimento, os processos de conhecer, ensinar e aprender na formação docente e as bases ontológicas envolvidas nos processos de apropriação do conhecimento desde a educação infantil. Educação e conhecimento são duas dimensões de uma unidade na complexificação das relações sociais, quer dizer, na história da reprodução e produção da vida, reprodução e produção entendida aqui no sentido ontológico, não de forma mecânica, mas com base em processos de conservação e continuidade. Nessa direção, argumentamos uma formação humana onde o ser social é um sujeito ativo e não meramente passivo diante dos acontecimentos sociais com os quais se articula e se relaciona. Defendemos a preexistência do mundo objetivo independente de nossa consciência, o que implica em considerar que o mesmo possui uma base material que o sustenta e permite por meio desta materialidade que é processual e histórica, estabelecer um conhecimento objetivo sobre o mesmo, isto é, a inteligibilidade sobre esse mundo. Destarte, nos processos de conhecer e apreender estarão sempre envolvidas relações e movimentos internos singulares – desenvolvimento da psique – que se configuram a partir da relação com o mundo externo no qual os seres humanos se objetivam, valorizam, apropriam-se dos instrumentos da cultura em um determinado momento histórico e procuram - não sem contradições – reproduzir e produzir sua existência. É nesse sentido que esta possibilidade de conhecer e processar elaborações e reflexões cognitivas e afetivas encontra apoio fundamental nos processos de ensino e aprendizagem desde a educação infantil, isto significa, entre outros elementos, que o desenvolvimento da criança pode vir a potencializar uma personalidade capaz de escolher – em um mundo altamente contraditório – entre múltiplas e possíveis alternativas. O desenvolvimento não se apresenta em si mesmo, ele se potencializa na relação com o mundo e com os outros, com o conhecimento e com as vivências oferecidas, experiências teórica- práticas postas em funcionamento para que provoquem, instiguem e favoreçam o movimento dialético da implicação necessária de crescer e assumir responsabilidades. Não podemos deixar de assinalar, no entanto, o caráter de

provisoriamente que atravessa o desenvolvimento e a formação da personalidade humana, especialmente no período inicial deste processo, já que este sujeito encontra-se em constante movimento com a complexidade social ao qual está inserido. Por outro lado, é também necessário ressaltar que as regularidades na formação e no desenvolvimento deste sujeito são indispensáveis para que ele possa se desenvolver, ampliar e refinar seu contínuo processo de desenvolvimento. Deste modo, inicialmente, abordaremos aspectos sobre o conhecimento e a sua apropriação a partir de uma base ontológica e crítica. Posteriormente, apresentaremos alguns aspectos relativos à apropriação do conhecimento e a educação infantil, sua forma de transmissão e apropriação, e a relação com a didática, bem como, a forma de avaliar e encaminhar decisões que incidirão positiva e prospectivamente sobre o processo de formação e desenvolvimento deste sujeito. Finalizamos com algumas questões de pesquisa que permitem refletir sobre a relação entre o processo de apropriação do conhecimento e a educação infantil e a proposição de nossos processos de investigação ulteriores.

Palavras- chave: Educação Infantil. Apropriação do conhecimento. Didática.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE PROCESSOS EDUCATIVOS DE CRIANÇAS

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Coordenadora: Aline Sommerhalder

A AUTONOMIA DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA LEITURA DAS RELAÇÕES EM SUAS BRINCADEIRAS

**Camila Tanure Duarte
Carla de Oliveira Ferroni
Fernando Donizete Alves**

Esse texto retrata uma pesquisa concluída que investigou as relações criança-criança e criança-professora em brincadeiras realizadas em uma turma de Educação Infantil e em uma sala do primeiro ano do Ensino Fundamental, de instituições públicas. Fundamentada em autores como: Brougère, Paulo Freire, Kishimoto e Larossa, teve como objetivo identificar, descrever e analisar como as relações criança-criança e criança-professora nas brincadeiras contribuem ou não para a construção da autonomia de crianças. Com fundamento na abordagem qualitativa de pesquisa (BOGDAN e BIKLEN, 1994) teve como participantes dezessete crianças de uma turma de Educação Infantil de, aproximadamente, cinco anos de idade e vinte e cinco crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental, com seis anos de idade, em média, além de suas professoras. Compreendendo a criança enquanto sujeito e buscando escutá-la em sua prática social de brincar, na proposta de estudos com crianças, a coleta de dados foi feita a partir da observação participante, por aproximadamente quatro meses (três vezes por semana, durante 4 horas consecutivas) da rotina dos dois grupos, realizando registros escritos em diários de campo e imagens fotográficas. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade, procedendo ainda o esclarecimento da pesquisa para as crianças, por meio do Assentimento livre e esclarecido e em acordo com as suas especificidades. A organização e análise dos

resultados, realizada tomando como pano de fundo a análise de conteúdo (BARDIN, 2010) na perspectiva qualitativa revelou, entre outros aspectos, que as brincadeiras ocorreram majoritariamente em salas e nas relações criança-criança nas brincadeiras, elas organizaram-se para brincar com parceiros, criaram regras, escolheram brincadeiras, brinquedos e governaram, em vários momentos, suas brincadeiras. Nas relações criança-professora, em ambas as turmas, as docentes incentivaram o protagonismo das crianças nas escolhas de brincadeiras e atividades, contribuindo para a construção e fortalecimento da autonomia das crianças. Em alguns episódios, as crianças encontraram dificuldade ou surgiram conflitos que não conseguiram resolver sozinhas, solicitando auxílio e apoio das professoras. Nesses momentos, as docentes realizaram ações pedagógicas de resolução da dificuldade e/ou conflito sem participação infantil nas decisões, fragilizando o diálogo entre as crianças e a oportunidade para enriquecimento e expressão dos argumentos infantis. Concluímos que a construção e fortalecimento da autonomia destas crianças da Educação Infantil e do primeiro ano do Ensino Fundamental é um processo também alimentado pelas relações criança-criança e criança-adulto, em brincadeiras nas escolas. Consideramos que as duas docentes contribuíram para este processo de autonomia das crianças, pois as educadoras oportunizaram, entre outros aspectos, liberdade de escolha e decisão na maioria dos episódios lúdicos acompanhados. As professoras compartilharam com as crianças também a organização do tempo. Consideramos que a autonomia das crianças também depende da liberdade incentivada e consentida pelas docentes. A pesquisa reforça que as relações humanas nas brincadeiras nas escolas são essenciais às crianças e à sua formação integral, para o viver a vida.

Palavras-chave: Crianças. Brincar. Relações.

"EU SOU SEU AMIGO, DEPOIS EU DOU O MEU": LAÇOS DE AMIZADE NO BRINCAR DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aline Sommerhalder
Andressa de Oliveira Martins
Maria Elisa Nicolielo

A presente pesquisa, que origina esse texto, teve o lúdico como temática de investigação em contexto de Educação Infantil. O objetivo foi conhecer e compreender processos de ensinar e de aprender que ocorrem nas relações entre as crianças e entre elas e a professora na prática social do brincar livre. Teve como aporte teórico autores como: Ariès, Dornelles, Brougère, Paulo Freire, Steinberg e Kincheloe, Gandini e Larossa. De caráter qualitativa (MINAYO, 1994), a pesquisa ocorreu com um grupo de 14 crianças com idade média de 3 anos e a respectiva professora de uma escola municipal de educação infantil, de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade, o estudo respeitou ainda o procedimento de esclarecimento da investigação para as crianças participantes, por meio do Assentimento livre e esclarecido, considerando as particularidades infantis. Com a postura de realizar pesquisa com as crianças, procedeu-se observação participante (LUDKE E ANDRÉ, 2012) durante quatro meses seguidos, acompanhando os momentos de brincar livre às sextas-feiras, em diversos espaços da instituição. A sexta-

feira foi o único dia da semana destinado na rotina escolar para o brincar livre e com brinquedos trazidos de casa para a escola, por um período de 60 minutos. Para registro da coleta dos dados foram utilizados diários de campo (BOGDAN e BIKLEN, 1994), totalizando treze registros produzidos. Realizou-se a organização e análise dos resultados tomando como tecido de fundo a análise de conteúdo (BARDIN, 2007). Para este texto, destacamos os resultados referentes à construção ou fortalecimento de laços de amizade entre as crianças, a partir das relações de convivência estabelecidas no brincar. Os resultados revelaram entre outros aspectos que, nas brincadeiras majoritariamente simbólicas, as crianças vivenciaram diversos processos de ensinar e de aprender, em destaque fortaleceram o convívio em grupo e ampliaram ou aprofundaram as amizades. Ouvir o outro e brincar com outra criança, respeitando ideias e escolhas e construção de estratégias para resolver conflitos foram outros achados desse estudo. Emprestar ou negociar troca de brinquedos, aceitar novos parceiros para brincar junto, ensinar novos jeitos de brincar para outra criança, escolher e preferir um parceiro/a para brincar ao invés de brincar sozinho/a e expressar ou trocar ideias foram outros resultados encontrados. A pesquisa revelou ainda que as crianças brincaram em sala, com pouca exploração de outros espaços da instituição e em muitas vezes, sentadas em mesas. Mesmo não estando em um espaço organizado especialmente para o brincar, mesmo sem a presença da professora em todos os momentos, essas crianças ensinaram e aprenderam a partir da relação com seus pares, ensinaram e aprenderam no brincar com o outro, a partir de suas próprias experiências, saberes e escolhas. Ao vivenciarem tais processos de ensinar e de aprender, essas crianças demonstraram que no brincar livre viveram experiências de formação para a vida.

Palavras-chave: Crianças. Brincadeira. Relações.

NOS INTRAMUROS DA ESCOLA URBANA: UMA INVESTIGAÇÃO COM CRIANÇAS DE ZONA RURAL SOBRE A SUA PARTICIPAÇÃO EM ÂMBITO ESCOLAR

Aline Sommerhalder
Fernando Donizete Alves
Luana Zanotto

Esse texto apresenta uma pesquisa concluída que partiu da problemática reprodutora da hierarquia ‘urbano x rural’, realizada sob a ótica estereotipada de que morar em zonas rurais representa inferioridade social e cultural. As crianças que vivenciam as suas infâncias nestas áreas são afetadas por uma caracterização depreciativa do seu cotidiano, isto é, a sua vinculação com o atraso e isolamento social e o julgamento das identidades como ‘colonos’, ‘roceiros’ e ‘peões’. Com a inserção cada vez maior de crianças destes contextos em escolas urbanas, é inevitável que tal compreensão também perpassasse as relações escolares, reforçando aspectos mistificados acerca destes coletivos. Se a escola atua como palco das relações sociais e as crianças como protagonistas na construção da sociedade em que vivem, assim como dos processos de ensinar e de aprender, o estudo interrogou como as crianças significavam suas experiências em âmbito escolar urbano. Objetivou compreender como crianças de zona rural significavam suas experiências vividas em uma escola urbana pública de ensino fundamental, situada no interior

paulista. Teve autores como: Ariès, Paulo Freire, Larrosa, Levin, Rinaldi e Dornelles e escolha metodológica na abordagem qualitativa de pesquisa. Contemplamos a produção de aportes científicos (CRUZ, 2008) pautados na escuta da criança, pois a compreensão assumida foi a de criança-sujeito. O estudo teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade e realizou-se o esclarecimento da pesquisa para as crianças, por meio do Assentimento Livre e Esclarecido, adequando as suas necessidades. Realizou-se observação participante, na proposta de pesquisa com as pessoas, em uma turma do 3º ano do ensino fundamental, composta por dezoito crianças entre 8 e 9 anos de idade, residentes na zona rural e urbana e suas professoras, tanto de sala de aula quanto de educação física. As inserções foram feitas nos distintos espaços escolares, na sala de aula, pátio (em momentos de recreio escolar) e na quadra poliesportiva. As observações foram registradas em diários de campo (BOGDAN e BIKLEN, 1994). Foram realizadas ainda rodas de conversa temáticas com as crianças, gravadas em áudio e transcritas em momento posterior a coleta. Todo o material coletado foi categorizado via análise de conteúdo, tomando os pressupostos de Bardin (2010). Entre os resultados, foi destaque a indicação que os tempos e os espaços escolares superaram os discursos impregnados de ideais estereotipados, pois no convívio com e entre as crianças esteve presente a articulação de elementos das duas culturas, rural e urbana. As crianças manifestaram significar a escola como um espaço de aprendizagem de conhecimentos necessários para a vida adulta, bem como um lugar para fazer amigos e brincar. Para estas crianças, estar na escola representa a possibilidade de construção de práticas partilhadas e permissíveis às criações e resignificações de experiências, especialmente, longe dos olhares adultos. Por outro lado, os resultados revelaram dificuldades docentes enfrentadas nas práticas pedagógicas com a população rural, sobretudo no que concerne a diversidade de contextos de vida que perpassam o espaço rural onde residem as crianças. Assim, há uma implicação nos saberes experienciais construídos nos intramuros escolares, os quais remetem à reflexão sobre como se dá a formação inicial e continuada de professores para atuar com crianças de zona rural.

Palavras-chave: Crianças. Convívio. Ruralidade.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCAÇÃO COM CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Coordenadora: Naire Jane Capistrano

A CONSTITUIÇÃO DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DAS ESPECIFICIDADES DAS CRIANÇAS

Naire Jane Capistrano

Na organização das práticas educativas com crianças da Educação Infantil, a rotina assume o papel de organizadora estrutural das experiências cotidianas. O cotidiano da Educação Infantil prevê uma rotina com atividades, tempos e espaços diferenciados e cada grupo demanda uma dinâmica diferente. Para organização dessa rotina é preciso atentar para seus elementos constituintes; refletir sobre ela em um contexto com características, condições e função socialmente referenciadas, com atenção às

especificidades das crianças. Sendo assim, viabilizar uma escuta sensível sobre os desejos, os interesses e as emoções, mostra-se fundamental na constituição de uma rotina que prioriza o educar e o cuidar, pautados em propostas de promoção do desenvolvimento integral das crianças, concebidas como sujeitos de direitos, competentes e produtoras de cultura. Esta pesquisa decorre, portanto, de necessidades e inquietações, emergidas no atual momento de reorganização do Núcleo de Educação da Infância, em relação à exigência sócio-histórica de ser prática de referência no atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, ampliando assim o reconhecimento da qualidade do seu trabalho docente na Educação Infantil. Essa situação foi fruto de conquistas alcançadas pelas creches nacionais e da definição política da UFRN, especialmente do Centro de Educação, em relação às unidades de Educação Infantil. Com essa compreensão, esta pesquisa tem como objetivo constituir uma rotina no contexto da Educação Infantil com crianças na faixa etária de 1 a 2 anos, considerando-as como protagonistas e respeitando suas especificidades. A metodologia assumiu princípios e técnicas da abordagem qualitativa e as características de uma pesquisa ação. Definiu, como sujeitos e lócus da investigação, uma turma de Berçário 2, organizada com três adultos em cada turno, sendo duas professoras e uma auxiliar de creche, e quinze crianças na faixa etária entre 11 meses a 1 ano e 10 meses de idade do Núcleo de Educação da Infância – NEI, Colégio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para a construção/sistematização dos dados, foram utilizados como procedimentos a atuação coletiva e observação participante da prática pedagógica, por meio de processos de interações, intervenções pedagógicas, anotações no diário de campo, gravações em vídeos e fotografias das crianças no ambiente da sala. Assim, ancorada nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky (2000) e da Teoria da Enunciação de Bakhtin (1988), pretendeu-se apontar as contribuições da pesquisa no que toca à melhoria da qualidade da Educação Infantil, na medida em que reconstrói a realidade observada na perspectiva da criança. As experiências vividas ao longo do processo investigativo evidenciaram a necessidade e possibilidade de constituir uma rotina onde há lugar para as crianças experimentarem e produzirem modos de ação e de relação com os adultos, as outras crianças, o espaço, os materiais e o tempo, assumindo o papel de agentes sociais ativos e criativos.

Palavras-chave: Rotina. Educação Infantil.

EXPERIÊNCIAS DE CRIANÇAS E BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marianne da Cruz Moura

O presente trabalho consiste em um recorte de pesquisa que tem como objetivo analisar experiências vivenciadas por crianças de 1 a 3 anos que assumem características da brincadeira no contexto da Educação Infantil. Na perspectiva histórico-cultural o conhecimento do mundo pela criança prática cultural, sempre mediada pelos outros (com suas ações e intervenções) e, especialmente, pela linguagem. A brincadeira é compreendida como uma das linguagens da criança, um dos modos como ela se relaciona com o mundo natural e social, na qual ela simboliza, age com significações (com significados e sentidos) sobre os objetos da cultura. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010), preconizam como eixos estruturantes das

propostas curriculares as interações e a brincadeira, nos fazendo compreender que, na organização das ações e relações cotidianas a serem vivenciadas por crianças e adultos na educação infantil, a brincadeira assume centralidade como princípio metodológico. As interações vivenciadas diariamente pelas crianças no contexto das instituições, tanto com os adultos, como com outras crianças e com os objetos presentes e, ainda, com a cultura/conhecimento por meio de atividades/práticas, podem ou não ser propiciadas de modo mais significativo de acordo com o modo como as práticas/rotina são organizadas. O estudo assumiu os princípios da abordagem de Vygotsky e de Bakhtin e os princípios do paradigma indiciário de Pino e Ginsburg. Realizamos sessões de observação do tipo não participativa e entrevistas semiestruturadas com três professoras. O estudo assumiu os princípios da abordagem de Vygotsky e de Bakhtin e, ainda, os princípios do paradigma indiciário de Pino e Ginsburg. Realizamos sessões de observação do tipo não participativa e entrevistas semiestruturadas com três professoras. O estudo foi desenvolvido em uma instituição da rede pública de Natal, RN – Centro Municipal de Educação Infantil – durante os anos de 2015 e 2016. A pesquisa teve, como sujeitos participantes, crianças com idades entre 1 e 3 anos, assim como duas professoras do berçário II (2015) e uma professora do nível I (2016). Mediante a análise dos modos como a brincadeira e as interações aparecem no dia a dia da instituição e das crianças, foi possível perceber que o que possibilita que as crianças brinquem não são as intervenções das professoras, mas a não intervenção delas. A inter-ação com os adultos fica limitada diante uma rotina rígida, que visa à homogeneização de ações e ritmos, não só das crianças do grupo, mas de toda a instituição. Nos momentos ditos de brincadeira, em que são disponibilizados brinquedos, ou nos momentos em que são agrupadas para aguardar o banho, por exemplo, as crianças têm oportunidades de experimentar e produzir modos diferentes de interação, brincadeira e relação com o espaço, o tempo, os materiais, as outras crianças e as professoras. É preciso pensar que a Educação Infantil precisa criar contextos em que as interações e a brincadeira aconteçam de modo a mobilizar o desenvolvimento e crescimento das crianças, entendendo a criança como sujeito em desenvolvimento em que a sua existência e a sua vivência possam ajudá-lo a avançar.

Palavras-chave: Interação. Brincadeira. Bebês.

ISERÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SABERES E FAZERES COM CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS NO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA – NEI/CAP – UFRN

Vanessa Alessandra Cavalcanti Peixoto

A educação infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996), é espaço de direito onde as crianças têm a possibilidade de vivenciar experiências voltadas a atender suas necessidades e especificidades no que tange aos aspectos sociais, afetivos, emocionais, cognitivos, físicos e biológicos a partir do tripé educar, cuidar e brincar (BRASIL, 1998). Tendo em vista que este tripé é balizador das práticas pedagógicas das/dos profissionais da Educação Infantil, este trabalho visa analisar os processos de inserção e adaptação, tendo como campo de investigação o Núcleo de Educação da Infância, Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – NEI/CAP/UFRN e como sujeitos um grupo constituído por duas professoras, uma

auxiliar de creche, os pais/responsáveis e vinte e duas crianças na faixa etária entre um ano e onze meses a dois anos e dez meses, sendo dezenove crianças novatas e três crianças que já tinham frequentado a instituição no ano anterior. A adaptação é um tema bastante recorrente quando se fala em Educação Infantil, principalmente quando se relaciona ao atendimento às crianças de zero a três anos. Nessa pesquisa, assumiu-se como pressuposto o entendimento de que a adaptação se dá enquanto processo contínuo durante toda a vida e é vivido também durante a inserção das crianças no contexto educacional. Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia assumiu princípios e técnicas da pesquisa qualitativa. Para a construção/sistematização dos dados, foram utilizados os seguintes instrumentos e procedimentos: entrevista semiestruturada com pais/responsáveis, observação das vivências/experiências nos primeiros meses vivenciados pelos pais/responsáveis e pelas professoras e crianças nesses processos de adaptação e inserção. Tal pesquisa se fundamentou em teorizações contemporâneas como Rêgo (1999), Haddad (2003), Balaban (1988), Rapoport e Piccicini (2001), Bove (2002), Barbosa e Horn (2008), os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009), entre outros estudos. As considerações preliminares evidenciam que os professores precisam refletir/discutir coletivamente sobre os processos de adaptação e de inserção de crianças em instituição de educação infantil. Esses processos devem ser pensados de forma cuidadosa, com estratégias e objetivos bem definidos, planejamento para acolher as emoções e sentimentos das professoras, famílias e das crianças, além de estabelecer parcerias que possibilitarão momentos em que as crianças possam se sentir seguras no novo ambiente e ao viver novas interações. Desse modo, as experiências vividas propiciarão aprendizagens e o desenvolvimento infantil em seus aspectos sociais, afetivo/emocionais, físicos e cognitivos. As reflexões feitas são pertinentes para repensar a prática pedagógica de professores da educação infantil, contribuindo assim, com o processo formativo dos mesmos e assim, com a melhoria da qualidade da educação infantil.

Palavras-chave: Criança. Adaptação. Inserção.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Coordenadora: Sinara Almeida da Costa

PERCEPÇÕES DAS CRIANÇAS ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE TEMPO INTEGRAL NA PRÉ-ESCOLA

**Ketrin da Silva Balieiro
Sinara Almeida da Costa
Talita Ananda Corrêa**

A ampliação da jornada escolar das crianças é uma realidade cada vez mais presente na Educação Infantil brasileira, confirmando o que preconizava a Lei de Diretrizes da Educação Nacional- LDB (BRASIL, 1996) e demais instrumentos legais que a sucederam. Esse fato tem levantado alguns questionamentos acerca da qualidade do atendimento ofertado nas creches e pré-escolas, especialmente no que se refere a aspectos como infraestrutura, formação dos professores, proposta pedagógica, entre

outros. Todavia, se pretendemos contribuir, de fato, com a qualidade da primeira etapa da Educação Básica levando em consideração a jornada ampliada é necessário investigar o que pensam os sujeitos atendidos acerca desse atendimento. Nesse sentido, a presente pesquisa busca compreender os significados atribuídos pelas crianças à experiência da pré-escola em jornada de tempo integral no município de Santarém, Pará. Os pressupostos teórico-metodológicos baseiam-se na Teoria Histórico-Cultural que tem como precursor Vigotski (1934; 1989) e seus colaboradores e em autores que discutem jornada de tempo integral na Educação Infantil, tais como Carvalho (2015), Barbosa (2015) e Sarmento (2009). A metodologia, de abordagem qualitativa, se caracteriza como estudo de caso realizado em uma Unidade Municipal de Educação Infantil do município de Santarém, PA. Para a construção dos dados foram realizadas observações em duas turmas de crianças de 4 anos, sendo uma de período parcial e outra de período integral e, posteriormente, realizadas entrevistas em grupo e individuais com as crianças pertencentes a essas turmas através das técnicas da história para completar e do desenho história. A partir das observações realizadas foi possível perceber que, além do tempo de permanência, a rotina parcial se difere da integral por pequenas características referentes à alimentação, ao cuidado, à duração das atividades e à relação com as famílias. É perceptível que nas turmas de tempo parcial o foco é voltado à preparação para a entrada no ensino fundamental, enquanto que na turma de tempo integral, além dessa preocupação, há também uma preocupação exacerbada com os cuidados relacionados aos aspectos físicos das crianças, especialmente com o banho, o sono e a alimentação. A partir das entrevistas foi possível perceber que as crianças do tempo parcial apontam como diferencial da rotina realizada em tempo integral o cuidado específico com o corpo, o que não percebem de forma tão marcante na rotina que vivenciam. Já as crianças de tempo integral são categóricas em afirmar que permanecem na instituição o dia inteiro porque não têm com quem ficar em casa. As mesmas crianças quando questionadas sobre o que diferenciava suas atividades daquelas realizadas em período parcial apontaram que seria maior tempo de estudo porque para elas, se ficam mais tempo na instituição, estudam mais. É possível concluir que as experiências vivenciadas pelas crianças na instituição de tempo integral estão contribuindo pouco para o seu processo de humanização, uma vez que elas não estão vivenciando experiências significativas de apropriação da cultura. Tal constatação é preocupante tendo em vista o tempo significativo que as crianças passam na instituição onde deveriam estar aprendendo e se desenvolvendo através de atividades que ampliassem seu universo cultural e contribuíssem positivamente para a construção de sua inteligência e personalidade.

Palavras-chave: Pré-escola. Integral. Crianças.

A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA COM JOGOS DE PAPÉIS E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DAS CRIANÇAS NA PRÉ-ESCOLA

Géssica de Aguiar Lima
Sinara Almeida da Costa

Este trabalho é proveniente de uma pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo compreender de que forma a brincadeira de faz de conta com jogos de papéis contribui no desenvolvimento da identidade cultural das crianças. Os pressupostos

teórico-metodológicos embasam-se na Teoria Histórico-Cultural, especialmente nos estudos de Vigotski (1994; 1998; 2008; 2009), Leontiev (2006) e Elkonin (2009) e na abordagem acerca da cultura e do cotidiano, realizadas por Newton Duarte (2006), Agnes Heller (2004); Marilena Chauí (2008), dentre outros. Para que a aprendizagem ocorra, possibilitando, assim, o desenvolvimento infantil, as condições do meio são essenciais e perpassam pela interação das crianças com os adultos mais próximos, pela apropriação e assimilação dos objetos, chegando à brincadeira de faz de conta com jogos de papéis, típicas das idades de quatro a cinco anos. Partindo do pressuposto de que para os seres humanos alcançarem a dimensão do humano genérico, ou seja, para que se apropriem dos bens culturais mais elaborados, é necessário pensar sobre o mundo e sobre si no mundo, a instituição de educação infantil é, potencialmente, um dos contextos privilegiados para o desenvolvimento das crianças, uma vez que pode possibilitar o acesso a esses bens por meio das interações estabelecidas com as pessoas e objetos. A brincadeira de faz de conta com jogos de papéis, enquanto atividade principal propulsora do desenvolvimento infantil na pré-escola, permite a reflexão sobre o cotidiano e se constitui como atividade essencial na formação das funções psíquicas superiores, dentre elas o pensamento abstrato e controle da vontade. Além disso, perceber o olhar da criança sobre a sociedade, presente na brincadeira de faz de conta com jogos de papéis, caracteriza a valorização da criança como um sujeito histórico, que pensa sobre suas experiências e vivências e as reproduz criativamente. A metodologia, de abordagem qualitativa, se caracteriza como estudo de caso a ser realizado em uma Unidade Municipal de Educação Infantil do município de Santarém, PA. Para a construção dos dados serão realizadas observações da rotina das crianças no intuito de identificar de que forma (como e quando) as brincadeiras de faz de conta costumam acontecer e qual a atitude da professora diante delas. Tendo em vista pesquisas já realizadas em âmbito nacional e municipal (MARTINS, 2009; MARQUES e COSTA, 2015; LIMA e RODRIGUES, 2016) e que demonstram a desvalorização do brincar diante de práticas escolarizantes na pré-escola, será realizada uma intervenção com o objetivo de ampliar o repertório de conteúdos e temas das brincadeiras de faz de conta (através da organização do espaço, da contação de histórias regionais, de visitas a locais desconhecidos por elas etc), enriquecer os contextos nos quais elas ocorrem (disponibilizando materiais de uso regional como cuias, peneiras, sementes, brinquedos artesanais etc) e problematizá-las quando necessário (através de intervenções ocasionais que promovam questionamentos e reflexões). Tendo em vista que a qualidade na educação infantil perpassa por práticas intencionalmente planejadas e que as interações e brincadeiras devem ser seus eixos norteadores, a presente pesquisa será mais um passo nessa direção, uma vez que evidenciará o papel da brincadeira de faz de conta com jogos de papéis como expressão e apropriação cultural, contribuindo para o processo de humanização das crianças.

Palavras-chave: Faz-de-conta. Cultura. Pré-escola.

AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS PELA CRIANÇA RIBEIRINHA NA CHECHE

Jeyse Sunaya Almeida de Vasconcelos
Sinara Almeida da Costa

Este trabalho refere-se a uma pesquisa em andamento, realizada no âmbito do Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação de (PPGE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Sob o enfoque teórico-metodológico da Teoria Histórico-Cultural (THC), pautada nos estudos de Vigotski (1995;1996;2010) e seus colaboradores, investiga as experiências vivenciadas pelas crianças de dois anos de idade no espaço de uma creche ribeirinha do município de Santarém-PA. O estudo parte do pressuposto de que o homem evolui enquanto humano por meio de suas vivências histórica e socialmente construídas, pois o desenvolvimento humano não é fruto apenas dos fatores biológicos, mas, essencialmente, dos fatores sociais e culturais. Nesse processo de humanização o homem, ao se relacionar com a natureza, produz cultura e adquire a capacidade de domínio da sua própria conduta enquanto ser único e irrepetível. Essa é a compreensão de desenvolvimento humano que pretendemos abordar no decorrer deste estudo. Tendo em vista que o homem se humaniza por meio da sua vivência na e com a cultura, a educação tem papel preponderante no desenvolvimento integral da criança e a escola é o local sistematicamente organizado para educar. Dessa forma, buscamos neste estudo responder os seguintes questionamentos: As experiências vivenciadas pelas crianças no cotidiano da creche estão contribuindo no seu processo de humanização? Como as atividades propostas às crianças podem contribuir para o seu desenvolvimento enquanto sujeitos ribeirinhos? As atividades propostas às crianças estão possibilitando vivências significativas à elas? Nesse sentido é importante ressaltar que nem todas as experiências vividas pela criança se convertem em vivências. A vivência está relacionada ao encontro do mundo externo com o mundo interno da criança. Assim, quando uma criança, no meio em que vive, encontra elementos da sua cultura que satisfaçam as suas necessidades individuais e sente-se afetada por eles, a experiência caracteriza-se como vivência, possibilitando mudanças no seu desenvolvimento psíquico. Deste modo, o presente estudo objetiva compreender de que forma as experiências vivenciadas pelas crianças ribeirinhas na creche estão contribuindo para o seu processo de humanização. A metodologia pensada para realização da pesquisa caracteriza-se como qualitativa e utiliza os seguintes instrumentos para produção dos dados: a) a observação da rotina, precisamente dos momentos em que as crianças manipulam objetos, pois de acordo com THC tais atividades são aquelas que mais promovem o desenvolvimento das crianças no período etário investigado; b) a entrevista semiestruturada com a professora titular da turma no intuito de melhor compreender as atividades propostas às crianças. Tendo em vista que muitas crianças de zero a três anos passam a maior parte do seu dia em creches e pré-escolas e que muitas delas ainda não são realizadas práticas que impulsionam o desenvolvimento infantil por meio de atividades que medeiam a relação dessas crianças com a cultura, entendemos que ao teorizarmos tais questões os gestores, professores e demais profissionais que compõem as escolas da infância terão a oportunidade de refletir sobre o papel da Educação Infantil no desenvolvimento das capacidades especificamente humanas das crianças.

Palavras-chave: Vivências. Creche. Crianças.

COMO AS CRIANÇAS INTERAGEM COM AS TECNOLOGIAS MÓVEIS?
REFLEXÕES SOBRE LETRAMENTO DIGITAL

Cleriston Izidro dos Anjos

Este trabalho se trata de uma investigação a respeito da relação das crianças de 4 a 5 anos de idade com os dispositivos móveis (tablets), entendidos como elementos da cultura e instrumentos de comunicação e de expressão. Parte-se do princípio de que, em maior ou menor grau, as crianças do século XXI possuem algum tipo de contato com as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) e que, no cenário educacional infantil é possível encontrar desde sujeitos que defendem o seu uso como recurso educacional até àqueles que condenam a presença das TDIC na educação das crianças pequenas. No entanto, essa discussão parece estar centrada em uma visão adultocêntrica, segundo a qual são os adultos que decidem qual é o momento de permitir a exploração das TDIC pelas crianças sem, no entanto, considerar os interesses, as necessidades e as potencialidades da criança pequena. A partir de uma visão de criança como protagonista, esta investigação trata de uma reflexão a respeito dos modos pelos quais crianças se relacionam com os tablets, a partir da realização de oficinas que as colocam em contato com essas TDIC. Neste contexto, é possível levantar a seguinte pergunta de pesquisa: como as crianças interagem com os dispositivos tecnológicos, em especial o tablet? Este problema motiva a realização desta investigação, concebida com o objetivo de investigar os processos de letramento digital das crianças de 4 a 5 anos de idade. Tal objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) analisar os processos de interação entre os pares e b) mapear a cultura lúdica a partir do uso do tablet. Do ponto de vista metodológico, o trabalho se configura como um estudo qualitativo com pesquisa-intervenção, desenvolvida a partir das contribuições da sociologia da infância e dos estudos sobre letramento digital. A pesquisa foi desenvolvida a partir do trabalho com pequenos grupos de uma turma de crianças de uma instituição pública de educação infantil do município de Maceió, localizada em um bairro da periferia urbana. As crianças foram acompanhadas a partir da organização de oficinas de percurso, no qual as crianças foram colocadas em contato direto com os tablets, com vistas a verificar os usos e as estratégias construídas pelas crianças para a exploração da tecnologia móvel. Foram utilizados a videogravação e o diário de campo como procedimentos de coleta de dados, de modo a aliar imagem, áudio e registro escrito no processo de captação das ações, expressões e interações das crianças entre si e com a TDIC. As conclusões da investigação apontam para o fato de que as crianças pequenas constroem ricas e diversificadas experiências com o universo digital na medida em que lhes são oferecidas condições necessárias para que possam explorar os tablets com criatividade e autonomia. Assim sendo, é possível depreender um movimento revelador de que as crianças possuem um repertório de experiências com as TDIC e que tal conhecimento tem sido desconsiderado, em diversos contextos, pelos adultos envolvidos com seus processos educativos, não se dispondo a acompanhá-las

nessa trajetória, de modo a enriquecer suas experiências com vistas ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Crianças. Letramentos. TDIC.

UM PROJETO DE ANIMAÇÃO INFANTIL E COMUNITÁRIA EM MEIO RURAL: AS CRIANÇAS COMO MEDIADORAS DA RELAÇÃO ENTRE O JARDIM DE INFÂNCIA E AS FAMÍLIAS

Fernando Ilídio da Silva Ferreira

O estudo aqui apresentado foi gerado no âmbito de uma investigação de doutoramento de cariz etnográfico e posteriormente aprofundada noutros projectos de pesquisa e de formação. Realizada num município rural do norte de Portugal, Paredes de Coura, a investigação teve como foco um projecto local de “animação infantil e comunitária” – o Projecto OUSAM – iniciado na década de 1980, fruto da iniciativa de um pequeno grupo de profissionais das áreas da educação, da saúde e do serviço social. No âmbito do projeto, as crianças foram concebidas como atores sociais, assumindo um papel de mediação entre os profissionais e as famílias, as escolas e as comunidades, nas áreas mais dispersas e isoladas daquele território. No início, a educação das crianças pequenas e, sobretudo, a vertente lúdica e artística, que era central no trabalho desenvolvido pelos profissionais com as crianças, não era valorizada pelas famílias, que afirmavam que “o desenho não dá ganho”. No papel de mediadoras, as crianças ajudavam os pais a perceber e a valorizar as actividades e as produções que realizavam em espaços educativos entretanto criados. Se bem que algumas características do OUSAM se tenham alterado ao longo de quase três décadas, ainda hoje possui bastantes particularidades. As crianças, embora reunidas em espaços próprios, correspondentes a salas devolutas de edifícios de escolas primárias, continuam a ser recolhidas e entregues nas suas próprias casas, com recurso a um sistema de transportes, em carrinhas próprias, em modalidades de educação de infância itinerante. Nesta comunicação salientamos sobretudo este aspecto da continuidade de práticas de educação infantil e comunitária em meio rural, em grande medida explicado pela cultura de formação que se foi gerando no seio da instituição e entre os profissionais, alicerçada na formação experiencial reflexiva, em torno da memória, do contexto e do quotidiano. Tendencialmente, a formação dos profissionais da educação de infância tem vindo a subordinar-se a uma agenda de escolarização e curricularização, muito por influência de políticas educativas que procuram aproximar este sector da estrutura e da cultura de outros níveis de ensino. Por via de acções de formação de pendor individual e administrativo, a formação tende a acentuar a vertente técnica e didáctica, em detrimento das valências reflexivas, éticas, estéticas e lúdicas da formação docente, da profissionalidade e da identidade profissional no campo da educação de infância. Ora, o presente trabalho tem como principal objetivo contrapor a esta tendência uma cultura de formação em contexto que se foi afirmando ao longo do tempo no OUSAM, uma instituição de educação de infância que tem no seu cerne um projecto de educação das crianças pequenas em estreita relação com as famílias e as comunidades locais, numa perspectiva de desenvolvimento comunitário. A valência da educação de infância tem vindo a articular-se com outras valências da instituição, nomeadamente, o lar, o centro de dia, as actividades de tempos livres, etc.,

fomentando, crescentemente, práticas integradas de educação intergeracional.

Palavras-chave: Escola. Famílias. Formação.

INFÂNCIA E LINGUAGENS ARTÍSTICAS: VOZES, CRIAÇÕES E QUERERES DE CRIANÇAS PEQUENAS

Ana Paula Cordeiro

Nesta pesquisa temos por objetivo tecer uma discussão relacionada às formas de vivenciar a infância de crianças da Educação Infantil e a importância das Linguagens Artísticas como reveladoras de anseios, temores, querer e pensares dessas crianças. Para tanto, nos utilizamos do referencial teórico da Sociologia da Infância, que vê a criança como ser ativo, criativo e produtor de cultura e a infância como forma estrutural, como categoria social. O trabalho tem sido desenvolvido no âmbito do Projeto LUDIBUS, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Unesp- Campus de Marília- SP. Ele tem como principal característica a existência de um ônibus adaptado para o desenvolvimento de atividades artísticas, lúdicas e literárias. Funciona como brinquedoteca, biblioteca e ateliê itinerantes. Desenvolvemos junto ao Projeto um trabalho voltado para as Linguagens Artísticas por meio de atividades lúdicas com os objetivos de sensibilizar as crianças sobre a importância de tais linguagens e de levá-las a criar e apreciar obras de arte, bem como a refletir e falar sobre seus fazeres artísticos. Trabalhamos com as artes visuais, com o teatro, a música e o movimento/dança. Também desenvolvemos um trabalho com formação inicial e continuada de professores, junto às escolas parceiras do Projeto e junto a bolsistas de graduação, a fim de trocarmos experiências e oferecermos possibilidades de aprofundamento no tocante a estudos e propostas no campo das artes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, que se utiliza do referencial metodológico da pesquisa-ação e de procedimentos tais como observação participante, anotações em diários de pesquisa, registros das atividades, como fotos e filmagens, bem como as produções das crianças, como desenhos, pinturas e relatos orais. No projeto contamos com uma equipe de bolsistas do Núcleo de Ensino da Unesp, Campus de Marília, e do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, subprojeto de Pedagogia, área de Educação Infantil. Realizamos com os bolsistas, que são alunos dos Cursos de Pedagogia e de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências estudos, discussões e reuniões periódicas a fim de organizarmos propostas a serem desenvolvidas em duas escolas parceiras, uma de Educação Infantil municipal, localizada no bairro operário da cidade e outra de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, de caráter filantrópico, mantida por uma congregação religiosa. Os professores e coordenadores das escolas participam ativamente das atividades nos momentos em que as realizamos com as crianças. As crianças possuem entre três a cinco anos de idade. Os resultados indicam que, por meio das atividades desenvolvidas as crianças criam e falam sobre seus fazeres artísticos, sobre si e sua cotidianidade de forma lúdica e prazerosa. Por meio de coreografias improvisadas, jogos dramáticos, desenhos, pinturas, esculturas, brincadeiras variadas, suas formas de ver o mundo e seu

entorno são revelados. Este trabalho constata que se o ambiente for propício ao diálogo e à elaboração do conhecimento, as crianças terão muito a dizer.

Palavras-chave: Infância. Arte. Lúdico.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS INFÂNCIA E CONTEXTOS EDUCATIVOS: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS, MULTIDISCIPLINARES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Universidade de Uberaba (UNIUBE)

Coordenadora: Ana Maria Esteves Bortolanza

COMO AS CRIANÇAS APRENDEM A ESCREVER: A PRÉ-HISTÓRIA DA LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Ana Maria Esteves Bortolanza
Ângela Machado de Paula
Selma Aparecida Ferreira da Costa**

Este trabalho apresenta parte de uma pesquisa cujo objetivo é explicar o processo de apropriação da cultura escrita pelas crianças na educação infantil, de acordo com a organização das atividades de escrita que lhes são propiciadas no ambiente escolar. Para compreender esse processo foi realizado um experimento pedagógico em uma turma de crianças de cinco anos de idade, numa escola pública, na cidade de Uberaba/MG. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola municipal de Uberaba, estado de Minas Gerais, em 2013 e consistiu, na primeira fase, em observações das atividades desenvolvidas pela professora com a escrita, seguindo-se de uma atividade exploratória da pesquisadora para conhecer o que pensam as crianças sobre a escrita. Na segunda fase da pesquisa foi desenvolvido um experimento pedagógico que propiciou provocar o fenômeno a ser estudado em suas particularidades e dinamicidade histórica. A dimensão teórico-metodológica deste estudo fundamenta-se nos princípios do desenvolvimento humano apresentados pela Teoria Histórico-Cultural, que traz em seu bojo a Teoria da Atividade e a importância da mediação semiótica. Trata-se de um experimento de cunho pedagógico, centrado na forma de organizar e desenvolver a atividade na educação infantil, de modo a promover o desenvolvimento infantil. O experimento pedagógico oportunizou criar as condições necessárias para as crianças utilizarem a escrita em sua funcionalidade social, valendo-se da atividade guia do desenvolvimento, nesta faixa etária, que é a brincadeira de papéis sociais. A análise dos dados apontou indícios de que uma ação pedagógica, devidamente planejada e mediada, cria as circunstâncias que possibilitam a efetivação do processo de apropriação da escrita em sua funcionalidade social, propiciando uma mudança qualitativa na relação da criança com esse tipo de linguagem, pois ela cria a necessidade de escrever em diferentes situações de usos e funções da escrita. O que as crianças demonstraram de particular em seus gestos e atos de escrita guarda relação direta com a concepção de desenvolvimento da pré-história da linguagem escrita, apresentada por Vigotski e Luria. Estas atividades, desenvolvidas no experimento pedagógico, mostraram que nas etapas de diferenciação e utilização de signos, experimentadas pela criança durante a pré-história de sua escrita, o que efetivamente se modifica é sua relação com a escrita, sendo o significado a estrutura que permitirá a superação de uma técnica por outra. Tendo realizado ações concretas que

permitiram diferenciar e relacionar os escritos a seus significados, as crianças demonstraram haver separado a palavra do objeto, pois num primeiro momento, na brincadeira, valeram-se da escrita para imitar a ação do adulto. Posteriormente, ao modificar o papel desempenhado, passaram a utilizar a escrita como representação gráfica, utilizando para isso marcas culturalmente convencionadas, como o código alfabético. No desenvolvimento das atividades, elas demonstraram compreender o objetivo que as orientava nas atividades desenvolvidas, isso fez com que se esforçassem para enfrentar o desafio que lhes fora posto e, motivadas, buscaram resolver o problema: descobrir a escrita em seus usos e funções atribuindo-lhe sentidos.

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO TEXTO POÉTICO POR MEIO DOS JOGOS LIMÍTROFES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Anderson Borges Corrêa
Máira Cristina Rodrigues
Neire Márcia da Cunha

A pesquisa foi desenvolvida com uma turma de vinte e três crianças do 2º ano do ensino fundamental de uma escola pública da Rede Municipal de Educação de Uberaba (MG). Objetiva apresentar as contribuições dos jogos limítrofes no processo de ensino e aprendizagem do gênero poesia por crianças na faixa etária de 7 anos. A escolha desse gênero textual deve-se ao fato de ser fulcral na aproximação dos aspectos afetivos e cognitivos do desenvolvimento infantil, sendo uma das formas mais elaboradas de linguagem escrita. As poesias escolhidas para realização do estudo foram de Cecília Meireles, extraídas do livro *Ou Isto ou Aquilo*. Apresenta-se parte das atividades desenvolvidas na pesquisa, trabalhadas no primeiro ciclo temático tendo como corpus a poesia *Jogo de bola*. O estudo situa-se na transição do jogo protagonizado para a atividade de estudo, por isso as atividades desenvolvidas na pesquisa foram alicerçadas nos jogos limítrofes, assim denominados por se situarem entre o jogo protagonizado da criança e a atividade de estudo, fazendo o papel de transição entre um e outro. As atividades da pesquisa foram planejadas para que as atividades tivessem quatro momentos: inicialmente, acontecia o diálogo informal sobre a atividade, no segundo momento ocorria a descoberta do texto quando um cartaz contendo a poesia a ser trabalhada era afixado na lousa, uma cópia era entregue para cada participante e múltiplas leituras do poema eram realizadas. Nesse momento, as crianças interpretavam coletivamente o texto e faziam o reconhecimento dos recursos poéticos encontrados. No terceiro momento, as crianças realizavam o jogo proposto e faziam as jogadas. No fechamento da atividade, as leituras do poema eram retomadas para finalização da atividade. Essa forma de organização das atividades de ensino do gênero poético obedeceu a dois critérios: primeiro, considerou o espaço da sala de aula como um espaço de diálogo, em que as crianças deviam ser ouvidas e respeitadas nas interações do grupo. O segundo critério foi informar às crianças quais ações seriam desenvolvidas para que elas se apropriassem da dinâmica desse processo, ou seja, tomassem consciência do processo de leitura e escrita do texto poético. Para trabalhar a poesia *Jogo de bola*, foram propostas às crianças as seguintes ações com o texto escrito: a descoberta do texto, a dramatização do poema e a retomada do texto. O objetivo dessas ações foi propiciar às crianças a compreensão do poema; sendo que o jogo dramático foi o momento em que

elas o objetivaram, ao identificarem os recursos poéticos do texto e atribuírem sentidos a ele, expressando na linguagem corporal sua significação social. O objetivo do jogo de memória, além de constituir um recurso para a apropriação do texto poético, foi também desenvolver a atenção e a memória voluntárias das crianças. Nessa atividade, as crianças fizeram desenhos para objetivarem sua compreensão sobre a poesia, utilizando-a por meio de outra linguagem, a pictográfica. A atividade seguinte consistiu na produção textual em duplas de uma poesia, a partir da poesia trabalhada Jogo de bola. O objetivo foi que as crianças elaborassem textos poéticos parafraçando a poesia Jogo de Bola, com o título Jogo de Peteca. Os jogos limítrofes parecem ter criado as condições necessárias para despertar nas crianças o desejo de se apropriarem do texto poético, de lerem com compreensão, de descobrirem sua significação social e de lhe atribuírem novos sentidos.

Palavras-chave: Poesia. Jogos limítrofes.

O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM EXPERIMENTO PEDAGÓGICO COM AS TÉCNICAS DE FREINET

Andreia Cristina Batista Barbosa
Cintia Resende Corrêa
Cláudia Aparecida Caetano

A pesquisa qualitativa, em andamento, concentra-se no processo de apropriação da cultura escrita por meio das técnicas de Freinet, com uma turma de crianças de 5 anos de idade, em uma escola pública da rede municipal de educação infantil, município de Uberaba. Para compreender o processo de apropriação da linguagem oral e escrita na escola de educação infantil, é preciso analisar como as crianças se apropriam dos conhecimentos, como aprendem e como se desenvolvem em atividades intencionalmente organizadas, particularmente, na brincadeira de papeis sociais, por meio da qual assimilam as relações sociais dos adultos, isto é, o sistema da vida adulta. Justifica-se o estudo tendo em vista a própria atuação da professora/pesquisadora na educação infantil, que vem observando e vivenciando com as crianças se relacionam com a linguagem oral e escrita, o que exige do professor um conjunto de conhecimentos sistematizados que sustentem o trabalho de pesquisa e o próprio trabalho pedagógico desenvolvido com a turma participante do estudo. As práticas pedagógicas que são realizadas com as crianças, ainda hoje, são permeadas de alguns equívocos, especificamente de uma base científica, necessária à formação de crianças leitoras e escritoras, inseridas no mundo da cultura escrita. Para a realização desta pesquisa, a pergunta norteadora que vem guiando o estudo é: Como uma turma de crianças de 5 anos se apropria da linguagem oral e escrita por meio de atividades com as técnicas de Freinet? Os objetivos específicos que possibilitam operacionalizar a pesquisa são: Compreender como as crianças se expressam na brincadeira de papeis sociais? Analisar como as crianças se apropriam da linguagem oral e escrita nas atividades organizadas com as técnicas de Freinet. Apontar as implicações pedagógicas das técnicas de Freinet para a apropriação da linguagem e da escrita com foco na formação da atitude autora das crianças. Foi realizada inicialmente uma pesquisa teórica na perspectiva histórico-cultural que sustenta a pesquisa de campo realizada por meio de um experimento pedagógico. Quanto aos procedimentos

metodológicos foram feitas observações, entrevistas com as crianças participantes do estudo, realizadas em grupo e por meio de diálogos informais. As observações são registradas em diários de campo e versam sobre a relação da criança com a linguagem oral e escrita. O diário de campo, para registros e organização do próprio pensamento da pesquisadora, constitui uma ferramenta de reflexão, ao longo do processo de pesquisa. Ao adotar o experimento pedagógico, colocamos em prática ações devidamente organizadas para desenvolver atividades de linguagem oral e escrita, tomando a escrita em sua funcionalidade social, com o objetivo de comprovar se a devida organização de tais atividades com as técnicas de Freinet efetivamente propicia uma apropriação da cultura escrita em sua significação social. As técnicas de Freinet trabalhadas no experimento pedagógico são: a aula passeio, o texto livre, a roda inicial, a roda final e o jornal da turma.

Palavras-chave: Linguagem. Escrita. Freinet.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE CULTURA E EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA – GEPCEI

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)

Coordenador: Romilson Martins Siqueira

O CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE (RE)VELAM AS PRODUÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO 07 DA ANPED?

Romilson Martins Siqueira
Rosane Cândida de Almeida

75

A pesquisa que ora se apresenta tem por objetivo compreender o debate sobre as abordagens do conhecimento na Educação Infantil, considerando os trabalhos completos apresentados durante as Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no Grupo de Trabalho nº 07 (GT07) Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Reconhece-se que a Associação é lócus de produção científica que reverbera suas pesquisas na formação inicial e continuada de professores por meio da produção bibliográfica brasileira na forma de artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e comunicações em eventos acadêmicos. Esta pesquisa se constitui como um estudo situado naquilo que já foi produzido sobre o tema na relação com outras prerrogativas: a) As funções e finalidades da educação institucionalizada das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses; b) A infância como tempo da vida dos sujeitos destinatários desta educação; c) A cultura como prática social humana; d) A experiência como condição necessária para afirmar a possibilidade de ser narrada; e) O currículo e o conteúdo, como objetos do campo pedagógico. Evidencia-se que estas categorias não se excluem e nem se repelem, mas se constituem mutuamente, oferecendo pistas para se pensar criticamente o conhecimento às crianças na Educação Infantil. Com base nos objetivos deste trabalho, esta pesquisa se constitui do tipo bibliográfica com análise de conteúdo. Tem como método de estudo e compreensão da realidade o Materialismo Histórico Dialético, uma vez que este permite apreender o objeto de estudo situado nas contradições sociais que permeiam as tensões entre inclusão e exclusão das crianças na apropriação do conhecimento. Esta tensão é apenas um emblema da lógica que orienta a sociedade quando se trata de compreender o lugar do sujeito e o domínio do

conhecimento sistematizado. Para essa análise, considerar-se-á as relações: passado-presente, parte-todo, universalidade-singularidade, história-historicidade, movimento, dialeticidade e contradição. Quanto ao referencial teórico para encaminhar a análise dos dados, a pesquisa busca aporte em diferentes enfoques conceituais, que se articulam na apreensão do objeto da pesquisa, à saber: a) Pedagogia da Infância representada por ROCHA (1999 e 2008), em articulação com os estudos de KRAMER (2001, 2003, 2006, 2009 e 2010) e BARBOSA (2008 e 2010); b) Psicologia Histórico-cultural a partir de VIGOTSKI (1998 e 2000) e PRESTES (2012); c) Teoria Crítica em interlocução com ADORNO (1985), HORKHEIMER (2000) e MARCUSE (1978); d) Sociologia da Infância a partir de CORSARO (2009 e 2011) e SARMENTO (1997 e 2005); e) Estudos Culturais no contexto da produção materialista de WILLIAMS (1979, 1992, 2007 e 2011). Os resultados da pesquisa encaminham para a necessidade de um debate aprofundado sobre a função social da educação infantil, em particular, o lugar do conhecimento nesta etapa da educação básica que se contraponha a uma lógica instrumental, escolarizante e etapista, mas que, a rigor, também não negue às crianças o direito do acesso ao conhecimento sistematizado a fim de ampliar, diversificar e complexificar o saber sistematizado.

Palavras-chave: Educação Básica. Educação Infantil. Conhecimento.

EDUCAÇÃO POPULAR E INFÂNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DO MOVIMENTO DE ADOLESCENTE E CRIANÇAS (MAC)

**Romilson Martins Siqueira
Vilma Ribeiro de Almeida**

76

O presente trabalho discutiu a questão da Educação Popular com crianças, inscrito na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e teve como objeto de investigação a Educação Popular em sua interface com a infância e como campo de estudo a experiência do Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC). Portanto, procurou elucidar o problema da pesquisa a partir da seguinte questão central: o que caracteriza o projeto do MAC na perspectiva sócio-político-educativa para a formação de crianças em contextos de Educação Popular? Desta forma, objetivou analisar as concepções, princípios e práticas da educação popular, vivenciadas por crianças e adultos a partir do projeto sócio-político-educativo do MAC; e a investigar como tais valores contribuem para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos no contexto da Educação Popular; A matriz teórica deste trabalho partiu do Materialismo Histórico e Dialético, uma vez que suas categorias centrais de análise permitem compreender a realidade e a práxis, em busca da transformação social, portanto, do devir histórico. Da mesma forma, seu referencial teórico situou em diferentes campos dos estudos críticos da cultural, da sociedade e da infância: Marx (2006); Brandão (2002a; 2006), Freire (2003; 2006; 2014), Arroyo (2012; 2004), Sarmento (2005; 2008); Siqueira (2011); Fernandes (2009); Ariès (1981), Kramer (1999; 2006); Gaitán; Liebel (2012); Espinar (2003); Cussianovich; Marques (2002), dentre outros. Na pesquisa de campo realizada, de acordo com os critérios preestabelecidos, buscou-se observar as reuniões de dois grupos do Movimento de Adolescentes e Crianças, processo que se deu com a documentação de oito encontros,

por meio de observação e registros fílmicos. Realizaram-se, também, quatro entrevistas, sendo duas com acompanhantes dos grupos e duas com jovens egressas do MAC. Em relação aos resultados da pesquisa destaca-se que a voz da criança é uma voz polifônica e que a presença dos adultos nos grupos se dá de forma hierarquicamente superior. No entanto, percebe-se a importância política e pedagógica da Educação Popular com crianças e esta se faz mediada pela ação dialógica que em sua essência estimula a curiosidade, possibilita a construção de conhecimento, explicita sonhos, exige criticidade e requer compromisso. Ressalta-se ainda, a importância da ação educativa desenvolvida pelo MAC, mesmo que de forma incipiente, se apresenta como um espaço emancipatório de formação cidadã, numa perspectiva de autonomia da criança. Esta pesquisa reafirmou a Educação Popular como uma pedagogia e uma posição política. Uma pedagogia que a compreenda os sujeitos e suas relações sociais, ancorada na concepção de mundo com uma metodologia que facilite a participação e o envolvimento das pessoas de forma integral. Uma posição política, uma vez que a Educação Popular tem uma proposta clara de transformação e se concretiza na atuação e na organização popular.

Palavras-chave: Educação Popular. Crianças. Direitos.

GRUPO DE ESTUDOS PROCESSOS DE APRENDER E ENSINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Coordenadora: Denise Maria de Carvalho Lopes

CURRÍCULO E CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO AS DCNEI/2009

Denise Maria de Carvalho Lopes
Elaine Luciana Sobral Dantas

A pesquisa tematiza questões relativas aos conhecimentos que podem constituir as experiências vivenciadas por crianças no cotidiano das instituições de Educação Infantil e que, por conseguinte, constituem os currículos por elas vividos nesses contextos, mediante os quais – juntamente a outras experiências partilhadas em outros espaços sociais – elas interagem com a cultura e se constituem como sujeitos. A pesquisa busca responder à questão: que sentidos são atribuídos ao currículo e aos conhecimentos que podem se constituir como objetos/objetivos da educação infantil pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) e por professores que atuam nessa etapa educativa? O estudo assumiu como aportes teórico-metodológicos os princípios da abordagem histórico-cultural de L. S. Vigotski para a pesquisa sobre processos humanos e as proposições de M. Bakhtin para a pesquisa nas Ciências Humanas. Essas orientações apontam para um caráter histórico, mediado, discursivo, alteritário e axiológico dos processos humano e de sua compreensão por meio da pesquisa. Em vez de objetos dados, isolados e “mudos”, encontram-se em permanente movimento de constituição e transformação, são vinculados aos contextos e circunstanciados. Sua compreensão, como produção de sentidos, envolve, tanto a descrição rigorosa, como sua interpretação como busca das relações que os constituem. Compreendendo que as significações são produções humanas-sociais e só podem ser

estudadas em seu movimento de constituição, a investigação objetiva analisar os sentidos atribuídos ao currículo e aos conhecimentos que podem se constituir como objetos/objetivos na educação infantil pelas DCNEI e por professores que atuam nessa etapa. No presente texto, são problematizados os sentidos presentes nas DCNEI, por meio de análise documental, a partir da qual foram produzidos dois eixos temáticos que integram as significações presentes nos documentos: 1) sentidos relativos a currículo e 2) sentidos relativos a conhecimentos (o que constitui conhecimento na/para educação infantil: diferentes patrimônios de conhecimentos; conhecimentos e saberes; conhecimentos e linguagens; conhecimentos constituem o currículo; o conhecimento nas interações e na brincadeira; o conhecimento e as experiências educativas que integram o currículo). A análise do texto oficial aponta para a necessidade de objetivação e ampliação de suas definições, como desdobramentos que possam alargar as possibilidades de compreensão por parte dos professores, considerando que estes precisam, na organização de suas práticas junto às crianças, de “chaves” não disponíveis no texto, para acessar as significações nele contidas. Apontamos, ainda, a necessidade de maior investimento em formação em serviço e condições de apropriação, por parte de professores dessa etapa, das atuais proposições teóricas e oficiais para a educação de crianças muito pequenas e pequenas, fundamentos ao desenvolvimento e à reflexão de sua própria prática.

Palavras-chave: Educação Infantil. Currículo.

CURRÍCULO E PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DOS DOCUMENTOS ÀS PRÁTICAS VIVENCIADAS

Cláudia Dantas de Medeiros Lira
Denise Maria de Carvalho Lopes

O trabalho é recorte de uma pesquisa que investiga a participação da criança no currículo da Educação Infantil. Analisa proposições do Projeto Político Pedagógico, bem como práticas pedagógicas realizadas em uma turma de crianças de 5 anos numa instituição de Educação Infantil de um município do RN. No presente texto priorizamos as relações entre as proposições e as práticas vivenciadas. As últimas décadas, as quais tem sido marcadas pelo significativo avanço nos estudos sobre a infância, concepções tem mudado e a forma como a sociedade está dialogando com esse processo, também torna-se objeto de investigações. Compreendendo a criança como sujeito ativo e partícipe do contexto em que vive, a qual tem suas especificidades a serem consideradas, as instituições que a atendem, são forçadas a ressignificarem seus currículos, tendo como referência, parâmetros norteadores discutidos e propostos nos documentos oficiais, embora ainda seja objeto de questionamentos, os modos como as proposições são efetivadas em meio às vivências educativas. Diante de tal entendimento, parte-se da compreensão que se tem de currículo e como os estudos sobre participação tem sido propagado a partir dos estudos teóricos realizados. Considerando, portanto, a abordagem teórica a qual norteia a pesquisa em discussão, entendendo as crianças na dimensão da globalidade e vislumbrando uma proposta educativa participativa na Educação Infantil, nos posicionamos quanto a questionamentos sobre quais as condições-possibilidades lhes são propiciadas para participarem do desenvolvimento de práticas pedagógicas que

lhes são dirigidas e como são consideradas quanto aos seus interesses, necessidades, possibilidades e curiosidades. Estas questões as quais permeiam a referida pesquisa, tem sido elementos relevantes para o construto, ainda em elaboração quanto à significação acerca da participação. Este remete, portanto, à possibilidade da criança ter oportunidades de demonstrar saberes, ideias; de poder vivenciar atividades próprias da cultura, a qual propicie prazer e que são peculiares a essa fase da vida. Participar é ser considerado. Com base nessa concepção, o currículo considerado ultrapassa os elementos relacionados aos conteúdos ou habilidades a serem desenvolvidas na Instituição. A proposição defendida é de que o mesmo se articula com os demais aspectos da proposta pedagógica e isso envolve a participação da criança por meio de todos os aspectos que a compõe e a constitui em meio à cultura infantil a saber as suas linguagens, interesses, necessidades, gostos, sentimentos, curiosidades, etc. o que é possibilitado a partir do que é pensado e organizado com vistas ao atendimento à criança. Nesse sentido o currículo da Instituição em discussão no presente estudo, através de seu Projeto Político Pedagógico, anuncia através de sua missão, a importância da promoção do desenvolvimento de suas crianças para a construção da cidadania e autonomia de suas crianças, bem como, no seu cotidiano promove ações que possibilitam às crianças significarem esses princípios.

Palavras-chave: Educação Infantil. Participação.

CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA CRECHE: A RELAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL-DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Maria de Fátima Carvalho

79

O presente trabalho vincula-se ao Grupo de pesquisa Processos de Aprender e Ensinar na Educação Infantil. Consiste em um recorte de pesquisa que se encontra em andamento e que tematiza/problematiza a inclusão escolar da criança com deficiência em instituições públicas de educação infantil em um município da grande São Paulo. Tem como aporte teórico-metodológico as proposições da vertente histórico-cultural em psicologia, a qual concebe o desenvolvimento da criança como processo com gênese sociocultural que integra as múltiplas interações vividas pelo indivíduo, incluindo aquelas que se dão em instituições de Educação Infantil – concebidas como ambientes, cujos espaços, tempos, materiais, ações e relações são organizados, de modo intencional e sistemático, pelos pares mais experientes, notadamente os adultos, conforme suas concepções sobre criança, desenvolvimento humano e educação de crianças. Dessa perspectiva, ressalta-se o papel da linguagem e do outro nos processos/relações sociais que são constitutivos do processo de desenvolvimento, assim como a importância atribuída aos primeiros anos de vida e às especificidades, tanto das crianças em geral e relativas à existência das mais diversas formas de deficiência. O estudo objetiva aprender aspectos do atendimento em creche, de forma a compreender como, em sua realização, ganha forma a inclusão destas crianças nos primeiros anos da educação infantil, com o objetivo de compreender, discutir e explicitar se e como esse atendimento concorre para o desenvolvimento dessas crianças, compreendido como a transformação e expansão de suas possibilidades de participação nos processos interativos que perfazem o seu dia a dia na creche. A construção e a análise dos dados

destaca a contextualização histórico-cultural e constituição deste atendimento, tendo como base as contribuições de Vigotski sobre a constituição social das funções psicológicas no desenvolvimento humano e os estudos sobre a linguagem em uma perspectiva dialógica e enunciativa com base nos estudos do Círculo de Bakhtin, envolvendo o estudo e análise de documentos federais e municipais orientadores do atendimento em creche e da inclusão escolar de crianças com deficiência, a elaboração e aplicação de entrevistas com profissionais responsáveis por esse atendimento e a observação participante do trabalho dirigido à criança com deficiência em um unidade de creche do município campo de pesquisa. Fundamentos teórico-metodológicos e estratégias de construção de dados são usados para construção de um Estudo de Caso do atendimento à criança com deficiência no município campo de pesquisa. Para efeito desta apresentação, destaca os resultados atinentes à revisão bibliográfica sobre o tema crianças com deficiência na creche cotejando-a com políticas públicas relativas e com a produção acadêmica (2006 a 2016) sobre o desenvolvimento humano nos primeiros anos de vida em uma perspectiva psicológica histórico-cultural, enfatizando a importância de investigação do tema.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão,

GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – GEPEEDI

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Coordenadora: Maria Odete Vieira Tenreiro

O QUE AS CRIANÇAS DIZEM SOBRE SUAS ESCOLAS? PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DA PESQUISA NOS CMEIS DE PONTA GROSSA - PR

**Gisele Brandelero Camargo
Marilúcia Antônia de Resende Peroza**

Esse texto apresenta as primeiras aproximações de uma pesquisa, que está em andamento, desde janeiro de 2016, com o objetivo de compreender como as crianças dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Ponta Grossa – PR percebem a prática pedagógica, a organização do tempo e dos espaços de suas escolas. Apoiados nos estudos de Vygotsky (1993), Winnicott (1971), Sarmiento (2004 e 2011), entre outros, a pesquisa tem valorizado a expressão das crianças, seja por meio de suas narrativas faladas, desenhadas e/ou gestualizadas, considerando que culturas infantis possuem sistemas simbólicos que as diferenciam das demais culturas (SARMENTO, 2011), para, a partir disso, refletir sobre a formação de professores para a Educação Infantil. Considerando os elementos que caracterizam as infâncias, é inegável que “As práticas sociais das crianças reconfiguram os lugares institucionais em que vivem as crianças [...], e as formas de ser e de agir das crianças “contaminam”, alteram, modificam permanentemente as práticas familiares, escolares, institucionais, e dos territórios e espaços sociais em que se encontram” (SARMENTO, 2011, p. 585). Com isso, entendemos que as instituições escolares que recebem as crianças precisam ouvi-las e observá-las a fim de organizar os tempos, os espaços e as práticas pedagógicas que as satisfaçam em suas necessidades reais. Assim, essa pesquisa de campo, de cunho qualitativo e exploratória, tem como sujeito investigado as crianças, alunos das turmas

de infantil III (3 anos), IV (4 anos) e V (5 anos) que frequentam quatro CMEIs de Ponta Grossa – PR ou sejam 10% do total das instituições públicas do município. A coleta de dados, iniciada em abril de 2016, se dará no decorrer do ano letivo de 2016. Os instrumentos de coleta de dados consistem em duas etapas, sendo: 1º) Inserção na turma, aproximação e aceitação da nossa presença, por parte das crianças; 2º) Entrevista individual e coletiva (gravada em vídeo), através da fala, gestos, desenhos, brincadeiras e outras expressões pelas quais a criança deseja comunicar. Após a transcrição dos vídeos das entrevistas, utilizaremos a técnica de análise da conversação e da fala (MYERS, 2002). A primeira etapa da coleta de dados tem mostrado que as crianças precisam ser ouvidas e, seus discursos trazem questões fundamentais para a reflexão do ser professor na Educação Infantil. Dentre tantos aspectos observados nessa primeira etapa da coleta de dados, pudemos perceber que as crianças gostam de atividades lúdicas como brincadeiras coletivas com a participação das professoras, atividades ao ar livre, no parque, no pátio e na horta. Não gostam ficar só na sala de aula e de brigar na escola, referindo-se a relação com os adultos no ambiente escolar. Consideram a relação afetiva, com a professora e com os colegas, fundamental para se sentirem felizes no período em que estão no CMEI. A partir da primeira etapa da coleta de dados corroboramos a afirmação de Sarmento (2011) quando defende a capacidade da criança em elaborar novos conceitos e culturas a partir de suas experiências com o universo que as cerca e suas relações entre si.

Palavras-chave: Criança. Escola. Professores.

O QUE DIZEM, O QUE FAZEM, COMO TRATAM SOBRE O BRINCAR E O CORPO OS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO INFANTIL: PASSOS INICIAIS DE UMA INVESTIGAÇÃO

81

Daiana Camargo

Busco com este trabalho apresentar a pesquisa de doutorado em andamento no doutorado em Ciências de la Educación da Universidad Nacional de La Plata- AR e vinculada ao Grupo de estudos, pesquisa e extensão na Educação Infantil (GEPEEDI-UEPG) a qual tem como problema de pesquisa a atuação do curso de Pedagogia diante das discussões sobre a criança e as necessidades corporais e brincantes. A temática em questão perpassa a prática pedagógica da pesquisadora que será tratada no âmbito da formação de professores. Para organização do marco teórico faço um breve percurso histórico dos espaços de formação do professor da EI, pois considero fundamental o entendimento de quem é o professor que atua com a criança pequena ao longo da organização da educação brasileira. Remeto a organização do curso normal, ao curso de pedagogia e sua recente reorganização privilegiando a docência, amparados na recente legislação (LDB 9394-96; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, 2006) bem como discussões acerca deste processo, pautados em escritos de Romanowski (2007); Louro (1997), Tanuri (2000). Busco por meio dos estudos de Oliveira Formosinho (2002); Marcelo e Vailant (2009), Rocha (2000) tratar da formação do professor para a Educação Infantil a fim de delinear as especificidades para com a criança pequena. Com base nos escritos de Foucault (2007), Dornelles (2009), Veiga-Neto (2015) Finco (2007) e Garanhani (2005) delinheiro algumas reflexões quanto a

abordagem do corpo na escola, tendo em vista o cerceamento do mover-se e demais práticas relacionadas a contenção e aprisionamento do corpo. Apresento um panorama dos recentes estudos/pesquisas compondo o estado do conhecimento, que nos auxiliam a identificar a produção recente e refletir sobre a criança, o brincar e o corpo na organização dos cursos de Formação de Professores, me aproximando das discussões estabelecidas. Para estruturação da pesquisa de campo proponho a análise das ementas das disciplinas que tratam de criança, ludicidade e educação infantil a fim de identificar a presença (ou não) de abordagens sobre brincar/corpo/movimento bem como o referencial teórico que os sustentam. Posteriormente busco na fala dos acadêmicos o entendimento sobre o brincar, o corpo e o movimento e a relação destes elementos com as práticas do estágio na Educação Infantil, dados estes obtidos por meio de questionários, entrevistas e registros de diários de bordo a fim de identificar se o acadêmico do curso de Pedagogia-UEPG apresenta fundamentos para pensar e estruturar práticas referentes ao brincar e o corpo em movimento. A partir de dados parciais da pesquisa observo que existe a abordagem do brincar e do corpo em movimento, a disciplina Ludicidade, corporeidade e arte, oferecida no primeiro ano do curso aparece citada pela maioria dos respondentes. Com a leitura dos diários de bordo é possível verificar que o olhar/registro do acadêmico/estagiário contemplou o brincar, cujos relatos elencam restrições ao movimento ou o brincar para preencher o tempo. Cabe agora a análise rigorosa dos dados amparada no referencial teórico para discussão mais aprofundada quanto a formação do professor de educação infantil capaz de brincar e de compreender a importância do corpo em movimento.

Palavras-chave: Formação. Pedagogia. Brincar.

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM EDUCAÇÃO E INFÂNCIA

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Coordenadora: Cleonice Maria Tomazzetti

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A PRÁTICA REFLEXIVA COMO POSSIBILIDADE PARA A FORMAÇÃO EM CONTEXTO

**Cleonice Maria Tomazzetti
Juliana Corrêa Moreira**

A Educação Infantil tem se destacado cada vez mais, tanto no plano político quanto no educacional, firmando-se como um potente campo investigativo. Neste sentido, o Grupo de Investigação e Estudos Contemporâneos sobre a Educação Infantil (GIECEI) desenvolve pesquisas que envolvem análise das políticas públicas educacionais, bem como das práticas pedagógicas na Educação Infantil ancoradas na garantia do direito da criança a frequentar uma instituição que possibilite processos educacionais de qualidade. Dentre as temáticas de pesquisa, emergiu a questão da avaliação: um assunto polêmico e controverso dentro do campo educacional, sobretudo quando nos referimos à Educação Infantil, considerando suas especificidades. Este trabalho traz os resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida em uma instituição pública de Educação Infantil da rede municipal de Santa Maria/RS, e focaliza a avaliação em interlocução com as práticas pedagógicas em contextos coletivos com crianças de 0 a 3 anos. Por meio da

investigação-ação educacional junto ao grupo de professoras, buscamos compreender as relações entre a avaliação, as práticas pedagógicas e a qualificação dos contextos de aprendizagem para bebês e crianças bem pequenas, considerando as orientações nos documentos legislativos e na política educacional que normatiza o trabalho das instituições de Educação Infantil. Optamos pela investigação-ação educacional por acreditarmos em seu potencial para as necessárias transformações no campo educativo, uma vez que esta modalidade investigativa difere das concepções tradicionais de pesquisa em educação na medida em que se relaciona com questões encontradas no desenvolvimento da ação educativa. Por esta perspectiva, as professoras tiveram a oportunidade de se assumirem como investigadoras da própria prática, imergindo em um processo de reflexão individual e coletiva, buscando a solução de problemas a fim de qualificar seu fazer educativo e o trabalho desenvolvido na instituição. Assim, a pesquisa se constituiu em um processo de formação contínua e em contexto para o grupo de professoras, uma vez que abordou a temática da avaliação como prática reflexiva encadeando-a com a elaboração do currículo e à qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas junto às crianças. Tal processo permitiu a construção de um novo olhar acerca da temática da avaliação e sobre as práticas desenvolvidas na instituição, o que gerou um movimento de mudanças neste contexto educativo, evidenciadas na reestruturação e na organização dos materiais, tempos e espaços dentro da instituição, bem como na proposição de situações de aprendizagem mais significativas, revelando um novo olhar das professoras sobre a criança, o currículo, a prática pedagógica e a avaliação. Além disto, o conhecimento produzido por meio desta pesquisa foi compartilhado com outras escolas em reuniões e encontros formativos, fomentando novas reflexões e possibilidades para a construção do conhecimento, revelando a potencialidade deste estudo para a qualificação das práticas pedagógicas em outros contextos de educação para a infância.

Palavras-chave: Avaliação. Creche. Documentação.

O LUGAR DA CRIANÇA EM IDADE PRÉ-ESCOLAR: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO ACADÊMICA DIVULGADA NA ANPED DE 2009 A 2015

Cleonice Maria Tomazzetti
Vívian Jamile Beling

O trabalho apresentado é parte da pesquisa de mestrado vinculada ao Grupo de Investigação e Estudos Contemporâneos sobre a Educação Infantil – GIECEI – e envolveu, assim como as demais pesquisas do grupo, o contexto das políticas públicas educacionais bem como das práticas pedagógicas na Educação Infantil ancoradas na garantia do direito da criança a instituições educacionais de qualidade para a criança menor de seis anos de idade. Neste trabalho, o objetivo é discutir qual o lugar que a criança em idade pré-escolar ocupa nas políticas públicas para educação brasileira, e nos trabalhos acadêmicos apresentados na ANPED de 2009 a 2015. A palavra lugar não aparece por acaso, mas considera que as crianças ocupam uma posição na sociedade atual. Lugar que é localização geográfica, mas que, além disso, indica uma posição social, um território que é cultural, político e histórico. Atualmente as crianças têm lugar

nas políticas nacionais que lhes garantem o direito à educação e ao cuidado; têm lugar nas pesquisas numéricas, ocupando posições nos índices de cálculo de população e matrícula nas escolas; têm lugar nas pesquisas acadêmicas e no imaginário social, que muitas vezes lhes atribuem expectativas do mundo adulto. Procurar entender estes lugares nos leva a compreender também a organização das instituições e definições legais para este público, aqui especificamente em idade pré-escolar. Nossa pretensão é mostrar o lugar das crianças em idade pré-escolar na política educacional atual e nas pesquisas acadêmicas, e para esta segunda intenção, optamos investigar as publicações da ANPED realizadas no Grupo de Trabalho 7 - Educação da criança de zero a seis anos. Para definir o lugar deste sujeito nas políticas públicas retomamos o direito à educação garantido pela Constituição Federal-1988, e avançamos nas políticas que corroboram com este direito chegando às alterações mais recentes que instituem o Ensino Fundamental de nove anos (Lei nº 11.114 de 2005), as metas do Plano Nacional (2014), e recentemente a alteração constitucional que torna obrigatória a matrícula de crianças a partir dos quatro anos de idade (Lei nº 12.796 de 2013). Esta investigação indica que as crianças de quatro e cinco anos de idade ocupam, na legislação brasileira atual, um lugar de conquista do direito à educação, gratuita e com obrigatoriedade de matrícula, e o reconhecimento como um ser histórico e ativo na sociedade, um lugar de pré-escola, de Educação Infantil, de embates teóricos. Em um segundo momento, investigamos as publicações feitas no evento, a partir do ano de publicação das Diretrizes Nacionais de Educação Infantil, 2009 que contemplam pesquisa com crianças em idade pré-escolar. Constatamos que o número de trabalhos tem sido crescentes: as crianças têm sido ouvidas sobre temas da sociedade contemporânea, não só específicos da escola ou das experiências infantis; mas ainda carecemos de metodologias para a escuta das crianças visto que elas têm formas próprias de pensar, formas múltiplas de se expressar, através da fala e do silêncio, do olhar, do brincar. Podemos afirmar que tem sido crescente a presença de trabalhos que contemplam a escuta das crianças em idade pré-escolar, porém precisamos aprimorar as ferramentas e metodologias que reconhecem as crianças como sujeitos sociais e ativos, capazes de participar dos processos de pesquisas sobre temáticas diversas que dizem respeito ao cotidiano e às suas experiências na escola e fora dela.

Palavras-chave: Pré-escolar. Legislação. Pesquisa.

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA EM INTERLOCUÇÃO COM A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cleonice Maria Tomazzetti
Vanessa Medianeira da Silva Flôres

A educação infantil se constitui como campo do conhecimento em construção, e nas últimas décadas, estudos, pesquisas científicas e políticas públicas tem enfatizado a importância desta etapa educativa. Deste modo, a presente pesquisa se justifica por ser um estudo no âmbito das práticas educativas na educação infantil em articulação com as políticas públicas, propondo assim, reflexões acerca desta com foco na gestão escolar democrática. Teve como objetivo investigar os princípios e mecanismos de gestão escolar democrática presentes nas seis instituições públicas de educação infantil de

Santa Maria/RS pesquisadas, tendo como referência a Lei Municipal 4047/03 no contexto das políticas públicas vigentes e a sua repercussão na qualidade da educação infantil. O aporte teórico a história da infância e das instituições que atendem às crianças pequenas, e a pedagogia da participação, bem como nos estudos realizados a respeito da Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) (2006) e sobre a qualidade da educação infantil. Ainda nas produções de Lück (2006), Ferreira (2001), Libâneo (2006) e nas bases legais vigentes acerca da gestão escolar democrática. A abordagem metodológica é de cunho qualitativo por opção epistemológica devido à natureza do estudo. Conforme conceituado neste estudo, a gestão escolar democrática foi estabelecida como preceito constitucional e está definida nas referências deste estudo, bem como na legislação municipal pelos princípios de autonomia, participação e descentralização. Isso implica mudanças no paradigma educacional, do qual emerge a importância da reflexão acerca da educação ser compreendida e vivenciada no cotidiano das instituições escolares de modo democrático envolvendo todos os sujeitos. Para coleta e produção dos dados utilizamos questionários com perguntas direcionadas, aplicados diretamente com a direção e professores das instituições públicas municipais de educação infantil pesquisadas. Com este estudo evidenciamos que os princípios e mecanismos de gestão escolar democrática, bem como a Lei Municipal 4047/03 necessitam ser aprofundados nas instituições pesquisadas. Concebemos que a gestão escolar democrática perpassa todo o cotidiano da instituição de educação infantil e deste modo possui interlocuções com a qualidade do atendimento às crianças que se vinculam às intencionalidades educativas e repercutem nas práticas pedagógicas. Através desta pesquisa verificamos que o conhecimento acerca da temática da gestão escolar democrática necessita ser aprofundado, e apontamos que há um discurso corrente sobre a temática, porém não conseguimos identificar como esta se consolida na prática cotidiana da escola através desta pesquisa; o que indica a incipiência e a fragilidade da democracia nas entranhas da sociedade. Um ponto em relação aos princípios que ainda precisa ser refletido consiste na participação de todos os atores na gestão escolar democrática. A pesquisa revelou que a participação, principalmente dos pais, se restringe a atividades pontuais nas quais são questionados sobre algumas decisões da instituição, porém trata-se, em geral, de decisões periféricas. Também verificamos que as crianças não são consideradas pela grande maioria das diretoras e professoras na efetivação da gestão escolar democrática, o que é indicador da baixa participação destas, ou de uma participação como presença.

Palavras-chave: Escola. Qualidade. Gestão.

GRUPO DE PESQUISA CRIANÇAS, INFÂNCIAS E CULTURAS – CIC

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Coordenadora: Ana Cristina Coll Delgado

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS E A PRÁTICA DA DOCÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Altino José Martins Filho
Ana Cristina Coll Delgado
Julice Dias**

O presente texto visa apresentar algumas reflexões críticas sobre a prática da docência com crianças bem pequenas em contextos de Educação Infantil. Tem como objetivo principal investigar, interpretar e descrever as diferentes minúcias da vida cotidiana no

saber e fazer a docência com crianças bem pequenas, destacando a participação infantil como um dos eixos fundamentais para a construção das relações educacionais e pedagógicas com esses sujeitos de pouca idade. Desenvolvemos a máxima de que a “docência não se faz sem as crianças”. Deste modo, consideramos que a docência com crianças bem pequenas está centrada na indissociabilidade e indivisibilidade entre cuidado e educação, priorizando no cotidiano as potencialidades e a agência das crianças, inclusive os bebês, que apresentam outras linguagens para se comunicar e se expressar, para além da linguagem verbal. Anunciamos no estudo que eles estabelecem outros modos e formas de relações e conexões com o mundo, as quais precisam ser apreendidas e valorizadas pelos adultos. Nosso diálogo se constitui em articulação com diferentes campos de conhecimento, já que concordamos que os estudos da infância, tomando como centralidade as crianças, se encontram em pleno desenvolvimento. Com o crescimento de pesquisas que articulam educação e estudos da infância no Brasil, vimos o interesse não apenas nas áreas da Psicologia e da Pedagogia, mas também e, principalmente, a partir dos anos de 1990, no campo da Sociologia da Infância, da Sociologia do Cotidiano, da Antropologia da Criança, da Arte e da Filosofia. Buscamos algumas destas interfaces interdisciplinares como forma de compreender a dinâmica da docência no decurso da vida cotidiana, de maneira a exprimir a sua complexidade, expondo gradativamente aspectos indicativos das intersecções e dos elos que movimentam as relações educativas e pedagógicas entre si. De natureza qualitativa, elaboramos categorias de análise que explicitam nossas interpretações das práticas docentes observadas em instituições públicas de Educação Infantil. Os dados foram gerados por narrativas orais e escritas, de professoras da rede pública sobre a dinâmica institucional em relação à participação das crianças nos diferentes momentos das rotinas. Os registros destas narrativas foram sistematicamente transcritos no caderno de campo e complementados com notas de observação do cotidiano vivido entre crianças e adultos, no percurso de um ano. A análise dos dados indica que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir e legitimar a participação das crianças bem pequenas na construção da docência, especialmente no reconhecimento das diversas formas e singularidades que constituem as relações das crianças entre si e com os adultos. Constatamos que a falta do reconhecimento da participação infantil está atrelada a concepções, discursos e práticas ligados à ideia de uma relação pedagógica pautada em imagens de crianças carentes, incompetentes, imaturas. Ainda é presente entre algumas professoras a noção que coloca as crianças em um conjunto de negativos, o que alimenta na prática docente, certo tipo de resistência ao direito à participação da criança no seu próprio processo formativo.

Palavras-chave: Crianças. Participação. Docência.

AS CRIANÇAS BEM PEQUENAS NA COLETIVIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: SUAS PARTICIPAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS

Rachel Freitas Pereira

O presente artigo diz respeito à vida das crianças bem pequenas no contexto da Educação Infantil. Parte dos resultados de uma dissertação de Mestrado que teve como objetivo compreender os processos de organização de um grupo de vinte crianças com

idade entre um ano e meio a dois anos e meio de uma Escola Municipal de Educação Infantil de Porto Alegre. O intuito foi revelar a complexidade de suas dinâmicas interativas, buscando identificar de que forma elas criam uma cultura infantil entre elas, e a forma com que participam desses processos na vida em coletividade. O estudo está situado em uma abordagem interdisciplinar no campo dos Estudos da Infância. Nesse sentido, propus um diálogo entre a Sociologia da Infância (CORSARO, SARMENTO, FERREIRA, DELGADO, entre outros), a Sociologia à escala individual de Bernard Lahire, a Psicologia Cultural de Barbara Rogoff, bem como as considerações da Pedagogia da Infância (BARBOSA, RICHTER, FARIA, MUSSATTI, RINALDI, entre outros) em um viés que se justifica na complementaridade destas disciplinas. Logo, o termo "socializ(ação)" passou por um processo de recriação a partir deste diálogo, no sentido que enfatiza a "ação" dos indivíduos sobre a estrutura. Processo que se constitui a partir das inter(ações), nas quais tanto as crianças quanto os adultos se socializam. Na tentativa de apreender tais aspectos, utilizei-me dos princípios de uma pesquisa etnográfica com crianças (GRAUE e WALSH, 2003). A partir de observações participativas estruturei o material empírico da seguinte forma: 1) anotações em diário de campo; 2) registro fotográfico; 3) registro em vídeo gravação do cotidiano das crianças; 4) transcrição dos vídeos; 5) microanálise dos vídeos, ao extraí-los em fotografias sequenciadas; 6) triangulação dos dados: diários, fotografias e vídeos. As categorias de análise ressaltaram as ações que as crianças desenvolvem entre elas, como: as ações convidativas, de rejeição, de conflito, as ações (re)produtivas, as compartilhadas, a sozinhez, e as relações de amizade. Estas ações evidenciaram-se no cerne da organização dos grupos de pares do berçário II, os núcleos sociais de crianças, constituindo sua comunidade cultural, as culturas infantis, concebidas como formas singulares de significação e apreensão do mundo, as quais as crianças criam e compartilham nos seus grupos de pares (SARMENTO, 2003), não somente pela oralidade, mas através de outras formas tácitas de linguagem. Nesse sentido, as crianças transformam-se por meio da apropriação de sua participação contínua nas atividades, que, por sua vez, contribuíam para as transformações em suas comunidades culturais. Portanto, suas ações são produto das experiências de suas socializações em contextos sociais múltiplos, e produto de sua ação sobre si mesmo. São ativas no processo de configuração dos seus mundos sociais, sobretudo na Educação Infantil, participando na construção e transmissão de valores, normas e regras, através de suas interações, com os adultos e entre elas, visando regular a ordem social em que se situam, um processo de apropriação e transformação.

Palavras-chave: Crianças. Participação. Culturas.

GRUPO DE PESQUISA DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio)

Coordenadora: Zena Winona Eisenberg

PERFIL DE CRIANÇAS PEQUENAS QUE USAM A TECNOLOGIA TOUCH SCREEN EM SEU DIA A DIA

Daniele dos Santos Vitorino
Diana Ambrozina da Nobrega
Grazielle Dias Frota
Zena Winona Eisenberg

O uso de tecnologias touch screen por crianças pequenas é um assunto de interesse recente na Psicologia e na Educação. Isso se dá devido ao pouco tempo de existência e de popularização da tecnologia. A pesquisa que desenvolvemos desde 2014 no âmbito dos grupos de pesquisa Grudhe (Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Educação) e Grupem (Grupo de Pesquisa em Educação e Mídia), leva em conta que as crianças estão cada vez mais inseridas no ambiente midiático, principalmente devido a esta nova tecnologia. A dificuldade que existia em ter acesso a jogos eletrônicos devido à complexidade visomotora necessária para operar um teclado e um mouse, foi eliminada, ou muito reduzida, pela tecnologia touch screen, que é intuitiva e direta. Pretendemos, neste trabalho, observar como esse fenômeno vem alterando os hábitos das crianças pequenas, seu desenvolvimento e explorar os possíveis impactos que pode ter nessa nova infância. Com esse intuito, elaboramos uma pesquisa que investiga o perfil das famílias e do uso diário da criança, mas também observa a criança em uso do aparelho com o qual está acostumada e usando um novo aparelho (da pesquisa) com aplicativos novos. Para o presente trabalho, no entanto, iremos focar em apresentar o perfil das crianças que utilizam a tecnologia touch screen ainda pequenas e o de suas famílias. Para tanto, desenvolvemos um questionário online que está organizado da seguinte forma: perguntas sobre o perfil socioeconômico e de uso da tecnologia touch screen pelos responsáveis das crianças; perguntas sobre o uso dos dispositivos pelas crianças; perguntas sobre a influência da TV nas escolhas dos aplicativos e, por fim, perguntas sobre os espaços que as crianças usam para brincar. O questionário foi disparado nas redes sociais e, até a data do envio deste resumo, constavam 142 respostas. Dessas, 75% dos respondentes são moradores do Rio de Janeiro. A renda varia entre 5 e 10 salários (26%) e mais de 10 salários mínimos (42% do total de respondentes). Assim, as análises que serão apresentadas refletem o perfil dos 68% respondentes dessa faixa de renda e do Rio de Janeiro. Todos os 70 respondentes incluídos nessas análises afirmam usar a tecnologia touch screen (doravante, tc). Resultados preliminares indicam que a maior parte das crianças que tem acesso a esta tecnologia começou a usá-la entre 1 e 2 anos de idade; em segundo lugar ficou começar a usar entre 6 meses e um ano de idade. Encontramos a mesma proporção de crianças com seu próprio aparelho entre os respondentes de faixa de renda abaixo de 5 salários mínimos e respondentes com renda acima (22% e 23%, respectivamente). A quantidade de tempo que as crianças usam a tecnologia varia muito: esporadicamente até de 3 a 4 horas por dia. Mostram, ainda, que a maior parte dos aplicativos utilizados pelas crianças são para entretenimento: jogos e vídeos. Além disso, a pesquisa mostra que existe pouca influência dos programas infantis televisivos na escolha do repertório de aplicativos escolhido e usado pelas crianças.

Palavras-chave: Tecnologia. Desenvolvimento. Infância

PROPOSTAS CURRICULARES E MATERIAIS DIDÁTICOS: O TRABALHO COM CONCEITOS TEMPORAIS EM HISTÓRIA

Renata Maia Cordeiro
Zena Winona Eisenberg

O ensino de História está presente em todos os níveis de escolarização básica atualmente. Entretanto, é possível verificar diferenças e especificidades em cada

proposta curricular quando o tema é a organização temporal. No primeiro segmento, os PCN recomendam para o ensino de história discutir “mudanças e permanências”, estabelecer relações entre presente e passado, reconhecer a presença de outros tempos no seu dia a dia, conhecer medidas de tempo, ordenação temporal, calendário e quadros cronológicos. Com relação às propostas para a disciplina no segundo segmento do Ensino Fundamental, a questão temporal gira em torno das críticas voltadas para o tempo cronológico, que se aliou ao ensino tradicional, conhecido como factual, positivista e temporalmente estanque, sendo debatido e criticado na década de 1980, quando a disciplina História deveria não mais centrar nos grandes marcos, e sim focar temáticas relacionadas ao cotidiano do aluno e à sua historicidade, transformando o assim aluno em um sujeito histórico. A presente pesquisa apresenta e contrasta as análises realizadas em duas pesquisas sobre conceitos temporais no Ensino Fundamental. Em uma delas, o foco caiu sobre os livros didáticos adotados pelo município do Rio de Janeiro para uso nas salas de aula do primeiro segmento. A análise foca os conceitos temporais trabalhados nos livros didáticos de história. A partir desses dados, foi realizado um contraste com os conceitos temporais que crianças do 2º ao 5º ano dominam, o que foi aferido a partir de um teste de conhecimento aplicado junto a 720 crianças do município, divididas em 12 escolas de 9 regiões administrativas da SME. A outra pesquisa foi realizada no Ensino Fundamental II, analisando as propostas curriculares do município para o ensino de história nesse segmento. As propostas curriculares recentes para a disciplina História passaram a incorporar novos objetos e sujeitos históricos em sua organização, frutos de trabalhos historiográficos recentes e da pressão de grupos sociais que se viam excluídos da História enquanto disciplina escolar. Uma das tradições escolares que permanece é a organização dos conteúdos de História de forma linear e progressiva de operar com o tempo. A pesquisa buscou descrever a organização das Orientações Curriculares da disciplina de História do município do Rio de Janeiro e os cadernos pedagógicos de 2009 a 2013 elaborados para ela, com o intuito de investigar como as discussões acadêmicas atuais sobre a questão temporal se encontram nesses materiais. Os resultados demonstram uma forte presença de linhas temporais e da passagem do tempo (em fotos ou desenhos) como recursos gráficos para representar o passado, presente e futuro. Nas orientações curriculares também consta uma ênfase na cronologia. Já os cadernos pedagógicos focam mais o conteúdo histórico. Ademais, seguem a linha das orientações curriculares, apresentando a história de forma linear e evolutiva. Os resultados dessas duas pesquisas apontam para a necessidade de um maior trabalho com conceitos temporais nas escolas, reconhecendo sua importância para o ensino de história nos dois segmentos do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Temporalidade. História. Currículo.

AS PROFESSORAS REFERÊNCIA EM ALFABETIZAÇÃO: O QUE FAZEM E QUAIS OS RESULTADOS DE SEU TRABALHO?

Janete Teixeira de Lyra
Zena Winona Eisenberg

Este trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado onde tínhamos como objetivo investigar a prática de professoras alfabetizadoras, de quatro escolas públicas municipais de Duque de Caxias, consideradas pela comunidade escolar como aquelas que obtêm sucesso em seu trabalho. Foram selecionadas a partir de um questionário enviado às 142

escolas da rede que atendiam ao Ciclo de alfabetização. O questionário pedia a opinião dos orientadores pedagógicos indicando uma professora alfabetizadora que se destacasse por seus bons resultados com os alunos. As respostas aos questionários nos levaram a quatro professoras, todas, por nossa opção, do 2º ano do ciclo de alfabetização. Investigar essas professoras deveu-se principalmente ao fato de que muito se tem denunciado sobre o excessivo número de alunos que frequentam as classes de alfabetização por vários anos e não aprendem a ler e escrever, o que nos leva aos baixos desempenhos nas avaliações externas, inclusive as internacionais, que colocam o Brasil no ranking dos países com os piores resultados em educação. A culpabilização deste fracasso recai, na maioria das vezes, nos professores, neste caso, os que alfabetizam. Como em Duque de Caxias este cenário também se apresenta, com um índice de retenção ao final do ciclo de alfabetização que gira em torno de mais de 30%, por que não falar de boas professoras e socializar boas práticas? Apresentamos aqui as principais atividades realizadas pelas professoras investigadas, no que diz respeito ao ensino da leitura e escrita e a repercussão de seu trabalho na aprendizagem dos seus alunos. Realizamos de oito a nove dias de observação nas turmas e colhemos escritas dos alunos em vários momentos do ano. Embora estas observações acontecessem em período integral de aula, analisamos somente as atividades cujo foco era o ensino da língua escrita, sendo estas relacionadas aos aspectos notacionais e aos discursivos (alfabetização e letramento). Produzimos um protocolo que continha uma relação de atividades reconhecidamente importantes para a alfabetização e verificávamos se faziam parte da prática das professoras e com que frequência ocorriam. Sabemos, entretanto, que vários outros aspectos estão envolvidos na aprendizagem dos alunos entre eles o afeto, a crença dos professores na capacidade de cada um aprender, a ética, além de tantos outros que vão além do domínio técnico de uma metodologia de alfabetização. Por conta disso, além das atividades, observamos questões relativas ao modo como as professoras lidavam no dia a dia com os seus alunos. O estudo nos mostrou que uma das professoras indicadas não se constituía como uma professora referência, muito menos pelas questões técnicas do que as éticas. As outras três, em diferentes proporções, tinham presentes em sua prática não somente atividades que desencadeavam boas reflexões dos alunos sobre a escrita, como também ações que mostravam aos alunos o quanto elas acreditavam em seu potencial e a sua disponibilidade para ajudá-los na complexa tarefa de aprender a ler e escrever.

Palavras-chave: Alfabetização. Professoras. Fracasso.

GRUPO DE PESQUISA EM PSICOLOGIA DA INFÂNCIA

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Coordenadora: Daniela Barros da Silva Freire Andrade

O ANTES E DEPOIS DA COPA DO MUNDO EM CUIABÁ/MT:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CRIANÇAS SOBRE A CIDADE A PARTIR DAS
CATEGORIAS PÚBLICO E PRIVADO

Daniela Barros da Silva Freire Andrade
Jeysson Ricardo Fernandes da Cunha

Este estudo parte do princípio que a organização urbana se dá ancorada em um corpo de conhecimento social que dialoga com as crianças que elaboram hipóteses sobre a cidade e seus eventos, sejam eles emblemáticos ou não. As transformações urbanas promovem

certo estranhamento, afetando a significação e a inserção das crianças no espaço público fato que promove a emergência de representações sociais. A realização da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá é tomada, neste estudo, como contexto emblemático que favorece a análise das formas de significação sobre a cidade pelas crianças tendo em vista as transformações urbanas geradas em função das obras de infraestrutura urbana anunciadas como legado do megaevento. Este propõe uma discussão sobre as representações sociais de crianças sobre Cuiabá/MT antes e depois da Copa do Mundo 2014, a partir das categorias público e privado, objetivando compreender as significações de crianças em relação aos espaços da cidade, bem como potencializar a visibilidade científica da criança, tomando-a como principal informante, sujeito ativo no processo de significação da realidade. Como aporte teórico adotou-se a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2001), em diálogo com a Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2009, 2010). Busca-se ainda articular os estudos de Jovchelovitch (2000) e de Sennett (2014) sobre os espaços públicos e privados com as discussões sobre espaço e lugar (TUAN, 1983). Têm-se como sujeitos deste estudo 40 crianças estudantes da rede pública de Cuiabá, com idade entre nove e 12 anos, divididas em quatro grupos com 10 crianças cada, distribuídos em três regiões administrativas de Cuiabá: Leste (1), Oeste (2) e Sul (1). Para produção de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada. Os dados produzidos foram analisados e organizados por meio de núcleos de significação (AGUIAR, OZELLA, 2006) identificados com auxílio da análise lexical - software Alceste. Os conteúdos apresentados pelas crianças demonstram duas grandes categorias: 1. Distinção tênue entre o público e privado: a Arena Pantanal apresenta-se como a objetivação da Copa do Mundo, sendo construída e significada pelas crianças como uma oportunidade de liberdade e um lugar para crianças restritas a gratuidade pelo lado de fora; 2. Cidade dos ciclistas e dos pedestres x cidade dos condutores de veículos: demonstram a vivência da criança na cidade de Cuiabá fazendo referência ao passado (antes da Copa do Mundo) como harmônico e de uso também dos pedestres, mas que, depois da Copa do Mundo, é significada como uma cidade pensada para os carros e motos, onde os pedestres e ciclistas enfrentam dificuldades e perigos ao acessar as vias públicas. Os dados revelam que a realização de um megaevento de natureza privada se manifesta na cena pública a ponto de interferir estruturalmente na dinâmica das relações sociais e do espaço, anunciando a aproximação entre o público e o privado e a diluição desta fronteira. Os significados apresentados pelas crianças auxiliam o desenvolvimento de reflexões sobre a relação das crianças com os espaços públicos considerando o desenvolvimento humano e o conhecimento social como processos concomitantes e dialógicos.

Palavras-chave: Representações Sociais. Crianças. Cidade.

A SIGNIFICAÇÃO DA DIETA RESTRITIVA IMPLICADA NO PROCESSO DE ADESÃO AO TRATAMENTO DE DOENÇA RENAL CRÔNICA: SIGNIFICADOS COMPARTILHADOS POR CRIANÇAS EM ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL

**Daniela Barros da Silva Freire Andrade
Ilza de Andrade Carvalho**

Mediante o diagnóstico e as prescrições médicas, dentre elas a restrição alimentar em decorrência de doença crônica, a criança em acompanhamento ambulatorial entra em

contato com uma rede de significados forjada pelo discurso médico que lhe apresenta novas significações sobre a dieta, estilo de vida e, sobre si mesma. Estas novas significações poderão ser incorporadas ao repertório da criança em um processo de negociação a nível intrapsicológico (VIGOTSKI, 2010), de acordo com as dimensões reprodutivas e criativas suscitadas pela criança em seu processo de apropriação destes conhecimentos sociais. No caso específico deste estudo o objetivo é identificar no processo de adesão ao tratamento da doença renal crônica a significação da dieta restritiva como critério de adesão ao tratamento, a partir de significados compartilhados por criança em acompanhamento ambulatorial, considerando que, a dinâmica desses significados reúne comportamentos distintos e atitudes específicas que contribuem para construção de uma realidade comum, que pode favorecer o processo de adesão representacional. Neste sentido, esse estudo se desenvolve a partir de um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, intitulada: “A significação da dieta para crianças com restrição alimentar: um estudo sobre adesão representacional” tem como propósito, analisar o fenômeno da adesão representacional (CAMARGO; BOUSFIELD, 2014), que se fundamenta em identificar onde estão ancorados a rede de significados dos grupos que aderem e a dos grupos que não aderem ao tratamento. A pesquisa tem abordagem qualitativa, desenvolvida com base em uma metodologia de inspiração etnográfica, com aporte teórico embasado nos estudos de Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003, 2012; JODELET, 2000), em diálogo com os estudos de Vigotski (2003; 2009; 2010) que considera o desenvolvimento humano a partir da relação de trocas entre parceiros sociais, através de processos de interação e mediação semiótica. Os dados em análise têm direcionado variáveis que podem influenciar no processo de adesão ao tratamento, tais como: a fase de desenvolvimento cognitivo da criança, registros de experiências anteriores, bem como seu nível de conhecimento, qualidade de comunicação e capacidade de estabelecer relações em seu contexto social. Neste sentido a significação da dieta restritiva para crianças em tratamento de saúde, assume um caráter singular, no qual a criança é considerada uma intérprete ativa e criativa de sua realidade. Apesar do conhecimento de representação ser construído coletivamente os dados tem mostrado que pela via da abordagem psicossocial não há cisão entre aspectos simbólicos individuais e grupais uma vez que se assume a criança como participante ativo nas comunidades a que pertence de modo que ao investigar a significação da dieta restritiva para crianças em tratamento de saúde, foram identificado nos pontos de tensões individuais, representações que afetam determinados grupos fazendo com que manifestem na emissão de comportamentos interesse em aderir ou não à dieta entendida como objeto representacional que influencia no processo de adesão ao tratamento.

Palavras-chave: Adesão Representacional. Criança. Doença Crônica.

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO NARRATIVO: O PROBLEMA DA ADESÃO A UM PROJETO REPRESENTACIONAL E O COMPARTILHAMENTO DE SIGNIFICADOS ENTRE PROFESSORAS DE CRECHES DE CUIABÁ – MT

Daniela Barros da Silva Freire Andrade
Sandra Regina Geiss Lorensini

A Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do município de Cuiabá-MT, efetivada em 2009, indica a possibilidade de pensar práticas educativas singulares junto às crianças nos espaços das creches e pré-escolas deste município. Enquanto um projeto

representacional (CAMARGO; BOUSFIELD, 2014) revela uma pedagogia dedicada à produção de cultura junto aos profissionais, crianças e famílias envolvidas por meio de ações didático-pedagógicas que possibilitem a produção e circulação de narrativas autorais e a significação dos espaços pelas atividades lúdicas considerando as mais diferentes vivências infantis. A compreensão da noção da Educação Infantil como espaço narrativo baseia-se nas contribuições de Sennett (2000) que indica a existência de lugares falados, inventados, lugares onde se contam boas histórias, aberto a muitas possibilidades de movimento e que revela a história de processos de desenvolvimento de grupos de adultos e crianças. Na proposta da SME (2009) o espaço fica carregado de significados possíveis de interpretação e os seus usuários, no caso, crianças, familiares e educadores são convidados a deixar registradas as suas marcas pessoais e grupais. Objetiva-se com esta pesquisa, analisar o fenômeno da adesão representacional por meio das representações sociais (MOSCOVICI, 2003, 2012; JODELET, 2000) partilhadas sobre o referido documento, por profissionais de duas creches e equipe gestora de educação infantil da Secretaria Municipal de Educação do município de Cuiabá. De abordagem qualitativa (ARTS; BAUER, 2002) a pesquisa busca captar as interações sociais, ações e as novas preocupações dos grupos em torno dos significados compartilhados e que hipoteticamente, os autoriza e os move à redefinição de práticas sócio pedagógicas junto às crianças pequenas. A inspiração etnográfica (YIN, 2016) possibilita de forma profunda revelar normas, rituais e rotinas cotidianas revelando o universo das creches pesquisadas. Foram definidas três dimensões para o estudo: grupal, documental e individual. A dimensão grupal busca, através da observação participante, revelar rotinas, normas e rituais do cotidiano, identificando elementos que caracterizem a dinâmica do compartilhamento, seus significados, suas tensões, contradições, aspectos atitudinais que possam revelar a adesão representacional. A dimensão documental consiste em analisar propostas e projetos elaborados pela SME/CBÁ, delineando pressupostos que compõem o projeto representacional. A dimensão individual, a se realizar através de entrevistas individuais com os participantes, oportunizará identificar suas cognições, as formas por meio das quais se dão as ancoragens individuais e os processos identitários. A análise dos dados do estudo privilegia a triangulação, em que ideias ou dados confirmados ou conflitantes se mostrem durante o trabalho de campo e serão levados em consideração nas suas três dimensões, assumindo a análise compreensiva, a análise de conteúdo e a análise lexical, como principais técnicas adotadas.

Palavras-chave: Creches. Representações Sociais. Adesão Representacional.

GRUPO DE PESQUISA LUDICIDADE, INCLUSÃO E SAÚDE – LIS

Universidade Estadual do Amapá (UEAP)

Coordenadora: Angela do Céu Ubaiara Brito

PRÁTICAS EDUCATIVAS E INFÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE O BRINCAR NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alinne Sousa Silva

Angela do Céu Ubaiara Brito

Os espaços da educação infantil devem ser considerados como ambientes acolhedores de pedagogias participativas, de vivências e experiências a partir das vozes das crianças. Desse modo, planejá-lo é criar uma estratégia educativa capaz de torná-lo uma estrutura

de oportunidades de aprendizagem. O espaço como mediador deve possibilitar atividades formadoras, levando a criança a desenvolver suas habilidades. Discute-se o brincar pela ação da criança nos espaços da educação infantil na perspectiva da pedagogia da participação. Usou-se a “escala de envolvimento da criança” (The Leuven Involvement Scale for Young Children-LIS-YC) para analisar o brincar como processo importante para a aprendizagem no contexto da prática educativa (LAEVERS, 1993, 1994). A metodologia fundamenta-se no paradigma qualitativo pela etnografia e com o uso a pesquisa-ação como uma ação colaborativa entre os sujeitos e os pesquisadores que possibilita mudança no contexto de melhor qualidade. Essa metodologia oferece um conjunto de procedimentos que buscam explicar e investigar a realidade social e estudá-la, compreendendo seus fenômenos no contexto da educação infantil (DENZIN, 1997; DENZIN; LINCOLN, 1998). A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais de educação infantil (EMEI) localizadas na cidade de Macapá-AP. Os sujeitos da pesquisa foram as crianças de 4 e 5 anos de idade das EMEI’s. No contexto das EMEI’s foi possível identificar o brincar nos espaços da sala de aula (EMEI A) pela ação das crianças nas brincadeiras e a organização dos espaços (internos e externos) pelas crianças (EMEI B) com o uso de materiais que possibilitaram brincadeiras imaginárias e criativas. Os resultados da pesquisa foram subdivididos em dois eixos de discussões que ressaltam o brincar e o envolvimento das crianças no contexto das brincadeiras e as possibilidades do brincar pela ação competente das crianças por meio de ações planejadas pelos sujeitos (crianças e professora) em conjunto com os pesquisadores. Conclui-se que o brincar é um processo indissociável para a formação da criança, no qual a busca pela pedagogia participativa favorece a interação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo a fim de estabelecer diálogos, experiências, vivências nos espaços e tempos da educação infantil (MOYLES, 2002; FORMOSINHO; OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2011, 2013; BRITO, 2015). O brincar como elemento essencial para a construção de identidades, de autonomia e imaginário da criança, deve proporcionar diferentes oportunidades de interação, de (re) construção de significados do brincar para a aprendizagem e desenvolvimento da criança e como suporte para o trabalho docente quanto ao olhar sensível no ato de brincar no ambiente escolar (MOYLES, 2002; SANTOS, 2010). A criança que participa e constroi suas concepções tem a oportunidade de interagir de acordo com seus interesses. Para isso, o educador deve organizar o ambiente, disponibilizar diferentes materiais no sentido de possibilitar a coconstrução de saberes por meio da experiência e de interação com o ambiente educativo.

Palavras-chave: Brincar. Espaços. Participação.

HISTÓRIAS INFANTIS: ESTUDO DOS DESENHOS E DRAMATIZAÇÕES DAS CRIANÇAS

Maria Carolina Henrique Marques

O estudo analisa os momentos relacionados a literatura infantil e as produções artísticas realizadas pelas crianças (04 a 05 anos) de uma creche escola municipal de Santana-AP, três vezes por semana. Compreende-se que a literatura infantil é um rico acervo de conhecimento para a criança, mediante a familiaridade com as histórias infantis, a

criança expressa seus sentimentos nos desenhos e nas dramatizações, deixando sua marca e sua perspectiva sobre o que foi contado, lido e vivenciado, tendo características do seu imaginário e da sua vida real. Assim, a partir das histórias infantis, elas produzem e expõem o que foi mais significativa para ela, demonstrando aquilo que é importante ou que mais chamou a sua atenção, relacionado ou não a história contada. Quando a criança, folheia um livro, desenha ou dramatiza, ela está brincando e ao brincar ela aprende de forma mais significativa e no seu próprio ritmo, sendo assim, é interessante propiciar momentos mágicos como esse que permitem o desenvolvimento da leitura, da oralidade e das expressões respeitando o próprio tempo da criança. Destarte, tem como objetivo analisar as produções artísticas, mais especificamente os desenhos e as dramatizações a partir da contação de histórias, investigando como as histórias influenciam nessas produções e na capacidade criadora da criança. O referencial teórico fundamenta-se na pedagogia da participação, a qual possibilita a criança ser o protagonista e construtor do seu conhecimento (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2011), no que diz respeito ao desenho e a dramatização (DERDYK, 1990; MOREIRA, 2009; SANS, 2014; SILVA, 2012) e a literatura infantil (ZILBERMAN, 2005; ABRAMOVICH, 1993; COELHO, 2000; CUNHA, 2002). A pesquisa baseia-se na metodologia qualitativa, através da observação participante, que Pimenta (2005) permite ao pesquisador a se aprofundar e vivenciar o objeto de estudo, utilizando a observação e a participação através da contação de histórias e atividades voltadas para o desenhar e o dramatizar. Os resultados da pesquisa mostram que as histórias infantis possibilitam a criança a criar e recriar histórias, a agregar novos personagens, características, ações, auxiliando-as na compreensão de mundo, na deliberação de conflitos internos, no aprimoramento do vocabulário, bem como no desenvolvimento do imaginário. No que se trata da linguagem artísticas, mais especificamente, os desenhos e as dramatizações podem ser para a criança, um meio de comunicação e expressão. A dramatização e o desenho promovem o desenvolvimento da criatividade, do imaginário e o expressar dos sentimentos. As crianças internalizam o que as histórias apresentam, tendo forte influência na vida e nas produções artísticas das crianças, posto isso, contribuem significativa para o seu desenvolvimento e para o enriquecimento de saberes. Tendo um papel importante na aprendizagem do aluno, consoante a linguagem artística. Entende-se assim, que contribuem para o desenvolvimento da criança em diferentes aspectos, tais como o social, cognitivo, afetivo e cultural.

Palavras-chave: Infância. Desenho. Dramatização.

CONTAR, CANTAR E BRINCAR COM O LETRAMENTO: UM ESTUDO DO ENVOLVIMENTO DA CRIANÇA PARA A APRENDIZAGEM

Priscilla Pantoja Do Nascimento Brandão

Este trabalho é parte de uma pesquisa de iniciação científica, feita em parceria com uma escola pública de educação infantil, em uma turma de segundo período e a professora da turma. Esta produção tem a intenção analisar o envolvimento das crianças no processo de aprendizagem das atividades que contemplam o brincar como mediador do letramento, bem como investigar, se o brincar, que é um direito da criança, é visto como mediador da aprendizagem. Também, discute o papel da criança como agente de seu conhecimento, protagonista do saber, produtor de cultura e a infância como categoria

social. Assim, tem como quadro teórico para as análises do projeto a teoria histórico-cultural de Vygotsky (1978, 1994) que trabalha o brincar como fonte e aprendizagem e a criança como sujeito social que aprende com o processo histórico-cultural na qual é imersa. Também em Vygotsky (1978, 1994) fundamenta-se no eixo da mediação para a aprendizagem da criança que usa os signos, os instrumentos e artefatos da cultura. Outros autores dialogam com o processo no sentido entender os jogos, brinquedos e brincadeiras como Kishimoto (2009), Bomtempo (1987), Friedmann (2013). Outro eixo de análise sustenta-se na compreensão da criança viver a experiência como processo de aprendizagem, na qual se fundamenta em Jhon Dewey (1976, 1959) e Oliveira-Formosinho (2007, 2011, 2012) na pedagogia da participação. Investiga-se: como o brincar que contempla o processo de letramento possibilita o envolvimento para a aprendizagem? Metodologicamente, o estudo se apoia no paradigma qualitativo, no uso da pesquisa ação, que busca analisar o contexto investigado, compreender os desafios e as dificuldades, propor estudos com os sujeitos envolvidos e, posteriormente, favorecer a mudança do contexto com uma prática de melhor qualidade. A pesquisa-ação trabalha com os sujeitos da pesquisa como colaboradores do processo de investigação, pois a metodologia requer intervenções que partem de uma ação entre o sujeito e o pesquisador (ELLIOTT, 2004). Utilizou-se como instrumento de análise dos dados a “escala de envolvimento da criança” (*The Leuven Involvement Scale for Young Children-LIS-YC*), que procura observar e analisar os níveis de envolvimento da criança nas atividades e projetos, (LAEVERS, 1994). A pesquisa contribui para as propostas atuais de alfabetização, letramento e aprendizagem, que buscam na criança, além de ler e escrever, membros críticos e protagonistas da sociedade em que vivem. Os resultados parciais demonstram que quase não há brincar nesta sala de aula, geralmente as atividades mais monótonas são as que envolvem alfabetização e letramento e as atividades que mais envolvem as crianças são as contações de histórias, jogos e brincadeiras que desafiam e lançam propostas às crianças, atividades essas que foram propostas, em um número consideravelmente menor de vezes. Os dados também mostram que o nível de envolvimento das crianças varia de acordo com as atividades que são propostas, quanto mais interessantes e inovadoras as atividades são, maior é o envolvimento das crianças e maior é o aprendizado.

Palavras-chave: Brincar. Letramento. Pesquisa-ação.

IMAGEM – GRUPO DE PESQUISA SOBRE CORPO E EDUCAÇÃO

Universidade de Brasília (UnB)

Coordenadora: Ingrid Dittrich Wiggers

EDUCAÇÃO FÍSICA, CORPO E INFÂNCIA: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS PARQUES INFANTIS EM SÃO PAULO E NAS ESCOLAS-PARQUE EM BRASÍLIA

**Flávia Martinelli Ferreira
Ingrid Dittrich Wiggers**

Este trabalho tem como objetivo examinar a produção bibliográfica que investigou os Parques Infantis de São Paulo e as Escolas-Parque de Brasília, por meio de uma revisão sistemática das teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso produzidos na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e

Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa empreendida buscou os termos referidos nas palavras-chave e nos resumos publicados tanto nos acervos digitais quanto nos acervos físicos destas universidades. Os Parques Infantis foram implantados na década de 1930, em São Paulo, objetivando promover a socialização de crianças em seu tempo livre, oferecendo atividades em turno contrário à escola, incluindo recreação e atividades artísticas e culturais. Este projeto inovador representa uma iniciativa que modifica substancialmente a educação das crianças situadas nestes centros urbanos. De modo análogo, as Escolas-Parque de Brasília foram idealizadas por Anísio Teixeira no final da década de 1950, edificando outro exemplo peculiar de um espaço e tempo organizados como um sistema educacional inovador para as crianças. Os Parques Infantis e as Escolas-Parque foram estudados em 4 teses – USP (2) e UNICAMP (2) – 13 dissertações – UnB (5), USP (5), UNICAMP (3) e 3 trabalhos de conclusão de curso produzidos na UNICAMP, totalizando 20 produções localizadas. A primeira publicação encontrada foi produzida por João Paulo da Fonseca, em 1981. Além destes trabalhos, destacam-se nesta revisão bibliográfica outras fontes que compõem este trabalho, como resumos produzidos em congressos, artigos publicados e a organização de Eva Waisros Pereira do livro *Nas Asas de Brasília*. Os Parques Infantis e as Escolas-Parque foram entendidos em alguns trabalhos como um espaço e um tempo de sociabilidades entre as crianças; espaço de encontros e desencontros entre as culturas produzidas no universo infantil e as culturas do mundo adulto que compõem estas arquiteturas, incorporadas e transformadas pelas crianças. É possível destacar também, nestes espaços e tempos, a presença de uma intencionalidade das práticas educativas em relação ao corpo, assinaladas pela valorização da educação física como atividade escolar. Nesse contexto, elementos da ginástica foram amplamente explorados na educação das crianças. A partir dos referidos estudos, é possível compreender o contexto da implementação dos Parques Infantis em São Paulo, além de sua interiorização em diversas cidades como Campinas - SP, Ribeirão Preto – SP e Araraquara - SP. Consideramos, a partir deste mapeamento de produções, que há uma diversidade de trabalhos orientados por várias temáticas: arquitetura escolar, práticas educativas e educação do corpo, formação de professores ou a dinâmica cultural infantil nestes espaços. Por fim, percebemos que estes trabalhos estudados sugerem novas oportunidades de pesquisa que derivam dos estudos já realizados. Destacamos que ainda são necessárias produções que contribuam com a descrição e compreensão das práticas educativas que se consolidaram nos Parques Infantis e nas Escolas-Parque.

Palavras-chave: Parques infantis. Práticas educativas. Revisão bibliográfica.

"VAMOS BRINCAR?": AS BRINCADEIRAS NO COTIDIANO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Aldecilene Cerqueira Barreto
Juliana de Oliveira Freire**

A presente pesquisa enfoca as brincadeiras realizadas pelas crianças no cotidiano escolar. Tem como objetivo analisar tipos de brincadeiras, bem como interações das crianças, aspectos da educação do corpo e questões de gênero que permeiam as brincadeiras. Para isso, recorre-se à Sociologia da Infância como fundamento teórico. A partir dessa perspectiva, compreendem-se as crianças como atores sociais, ativos e de pleno direito, reconhecendo a capacidade da criança de interagir com o ambiente onde

estão inseridas e de atribuir sentido às suas ações. Utilizou-se como metodologia a orientação etnográfica, voltada à infância e à cultura infantil. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública de ensino de Brasília, por meio de observação participante, fotografias e técnicas audiovisuais. Em nível exploratório, a investigação foi realizada por um período de um mês. Observou-se a rotina diária das crianças nos diferentes tempos e espaços da escola. O grupo pesquisado era composto de 30 crianças entre 6 e 7 anos – 21 meninos e 9 meninas - do 1º ano do Ensino Fundamental. A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é caracterizada como um período de mudanças significativas no que tange ao currículo e aos procedimentos pedagógicos. Nessa fase a ênfase é dada à alfabetização e, como consequência acontece a restrição do espaço e do tempo livre para as brincadeiras na rotina escolar, além do aumento das regras de comportamento, que restringem sua liberdade de expressão. Esses apontamentos justificam a importância do estudo das brincadeiras nessa etapa. A análise foi desenvolvida a partir da categorização de dados produzidos no campo, com base em referenciais teóricos interdisciplinares. Como resultado se observou em diversos momentos do cotidiano escolar brincadeiras de boneca, com carrinho, carta e pique-pega. Pode-se considerar que houve predominância das brincadeiras coletivas de correr que envolviam os variados tipos de pique, dentre outros criadas pelas próprias crianças. No meio dessas brincadeiras, observou-se a interação entre pares sem distinção de gênero e a relação criança-adulto foi percebida como fundamental para o pleno desenvolvimento das brincadeiras. Nas atividades coletivas, com seus pares e com os adultos, especialmente no brincar, crianças geram rotinas culturais que produzem alegria e diversão. Assim, as crianças elaboram a cultura de pares e transformam prática em conhecimento necessário para sua participação no mundo adulto. Como aspectos relevantes que emergiram durante o trabalho de campo, considerou-se que, apesar de não serem permitidas, as crianças brincavam em diversos momentos do cotidiano, inclusive na sala de aula. Nessa direção, pode-se inferir que a prática educativa não acontece conforme se idealiza e que as brincadeiras surgem espontaneamente em diferentes tempos e espaços. Como principal desafio destaca-se a necessidade de um olhar e uma escuta sensível para compreender as brincadeiras, bem como os significados dos movimentos, gestos e atitudes. Em conclusão, evidenciou-se a importância das brincadeiras, assim como das interações das crianças entre seus pares e com os adultos no âmbito de práticas relacionadas às crianças. Essa pesquisa pode contribuir com o desenvolvimento epistêmico da Educação e da Educação Física brasileira, especialmente nos estudos da infância e das práticas educativas, além de revelar os interesses e necessidades da criança.

Palavras-chave: Crianças. Brincadeiras Interações.

NATAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS TÉCNICAS CORPORAIS COMPETITIVAS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MEIO AQUÁTICO

Dione Arenhart Rodrigues

A natação infantil tem se desenvolvido muito nos últimos anos, principalmente sob o objetivo utilitarista, ou seja, aprender a nadar para garantir a segurança na água, considerando que a incidência de mortes por afogamento em crianças ainda representa um percentual alto em nossa sociedade. No entanto, a natação infantil também pode

contemplar aspectos educativos e do desenvolvimento da criança. Este ensaio tem por objetivo investigar e refletir acerca das práticas educativas na natação infantil e a influência das técnicas corporais competitivas nos processos pedagógicos no meio aquático, a partir de autores da sociologia e da natação. Em revisão sistemática sobre pesquisas em natação, percebe-se uma predominância na área da biodinâmica e fisiologia, seguida da natação terapêutica e ensino em natação. Em relação a este último, os achados indicam pressupostos da aprendizagem motora e aspectos avaliativos da aprendizagem dos estilos de nado. Este resultado evidencia poucas pesquisas desenvolvidas no campo da fundamentação da prática pedagógica e da valorização do corpo em seus aspectos culturais e sociais. A natação ainda se define como uma atividade de caráter competitivo, onde o nadar é sinônimo de crawl, costas, peito, borboleta e visa à performance para o rendimento desportivo. Este modelo de educação corporal do movimento no meio aquático aprisiona as inúmeras possibilidades de atuação do corpo em uma perspectiva dialógica com o meio e com o outro. Embora a natação infantil tenha conquistado um espaço importante na Educação Física, como atividade fundamental para o desenvolvimento da criança desde sua mais tenra idade, as metodologias adotadas ainda são pautadas na homogeneidade e nem sempre os procedimentos de ensino atendem às particularidades das crianças. Para sustentar novos modelos pedagógicos da natação, é necessário um conjunto de pressupostos teóricos para orientar uma metodologia de ensino que abarque os componentes educativos de natureza procedimental, conceitual e atitudinal, presentes nos conteúdos de ensino. Apesar da predominância das práticas educativas voltadas para o modelo esportivizado, propostas inovadoras têm surgido no âmbito da natação infantil, sustentadas pela interação social e mediada por elementos culturais numa perspectiva lúdica. A característica central e comum entre as novas abordagens é o papel do jogo e da brincadeira nas práticas educativas no meio aquático. Além de reconhecer a influência da organização do espaço no processo de aprendizagem e a autonomia do professor em adaptá-lo em relação à profundidade da piscina e aos materiais pedagógicos, cabe ao professor a escolha da forma de orientação, feedback e método utilizado. Com base nas teorias da sociologia da infância, assim como em novas propostas pedagógicas, o professor poderia se colocar como ator deste processo, juntamente com as crianças, valorizando o conhecimento prévio e diversificando as atividades na aquisição da autonomia no meio aquático. Por fim, consideramos que as práticas educativas devem ser pensadas para atender todas as crianças a partir das suas especificidades e potencialidades, ressignificando os processos pedagógicos assim como os espaços envolvidos, em busca de uma natação plural.

Palavras-chave: Natação infantil. Técnicas corporais. Práticas educativas.

IMAGENS, TECNOLOGIAS E INFÂNCIAS

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Coordenadora: Gerda Margit Schutz Foerste

QUESTÕES ÉTICAS NA PESQUISA COM CRIANÇAS: ALGUNS DESAFIOS ENFRENTADOS EM NOSSAS INVESTIGAÇÕES

**Gerda Margit Schutz Foerste
Marina Rodrigues Miranda
Michele Guedes Bredel de Castro**

A pesquisa científica com crianças cresceu exponencialmente nas duas últimas décadas. Este artigo trata das questões éticas que envolvem a pesquisa com crianças, temática que tem merecido atenção especial nos meios acadêmico e científico, em encontros de pesquisa, congressos, sendo discutido na quarta edição do Grupecí e novamente no quinto encontro, dada a sua importância. Estas reflexões nos acompanham desde os estudos de doutoramento, e se fazem presentes também agora nos estudos de pós-doutorado e têm nos inquietado. Neste sentido, o estudo que ancora este texto é uma pesquisa em nível de pós-doutorado que está em andamento, e tem por objetivo refletir sobre os desafios inerentes à pesquisa com crianças a partir do que apontam os estudos na área (Fernandes, 2016; Francischini e Fernandes, 2016; Salgado e Muller, 2015; Dornelles e Fernandes, 2015; Agostinho, 2008; Silva, Barbosa e Kramer, 2005; Kramer, 2002) e a experiência em desenvolver pesquisa com crianças a respeito da participação infantil no ensino de Artes na rede municipal de ensino da cidade de Vitória/ES. Ao desenvolver pesquisa com crianças a partir da premissa de que elas são coprodutoras de dados, surgem muitos desafios para o pesquisador mesmo antes da entrada em campo. O primeiro desafio que se apresenta para o pesquisador que busca desenvolver pesquisa com criança a partir da perspectiva da sua participação está relacionado às estratégias de levantamento dos dados: quais são as estratégias de levantamento de dados que devemos utilizar para adentrar no universo infantil? Quais estratégias vão permitir a participação ativa da criança na pesquisa? Relacionado a este ponto, destacamos os modos de ouvir as crianças ao considerarmos suas múltiplas linguagens, com destaque especial à mediação imagética. Ouvimos suas vozes, tratando-as como sujeitos ativos e capazes, produtores de conhecimentos e que se expressam diversamente de nós, adultos. Vivemos no compromisso de ouvir as crianças, também em seus silêncios e gestos. Além dos dois desafios apresentados, outro que também se apresenta como instigante é a relação estabelecida entre o pesquisador e as crianças, há uma disparidade de poder e estatuto entre eles. Investigamos as relações de poder que estão implícitas nas relações e buscamos maneiras de desenvolver a pesquisa de forma reflexiva e ética. O estudo desenvolve-se com base no conceito de mediação. Este conceito é fundamental nas discussões sobre a construção do conhecimento, em especial, nos estudos sobre linguagens. Na relação entre adultos e crianças a mediação se realiza em múltiplas formas e trocas simbólicas. Essas serão fundamentais ao dimensionamento das “vozes” das crianças na sua participação em espaços escolares. Todavia os espaços institucionalizados são também constituídos de códigos, muitas vezes herméticos e/ou autoritários. Como os sujeitos nesses espaços dimensionam suas participações? Que linguagens utilizam? Como interagem/dialogam ou conflitam? A abordagem da Ética na pesquisa com crianças é assim tema central desse processo investigativo, com particular atenção ao uso de imagens como fonte documental.

Palavras-chave: Infâncias. Ética. Pesquisa.

MEDIAÇÕES DO ENSINO DA ARTE EM/NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ESCOLARES

**Fernanda Monteiro Barreto Camargo
Maria Angélica Vago Soares**

O texto “Mediações do ensino da arte em/nas práticas pedagógicas escolares” é uma das vertentes da pesquisa de doutorado, concluída em 2014, e tem como tema gerador, as

relações de ensino – aprendizagem mediada pela Arte em suas práticas pedagógicas escolares. A sociedade contemporânea crescentemente afirma a necessidade de respeitar a diversidade cultural, mas, ao mesmo tempo, implementa práticas de homogeneizadoras através de diferentes mecanismos de controle e de persuasão. A educação escolar oficial se faz especialmente alicerçada em sistemas avaliativos e de controle. Acompanhamos, hoje, a discussão em torno da implantação da Base Nacional Comum Curricular, que, na esteira dos Parâmetros Curriculares Nacionais do final dos anos 90, orienta a produção de um currículo uniformizante e que não respeita a diversidade cultural dos povos e comunidade tradicionais, tão pouco leva em consideração as discussões acumuladas sobre a formação da criança. Decorre daí a pergunta: de que maneira a Arte está presente nas práticas pedagógicas na formação da criança das séries iniciais do ensino fundamental evidenciando seus saberes? Trata-se de uma pesquisa imersão no campo, feita em um período de dois anos de acompanhamento ao grupo pesquisado no ano de 2010. Foram crianças da turma de 4ª A, turno matutino, Escola de Ensino Fundamental Centro de Jacaraípe. Tem como objetivo principal, analisar as relações possibilitadas pelo ensino da Arte em turmas de séries iniciais do Ensino Fundamental a partir de uma docência colaborativa entre professor regente e professor de Arte. Pretendeu-se evidenciar a importância da ação colaborativa e da responsabilidade compartilhada; conhecer as práticas que geram conhecimento e vida ambientes da escola e estabelecer a relação entre a prática pedagógica e a afetividade mediada pelo ensino da Arte na formação dos sujeitos. Ao longo desta investigação, dialoga-se com Benjamim (1984, 1985, 1993, 1994, 2002, 2005) sobre os conceitos de narrativa e experiência; com Lev S. Vigotski (1988, 1991, 1993, 1999, 2001, 2009) sobre mediação e memória; com Giorgio Agamben (2008) abordando infância e história; Paulo Freire (1980, 1981, 1982, 1992, 1996, 2005, 2008, 2010), o conceito de experiência; Sônia Kramer (1993, 1996, 2002), Vera Vasconcellos (2005, 2007) e Manuel Sarmento (1997, 2000, 2007) sobre os conceitos de narrativas infantis. Também, buscamos nas imagens a materialidade histórica e social dos sujeitos e suas vivências. Imagens que se colocam como espaço de múltiplas interpretações e desafios, no sentido de desvelar a materialidade histórica que as constitui, em um processo ininterrupto de construção do social. Assim, a partir da compreensão do valor da produção das crianças, propõe-se uma reflexão sobre as bases da construção filosófico-metodológica do ensino da Arte nas séries iniciais. A arte constitui disciplina de referência e deve estar presente no cotidiano educativo das crianças. Essas recebem diariamente informações sociais, culturais, morais, educacionais e psicológicas, a fim de que possam expressar, em suas produções, a leitura de suas próprias histórias.

Palavras-chave: Arte-educação. Afetividade. Infâncias.

EDUCAÇÃO INFANTIL: O PROFESSOR DE ARTE E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DA CRIANÇA PEQUENA

Adélia Pacheco De Freitas Oliveira

Samira da Costa Sten

Thalyta Botelho Monteiro

Após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que instituiu a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio como componentes da Educação Básica, a inserção da disciplina Arte na Educação

Infantil passou a ser uma das preocupações da Secretaria Municipal de Educação (SEME) da Prefeitura de Vitória - ES, somando-se a isso a necessidade da contratação de um profissional, com formação acadêmica e licenciatura em arte. Constatam-se várias tentativas de inserção da arte na Educação Infantil em contexto capixaba. Essas tentativas se configuraram em dado momento como projeto, por exemplo, no caso do município de Vitória o Projeto de Educação Multicultural de Vitória (PROEMV) foi proposto como um modelo escolar. Decorre daí, a necessidade do desenvolvimento de pesquisas voltadas à produção das crianças e ao trabalho do professor na Educação Infantil. A presença da Arte como componente curricular obrigatório na Educação Básica se constitui em avanço e tema de interesse de estudos. A presença de professores com formação em Arte no contexto da Educação Infantil amplia-se e fomenta a Experiência Estética entre as crianças pequenas. Assim, o presente estudo analisa processos mediadores do trabalho educativo em artes na Educação Infantil, em uma Unidade de Ensino de Educação Infantil no município de Serra/ES, em uma unidade no município de Vitória, através de Estudos de Caso, de natureza qualitativa. Objetiva analisar o trabalho do professor de Arte, bem como seu processo de socialização profissional no contexto da Educação Infantil nas diferentes realidades. O tema motivador deste estudo advém da inquietação da pesquisadora com ensino de arte na Educação Infantil e o desafio de promover educação em artes com crianças pequenas em tempos fragmentados de cinquenta minutos e sem espaços adequados ao desenvolvimento das aulas. Estabelece diálogo com a produção teórica de Lev. S. Vigotski, Paulo Freire e Sônia Kramer, para compreender os processos de profissionalização docente e a socialização profissional do professor de Arte na Educação Infantil. Na análise dos dados, estabeleceu-se diálogo com autores como Benjamin, Barbosa, Schütz-Foerste, Vigotski, Kramer, Ferreira e Sarmento e Agamben entre outros. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa baseia-se na abordagem qualitativa, utilizando-se da fotografia e da gravação de áudio para o registro dos dados produzidos durante as brincadeiras e vivências imagéticas, com toda a turma. Nos dois contextos investigados verificamos que o professor é responsável por promover a criação e a imaginação da criança pequena. Para tanto, a experiência do brincar mediada pela imagem da obra de arte potencializa a educação estética de crianças pequenas. As imagens, submetidas à escolha das crianças, formaram um quebra-cabeça tridimensional. Os resultados mostraram que foi possível criar circunstâncias favoráveis ao ensino da arte para crianças pequenas a partir da brincadeira de montar o quebra-cabeça composto pelas imagens de obras de arte. Foi possível observar novas formas de aprender e ensinar arte, especialmente, pela ampliação da experiência estética.

Palavras-chave: Arte-educação. Brincadeiras. Infâncias.

AUTORIZAÇÃO E AUTORIA: ÉTICA E SENSIBILIDADE NA ESCOLHA DO CAMPO

**Alexandra Coelho Pena
Nazareth Salutto
Silvia Néli Falcão Barbosa**

O presente texto tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para a composição do campo da pesquisa atual do INFOC, destacando a necessidade de critérios éticos e claros para a pesquisa. Levando em consideração que o objetivo desta pesquisa é abrir espaço para que crianças e adultos sejam narradores de suas histórias de vida no que diz respeito a cuidar e ser cuidado, possibilitando escutar múltiplos e diferentes narradores que constituem o universo das instituições de Educação Infantil, ficou a exigência de que desde o primeiro contato a escuta sensível desses sujeitos estivesse em evidência. Escuta que tira o sujeito do anonimato, que traz legitimidade e dá visibilidade às suas narrativas. Em pesquisas anteriores buscamos instituições produtoras de boas práticas indicadas pelas secretarias de educação de seus respectivos municípios. As instituições ocupando o lugar de primazia. No entanto, nesta pesquisa a primazia está na relação com os sujeitos que atuam nessas instituições. Desse modo, mesmo tento como prioridade ir ao encontro de boas práticas, desde o primeiro momento a escolha levou em conta os sujeitos, mais do que as instituições. Notícias de boas práticas são nossa estratégia para ir ao encontro das pessoas, pois não vamos estudar as instituições, mas as relações que as pessoas estabelecem com as instituições. Ou seja, o que está em jogo não é a relação com uma instituição específica, mas como as relações com as instituições ressoam no tema do cuidar e ser cuidado. Essa perspectiva colocou os critérios de proximidade e familiaridade como estratégia para escolha das instituições. Esses critérios nos levaram a visitar quatorze instituições, das quais nove foram escolhidas para um primeiro momento exploratório, sendo que seis serão selecionadas efetivamente para o campo da pesquisa. Esse processo nos colocou em contato com uma realidade de espanto por parte desses sujeitos, que não entenderam o porquê de pedir a autorização deles antes de encaminhar a solicitação de pesquisa para a secretaria de educação. A autorização para a pesquisa é, na maioria das vezes, uma ação burocrática junto às secretarias, que estabelecem exigências para o pesquisador entrar no campo, mas não se responsabilizam por como esse pesquisador permanece ou sai dessas instituições. O acúmulo de exigências para entrar e desresponsabilização ao sair coloca o pesquisador num lugar burocrático, onde tudo ocorre por meio de protocolos e não de responsabilização. Buscar a autorização desses sujeitos coloca-os no lugar de co-autores da pesquisa, como narradores de suas histórias de vida, implicando ética e sensibilidade para a entrada em campo. Ouvir narrativas sobre cuidar e ser cuidado implica tomar a ótica do cuidado como estratégia metodológica. Assim, além de discutir a organização dessas primeiras visitas, para embasar a escuta sensível, o texto traz a abordagem de Buber e de Bakhtin, colocando o pesquisador num lugar que exige ética e responsabilidade como fundamento da pesquisa que leva em conta a relação de alteridade como ponto de partida para a pesquisa em Ciências Humanas.

Palavras-chave: Escolha do campo. Ética. Responsabilidade.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: UMA PRIMEIRA LEITURA SOBRE O TEMA DO CUIDAR E SER CUIDADO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

**Gabriela Barreto da Silva Scramingnon
Maria Leonor Pio Borges de Toledo
Marina Pereira de Castro e Souza**

O objetivo do presente texto é apresentar o processo de construção do levantamento bibliográfico sobre o tema atual de estudo do grupo de pesquisa Infância, Formação e Cultura (INFOC). O projeto “Linguagem e rememoração: crianças, famílias, professores/as e suas histórias” busca identificar, nas narrativas de crianças, professores e familiares, as marcas de cuidar e ser cuidado que se estabelecem nas creches, pré-escolas e escolas. Em um movimento de conhecer estudos que tratam de temas que se aproximem ao pesquisado pelo INFOC, o grupo de pesquisa, que é composto por doutores, doutorandos, mestres, mestrandos, graduados e graduandos em pedagogia, se dividiu em três minigrupos e, cada um, buscou teses e dissertações no Banco de Teses e Dissertações da Capes e artigos no Scielo, definindo, como descritores de busca, as palavras chave do projeto - História de vida; Crianças e adultos; Cuidar e ser cuidado; Narrativa; Educação Infantil e Ensino Fundamental; Professores e Famílias -. Foram consultados também os trabalhos apresentados no GT 07 de Educação Infantil das reuniões da Anped. Para essa primeira busca, foi estabelecido um recorte temporal dos últimos cinco anos (2011 a 2015) e procuramos pesquisas realizadas em creches, pré-escolas e escolas. Diante dos poucos resultados encontrados, o grupo decidiu aumentar a busca para os últimos dez anos (2006 a 2015) nas fontes anteriormente consultadas, incluir alguns novos descritores, como Linguagem, e ampliar a pesquisa para outros campos do conhecimento, como serviço social e área de saúde. Decidiu-se, ainda, consultar o material produzido pelo último Congresso de Práticas (Auto)biográficas (CIPA) em 2014 e pelo IV Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias (GRUPECI,) também realizado em 2014. A procura por trabalhos na área da literatura com os descritores Infância e Testemunhos também foi uma estratégia definida. O resultado dessa revisão bibliográfica foi disposto em uma tabela e três seminários foram organizados para estudo e discussão dos textos encontrados na investigação e que podem contribuir para a pesquisa em andamento no INFOC. O primeiro seminário tratou do tema do cuidado, o segundo abordou as histórias de vida como metodologia de pesquisa e o terceiro trouxe as questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. Nessa primeira leitura, o que se evidencia no campo da Educação é o tema do cuidado como algo que complementa o educar, mas sem maiores discussões sobre a perspectiva do cuidar e ser cuidado como algo inerente às relações cotidianas nas instituições educativas entre as crianças, entre elas e os adultos (professores e familiares) e entre os adultos (professores e familiares). Há, ainda, pouco espaço para as histórias dos sujeitos que convivem nesses ambientes, em especial para as crianças como narradoras de suas próprias histórias. Além disso, os estudos feitos a partir dos textos levaram o grupo a diversas definições sobre a pesquisa, novas delimitações e estratégias metodológicas.

Palavras-chave: Levantamento Bibliográfico. Metodologia.

O QUE PENSAM AS CRIANÇAS SOBRE O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: “NA HORA DE CHOVER A GENTE NÃO VAI BRINCAR NÉ? QUE PENA NÉ?”

Márcia Tereza Fonseca Almeida

Reconhecendo a alteridade das crianças nos espaços das instituições de Educação Infantil, o estudo buscou apreender as concepções de crianças e professoras sobre o brincar em um Centro Municipal de Educação Infantil, no município de Salvador- Ba-Brasil, tendo como pressuposto teórico a perspectiva sócio-histórica e a Sociologia da Infância, entre as contribuições de estudiosos que têm se dedicado aos estudos sobre o brincar e formação de professores (as) de Educação Infantil. Os colaboradores da pesquisa foram doze crianças de três a cinco anos, seis professoras e uma coordenadora. Interessava ao estudo verificar aproximações e distanciamentos que possibilitassem que o brincar emergisse como espaço de criação, de produção de conhecimento e de crítica no processo educacional. Para efeito desse trabalho, o texto vai apresentar a abordagem metodológica utilizada com as crianças, as reflexões que emergiram do campo empírico em relação a postura ética do pesquisador de infância, bem como os resultados do estudo e seus possíveis desdobramentos. Realizamos interlocuções com meninos e meninas de três a cinco anos de idade mediadas por desenhos, com o auxílio de algumas perguntas elaboradas previamente, no propósito de favorecer a análise do brincar na escola sob a perspectiva das crianças. Para a produção dos dados recorreremos também a observação direta e aos registros das atividades do brincar na rotina da instituição. Solicitamos para cada criança dois desenhos e durante a consecução dos mesmos fizemos seis perguntas, que podiam ser desdobradas em perguntas subsequentes. As análises revelaram que as crianças do CMEI construíram uma ideia de que o brincar só é permitido fora do espaço da sala (na área livre), por ser um espaço em que os adultos não interferem na condução das atividades e nem se preocupam com a organização de brinquedos ou outros objetos. Dentre outros aspectos, o estudo aponta que as dificuldades que a escola infantil tem para incorporar o brincar como estratégia pedagógica de apropriação da cultura humana podem estar relacionadas a vários fatores, como a distância adulto-criança, que é refletida na organização das instituições de Educação Infantil, desde o planejamento dos espaços e das atividades, que não contam com a participação das crianças; a desqualificação do brincar como atividade exclusiva das crianças e que por isso não é considerada importante para os adultos; e a insuficiência de discussões sobre o desenvolvimento infantil e o brincar no processo de formação inicial e continuada das professoras, assim como na cultura humana. Outro aspecto que merece atenção é a discussão sobre ética nas pesquisas com crianças, pois, ao assumir que meninos e meninas precisam ter assegurado seu direito de questionar e falar sobre sua realidade, ainda nos causa surpresa quando chegamos ao campo empírico e percebemos que as crianças têm muito mais a nos dizer do que aquilo que está mais ou menos previsto em um roteiro de perguntas. Vale ressaltar que as concepções sobre o brincar na escola evocadas pelas crianças que participaram da pesquisa foram elaboradas através da observação das falas e dos comportamentos das professoras e das auxiliares de

desenvolvimento infantil, mesmo quando elas não se davam conta de que suas respostas eram analisadas pelas crianças.

Palavras-chave: Brincar. Pesquisa. Criança.

A ÉTICA DO PESQUISADOR NOS ESTUDOS COM CRIANÇAS: ENTRE ENTRAVES E PERCALÇOS

Adriana Eugênio de Souza Ponte

Este texto tem como intento, suscitar reflexões sobre a ética do pesquisador ao realizar seus estudos com criança. Embasadas em uma pesquisa de doutorado que teve como proposta, analisar o que dizem ou o que expressam as crianças sobre o brincar na instituição escolar, dentro e fora da sala de aula, de uma escola pública municipal de Ensino Fundamental. Destacaremos elementos do seu percurso metodológico para discutir entraves e percalços que permeiam a ética do pesquisador no processo de interlocução com as crianças. A base teórica do estudo se assenta na perspectiva sócio-histórica e integra trabalhos produzidos a partir do início do século XXI que investigaram o brincar na escola do ensino fundamental a partir do que dizem as crianças enquanto sujeitos integrantes de um processo sócio-histórico e, ao mesmo tempo, portadores de singularidades. A ideia central do estudo se sustenta na proposição de que as possibilidades de interação vivenciadas pelas crianças, nos seis primeiros anos de vida, permitem que elas se envolvam com o brincar e se apropriem do significado do brincar no seu processo de desenvolvimento. Por conseguinte, as crianças podem identificar o significado do brincar no seu processo de desenvolvimento, porém poderão ter concepções diferentes sobre o papel do brincar na cultura humana. Seguindo os caminhos da abordagem qualitativa, usamos as entrevistas semiestruturadas ou interlocuções com doze crianças de idade entre 6 e 7 anos de idade, mediadas por fotografias contendo episódios de situações de brincadeira por elas vivenciadas, como também, observações, que foram registradas em um diário de campo e fotografias das crianças brincando nas áreas externas. O local onde se desenvolveu a investigação foi uma escola pública municipal da cidade de Salvador, estado da Bahia que trabalha com crianças de 2 a 12 anos de idade, atendendo as duas primeiras etapas da Educação Básica no sistema de tempo integral. Para a seleção dos participantes, fizemos um sorteio de 20% dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. A cada um dos colaboradores, foi explicado o que pretendíamos fazer e procuramos obter o consentimento delas para participar do estudo. Só então entramos em contato com os pais e/ou responsáveis de cada criança para obter o consentimento dos mesmos. Buscamos também a contribuição da professora no sentido de indicar horários que não prejudicassem a rotina escolar das crianças colaboradoras. É importante ressaltar que nenhum procedimento aconteceu sem a prévia autorização dos pais e desejo das crianças e autorização do Comitê de Ética. Ressaltamos também que, mesmo tendo o termo assinado pelos pais e/ou responsáveis, as crianças só participaram por vontade própria, podendo ainda retirar-se a qualquer momento da pesquisa. O estudo permite afirmar que, favorecer a atuação das crianças como protagonistas do processo educacional possibilita descobertas e o atendimento de necessidades que não são vistas ou reconhecidas pelos adultos. Isto ficou mais evidente a partir da análise do sentido que as crianças atribuem

ao brincar, demonstrando também que é fundamental no processo de investigação, um posicionamento ético por parte do pesquisador para não influir na participação, nas informações fornecidas pelas crianças e ainda no processo de análise e interpretação dessas informações.

Palavras-chave: Ética. Crianças. Pesquisa.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS: “CRIANÇA TEM QUE BRINCAR, PORQUE TEM DIREITO E CRIANÇA QUE NÃO BRINCA MORRE”

Karina de Oliveira Santos Cordeiro

Este estudo apresenta o resultado da pesquisa realizada em Tabuleiro da Lagoa Queimada e em Corta Mão, comunidades rurais, pertencentes ao município de Amargosa/Bahia. O objetivo foi compreender quais representações sociais sobre o brincar são compartilhadas com cada um dos grupos que participaram da pesquisa. A amostra do nosso estudo foi composta por 18 crianças que frequentam a Educação Infantil nas Escolas Municipais Artur de Almeida Passos e Júlio Pinheiro dos Santos pertencentes as respectivas comunidades rurais. Contamos com a autorização dos responsáveis legais das crianças para a participação das mesmas em nossa pesquisa. A partir desse momento foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e demos início à pesquisa de campo com as crianças. Foram realizadas entrevistas com as crianças, a fim de identificar quais representações sociais sobre o brincar se fazem presente nos discursos de cada sujeito da pesquisa. As entrevistas individuais foram gravadas, e a partir dos dados coletados realizamos as transcrições das mesmas, para análise de conteúdo, que subsidiou a análise de como as representações sociais da infância transitam e são compartilhadas por esses sujeitos. Tais representações sociais sobre o brincar foram agrupadas após a leitura do material, por ordem de significação e sentidos que convergiam a partir da frequência que apareciam durante as entrevistas. As práticas discursivas das crianças que participaram da pesquisa que apresentavam unidades de significação convergentes foram sistematizadas. Nas análises e discussões dos dados descrevemos alguns relatos que expressam a ideia e o sentido de cada uma das representações sociais por nós elencadas. Os dados da pesquisa foram analisados a partir das informações coletadas nas entrevistas individuais, que se encontram subdivididas em quatro seções temáticas: 1) O que é ser criança; 2) Perspectiva de infância; 3) Relação entre as brincadeiras e o brincar; 4) Hábitos cotidianos e relações sociais com as crianças. No que diz respeito às representações sociais da Infância na perspectiva das crianças revelam que a infância permite que elas possam brincar, se divertir e ter o cuidado e proteção de seus responsáveis. Para o desenvolvimento do estudo, foram necessários suportes metodológicos diferenciados e complementares, com os quais foi possível conhecer algumas representações sociais sobre o brincar nas escolas rurais de Amargosa na comunidade de Corta Mão e de Tabuleiro da Lagoa Queimada. Utilizamos a pesquisa de cunho etnográfico das realidades específicas das escolas rurais da comunidade rural de Corta Mão e do Tabuleiro da Lagoa Queimada, do município de Amargosa. A pesquisa indica algumas possibilidades para aprofundar as questões sociais da infância que se fazem presentes nas escolas rurais, como, por

exemplo: construção de espaços com infraestrutura para atender as crianças da Educação Infantil, investimentos nas ações pedagógicas que visem ao desenvolvimento integral das crianças, contratação de professores efetivos e investimentos para a formação inicial e continuada dos mesmos, bem como ampliar as políticas públicas que reconheçam a singularidade e, ao mesmo tempo, a diversidade dos sujeitos que se encontram em áreas não urbanas.

Palavras-chave: Infância. Brincar. Diversidade.

LINGUAGEM, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INFÂNCIA – LEFOPI

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Coordenadora: Ivanilde Apoluceno de Oliveira

OS SIGNIFICADOS DA ROTINA NA CRECHE: COM A PALAVRA COORDENADORA PEDAGÓGICA, EDUCADORAS E PESQUISADORA

Maritza Dessupoio de Abreu

O presente trabalho traz informações de uma dissertação de mestrado inserida na linha de pesquisa Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF – Minas Gerais e teve início devido a permanência da autora no Grupo de Pesquisa Linguagem, Educação, Formação de Professores e Infâncias – LEFoPI, da mesma instituição, e o trabalho da autora como coordenadora de creches públicas de um município diferente do qual a pesquisa foi realizada, o que impulsionou o processo de reflexão a respeito da rotina na creche. A proposta foi realizar uma investigação a respeito de quais significados construídos pela coordenadora pedagógica, educadoras e pesquisadora a respeito da rotina de uma creche pública do município de Juiz de Fora. Tal investigação teve por objetivo compreender e refletir sobre os significados da rotina nessa instituição educacional, como eles foram construídos e compartilhados. O trabalho tem sua justificativa na importância da reflexão para a ação do que é realizado no tempo e espaço com crianças de zero a três anos de idade, principalmente, pelo extenso número de horas que muitas dessas crianças permanecem nas creches públicas do município de Juiz de Fora. Este trabalho apresenta como aporte teórico as referências da teoria sócio-histórico-cultural, em especial, as contribuições de Vygotsky. Como referencial metodológico a investigação que este trabalho retrata foi norteado pelos princípios da Pesquisa Crítica de Colaboração - PCCol (MAGALHÃES, 2002, 2004, 2006, 2009), como um processo em que todos os sujeitos da pesquisa, em um movimento de colaboração, desenvolvimento e aprendizado, são responsáveis pela produção dos dados e do conhecimento. A análise é feita por meio da argumentação, tecida a partir de excertos de sessões reflexivas realizadas com as dez educadoras e a coordenadora pedagógica da instituição educacional pesquisada. Na dissertação foram apresentados para discussão dez excertos, mas no presente artigo trago para análise apenas dois desses, de forma a tentar capturar a essência do que foi desenvolvido a respeito de alguns dos significados da rotina na creche. A discussão dos resultados está pautada na análise dos dados por meio das categorias argumentativas desenvolvidas com base nos preceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1970/2005), Liberali (2006, 2008, 2009) e

Schapper (2010), com o levantamento dos tipos de argumentos, operadores argumentativos e dêiticos. No movimento da análise, foi possível perceber a consciência e preocupação das profissionais da creche em refletir a respeito da rotina, tornando algumas mudanças possíveis. Os resultados, contudo, apontam para a necessidade de repensar questões como: (1) a possibilidade de a divisão da rotina ser mais flexível; (2) a necessidade de considerar a criança como um membro capaz de constituir ativamente a organização dos tempos e espaços junto com os demais profissionais dessa instituição educacional.

Palavras-chave: Rotina. Creche. PCCol.

O PROCESSO ARGUMENTATIVO NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Marília Dejanira Berberick de Almeida

No trabalho a seguir apresento minha pesquisa de mestrado que foi desenvolvida no interior da Linha de Pesquisa Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGE/UFJF, e teve como foco o estudo sobre o papel da argumentação na formação inicial de professores do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo foi investigar como ocorre a argumentação, na disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos em Educação Infantil I, entre aluno-professor-aluno, e se esse movimento possibilita uma formação crítica do futuro professor(a). Tal pesquisa está embasada pelas contribuições de autores da teoria sócio-histórico-cultural: Bakhtin (1995) e Vygotsky (2008), pois ambos auxiliam na compreensão dos diálogos tecidos entre aluno-professor-aluno, uma vez que, na relação com o outro, por meio dos diálogos, estabelecidos no cotidiano das aulas, construímos e internalizamos os nossos próprios discursos. Ao optar por dar ênfase na perspectiva sócio-histórico-cultural e fundamentada sob o viés da Pesquisa Crítica de Colaboração – PCCol (MAGALHÃES, 2004), esta pesquisa, devido às trocas geradas nos diálogos entre os participantes da pesquisa, enfatiza a transformação pela ação. Tal perspectiva procura estabelecer, por meio das reflexões críticas, uma possível modificação da realidade, em que teoria e prática caminham juntas. A análise do material produzido durante o desenvolvimento da pesquisa procura responder se esse movimento argumentativo possibilita uma formação crítico-reflexiva do futuro professor. A investigação foi realizada a partir do acompanhamento das aulas da disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos em Educação Infantil I, durante o segundo semestre letivo do ano de 2014, em uma turma do segundo período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora, por uma sessão reflexiva com os alunos e alunas e uma entrevista dialógica com a professora responsável pela disciplina já mencionada. A discussão dos dados da pesquisa está pautada nas categorias argumentativas, com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Liberali (2008, 2009) e Schapper (2010), com o levantamento dos tipos de argumentos, operadores argumentativos e dêiticos. As análises foram realizadas por meio de excertos selecionados a partir das observações das aulas, da sessão reflexiva com os alunos e da entrevista dialógica com a professora da referida disciplina. No trabalho foram analisados nove excertos que possibilitaram dissertar acerca dos fluxos

das interações verbais, que se desenrolaram em tais espaços de diálogos. Os resultados oriundos do movimento de análise revelaram que os sujeitos envolvidos na pesquisa puderam confrontar seus conhecimentos, que as reflexões tecidas no interior do coletivo são intrínsecas ao processo de formação de professores e professoras e que, no processo colaborativo, os envolvidos têm a oportunidade de se revisitarem constantemente.

Palavra-chave: Formação de Professores.

REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vanessa Almeida Stigert

Este trabalho trará informações de uma dissertação de mestrado que está inserida na linha de Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF – Minas Gerais. Tal dissertação teve como objetivo investigar como o brincar é concebido e vivenciado por professores de uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Juiz de Fora. Como objetivos específicos a investigação buscou observar como o brincar é considerado no 1º ano do Ensino Fundamental; analisar os argumentos utilizados pelos professores, no que se refere ao trabalho realizado com o brincar no 1º ano e identificar se houve e quais foram as transformações realizadas entre os participantes da pesquisa, no processo de reflexão-crítica desenvolvido. Para isso, optou-se por uma investigação de caráter qualitativo com três professores, uma turma do primeiro ano do Ensino Fundamental e uma pesquisadora júnior. Como aporte teórico, nos baseamos na Teoria Sócio-Histórico-Cultural, em especial as contribuições de Vigotski e outros estudiosos. As construções teóricas de Vigotski (2007) permitem pensar em sujeitos que estão em constante desenvolvimento, tendo em vista que esse processo se dá na medida em que os indivíduos se relacionam com os outros. Como referencial metodológico, este trabalho se inscreveu nos princípios da Pesquisa Crítica de Colaboração – PCCol (MAGALHÃES, 2004) e fez uso dos instrumentos das sessões reflexivas, aplicação de um questionário aos professores, observação reflexiva e a elaboração de notas de campo. Os dados analisados neste trabalho se referem a um excerto oriundo do material produzido no decorrer do tempo em que a pesquisa foi realizada no espaço educacional. A discussão dos resultados está pautada na análise dos dados por meio das categorias argumentativas desenvolvidas com base em Schapper (2010), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1970/2005) e Liberali (2008 e 2009), com o levantamento dos tipos de argumentos, operadores argumentativos e dêiticos. Além disso, os dados foram analisados a partir das categorias de interpretação, que se voltam aos conceitos de Zona de Desenvolvimento Proximal (Vigotski) e o brincar (Vigotski). Nas considerações parciais, há a constatação de que a micro transformação do ambiente em que a pesquisa foi realizada se deu, na medida em que foi possível refletir sobre o impacto da mudança da lei que ampliou o Ensino Fundamental e que, modificou o trabalho com o brincar no 1º ano do Ensino Fundamental. De acordo com os argumentos dos professores, os desafios de um trabalho docente, que valorize a linguagem do brincar e da alfabetização e o letramento é uma preocupação comum entre os profissionais comprometidos com o desenvolvimento humano. Como possibilidade, os próprios professores sinalizaram a existência da necessidade de um trabalho coletivo, em

110

que o brincar possa ganhar mais centralidade, em todos os momentos educativos, no interior da escola, sendo que eles também precisam ter acesso a mais informações e formação específica sobre o tema aqui mencionado.

Palavra-chave: Formação de professores.

LITERALISE: GRUPO DE PESQUISA SOBRE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL E PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO LITERÁRIA

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora: Eliane Santana Dias Debus

TEMPOS E ESPAÇOS DE LEITURA LITERÁRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thamirys Frigo Furtado

A presente pesquisa teve como objetivo mapear os espaços e tempos coletivos de leitura literária nas instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (SC). Este estudo realizou-se com e para as crianças, com o intuito de perceber a formação de crianças-leitoras, dialogando com o campo da literatura infantil, buscando contribuir para as reflexões sobre a leitura literária como potencializadora da formação leitora e inserção da criança na cultura letrada. Por isso realizamos uma pesquisa quantitativa e qualitativa que se efetivou no mapeamento por meio do qual foram identificados quais são os espaços e tempos coletivos de leitura literária encontrados em 71 instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. O encaminhamento dos questionários enviados às instituições iniciou em junho de 2015, finalizando em dezembro de 2015. O referencial teórico utilizado para a construção deste trabalho pautou-se nas leituras de Magda Soares (2004; 2008; 2009), Luiz Percival Leme Britto (2005), Suely Amaral Mello (2010; 2012) e Mônica Correia Baptista (2010a; 2013) no que diz respeito ao letramento e alfabetização; Rildo Cosson (2006; 2009), Eliane Santana Dias Debus (2006; 2010) e Flávio Pereira Camargo (2010) na discussão sobre letramento literário e leitura literária; Rosa Batista (1998; 2001) e Maria da Graça Souza Horn (2007) no que se refere à organização do tempo e espaço na Educação Infantil; Mônica Correia Baptista (2012; 2010b) e Yolanda Reyes (2010) nas discussões sobre leitura literária na primeira infância; e Eloisa Acires Candal Rocha (2008) no que se relaciona à criança e infância, entre outros estudiosos e documentos de referência da Educação Infantil. A análise dos dados foi efetivada a partir de cinco categorias temáticas que envolvem as práticas de leitura literária no coletivo de uma unidade, quais sejam: Os espaços e tempos diferenciados; Os(as) profissionais responsáveis; O acervo; O planejamento; e Os tempos e espaços coletivos de leitura literária. Tais categorias nos levaram a constatar que a maior parte das unidades possuem diferentes tempos e espaços coletivos de leitura literária, organizados e planejados pelos próprios professores(as) e demais funcionários da instituição, considerando que não existe biblioteca em todas as instituições. Dessa forma, concluímos que há profissionais preocupados em aproximar as crianças da cultura letrada, participando ativamente da formação dos pequenos leitores, inventando e reinventando novas possibilidades a cada dia. Assim como, localizamos instituições públicas realizando um trabalho de qualidade, no que se refere à formação dos pequenos

sujeitos. Portanto, entendemos que ser professor(a) na Educação Infantil é também preocupar-se com a formação dos pequenos leitores, criando e recriando os tempos e espaços, propostas para atrair cada vez mais a atenção das crianças, bem como preocupar-se com a estética e organização desses tempos e espaços, proporcionando autonomia, interação, atenção, imaginação, entre outras possibilidades presentes no dia a dia, ampliando as vivências e experiências das crianças.

Palavras-chave: Espaço. Tempo. Literatura.

O LIVRO DE IMAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Laura Pozzobon Spengler

A literatura infantil, como nos é sabido, é encontro entre leitor, arte e mundo, por meio da experiência literária. Baseando-se nessa premissa, esse texto tem por objetivo a reflexão sobre livro de imagem e a relação das crianças no contexto da educação infantil com esse objeto, amparado pela teoria do Letramento Literário (PAULINO, 2010; COSSON, 2012), bem como pela conceituação teórica acerca do livro de imagem (CAMARGO, 1995; COELHO, 2000; LIMA, 2009; BELMIRO, 2015; NIKOLAJEVA e SCOTT, 2011). Para tanto, tomamos como corpus de análise os livros de imagem que compõem os acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para a Educação Infantil entre os anos 2008 a 2014. O PNBE caracteriza-se como uma política pública de leitura, iniciada em 1997, tem por principal objetivo do programa a democratização do acesso ao livro, tanto para os leitores, por meio dos livros literários, quanto para os professores mediadores, através dos materiais de pesquisa, distribuídos para todas as bibliotecas escolares públicas do país, com acervos que compreendem todos os níveis de ensino. As instituições de Educação infantil passaram a ser atendidas no ano de 2008, e receberam, durante os anos de duração do programa, quatro acervos que compuseram um total de 360 livros de literatura dos mais variados gêneros, entre eles, os livros de imagem. O livro de imagem é aquele que traz a história narrada somente pelas ilustrações, “narrativa de imagens sem palavras” (NIKOLAJEVA e SCOTT, 2011, p. 27), narrativas que possibilitam ao leitor se apropriar de diferente modos de ler, de acordo com seu repertório cultural e linguístico. Para Luis Camargo, a leitura do livro de imagem pode significar um alargamento do campo de consciência: de nós mesmos, de nosso meio, de nossa cultura e do entrelaçamento da nossa com outras culturas, no tempo e no espaço. (CAMARGO, 1995, p. 79). Para compreendermos o modo pelo qual a leitura do livro de imagem funda uma experiência literária, logo artística, servimo-nos do conceito do letramento literário, concebido como a apropriação da literatura enquanto linguagem em suas práticas sociais, entendido como um processo porque é movimento que nunca se encerra. O letramento literário nos fornece elementos de reflexão sobre a mediação da leitura literária, abrindo caminhos para a experiência com a literaridade com as crianças bem pequenas. A literatura infantil é o ponto de encontro entre o leitor, a palavra, as imagens e o mundo, dessa maneira, incorpora papel de objeto artístico e estético, é antes de tudo, arte, os livros de imagem, por sua vez, oferecem à criança pequena a possibilidade da ampliação das habilidades de leitura, de alargamento de repertórios e de experiência estética. Assim, a experiência estética proporcionada a partir da literatura possibilita que a criança reconheça-se como

leitora, e assim, perceber-se como sujeito de cultura, pois “a experiência estética solicita uma mudança na maneira pragmática de se perceber o mundo” (DUARTE JR., 1991, p. 33), abre brechas de pensamento crítico frente a linearidade do cotidiano.

Palavras-chave: Literatura. Imagem. Educação.

OS BEBÊS E OS LIVROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Gonçalves

Este texto apresenta uma pesquisa em andamento de doutorado em educação, que tem como finalidade pensar o objeto livro nas múltiplas possibilidades nas relações dos bebês no contexto da Educação Infantil. As crianças bem pequenas são potentes e tem o direito de ampliar seus repertórios culturais, estabelecendo as mais distintas relações com os livros. As pesquisas da área tem nos mostrado que os bebês, que ainda não se comunicam pela linguagem oral, são competentes nas relações e se expressam por meio do corpo e da comunicação emocional seus desejos (TRISTÃO, 2004; SCHMITT 2008, 2015; GUIMARÃES, 2008; COUTINHO 2002, 2010). O contato da criança com o objeto livro pela feição material pode ser considerado a primeira cerimônia de apropriação da leitura e leva-nos a refletir sobre as manifestações sensoriais que surgem pela interação palpável entre a criança e o livro, que ocupa um papel próximo ao brinquedo (DEBUS, 2006). Não se trata de um ensino precoce da leitura escrita, mas a promoção de interações das crianças bem pequenas com o próprio objeto, enquanto artefato cultural que também deve compor suas brincadeiras. O livro precisa ser incluído no cotidiano das crianças, para elas que se sintam próximas e convidadas a manuseá-lo, explorá-lo e descobri-lo em suas múltiplas dimensões. Ao se tratar da interação das crianças ainda muito pequenas, o livro-brinquedo apresenta-se como uma possibilidade profícua, mediante a experiência estética e lúdica os pequenos sentem-se motivados a uma leitura sensível, uma exploração gustativa, que mexe com os sentidos do corpo. Partimos do pressuposto que compreende os bebês e crianças pequenas como atores sociais, sujeito de direitos e potentes, que, portanto, devem ser concebidas enquanto participantes da pesquisa (PROUT, JAMES, 1990). A agenda de debates das crianças enquanto atores sociais tem reivindicado a defesa de uma perspectiva de pesquisa com crianças que concebe o uso da etnografia como um contributo profícua, no âmbito epistemológico, teórico-metodológico e ético (FERREIRA; NUNES, 2014). A etnografia mostra-se como uma possibilidade de se realizar pesquisas com as crianças, pois, a partir das suas ferramentas, o pesquisador pode dedicar-se a conhecer as crianças e seus pontos de vistas de forma profunda e sensível, num esforço de colocá-las como protagonistas das suas ações, evidenciando suas potencialidades, falando das suas vidas, a partir do que elas informam e não do que o adulto pressupõe. A imersão na instituição tem por finalidade a aproximação e percepção dos modos interativos das crianças com os livros, como um esforço de conhecer seus sentimentos, sensações, reações e brincar quando estão em contato com os livros em distintos momentos. Para captar o ponto de vista das crianças bem pequenas é necessário um esforço e posicionamento empático do pesquisador, com propósito de compreender também os muitos modos de se expressar dos pequenos no cotidiano das instituições de educação infantil. De modo reflexivo e cuidadoso, objetivamos realizar uma descrição detalhada e densa das formas de

interação das crianças com os livros, com os espaços e tempos destinados para leitura, para a brincadeira, as contações de histórias, com os adultos e o próprio livro-brinquedo.

Palavras-chave: Bebês. Livro. Livro-Brinquedo.

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO EM NEUROPSICOLOGIA, AFETIVIDADE, APRENDIZAGEM E PRIMEIRA INFÂNCIA – NINAPI

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Coordenadora: Pompéia Villachan Lyra

PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIOAFETIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE RECIFE

**Gabriela Chagas Carvalho
Marina Lins Carvalho Rocha**

Este trabalho tem como objetivo a adaptação e implementação de um Programa de Formação em Desenvolvimento Infantil, com base na Psicologia do Desenvolvimento e Neurociências, destinado a profissionais da Educação Infantil da cidade do Recife e realizado em parceria com a UNIFESP e Instituto ABCD. A pesquisa consiste em 3 etapas. A primeira, em execução, pretende buscar informações para a adequação do Programa de Formação visando identificar as lacunas de conhecimento acerca do desenvolvimento infantil e alguns quadros clínicos para posterior implantação do mesmo. Nessa primeira etapa, está sendo realizado um estudo de caso em três CMEI's e em quatro Creches Municipais, cujos procedimentos metodológicos são observações e entrevistas com seis professoras que trabalham com crianças de 0-3 anos e seis que atendem discentes de 3-6 anos, totalizando 24 profissionais. A segunda etapa refere-se à execução do Programa de Formação (curso com 40 horas de duração), composto por nove módulos, em encontros quinzenais com a participação de 80 profissionais de Educação da rede pública. Está etapa já está em execução, com conclusão prevista para setembro de 2016. Paralelo ao curso está sendo realizada uma investigação do conhecimento adquirido pelos profissionais participantes do Programa de Formação através de questionários de conhecimentos, aplicados antes e após cada aula. Esses abordam a temática do desenvolvimento infantil e, de modo específico, as temáticas discutidas em cada módulo. Além disso, cada profissional respondeu também a um questionário que aborda questões relativas à sua formação acadêmica e atuação profissional. Entendemos que o trabalho na Educação Infantil necessita considerar aspectos biológicos, neurológicos, socioafetivos, cognitivos e culturais da criança, e tal compreensão pode influenciar no modo como os profissionais da primeira infância percebem a riqueza de oportunidades que pequenas intervenções no cotidiano escolar podem desempenhar sobre o desenvolvimento da criança. Uma análise preliminar das respostas obtidas na etapa 1 dessa pesquisa aponta que existem lacunas referente aos conhecimentos dos profissionais atuantes na Educação Infantil sobre as teorias do desenvolvimento Cognitivo, Socioafetivo e Neurológico da criança, tornando difícil que a sua prática docente seja mediada por tais conhecimentos. Dessa forma, esperamos que, mediante a formação oferecida aos profissionais, estes possam compreender a criança como um ser integral, em desenvolvimento, que precisa ser estimulada, acolhida e orientada, e que tais conhecimentos possam contribuir para aprimorar a sua prática

docente, na busca por uma atuação crítico-reflexiva, que articule teoria e prática. O trabalho, com duração prevista até março de 2018, prevê ainda uma terceira etapa que consiste em uma proposta de intervenção pedagógica que terá início no primeiro semestre de 2017. Nessa etapa serão realizados encontros de planejamento pedagógico com alguns professores, com o objetivo de construir novas propostas de intervenção no contexto da Educação Infantil, com base nos assuntos abordados durante o curso.

Palavras-chave: Formação. Infância. Neurociências.

AFETIVIDADE E PRÁTICA DOCENTE: CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Emmanuelle C. Chaves
Maria Carolina Marques Dos Santos
Mirella Rabelo Almeida Farias

Para que a criança apresente um desenvolvimento pleno dentro do ambiente escolar, é de suma importância que ocorra o estabelecimento de relações interpessoais e afetivas positivas, pois se sabe que tais relações terão grande impacto na constituição dessas crianças e nas relações por elas estabelecidas ao longo de suas vidas, bem como no curso do seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. Sendo assim, cabe à família e aos profissionais da Educação Infantil a tarefa de proporcionar um ambiente físico, social e afetivo saudável e rico em oportunidades de desenvolvimento, planejando a prática pedagógica tendo em vista não apenas a construção dos conhecimentos, mas sim o desenvolvimento infantil integral, envolvendo aspectos cognitivos, sociais e afetivos, e respeitando cada fase do seu desenvolvimento. Além de conciliar em sua prática pedagógica o cuidar e o educar, visto que ambos são essenciais, isto porque as interações estabelecidas com o outro, seja nas situações de cuidado ou nas atividades pedagógicas, influenciam e potencializam o desenvolvimento infantil em todos os seus aspectos. Diante disso, o presente trabalho teve por finalidade analisar as concepções de professoras da Educação Infantil sobre a Afetividade. Neste sentido, buscamos identificar a compreensão das professoras sobre: a. o conceito de afetividade; b. a importância da afetividade para o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança; c. a construção das relações afetivas no contexto escolar; e d. a construção das relações afetivas no contexto familiar. Adotando a perspectiva sócio histórica e entendendo “afetividade” de acordo com as teorias de Bowlby e Wallon utilizamos como procedimentos de construção de registros um questionário sócio demográfico e um grupo focal formado por oito professoras da Educação Infantil, as quais trabalham com crianças de 3-5 anos de idade em duas escolas da rede municipal do Grande Recife. No que se refere às concepções das professoras da Educação Infantil sobre a Afetividade, todas enfatizam a importância da afetividade no contexto da educação infantil, articulando-a ao processo de desenvolvimento da criança. No entanto, parte das professoras tende a naturalizar a afetividade no ambiente da educação infantil, atribuindo-a a uma característica natural da mulher e do "ser mãe", por isso, não demandando uma formação nem um planejamento pedagógico específico. Apenas uma das entrevistadas destacou a importância de que esta temática fizesse parte da formação docente. Compreendemos, assim, que existe uma lacuna na formação inicial dos

docentes sobre o conceito de afetividade e seu papel no processo de ensino-aprendizagem e que tais resultados vão de encontro à ideia de profissionalização docente proposta por Tardif, sendo importante a realização de um trabalho de conscientização das professoras a esse respeito, visto que a partir da apropriação do conceito de afetividade o docente terá uma melhor desenvoltura de como agir diante as manifestações e demandas de suas crianças, bem como poderá incluir tais aspectos em seu planejamento pedagógico.

Palavras-chave: Afetividade. Profissionalização. Educação.

A IDENTIDADE RACIAL A PARTIR DE UM GRUPO DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE

Marília Silva Mendes

O presente estudo defende que desde o início da vida escolar se faz necessária a realização de um trabalho que privilegie o respeito à diversidade e que propicie a formação da identidade negra positiva, uma vez que é a partir dos primeiros anos de sua existência que as crianças começam a formação da sua identidade. Nesse cenário, a pré-escola se constitui como espaço privilegiado de contato entre as crianças, seus pares e adultos e torna-se o ambiente em que as crianças constroem sua percepção de si e a do outro, com base nas relações que estabelecem com seus parceiros interacionais, seja adultos e outras crianças com as quais convivem nesse espaço. Assim, consideramos que o trabalho pedagógico na educação infantil deve possibilitar, dentre outras coisas, o fortalecimento do respeito à diversidade étnica e racial desde cedo e permitir uma maior e melhor percepção da pluralidade e diversidade que compõe nosso país, o que consideramos essencial ao combate a atitudes racistas e fundamental quando pensamos em uma educação emancipatória. Nesse sentido, essa pesquisa está voltada para a temática da educação para as relações étnico-raciais na educação infantil e pretende apresentar como crianças de cinco anos de uma instituição de educação infantil da prefeitura da cidade do Recife- PE fazem sua identificação étnico-racial, de modo a contribuir para a formação da sua identidade. Buscamos também compreender se e como a instituição favorecia a construção dessa identificação. Caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa e que utilizou como suportes de investigação os desenhos infantis com as narrativas das crianças sobre os seus desenhos, as notas de campo realizadas pela pesquisadora, a videografia e a análise microgenética de situações de brincadeiras e rodas de leitura. Os achados da pesquisa revelaram que as crianças realizavam a sua identificação racial e a do outro por meio das características fenotípicas individuais, utilizando para tal, o vocábulo racial, como os termos branco, negro, moreno. E ainda que a identificação racial negra apresentada pelas crianças, em algumas situações estava carregada de uma significação negativa e permeada por sentimentos negativos, como angústia, agressividade e constrangimento. A valorização e a preferência da identidade racial branca também foi a tônica de algumas situações vivenciadas pelas crianças participantes da pesquisa. Ficou claro, também, que o modo como a família trata a questão da identidade racial reverbera nas atitudes adotadas pelas crianças sobre essa questão no seu cotidiano escolar, o que ratifica a importância do outro para a construção de uma percepção (positiva ou não) sobre si mesmo. E, ainda, reforça a importância dos

diversos contextos nos quais as crianças estão inseridas para a construção da sua identidade e identificação racial. Dessa forma, por esses e diversos outros argumentos, é fundamental termos em nossas escolas ações pedagógicas integradas entre instituições escolares e famílias das crianças para o combate de práticas racistas e discriminatórias e o favorecimento da identidade racial negra.

Palavras-chave: Educação. Raça. Identidade.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR PAULO FREIRE-NEP

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Coordenadora: Ivanilde Apoluceno de Oliveira

FILOSOFIA COM CRIANÇAS NA AMAZÔNIA: A PRODUÇÃO DE LIVROS INFANTIS E SUA APLICAÇÃO PEDAGÓGICA

Ivanilde Apoluceno de Oliveira

Neste texto tecemos reflexões sobre o processo de produção de livros infantis para aplicação pedagógica no ensino de filosofia com crianças, tendo como base a educação popular de Paulo Freire. Compreendemos que o ensino de filosofia na infância se configura em uma iniciação filosófica, sendo trabalhadas as suas raízes racionais e afetivas, direcionadas para a formação cognitiva, ética e estética da criança vista na sua integralidade. Trabalha-se com a história da filosofia, mas o foco principal é para o desenvolvimento das faculdades humanas referentes ao ato de filosofar, como o questionar e o problematizar a realidade, à iniciação da investigação filosófica, como conceituar, refletir, pensar, argumentar com coerência lógica e à aquisição de valores éticos e estéticos, como compreender, escutar e sensibilizar-se com o outro. O objetivo desta pesquisa é analisar: como se processa a produção de livros infantis para aplicação em turmas de ensino de Filosofia com crianças em escolas públicas de Belém, no Estado do Pará, por meio da prática pedagógica realizada pelo Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP) da Universidade do Estado do Pará. Consiste em uma pesquisa qualitativa, cujas estratégias realizadas foram o levantamento bibliográfico de autores sobre a educação e o ensino de filosofia e o levantamento documental dos relatórios do Núcleo, incluindo os livros infantis. O foco deste estudo é para a produção de livros para o ensino de filosofia com crianças na abordagem freireana, que envolve um trabalho coletivo dos educadores, tendo como partida a realidade da Amazônia Paraense, instigando nas crianças o diálogo, o ato de perguntar, o estímulo à curiosidade, a contextualização e o ato de problematizar a sua realidade social. Compreendemos que o ensino de filosofia com crianças tem como objetivos: possibilitar que a criança seja capaz de problematizar a realidade social em que vive; potencializar o seu pensar crítico, reflexivo e criativo; viabilizar a compreensão entre a produção histórica e filosófica expressa nos livros infantis e a atitude cotidiana de filosofar. O ensino de filosofia com crianças na abordagem freireana congrega a iniciação filosófica, a educação para o pensar e a preparação para a cidadania, sendo vista a criança na sua integralidade e a filosofia em suas raízes racionais, afetivas e estética. Assim, a produção dos livros infantis, além de promover a iniciação filosófica viabiliza o contato com o pensamento de filósofos, entre os quais: Sócrates, Platão. Consideramos como iniciação filosófica o desenvolvimento das capacidades cognitiva, imaginativa, criativa, crítica, de dialogar,

argumentar e conceituar das crianças. Neste estudo, além da construção metodológica realizada na produção dos livros, apresentamos também os temas trabalhados e os objetivos pedagógicos a serem atingidos pelas crianças com a leitura dos livros. Entre os resultados da pesquisa destacamos a descrição do processo de produção de dois livros infantis sobre filosofia: (1) “Uma conversa com Sócrates” e (2) “Da caverna de Monte Alegre ao conhecimento de Platão” e a análise de sua aplicação pedagógica nas turmas, identificando as estratégias metodológicas adotadas e o nível de compreensão das crianças sobre o pensamento do filósofo em estudo.

Palavras-chave: Livros. Filosofia. Crianças.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO NA AMAZÔNIA PARAENSE: ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CLASSES MULTISSERIADAS

**Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Tânia Regina Lobato dos Santos**

Este artigo é um recorte da pesquisa “O professor da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental na Amazônia: singularidade, diversidade e heterogeneidade”, realizada por pesquisadores do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire – NEP e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO. Pesquisa vinculada ao Programa de Cooperação Acadêmica - PROCAD/CAPES. A educação no meio rural amazônico apresenta precárias estruturas físicas; longas distâncias que são percorridas pelas crianças a pé, de bicicleta, barcos ou ônibus escolar para chegar à escola; há oferta irregular da merenda; falta de acompanhamento pedagógico e de formação de professores, além de abrigar a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental no mesmo espaço. Predomina as escolas multisseriadas que são regidas por docentes que fazem um pouco de tudo, assumem a função de professores, diretores, merendeiras, faxineiras, bibliotecárias, entre outras. Em termos da educação infantil, o ensino nas classes multisseriadas apresenta determinados problemas, como a ausência de espaço para o desenvolvimento de atividades recreativas, mobiliário não apropriado para crianças da faixa etária dos 04 aos 07 anos, ausência de biblioteca e de salas de leitura contendo livros de histórias e brinquedos educativos e a presença muitas das vezes na situação de “encostados”, pelo fato de não ser ofertada turma de educação infantil. A organização das classes multisseriadas segue a lógica da seriação, sendo distribuídas as séries em diferentes posições, em um mesmo espaço. Os professores, desta forma, convivem com um modelo escolar urbano, mas vivenciam situações que são próprias da realidade educacional do campo na Amazônia e criam estratégias pedagógicas para manter as classes multisseriadas e atender as crianças na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. O objetivo geral deste artigo é analisar a organização e as práticas pedagógicas de educação infantil em classes multisseriadas e multi-idades da rede municipal de um município do Pará. Os sujeitos são 04 professoras da rede municipal que desenvolvem atividades com crianças em turmas de educação infantil no campo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de enfoque dialético-crítico, em que se buscou compreender a diversidade dos contextos e das

relações sociais das escolas multisseriadas na Amazônia Paraense. Entre os resultados destaca-se a precariedade material e simbólica vivenciada pelas crianças da educação infantil no campo e a necessidade de políticas públicas efetivas, capazes de assegurar a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido pelas professoras com as crianças. A falta de uma política de atendimento da educação infantil do campo culmina na responsabilidade do professor de assumir pessoalmente o atendimento de crianças nesta faixa etária e enfrentar os desafios que essa educação lhe apresenta, criando estratégias pedagógicas e produzindo materiais instrucionais.

Palavras-chave: Educação. Infância. Multissérie.

A CULTURA ESCOLAR NA CRECHE E NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Silvia Sabrina de Castro de Macedo
Tânia Regina Lobato dos Santos

Este artigo objetiva identificar como as crianças oriundas de creches públicas representam e vivenciam a cultura escolar e os rituais construídos no Ensino Fundamental/09 e o que afirmam sobre a cultura e os rituais da creche. Nessa pesquisa optou-se pela base teórica freireana e das representações sociais, por entendermos que estas possibilitam a comunicação com o outro de forma dinâmica e criativa e são manifestadas no cotidiano escolar das crianças. As representações sociais, na visão de Jodelet, são conhecimentos socialmente compartilhados que contribuem para a construção de uma realidade comum a um determinado grupo social. Desta forma, por implicarem em uma visão prática de mundo, orientam ações e comportamentos dos indivíduos. No campo educacional as representações sociais possibilitam ao educador compreender as práticas educativas, ao desvelar as imagens, os sentidos e significados que os sujeitos educativos possuem sobre determinados aspectos do processo educacional. Compreendemos que as representações sobre escola são partilhadas entre os atores sociais e que por meio das interações vivenciadas pelas crianças com seus pares é que as representações se manifestam, sendo, por isso, necessário apreender sobre a cultura escolar. Por meio da cultura escolar viabiliza-se o entendimento do cotidiano da sala de aula, seus rituais, símbolos, valores, organização do espaço e tempo, saberes e práticas. Os rituais para MacLaren são dimensões simbólicas que fazem parte da vida social e constituem forma de comunicação. Esta investigação consiste em uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, cujos sujeitos são 24 crianças oriundas de creche pública no 1º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Pública Estadual de Belém do Pará. Trata-se, portanto, de uma pesquisa com crianças, que dá voz às crianças. Para o levantamento de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica e as técnicas de: observação, roda de conversas e técnica de elaboração de desenhos oralizados. O referencial teórico e metodológico das representações sociais são: Moscovici (2009); Duveen (2011); Jodelet (2001) e Sá (1993); da sociologia da infância: Corsaro (2011); Sarmento e Gouvea (2009); da cultura escolar e rituais na escola: McLaren (1991) e Freire (1980); de pesquisa com crianças: Corsaro (2011) e Miller (2009). Na análise dos dados utilizou-se a técnica de categorização da Análise de Conteúdo e estas foram construídas a partir das observações do diário de campo, da roda de conversas e do desenho oralizado. Por meio

desses instrumentos foi possível captar na vivência das crianças da Creche no 1º ano do Ensino Fundamental. Os resultados apontaram que as crianças representam as escolas ancoradas em aprendizagens. A análise da cultura escolar possibilitou conhecer a vivência e interação social das crianças, assim como os rituais construídos nos espaços educativos, as representações de creche e escola partilhadas entre as crianças apontaram para a necessidade de diálogo entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental

Palavras-chave: Cultura. Creche. Escola.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE FILOSOFIAS E INFÂNCIAS – NEFI

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenador: Walter Omar Kohan

EDUCAÇÃO DE PROFESSORES: A ESCRITA DA INFÂNCIA COMO GESTO (AUTO)EDUCATIVO

Alessandra de Barros Piedras Lopes

Maximiliano Lionel Durán

Simone Berle

Essa escrita tematiza a educação de professores na interlocução entre educação, infância e filosofia. A problemática do estudo surge do mergulho nas ações e nos escritos do Núcleo de Estudos de Filosofias e Infâncias - NEFI e dos seus interlocutores, com quem percebi uma mobilização em torno da formação de professores. Toma o pesquisar como um processo de formação de si, a partir da perspectiva foucaultina dos cadernos de notas e da correspondência. A intenção é promover uma reflexão que nos possibilite considerar que para pensar sobre o acontecimento da educação, torna-se necessário pensar sobre si mesmo. Como forma de reflexão, a infância que aqui busco escrever diz respeito a preocupação com a minha educação ou com a educação de educadores ou com a ação de educar. O NEFI está inscrito como um dos sustentadores do estudo ao mesmo tempo que de espaço estudado, ou seja, como núcleo da co-responsabilidade pois parto do percurso (auto)educativo que o núcleo configurou com seus integrantes desde a sua criação. Encontramos na ação, descrita por Hannah Arendt (2010), a relação com a natalidade: o que faz nascer, começar. O recém-chegado rompe com a continuidade do tempo e instaura um começo na continuidade. Aqui nos deparamos com a ideia de começo, mas também outra possibilidade de pensar o termo infância “fora” da categoria biológica. Nos interessa pensar a ação que forma ou a forma que age do educador: como nascente. Por isso a figura infantil nos interessa, pois ela ajuda a confrontar o que parece já ter uma forma certa ou uma certa forma. Se trata de assumir que a tarefa educativa não é de apresentar um mundo para preservá-lo, mas gerar possibilidade de fazer nascer, de ajudar o outro a ser. A pergunta pela infância faz perguntar pela pesquisa. O que significa pesquisar a infância? No NEFI, temos perseguido a pergunta pela infância a partir da filosofia e a pergunta pela filosofia a partir da infância. Com a filosofia perseguimos modos infantis de perguntar o mundo, com a infância perguntamos filosoficamente o mundo. Vemos, aí, a potência da infância que resiste aos estereótipos que conformam a educação a um discurso único. Busco, a partir da escrita, uma resistência infantil. Um debruçar-se sobre nossa educação, a educação de cada um, para pensar como podemos encontrar outros modos de estar com as crianças em suas potentes

infâncias. Encontro na escrita um modo de pensar sobre esses encontros, um modo de resistir aos modelos. Proponho pensar a educação de professores, na inseparabilidade das experiências educativas, não busco falar somente da educação institucionalizada, mas também, e, sobretudo, daquilo que parece ser algo formador, no sentido que lhe dão Masschelein e Simons (2014), como o sentido, a forma que aprendemos a atribuir ao mundo. Por isso persigo a ação educativa enquanto educação de si ou, dito de outro modo, como invenção de si, autoeducativa. Trata-se de um movimento de escrita, de pensamento, reflexão, de diálogo como inscrição, tentativa, encontro de educação de si.

Palavras-chave: Pesquisa. Infância. Educação de educadores.

EL CONCEPTO DE INFANCIA DE WALTER KOHAN EN EL MARCO DE LA INVENCION DE UNA ESCUELA POPULAR

Alessandra de Barros Piedras Lopes
Maximiliano Lionel Durán
Simone Berle

En el presente trabajo nos proponemos pensar la potencia e implicancia del concepto de infancia planteado por Walter Kohan en el marco de una escuela popular. Para lograr nuestro objetivo dividimos el texto en dos partes. En la primera de ellas realizamos un breve análisis del concepto en cuestión desplegado en los libros *Infancia entre, educación y filosofía* (2004) e *Infancia, política y pensamiento* (2007). Nuestro propósito, en esta primera parte, consiste en mostrar que la infancia propuesta por Kohan es un concepto novedoso, crítico y potente. A su vez sostenemos que, dicho concepto de infancia difícilmente puede ser asimilado por la institución escolar moderna. Puesto que, ella afirma un concepto de infancia propio de la modernidad y subsumido a un proyecto sociopolítico determinado. Para nosotros, la imagen de infancia que piensa Kohan no puede desplegarse en la institución escolar tal como la conocemos porque su irrupción pone en cuestión a la escuela en tanto maquinaria compleja de disciplinamiento. Su aparición en la institución desarticula los saberes y contenidos a partir de los cuales ella no sólo concibe a la infancia, sino a sí misma. Apoyados en los trabajos de Simón Rodríguez (1999), Rancière (1988) y Masschelein y Simons (2014) pensamos un concepto de escuela que puede recibir y desarrollar a la infancia tal como la concibe Kohan. A lo largo de esta segunda parte se retoman los problemas que trabajamos en la primera y proponemos un concepto de escuela que recibe en su interior al concepto de infancia que piensa Kohan, a partir de una irrupción histórica determinada por el pensamiento de Simón Rodríguez. De acuerdo con la imagen de escuela que presentan Rancière, Masschelein y Simons pensamos que es posible abordar la obra del maestro venezolano Simón Rodríguez como un gesto de creación de un tipo distinto de escuela. De acuerdo con nuestro punto de vista Simón Rodríguez inventa una escuela distinta a cualquier otra conocida. Su escuela en la ciudad de Chuquisaca a inicios del siglo XIX, introduce una suspensión y una profanación radical y extrema del ámbito sociocultural de la ciudad. Para nosotros es posible observar en la obra del maestro venezolano una creación original, a partir de la cual se produce una transformación en la institución escolar cuyas consecuencias aún hoy pueden sentirse. El actuar y el pensar de Rodríguez en la ciudad de Chuquisaca da lugar

a una aparición inédita para la educación de la época. En virtud de esa aparición, Rodríguez se ve obligado a buscar un concepto que dé cuenta de ella. Así nace educación popular como concepto que nombra la novedad en Chuquisaca. Según nuestro punto de vista a partir de este concepto es el concepto de infancia de Walter Kohan en el marco de la invención de una escuela popular posible, pensar una escuela nueva, distinta a las conocidas. Una escuela que, entre otras cosas, contenga y despliegue la infancia en tanto metáfora potente que abre una posibilidad al pensamiento y la filosofía.

Palabras claves: Infancia. Escuela Popular. Filosofía.

COTIDIANO E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS DE INTEGRAÇÃO E INFÂNCIA

Alessandra de Barros Piedras Lopes
Maximiliano Lionel Durán
Simone Berle

Integração. Refere-se, entre outros, ao “ato ou efeito de integrar (-se)”, à “condição de constituir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos”. Sua origem etimológica, do latim *integrare*, traz ideias outras em palavras como renovar, recomeçar, restaurar, sugerindo que ao se compor um todo cria-se algo que difere, algo outro, que se faz e refaz, ciclicamente, novo. Para os docentes que atuam na Educação Infantil no Colégio Pedro II a palavra remete a ideias como: estar junto, compartilhar, interagir, estar dentro, fazer parte de um grupo. Organizada em turmas seriadas com crianças de 3 a 5 anos, e com uma equipe de docentes licenciados em Educação Física, Música, Artes Visuais, Informática e Pedagogia, a busca por formas de integrar – currículo, adultos, crianças – assumiu considerável importância nas práticas educativas e, consequentemente, na proposta político-pedagógica para esta etapa da Educação Básica na instituição. Ao longo do ano de 2015, algumas propostas de currículo foram colocadas em ação cotidiano escolar no intuito de favorecer experiências de integração. Este texto coloca em jogo algumas dessas propostas, mapeando ideias e entendimentos entrelaçados às formas que assumiram e assumem nas práticas cotidianas. Como deve ser um currículo? Como se faz um currículo? Quem protagoniza o currículo? O cotidiano é curricular ou o currículo é cotidiano? O que se ensina na Educação Infantil? Qual é o conteúdo da Educação Infantil? O que as crianças pequenas precisam aprender? Que relações se pode pensar entre adultos, crianças, currículo e integração na Educação Infantil? Entre currículo e cotidiano? As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil homologadas no Brasil em 2009 apresentam uma proposta de currículo constituído na articulação de práticas e experiências cotidianas aos conhecimentos produzidos socialmente ao longo da história, em um planejamento centrado na criança. O que nos dá a pensar a integração como condição para a constituição de um todo na articulação entre cotidiano e currículo? Partimos das partes para um todo ou de um todo para as partes? Em movimentos contínuos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização podemos nos fazer um e muitos? Nas movimentações que nos tomam, adultos e crianças, no chão da escola, infância e integração parecem oferecer uma ideia comum: renovar. Infância que faz surgir o novo tanto em cada nova vida que nasce para o mundo quanto na vivência de um tempo não somente cronológico, mas que se faz intensidade, um tempo indefinido,

sem início ou fim, não-linear. Uma experiência de infância, a abrir espaço para o novo no mundo, a fazer irromper o novo no mundo. Uma infância passível de ser habitada por crianças e adultos. Novo e velho, diferentes vivências de tempo se atravessam, assim, em movimentações que criam cotidiano, currículo, adultos e crianças em escolas de Educação Infantil; adultos e crianças que fazem escola ao passo que são por ela feitos.

Palavras-chave: Integração. Infância. Experiência.

NÚCLEO DE PESQUISA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, ESCOLA, CULTURA E ARTE – NUPEDOC

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora: Luciane Maria Schlindwein

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E OS SABERES DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

**Claudete Bonfanti
Luciane Maria Schlindwein**

Esta pesquisa tem por objeto a formação de professores, investigando-a a partir de um modelo de estágio curricular obrigatório de uma universidade comunitária situada no Sul do Brasil. O objetivo central é compreender a atribuição de sentidos e significados aos saberes da docência para a educação infantil, por futuras professoras, de um curso de pedagogia. Entende-se que os saberes docentes são construídos nas relações sociais e, segundo Tardif (2013), os diversos saberes e o saber-fazer dos professores possuem uma origem social patente, na confluência de vários saberes oriundos da sociedade, da instituição escolar, dos outros atores educacionais, das universidades, etc. O estágio curricular obrigatório se configura como uma seara fértil para se pesquisar os saberes profissionais dos futuros professores. Silva (2003), em sua pesquisa sobre os cursos de Pedagogia e a formação de professores(as) para a Educação Infantil, sinaliza que o estágio na Educação Infantil, como elemento curricular obrigatório para a formação, possibilita a discussão e a elaboração de um conjunto de conhecimentos a respeito das crianças pequenas e da docência nessa etapa educacional. Investigar a formação universitária do professor de educação infantil implica em percebê-la no seu processo de construção, com características peculiares, que extrapola o modelo de professor (a) da escola. Trata-se de uma formação que se configura no contexto da licenciatura e se constitui no percurso da experiência entre a teoria e a prática. O binômio educação e cuidado delimita as marcas da sua especificidade, permeada pelas interações entre professores e crianças, crianças e crianças, crianças e ambiente, crianças e brinquedos. Ser professor de crianças pequenas é uma profissão que vem se afirmando e transformando, assim como os conceitos de criança, infância e mesmo de educação infantil. Considera-se, para os fins desta pesquisa, que os saberes da docência estão imbricados com a forma pela qual o sujeito dá sentido e significado à relação teoria e prática no seu percurso de formação universitária. A metodologia do estudo pauta-se na abordagem qualitativa de pesquisa, empregando para a captura dos dados diferentes técnicas, tais como produção de textos das estagiárias durante o estágio, entrevistas semiestruturadas com as estagiárias, Projeto Pedagógico do Curso e o regulamento de estágio. Participaram da pesquisa 29 estagiárias matriculadas no quinto período de um

curso de Pedagogia. Foram analisadas três turmas. Os dados produzidos foram organizados e analisados a partir da perspectiva teórico-metodológica dos Núcleos de Significação de Aguiar e Ozella (2006). Buscamos respaldo nos estudos teóricos de Tardif (2013), Catarsi e Fortunati (2012), Mantovani e Perani (1999), Pimenta e Lima (2012), Vigotski (2009), Bahktin (1986; 2009). Espera-se, com este estudo, contribuir com a formação de professores de educação infantil, em nível universitário, apontando possibilidades de ampliar a discussão acerca dos saberes para a docência na primeira etapa da educação básica.

Palavras-chave: Estágio. Docência. Infância.

ESTÉTICA E DOCÊNCIA: A DIMENSÃO DO SENSÍVEL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INFÂNCIA

Aline Santana Martins
Luciane Maria Schindwein
Mariana Datria Schulze

O presente trabalho pesquisa a docência para a infância a partir de uma dimensão estética. Ao longo de seis semestres (três anos) foram investigadas doze professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa transita entre a formação inicial e continuada. Nos três primeiros semestres da pesquisa as professoras eram acadêmicas do Curso Pedagogia. Pretende-se compreender os desdobramentos de uma formação fundamentada nas artes na formação profissional e pessoal das professoras envolvidas. Foram realizadas vivências estéticas temáticas na história da arte e da mulher na história da arte. Partiu-se de uma premissa constituída por Vigotski, na qual o pensamento e o afeto são inseparáveis. Vigotski considera que a função do afeto é orientar e direcionar o pensamento, valendo-se do sentido espinosiano de afeto enquanto potência. A dinâmica dos processos de pensamento tem uma fonte imediata afetiva. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o afeto impulsiona o pensamento, este intelectualiza o afeto (VIGOTSKI, 1999, p.220). Tais vivências, propiciadas às professoras e registradas em vídeo, foram analisadas com o intuito de capturar-se a reação estética das envolvidas. A reação estética constitui-se em uma espécie de ferramenta psicológica, sendo constitutiva da própria subjetividade do ser humano. “Estas transformações afetivas não ocorrem de modo espontâneo, mas exclusivamente sob a influência de mecanismos semióticos específicos que distinguem um gênero artístico determinado e lhe conferem seu valor estético” (KOZULIN, 1994, p. 57). Neste sentido, a reação estética significa a possibilidade emocional de uma pessoa frente a alguma coisa que a provoque (como, por exemplo, uma obra de arte, uma música ou um texto literário), ou seja, a capacidade de perceber e se emocionar com tal percepção. Para Vigotski, “... a natureza da arte sempre implica algo que transforma, que supera o sentimento comum, e aquele mesmo medo, aquela mesma dor, aquela mesma inquietação, quando suscitadas pela arte, implicam o algo a mais acima daquilo que nelas está contido” (VIGOTSKI, 1999, P. 307). Somente um modo de pensar dialético parece ser capaz de delimitar o caráter contraditório e paradoxal do significado atribuído à estética, articulando a natureza e a cultura, o material e o simbólico. Esta concepção dialética de estética engloba, ao mesmo tempo, a imaginação e o ato criador, ampliando a ideia de uma estética que apenas

instrumentalize o homem para perceber o belo ou a arte. A estética origina-se da imaginação, permitindo ao homem organizar o meio no qual está inserido. Configura-se um circuito a partir de uma operação dual na qual, ao mesmo tempo em que a pessoa forja o conteúdo dado, seus sentidos são desafiados. Os procedimentos de análise pautam-se na análise de conteúdo (BARDIN, 1977) das transcrições de 38 fitas das gravações audiovisuais realizadas nos anos de 2004 e 2006. As análises das gravações em vídeo permitiram a organização de quatro grandes categorias de análise que foram assim nominadas: cognição, afetividade, memória e imaginação. O foco das análises pautou-se na significação das palavras que congregassem diferentes dimensões humanas: experiências evocadas pela memória; emoções e sentimentos produzidos pelos fatos estéticos; ideias e conceitos a respeito de fatos e/ou objetos estéticos, e a produção imaginária gerada por essas três categorias anteriores.

Palavras-chave: Docência. Estética. Infância.

NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS EM CURRÍCULO

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Coordenadora: Gelta Terezinha Ramos Xavier

INVESTIGAR O CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUANDO A MELODIA REINVENTA A PARTITURA

Geórgia Moreira de Oliveira

O presente texto é fragmento de uma investigação realizada para tese de doutoramento. Trata-se do conteúdo da Educação Infantil reinventado a partir da ideia de currículo em ação (GIMENO SACRISTÁN, 2000), compreendendo tal prática enquanto processo de autoria compartilhada entre adultos e crianças (OLIVEIRA, 2010). Tomamos o currículo prescrito como partitura e observamos que, assim como os músicos, os sujeitos envolvidos com a prática curricular, ou seja, a melodia, reinventam a mesma indicando outras possibilidades e sentidos. Retomar referências do passado para pensar, perceber o presente e avançar para o futuro se dá como uma necessidade de “escovar a história a contrapelo” conforme recomenda Benjamin. Assim, os princípios, valores que adotamos/defendemos direcionam nossos olhares para práticas do passado que projetam outra possibilidade de realidade social através do reconhecimento das diferentes infâncias e suas demandas por intervenção na realidade. Evidenciamos as práticas de Freinet com a “Escola do povo”, na França, como um indicativo de que a formação humana deve tomar a dimensão do trabalho, da participação e da autoria como componentes curriculares. Do mesmo modo, compreendemos através da experiência dos “Parques Infantis” com Mario de Andrade, no Brasil, a dimensão artística do conhecimento e da cultura popular tomando a liberdade como componente curricular. Ambas as experiências traduzem a necessidade de construção dialética do currículo da Educação Infantil respeitando e reconhecendo a diversidade de infâncias não como obstáculo, mas como fundamento da essência humana. Os sujeitos visam à liberdade, mas na relação de dominação, indicam o aprisionamento como recurso para o condicionamento e adestramento humano desde a pequena infância. A liberdade questiona as verdades pedagógicas registradas historicamente pelos vencedores e alimenta a intervenção dos vencidos deixando à mostra o que há por debaixo dos pêlos –

outras histórias a serem contadas. Apesar de reconhecermos a relevância de experiências curriculares inovadoras na Educação Infantil, como o caso de Reggio Emilia, na Itália, tratada por seu precursor Loris Malaguzzi, defendemos, neste material, a coerência político-cultural-ideológica-pedagógica dos autores apresentados. Defendemos esses, especialmente, por serem, na atualidade, autores pouco estudados nos cursos de formação inicial e continuada de professores. No que se refere à metodologia, adotamos uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2006) tendo as referências nos princípios ideológicos indicados a partir da investigação militante (MALO, 2004). A pesquisa participante (BRANDÃO, 2003) se instala como facilitadora no processo de reflexão, análise e diálogo com os sujeitos partícipes e os dados que a realidade concreta revela. Contamos também com a contribuição dos fundamentos metodológicos da Sociologia da Infância com suas técnicas de aproximação às crianças. Apresentaremos o texto em 3 partes: a primeira, corresponde ao que compreendemos como currículo, a segunda trataremos das experiências do passado e, por último, a partir da análise de dados revelados no processo investigativo, elencaremos as possibilidades e proposições compreendidas como composição curricular da Educação Infantil colocando em diálogo passado, presente e futuro.

Palavras-chave: Currículo. Infância. Liberdade.

DESAFIOS DE VIVER INTEGRALMENTE A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA, INTERVINDO, FORMANDO, EDUCANDO

Geórgia Moreira de Oliveira

126

O eixo de investigação do projeto “Tempos e espaços escolares. Um estudo de caso sobre os desafios de viver integralmente a experiência educativa” desdobra-se em iniciativas que contemplam: a) as referências ao projeto de educação integral, historicamente situadas; b) análises a respeito dos projetos iniciais no contexto local (RJ); c) condições de oferta e implementação dos projetos nas escolas; d) caracterização das mudanças por parte dos professores da rede pública; e) mudanças/aprendizagens/difusão dos processos e qualidade do trabalho; f) relações escola, seus profissionais e administração central; g) escolas como espaços culturais e comunitários abertos aos grupos do entorno. Focamos, neste momento, as análises a respeito das mudanças que envolveram educadores e demais adultos da comunidade escolar, acentuando a apropriação dos fenômenos educativos, a consolidação de conceitos e referências tomadas desde a experiência em curso. Neste sentido, fundamentamo-nos em Jerome Bruner, Mariano Fernandez Enguita, Gimeno Sacristán, quando dissolvem fronteiras entre as percepções de natureza e ciência (viva); docência e discência; tradições, costumes e experiências; luta constante e poesia do trabalho em educação. Contextualizamos em certa versão da história da Educação Infantil (KUHLMAN, 2010) as marcas do tratamento diferenciado às camadas populares, lado a lado com os anseios e justificativas para a oferta de escola de tempo integral. Denunciamos a ausência ou distância que atinge o currículo da escola de pobres (ARROYO, 2015), frente a obviedades das análises e os desafios teóricos, políticos, sociais. Estão postas pela própria história as evidências da existência de diferentes infâncias e conseqüente ocultamento e desprezo por aqueles aos quais Benjamin

identifica como “vencidos”. Nas escolas de Educação Infantil onde realizamos nossas investigações, estudos sistemáticos evidenciam interpretações a respeito do alcance de mudanças curriculares e estruturais traduzidas nos espaços da cidade como demandas, reivindicações e atendimentos. Como política educacional, as discussões, os registros e difusão dos textos oficiais (por exemplo, os referenciais curriculares da educação infantil do município de Niterói, 2010) afirmam descobertas, contradições e convicções acerca do que é a educação e o direito a vivê-la integralmente. Compartilhamos pontos de vista com autores que antes se dedicaram a entender/reconhecer sentidos para a Educação Infantil e prosseguimos investigando em bases metodológicas semelhantes. Isto é: valemo-nos do estudo de caso como ferramenta para dimensionar características locais, diagnosticar, comparar, avaliar e demonstrar como o conteúdo das mudanças se revela e se propaga, desde a perspectiva dos que diretamente se implicam com a escola. Interessa-nos recolher evidências a respeito das apropriações do projeto de educação, formação humana e condições de vida favorecidas e/ou negadas a partir da referência ao espaço, currículo e cultura escolar.

Palavras-chave: Infantil. Integral. Cultura.

EIXO TEMÁTICO 4: POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CENTRO DE ESTUDOS E DE DOCUMENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CEDE

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Coordenadora: Leomárcia Caffé de Oliveira Uzêda

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (2000 – 2005)

**Antonia Almeida Silva
Fani Quiteria Nascimento Rehem
Manuela Monteiro Dos Santos Macêdo**

Este trabalho tem como objetivo identificar as principais tendências das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação, na interface educação infantil-políticas educacionais, no período 2000-2005. Por meio desse exercício procurou-se analisar as características das 36 teses e dissertações selecionadas, explorando elementos tais como a origem institucional, os recortes temáticos prevalentes e o fluxo da produção no período. O trabalho é um desdobramento da pesquisa “Questões epistemológicas e metodológicas da produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil (2000-2010)” e, portanto, tomou como fonte o banco de dados desta pesquisa, o qual é constituído por 1.283 teses e dissertações catalogadas entre os 21 Programas de Pós-Graduação que na trienal concluída em 2010 obtiveram nota igual ou superior a cinco. Para o recorte aqui apresentado a metodologia utilizada está delimitada como “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”. A seleção para análise foi feita a partir dos seguintes descritores: Infantil, Infância e creche. Entre os resultados da pesquisa, destacamos que as produções estão concentradas na região Sudeste, com 27 resultados, seguida pela região Sul, com 7 produções e o Centro-Oeste, com 2 produções, confirmando a continuidade de uma tendência já problematizada por alguns estudos em políticas educacionais. Outro dado observado refere-se à centralidade dos debates no contexto teórico prático, fato evidenciado a partir da localização em 24 trabalhos, em contrapartida no contexto político, que totalizou apenas 12 produções, denotando que há convergência das pesquisas realizadas sobre as discussões referentes ao campo teórico prático em detrimento do contexto político, como relatam Rocha (1999), Rehem (2013), Silva e Jacomini (2016). Na análise dos resumos, os títulos das produções analisadas abordam diversas temáticas sobre a política educacional para educação infantil, a saber: formação, práticas e valorização dos profissionais da educação infantil (Implementação de cursos em Universidades); gestão do ensino; políticas municipais para educação infantil; política de financiamento da educação; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF); educação comunitária e creches; Projeto Político Pedagógico – PPP; direito da criança; organizações comunitárias; infância e pobreza; políticas públicas para educação e movimentos sociais; educação infantil indígena. Diante disto, o quadro que se revelou foi o da pouca existência de produção que se debruçasse sobre o contexto político. Isto posto, destacamos entre as contribuições deste trabalho, a análise dos dados reunidos sobre a produção acadêmica em educação infantil no Brasil (2000-2005), sinalizando para algumas lacunas na pesquisa com esse enfoque. Posicionamo-

nos criticamente frente à tendência a supervalorização do olhar apenas pedagógico e convidamos ao desenvolvimento de análises que integrem a problematização da educação, da sociedade e das políticas educacionais que definem as ações da escola.

Palavras-chave: Política. Produção Infantil.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA, NO PERÍODO 1989 A 2015

Syomara Assuite Trindade

Este trabalho analisa a produção acadêmica vinculada ao Centro de Estudos e Documentação em Educação-CEDE, mais especificamente, teses e dissertações escritas pelos seus membros, entre o período de 1989 a 2015. Tem como objetivo investigar a contribuição dos trabalhos para o conhecimento mais amplo das políticas públicas voltadas para a educação infantil no município. A análise contempla cinco trabalhos. Três teses e duas dissertações. Dois trabalhos tratam da formação de professores, um trabalho sobre etnografia com crianças e os dois últimos trazem as políticas para a educação infantil, em períodos diferenciados. A primeira pesquisa analisa a trajetória de vida e formação de professoras da educação infantil, destacando a relação deste percurso profissional/pessoal, com o processo de construção da identidade profissional. A segunda pesquisa traz as experiências formativas de professoras, em uma Ação Educativa, para a construção da proposta curricular da escola de educação infantil da rede municipal pública de Feira de Santana, no ano de 2008. O objetivo da pesquisa constituiu-se na busca de compreender os sentidos dados pelas professoras, formadoras e cursistas, às suas experiências formativas, no percurso da referida Ação Educativa. A negatividade da experiência, o saber da experiência, a cultura da tutela e a profissionalidade docente de professoras da educação infantil constituem as categorias teórico-práticas da análise. A terceira pesquisa busca identificar e refletir a compreensão das crianças acerca da escola de educação infantil do campo e como vivenciam as práticas pedagógicas. As categorias de análise são: infâncias, educação do campo e educação infantil do campo. A quarta pesquisa analisa a política de educação infantil em Feira de Santana, considerando o período 2001 a 2008. Objetiva identificar como a política de educação infantil é anunciada, materializada e os agentes que pressionam as demandas para a sua oferta. As categorias de análise são: a educação infantil, a política social e a pobreza. A quinta pesquisa trata de um período anterior, ao evidenciar a transição política e educação infantil em Feira de Santana no período de 1989 a 1992. O seu objetivo é o compreender as características, os marcos operatórios e os sentidos das políticas de educação infantil no período em foco. Toma como análise três categorias: transição, educação infantil e democratização. As referidas pesquisas, na sequência, se caracterizam teórico-metodologicamente em: Trajetórias de Vida e Formação; Estudo de Caso Intrínseco; Etnografia com crianças e as duas últimas, Pesquisa Documental. Os dados deste trabalho foram sistematizados e organizados com o uso de instrumento próprio cuja análise de conteúdo indicou: ausência de políticas para a educação infantil; descompasso entre os textos orientadores das políticas no âmbito nacional e as ações locais; a precariedade evidenciada nos espaços físicos das escolas, na ausência de infraestrutura e de materiais básicos; a realização de ações pontuais e descontínuas,

orientadas por ações externas que não se concretizam no interior das escolas; a existência de iniciativas particulares no interior das escolas de educação infantil que não se constituem ações locais de gestão do sistema.

Palavras-chave: Infância. Políticas Públicas.

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: INTERFACES ENTRE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR

Élida Rocha dos Santos

Elizabete Pereira Barbosa

Leomárcia Caffé de Oliveira Uzêda

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica brasileira emerge de um histórico de lutas pelos direitos a uma educação de qualidade para as crianças de zero a cinco anos de idade. Na mesma perspectiva, a trajetória das políticas de Educação do Campo não é recente, surge da organização popular no território rural a partir da segunda metade do século XX e se depara com lacunas relacionadas às dimensões políticas, pedagógicas e sociais. Quanto à Educação Infantil do Campo, ainda pouco debatida no meio acadêmico, necessita de um olhar mais criterioso e de pesquisas voltadas para a mesma, considerando que estão envolvidas visões de infância, criança, educação do campo e educação infantil que geram reflexões e a necessidade de compreender sua complexidade e especificidades. Embora tenhamos conquistas e avanços no campo das políticas públicas para Educação do Campo, no que tange a infância, as crianças que vivem na região rural, observa-se certa exclusão no processo de organização e elaboração de dispositivos legais e ações voltadas para ambas. Discorrer sobre Educação do Campo para crianças de zero a cinco anos de idade é falar do seu desenvolvimento sociocultural, das suas peculiaridades, dos vários grupos sociais dos quais fazem parte. Nesse sentido, o presente texto se constitui em um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Educação Infantil na zona rural: caracterização e análise do cenário de implementação das políticas de educação do campo no município de Feira de Santana”, e faz parte de uma das linhas de pesquisa do Centro de Estudos e Documentação em Educação (CEDE) que é Sociedade e Políticas Educacionais para a Infância. A pesquisa, de cunho qualitativo, objetiva analisar como se constituem os espaços físicos e a organização pedagógica dos ambientes destinados as crianças que povoam escolas de Educação Infantil do Campo do Município de Feira de Santana/Bahia; considerando a concepção de professores que nele atuam. A produção busca apresentar resultados sobre a forma como os ambientes nos quais as crianças vivem suas experiências na escola de Educação Infantil do Campo são pensados, organizados para as mesmas. A busca por uma educação de qualidade para a infância que povoa o campo é uma necessidade e desta forma a organização pedagógica do espaço físico escolar assume relevância se levarmos em consideração o lugar que a infância ocupa nessa contenda. Além de contribuir com as discussões sobre a temática, intenta-se revelar que o espaço físico escolar e a sua organização não são neutras; refletem as concepções políticas de quem os concebe; se constituem em importantes aliados nas relações interpessoais constituídas nas escolas e que contribuem no sentimento de pertença, de valorização dos saberes e culturas da infância que povoa o

campo. Contudo, há desafios que são encontrados no cotidiano das instituições, entre eles o próprio conceito do que é educação do campo e educação infantil do campo que emergem de forma descontextualizada.

Palavras-chave: Campo. Infância. Espaço.

CONTEXTOS EDUCATIVOS DA INFÂNCIA

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Coordenadora: Rinalda Bezerra Carlos

OLHAR DOS ACADÊMICOS DE PEDAGOGIA SOBRE A INSERÇÃO DA CRIANÇA DE 6 ANOS DE IDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL

**Andréa Lemes Lustig
Cleide Aparecida Ferreira da Silva Gusmão
Renata Cristina de Lacerda Cintra Batista Nascimento**

Por considerar a importância da formação inicial como etapa preparatória para o professor do 1º ano do Ensino Fundamental-EF e entender que o curso de Pedagogia destina-se à formação docente para atuar nos primeiros anos da Educação Básica, este estudo visa compreender as percepções dos acadêmicos de Pedagogia acerca da inserção da criança de 6 anos no primeiro ano do EF. Nos preocupa saber como estão se delineando os conhecimentos sobre a criança como sujeito de direitos no espaço acadêmico, em especial, como estão se materializando as propostas curriculares na formação docente sobre o atendimento às crianças nos primeiros anos escolares. Importa ressaltar que ao se completar dez anos de implantação da Lei 11.274/06, que torna compulsória a matrícula das crianças com seis anos de idade no 1º ano no EF, ainda geram muitas dúvidas em como trabalhar com essas crianças, ou seja, uns acreditam que as crianças devem ser alfabetizadas, sinalizando uma antecipação de conteúdos com vista à preparação para cursar o Ensino Fundamental, enquanto outros preocupam-se também com o brincar. Por nossa vez, defendemos que toda prática pedagógica deve ser planejada e realizada respeitando o que é próprio da criança, sua imaginação, criatividade e curiosidade, de tal modo que o professor precisa ser sensível às manifestações infantis e inseri-las ou até mesmo transformá-las em práticas pedagógicas, articulando-as às diversas áreas do conhecimento, de forma que considere a necessidade da criança e a conduza a ser protagonista da construção do seu próprio conhecimento. Nesta direção, os especialistas em criança propagam o direito ao brincar, cuidar e aprender, de modo que a falta de pelo menos um desses aspectos se torna motivo de alerta para educadores preocupados com a educação de qualidade oferecida às crianças nesta faixa etária. Assim, para iluminar nossas compreensões acerca do objeto de estudo, fomos em busca dos documentos oficiais destinados à Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como dos ensinamentos de Campos (2009), Monteiro e Baptista (2009) Arce e Martins (2010) Nascimento (2012), Peroni (2003), Barbosa (2006), Kramer (2007), Leal (2008) e Kohan (2002;2004, 2006). O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário aberto aplicado a 39 estudantes de Pedagogia, participantes do II Seminário do Grupo de Pesquisa Contextos Educativos da Infância: O Estado da Arte da Educação Infantil, que ocorreu em agosto de 2015. Ao final, verificamos que a maioria dos respondentes defende a criança como sujeito

histórico de direitos, considera a importância do lúdico, das brincadeiras e evidencia o papel do professor como mediador da ação educativa, o que revela avanços adquiridos nesta etapa preparatória de formação docente. Por outro lado, boa parte demonstra uma recorrente preocupação com apropriação da leitura e da escrita, pois, na opinião de muitos dos sujeitos estudados, quanto mais cedo a criança for incentivada neste aspecto, melhor estará preparada para os próximos anos escolares. Isto sinaliza um alerta para que haja um aprofundamento nos estudos sobre as necessidades específicas da criança de seis anos.

Palavras-chave: Criança. Formação. Acadêmicos.

AS IMPRESSÕES DE UM GRUPO DE PROFESSORES SOBRE A ENTRADA DA CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Sebastiana Monteiro Ribeiro
Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa
Waghma Fabiana Borges Rodrigues

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas impressões acerca da entrada da criança de seis anos no Ensino Fundamental, na perspectiva de professores participantes do II Seminário promovido pelo grupo de pesquisa Contextos Educativos da Infância, da Universidade do Estado de Mato Grosso, realizado em Cáceres/MT, em 2015. A metodologia de abordagem quantitativa consistiu em analisar as respostas obtidas à indagação: “para você, o que representa a inserção da criança de seis anos de idade no Ensino Fundamental?”, através do questionário distribuído durante o evento. Importa acrescentar que nesse percurso, o grupo tem se dedicado a pesquisas, estudos, discussões e formação continuada no que diz respeito às práticas pedagógicas destinadas à criança. Neste sentido, a inserção da criança de seis anos no Ensino Fundamental tem sido pauta de discussões na formação inicial e continuada de professores, bem como de pesquisadores, sobretudo, com a implantação da política de ampliação do Ensino Fundamental-EF de oito para nove anos. Inicialmente, houve uma sinalização a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/1996. Após dez anos, essa medida foi regulamentada com a aprovação da Lei n. 11.274/2006 que preconiza e assegura às crianças, um tempo maior de convívio escolar, no sentido de obter melhores oportunidades de aprendizagem. Ademais, uma das preocupações do Grupo de Pesquisa Contextos Educativos da Infância é identificar as impressões de professores acerca do assunto, uma vez que somos favoráveis à necessidade de garantir a integração entre a prática pedagógica da pré-escola e a do primeiro ano do EF, evitando que essas crianças vivenciem uma ruptura brusca na passagem de uma fase da Educação Básica para outra. Isto porque entendemos que com a inserção da criança de seis anos se faz necessário uma ressignificação dos anos iniciais do EF, de modo a compreender em profundidade essa criança e suas peculiaridades. No estudo realizado com os 14 professores participantes do referido evento, destacamos que nove sujeitos responderam a favor da inserção da criança de seis anos no Ensino fundamental, trazendo reflexões relevantes, três sujeitos se posicionaram justificando que essa passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental possivelmente retirará o direito da criança às atividades lúdicas, tão essenciais nessa faixa etária, e dois sujeitos não responderam ao questionário. De acordo

com o grupo pesquisado, a criança aos seis anos de idade no EF representa um tempo maior de convívio escolar e melhores oportunidades de aprendizagem, bem como a importância de se dar continuidade à Educação Infantil, desde que se priorize a ludicidade. Neste sentido, enxergamos a importância da formação continuada em serviço, como uma das possibilidades de se instrumentalizar os professores que atuam nos anos iniciais, a fim de propiciar uma prática pedagógica que dialogue com as necessidades das crianças nesta faixa etária. Porque identificamos que apesar do avanço em considerar a peculiaridade do brincar, muitas respostas sinalizam a preocupação com a alfabetização e ao letramento, sem fazer menção à diversidade de conhecimentos a serem veiculados no 1º ano.

Palavras-chave: Criança. Educação. Professores.

CONTEXTOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Universidade de São Paulo (USP)

Coordenadora: Monica Appezzato Pinazza

ENTRE AS PROPOSIÇÕES POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ÉTICA E DIVERSIDADE NAS PESQUISAS EM CONTEXTOS INTEGRADOS

**Maria Walburga dos Santos
Monica Appezzato Pinazza**

O Brasil admite e incorpora os direitos da infância em sua Constituição, em 1988. Todavia, Rosemberg (2009) reflete, vinte anos após a promulgação da Carta Magna, que “Parece que o discurso sobre os direitos das crianças nasce mais da preocupação para a prevenção e controle de riscos, que a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e atores sociais” (p. 12). Discussão que ecoa desde o século XX, proposições políticas e de formação de professores que atuam com crianças pequenas, transitam entre a assistência e a educação, o vigiar, o cuidar, o ignorar as possibilidades e saberes da infância, mesmo com as afirmações acadêmicas e públicas que insistem na indissociabilidade entre educar/cuidar. Nesse movimento, temos as “Diretrizes Curriculares de Educação Infantil”, que instituídas pela Resolução número 5, de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), dentre outros aspectos, apostam na diversidade, nas interações e brincadeiras como eixos do trabalho pedagógico na Educação Infantil. E, mais recentemente, o chamado “marco da primeira infância”, com a lei 13.257, de 08 de março de 2016 e todas as repercussões e movimentações advindas das discussões em torno da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil. No epicentro dessas transformações e debates, que muito tardam em se tornar realidade, estão as crianças, suas famílias e os profissionais que lidam com a infância cotidianamente nas instituições. Quais suas perspectivas? O que pensam? Que culturas e formas de ver e compreender o mundo subjazem em suas linguagens e ações? E fora das instituições: como tem sido ser criança e “sujeito de direitos”? A proposta deste texto é apresentar mapeamento de pesquisas realizadas a partir de princípios teóricos e metodológicos adotados pela perspectiva do grupo de pesquisa Contextos Integrados em Educação Infantil, instituído desde 2001 no Brasil e que faz parte de rede internacional de pesquisadores. Com base nas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas no interior

do grupo na última década, nosso objetivo está em identificar procedimentos metodológicos e referenciais teóricos que colaborem com o processo de construção reflexivo e necessário como alternativa ao trabalho de pesquisa ético e com pauta na diversidade e que permitam compreender, nos dias de hoje, os nexos constitutivos entre a subjetividade das legislações que produzem o “ser histórico, social e sujeito de direitos”, na interface com processos formativos que perfazem as práticas em Educação Infantil e nas expressões cotidianas que constroem as crianças em suas culturas infantis.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação. Contextos.

FORMAÇÃO EM CONTEXTO E PESQUISA PRAXIOLÓGICA: REFLEXÕES A PARTIR DO OBSERVATÓRIO DA CULTURA INFANTIL

Paulo Sergio Fochi

O objetivo deste texto é apresentar o trabalho do Observatório da Cultura Infantil – OBECI e refletir sobre os processos de formação em contexto que nele estão sendo constituídos de modo a apoiar a organização do cotidiano de instituições de Educação Infantil. Tal reflexão é proposta a partir da noção de documentação pedagógica que no norte da Itália, especialmente em Reggio Emilia, vem sendo desenvolvida desde o final da década de quarenta. Sumariamente, pode-se dizer que a documentação pedagógica “é o processo de tornar o trabalho pedagógico (ou outro) visível ao diálogo, interpretação, contestação e transformação” (DAHLBERG, 2015, p. 229). Trata-se de uma compreensão de escola enquanto locus privilegiado para a prática democrática, “uma prática que abre um espaço público, um fórum na sociedade civil, onde discursos dominantes podem ser visualizados e negociados” (DAHLBERG, 2015, p. 229). Inspirado nos modelos de formação em contexto que já existem, como por exemplo, Contextos Integrados de Educação Infantil – CIEI (Brasil), Associação Criança e Movimento da Escola Moderna – MEM (Portugal), Rosa Sensat (Espanha) e, Reggio Emilia e Pistoia (Itália), o OBECI nasceu de forma independente a instituições universitárias, visando criar um grupo autogestionado de profissionais da Educação Infantil que estivessem interessados em refletir as dinâmicas do cotidiano e de formação dos professores das suas instituições a partir dos princípios da documentação pedagógica. Tal abordagem busca evidenciar o papel da criança no processo educativo, convidando a reposicionar o papel do professor e a construir um contexto educativo de qualidade. Para tanto, é preciso destacar dois aspectos importantes deste observatório sobre sua natureza investigativa. Compartilhamos do conceito de pesquisa apontado por Rinaldi (2012, p. 186) que, ao reivindicar a reconceitualização do termo, define-o como “a tensão cognitiva que se cria sempre que ocorrem processos autênticos de aprendizado e de construção de conhecimento”. A Pedagogia, como construção de saberes praxiológicos na ação situada, aqui é entendida conforme definição de Formosinho e Oliveira-Formosinho (2015, p.1), pois “recusa o academismo redutor em que a lógica dos saberes se constitui como critério único, tal como recusa o empirismo em que a experiência primária do cotidiano, não ampliada nem refletida, se traduz em referência central”. Por fim, destaca-se o interesse por essa visão de quem faz, cria, escuta, pensa e vai fazendo emergir algo que nasce desse escutar, pensar, olhar o que faz no cotidiano da Educação Infantil. Precisamente porque se busca aquele saber que não se coloca por

cima do que se vive e que não se desconecta de quem o vive.

Palavras-chave: Formação. Documentação. Praxiologia.

FORMAR PARA QUALIFICAR A AÇÃO EDUCATIVA: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO QUE ULTRAPASSE A IDENTIFICAÇÃO DAS DIFICULDADES

Meire Festa

A perspectiva de formação em contexto, que agrega diferentes profissionais ligados ao atendimento à infância, aliando conhecimentos práticos e teóricos para solucionar as dificuldades reconhecidas nas unidades de educação infantil, mostra-se recurso valioso para colocar em movimento as necessárias ações concretas de transformação, visto considerar-se a qualidade da educação enquanto processo democrático e participativo e também como elemento conquistado progressivamente, através da sucessão de procedimentos reflexivos e de mudança, individuais e coletivos. Nessa direção Oliveira-Formosinho (2007, p.33) vem reafirmar que a partilha cotidiana numa comunidade de práticas, o pertencimento a uma rede e o movimento de associação pedagógica são as melhores garantias que um grupo profissional tem para sustentar uma autonomia docente, seja no nível individual ou coletivo. Reitera-se que apenas a apropriação definitiva da ação educativa e o reconhecimento da corresponsabilidade com as ações efetivadas, possibilita aos educadores a realização de transformações profundas e condizentes com as necessidades dos diferentes contextos nos quais estes atuam. A pesquisa desenvolvida, que propomos partilhar, objetiva relacionar o movimento existente de avaliação participativa que ocorre na Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo, com a análise dos profissionais que dela participam, considerando prioritariamente sua opinião acerca da validade desse processo, na transformação concreta do currículo das instituições, e ainda sua responsabilidade pessoal na ação de qualificação do atendimento. O trabalho analisa a trajetória de implantação e transformação de procedimentos de autoavaliação participativa, desenvolvidos no município de São Paulo, entre 2013 e 2016. A autoavaliação participativa foi instaurada na cidade de em São Paulo a partir do uso do documento federal Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2007), e culminou no processo de avaliação de todas as unidades que atendem a infância paulistana de 0 a 5 anos, a partir de 2015, bem como na produção de documento próprio para esse fim, denominado Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (São Paulo, 2016). Objetiva-se, na apresentação do trabalho, levantar questões que relacionem a formação dos educadores com as transformações tangíveis nos ambientes educativos, visto observar -se que, embora tenha grande validade o processo de reconhecimento das dificuldades do contexto para qualificar o atendimento prestado aos bebês e crianças na cidade de São Paulo, a mera identificação das dificuldades encontradas, passa longe de garantir uma real ampliação da qualidade do atendimento prestado, que apresenta-se concretizado nas escolhas curriculares cotidianas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Avaliação. Formação.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

135

Cristiane Gomes Ferreira
Djanira Ribeiro Santana
Guilhermina Elisa Bessa da Costa

O grupo tem realizado pesquisas voltadas para a infraestrutura e a acessibilidade das instalações de Educação Infantil e tem indicado aspectos que apontam para a inadequação dos espaços e para a ausência de ambientes organizados para atender às especificidades das crianças. Os diferentes estudos são fundamentados em pesquisas que analisam as crianças e suas infâncias frente às condições físicas das escolas que frequentam e têm legitimado a análise do contexto físico de desenvolvimento como um importante campo de investigação. Assumem a premissa que as diferentes crianças precisam ser confirmadas como sujeitos sociais de direito e ressaltam as críticas às escolas de Educação Infantil por ser a primeira experiência de educação formal para todas. Aos estudos interessava analisar como as crianças, professoras e diretoras viam e utilizavam os espaços/ambientes dessas instituições. Os trabalhos aqui sublinhados tinham por objetivo analisar a infraestrutura, a organização e os elementos presentes nos espaços/ambientes escolares, com a contribuição das crianças e das professoras. Realizamos as pesquisas em escolas públicas, em diferentes cidades, distritos e no meio rural. Como estratégias metodológicas para interlocução com as crianças recorremos a fotos (tiradas pelas crianças) e desenhos elaborados pelas crianças. Realizamos também entrevistas com as professoras e diretoras, no propósito de confrontar as análises dos diferentes atores dos espaços educacionais em foco. Os resultados destacam elementos que denunciam a inadequação da infraestrutura dos espaços físicos, nos seguintes aspectos: ausência de espaços para as brincadeiras; críticas em relação à organização desses espaços, pois são caracterizados pela desconsideração do interesse das crianças; bem como, apontam para as questões de acessibilidade, com vistas ao atendimento às crianças com algum tipo de deficiência. As crianças indicam lugares críticos que merecem maiores cuidados por parte da escola, especialmente por oferecerem riscos à saúde e à integridade física das mesmas; também apontaram problemas que, por vezes, passam despercebidos pelos adultos; criticaram a infraestrutura e a estética do ambiente e deram sugestões de melhorias, sobretudo para a área externa onde brincam. Constatamos ainda que as crianças com deficiência, para serem efetivamente atuantes na escola regular, precisam de trabalhos que reflitam sobre as mudanças necessárias para além dos recursos de acessibilidade ou de um intérprete. Precisam de análises a partir de indicadores espaciais indicados pelas próprias crianças para que cada uma participe, junto com os demais, das diferentes atividades e dos espaços que a escola oferece. A análise da sala revelou que tanto os meninos quanto as meninas se referiram a esse espaço como um lugar dividido entre o que fazem sempre (o contato com a linguagem da leitura e escrita) e o que desejavam ou precisavam fazer frequentemente (a linguagem do brincar). Nas considerações finais ressaltamos que precisamos atender aos padrões de infraestrutura necessários para as instituições nos aspectos relacionados nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), no que

diz respeito: às diversidades regionais e necessidades das diferentes crianças; aos espaços para a realização de atividades, como: a brincadeira, o repouso, o movimento e que garanta a segurança e o bem-estar da criança.

Palavras-chave: Infraestrutura. Espaço. Diversidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS PARA AS CRIANÇAS QUE VIVEM EM PEQUENOS MUNICÍPIOS E NO CAMPO

Carmem Virgínia Moraes da Silva
Cristiane Soares Mendes
Maria Aparecida D'Ávila Cassimiro

No estudo das políticas públicas não se pode deixar de considerar a estreita relação entre classe social e estado, no capitalismo. Cada momento histórico produz e referencia ações institucionais com a elaboração e a operacionalização das políticas públicas. Existe uma dinâmica conflitante e uma correlação de forças na gestação e na definição das políticas, frente aos interesses dos diferentes segmentos sociais ou de classe. Não podemos entender essa relação de forma simplista, pois o estado não é uma instituição neutra, regida pela lei e a serviço de todos os segmentos sociais, nem está a serviço unicamente da classe dominante. Essa visão pode negar o poder da força política que tem os outros segmentos sociais, como os movimentos organizados pela sociedade civil. Contudo, a diversidade está presente nas escolas públicas e suas dificuldades podem contribuir para aumentar as distâncias entre as diferentes crianças que vivenciam suas infâncias nestes espaços educacionais. Com vistas a analisar os impactos da distribuição e da organização das escolas de Educação Infantil, como um direito assegurado na LDB 9.394/96, realizamos pesquisas em municípios e distritos do estado da Bahia. Os estudos dos diferentes contextos educacionais (no campo e nos espaços urbanos de pequenos municípios e distritos) utilizaram como estratégias metodológicas: entrevistas junto aos responsáveis pela educação do município, observações diretas das escolas, fotos e interlocuções com as crianças. Quanto às contribuições das crianças, os resultados mostram que é necessário contar com o conhecimento delas sobre a realidade que vivenciam suas infâncias. A exemplo disso, as análises dos relatos das crianças do campo podem se constituir em subsídios para o planejamento de práticas educacionais. Com as crianças foi possível identificar um conjunto de significações e alguns sentidos que revelam marcas e especificidades do campo, tais como a integração com elementos da natureza e com animais, assim como uma vivência com elementos específicos do seu contexto doméstico, como: a lenha, a espingarda e os meios de transporte locais. As discussões sobre o brincar denunciam aquilo que a escola não oferece: o contato com os elementos da natureza que fazem parte do meio rural onde as crianças vivem. As análises indicam para uma nova organização educacional em que as crianças de municípios distantes dos grandes centros possam ser visibilizadas nas propostas para a Educação Infantil, que possam assegurar a valorização identitária das crianças, como sujeitos constituintes dessas comunidades. Os municípios têm uma geração pequena de impostos e isso os impede de ofertar a educação para as crianças de 0 a 4 anos de forma compatível com a qualidade e a demanda requeridas. Por tudo isso, torna-se indispensável discutir o conteúdo dos documentos oficiais e analisar as políticas

educacionais vigentes. Por outro lado, é preciso estudar: como está se dando o processo de descentralização da educação; a municipalização e seus impasses; e, principalmente, o financiamento para Educação Infantil. Estes fatores podem propiciar elementos para uma melhor compreensão dos impactos para o Plano Nacional de Educação e para as Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil a partir da inclusão do FUNDEB, pois são fatores que podem dar mais clareza ao contexto de gestão dessas políticas e das dinâmicas presentes em todo o processo.

Palavras-chave: Políticas. Diversidade. Campo.

RELAÇÃO PROFESSORA/CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DISTÂNCIAS E APROXIMAÇÕES

Maria Jacilda da Silva Farias Laurindo

Roberta Bolzan Jauris

Ronilda Rodrigues da Silva Oliveira

Na Educação Infantil convivem adultos e crianças em processos contínuos de interação e os estudos aqui apresentados buscam analisar estes embates, que podem estar marcados pelas distâncias geracionais que foram se estabelecendo no curso do processo de hominização. Por um lado, assumimos que a infância não pode mais ser concebida a partir de uma ótica adultocêntrica que cristalizou o modo de se compreender as crianças, uma vez que várias infâncias constituem cotidianamente nossa cultura. Essas infâncias plurais nos forneceram novos elementos a serem considerados, compondo o quadro geral deste complexo e imprevisível cenário no qual se constroem as pesquisas, que têm as crianças como interlocutoras. Por outro lado, a professora tem papel fundamental, pois é ela quem promove situações educativas de experiências com a realidade que a cerca, no propósito de favorecer a apropriação de conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento e para a descoberta de mundo das crianças. Para tanto, torna-se imprescindível que ela entenda como se concretiza a participação das crianças no processo educacional. Nas pesquisas, realizadas em escolas públicas de Educação Infantil, planejamos estratégias de interlocução com o objetivo de analisar as relações adulto/criança no processo educacional. As pesquisas recorreram a: observações; vídeos; fotografias; entrevistas semiestruturadas; e interlocuções com as crianças, mediadas por fotografias e desenhos. Observamos que nos episódios gravados a professora está mais atenta ao planejamento dos conteúdos e à forma estabelecida para trabalhar o tema, do que em contar com a colaboração e as experiências dos educandos. As crianças, em seus desenhos e suas falas, deixaram evidente que ser criança é poder fazer coisas que adulto não faz e também ter a possibilidade de viver experiências prazerosas, como: brincar e desenhar. Ressaltaram a atividade do trabalho, o acesso aos bens do mundo letrado, o consumo e a constituição de uma família como elementos próprios da pessoa adulta. Os artefatos de mídia foram citados em situações envolvendo crianças e adultos em seus lares, o que indica o quanto a complexa dinâmica da sociedade atual, com seu aparato tecnológico, pode fazer surgir uma nova ordem nas relações. As observações e as fotos indicaram que o brincar esteve presente na sala e fora dela, ainda que na sala tenha se manifestado de forma discreta ou dissimulada e sem a permissão da professora. Como considerações finais, ressaltamos que a escola, ao se afastar do contexto sociocultural

das crianças e ao desconsiderar suas contribuições, não envolve as crianças no processo educacional, inibe suas iniciativas e questionamentos e, conseqüentemente, favorece a consolidação do modelo hegemônico de uma educação voltada para a heteronomia. As atividades educacionais são estruturadas a partir das relações estabelecidas, pois é nas relações que deixamos perceber como a ação educativa é concebida. Estas concepções contribuem para a análise que cada adulto faz sobre o ser criança e, conseqüentemente, passam a influenciar nas interações e na possibilidade (ou não) da autonomia das crianças dentro do espaço educativo, bem como na forma como as rotinas são organizadas na primeira experiência com a educação básica.

Palavras-chave: Criança. Diversidade. Professora.

EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICAS PÚBLICAS (EIPP)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Coordenadora: Maria Fernanda Rezende Nunes

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aline do Nascimento Ricci

Bruno Tovar Falciano

Lucidalva Porcina da Silva

O presente trabalho tem por objetivo analisar como a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental foi contemplada nos Planos Municipais de Educação de alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro. Este estudo está ligado ao Projeto de Pesquisa: “Expansão da escolaridade obrigatória e políticas municipais de Educação Infantil no Rio de Janeiro”, coordenado pela professora Maria Fernanda Rezende Nunes, no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (EIPP), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A amostra de municípios foi construída levando em consideração o tamanho da população, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o nível de atendimento da pré-escola em 2010, bem como a variação das matrículas entre os anos de 2010 e 2014. Nesse sentido, buscou-se duplas de municípios que apresentaram em 2010 características semelhantes em relação à população, ao PIB per capita e ao atendimento à pré-escola, mas que tiveram variações de matrículas distintas entre os anos de 2010 e 2014 no atendimento à pré-escola. A partir desta metodologia, dezesseis municípios foram escolhidos: Barra do Pirajá; Belford Roxo; Cambuci; Carmo; Duque de Caxias; Guapimirim; Iguaba Grande; Maricá; Niterói; Nova Iguaçu; Paraíba do Sul; Quatis; Santo Antônio de Pádua; São Sebastião do Alto; Vassouras e Valença. Com a proposta do Ensino Fundamental de Nove Anos, esta etapa da educação passou a receber as crianças de seis anos de idade, que anteriormente, por sua faixa etária, faziam parte da Educação Infantil. Com esta mudança, a transição de uma etapa para a outra, passou a ter mais visibilidade e receber certa atenção, sendo pontuada em diversos documentos oficiais e despertando o interesse de pesquisadores, professores e demais profissionais da educação, em observar e compreender como vem sendo pensada e organizada a inclusão destas crianças no ensino fundamental. Dentre as preocupações, com esta transição, a antecipação dos conteúdos escolares na Educação

Infantil visando “preparar” a criança no ingresso à nova etapa, vem ganhando grande destaque. Assim como, a interpretação errônea da nova organização do Ensino Fundamental com Nove Anos, não diferenciando o atual 1º Ano, da antiga 1ª Série. Considerando a pluralidade de experiências existentes no atendimento das crianças e a relevância do tema, faz-se necessário investigar como esta temática foi abordada nos Planos Municipais de Educação que irão pensar e conduzir a proposta educacional dos municípios nos próximos anos. Para isso, analisaremos primeiro, como o tema foi abordado no Plano Nacional de Educação, documento balizador dos planos municipais. Para a condução deste trabalho, privilegiaremos o estudo e a análise de alguns documentos oficiais, tais como: Plano Nacional de Educação; Planos Municipais de Educação (dos municípios selecionados); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos – 3º relatório do programa e Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Transição.

OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Camila dos Anjos Barros
Thaysa Galeno do Vale**

Em texto inicial do Plano Nacional de Educação, decênio 2014-2024, no qual são elencadas dez diretrizes norteadoras para a implementação das metas e estratégias elaboradas, o tema da valorização dos profissionais de educação é destacado como um dos maiores desafios da política educacional brasileira. Pensar a qualidade da educação implica pensar a importância e impacto que a formação e valorização dos profissionais tem sobre o trabalho cotidiano das instituições. Valorização essa que passa por assuntos imprescindíveis aos atuantes do magistério das instituições de educação básica de todo país, como a formação, salário, carreira, condições de trabalho. Assim, o presente texto tem por objetivo analisar as metas 1 e 15 dos Planos Municipais de Educação de 16 municípios do Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito às estratégias apresentadas por esses municípios visando à valorização e formação dos profissionais de educação atuantes no segmento da Educação Infantil. Essa análise configura-se como parte do projeto de pesquisa em andamento: “Expansão da escolaridade obrigatória e políticas municipais de Educação Infantil no Rio de Janeiro”, coordenado pela professora Maria Fernanda Rezende Nunes no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (EIPP), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A escolha dos municípios deu-se após um expressivo levantamento de dados que considerou o tamanho da população, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o atendimento na pré-escola, evidenciando proximidades e distanciamentos entre os municípios. As grandes diferenças em termos estruturais apresentadas pelos municípios também podem ser observadas no campo educacional, ou seja, os municípios apresentam planos de carreira e salários, assim como exigências de formação para atuação na Educação Infantil distintos e em alguns casos em desacordo com a legislação vigente. A estratégia de analisar os Planos Municipais de Educação se coloca como uma

alternativa adequada para adentrar nos municípios citados e a priori escolhidos, tendo em vista o fato de que esses documentos configuram-se como norteador do trabalho pensado e encaminhado pelos municípios para a organização da educação para os próximos anos, em consonância com o PNE. Pesquisar e analisar como os municípios estão se organizando para atender as necessidades dos profissionais no campo da formação e da valorização e perceber impactos desse processo para a qualidade da educação, colocam-se como cruciais no encaminhamento dessa análise. No texto dos diversos Planos Municipais, os municípios apresentaram como propostas, parcerias com institutos e universidades para a formação dos profissionais, organização de equipes de assessoramento e acompanhamento pedagógico para a formação dos profissionais nas unidades, garantia de destinação de 1/3 da carga horária do professor para planejamento, previsão de oferta de equipamentos, instalações, materiais para a formação dos profissionais, entre outras questões.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUA REPERCUSSÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Edson Cordeiro dos Santos

O trabalho tem por objetivo analisar a implantação e/ou a efetivação da Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como suas estratégias, que estabelecem as diretrizes nacionais para a efetivação da gestão democrática na educação brasileira, tendo como base os Planos Municipais de Educação (PME) de municípios do estado do Rio de Janeiro - ERJ. O campo de estudo é composto de 16 municípios do ERJ, tendo como base o Produto Interno Bruto per capita e a população, formando duplas a partir de semelhanças (PIB/População) e de diferenças (atendimento da pré-escola em 2010 e 2014), como parte integrante do Projeto de Pesquisa: “Expansão da escolaridade obrigatória e políticas municipais de Educação Infantil no ERJ”, no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (EIPP), da UNIRIO. Nos marcos legais presentes na História do Brasil, temos que somente na Constituição de 1988 a educação é colocada como direito subjetivo, expressando em seu Art. 206/VI a gestão democrática do ensino. Esta diretriz é reafirmada no Estatuto da Criança e Adolescente/1990, no Art. 53/IV, que dispõe sobre o direito de participação de crianças e adolescentes em entidades estudantis, sendo definido no §único o direito dos pais ou responsáveis em ter ciência do processo pedagógico e sobre a participação na definição de propostas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 3º./VIII, inclui em seus princípios a gestão democrática do ensino público e, no Art. 14, são assegurados pelos sistemas de ensino graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às unidades públicas de educação básica. As instâncias de gestão democrática na educação são: Conferências; Conselhos de Educação; Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb; Conselhos de Alimentação Escolar; Fóruns de Educação; Conselhos Escolares; Grêmios Estudantis; Associações de Pais. O PNE (2014-2024) estabelece a gestão democrática na Meta 19, com prazo de efetivação em até 2 anos após sua aprovação, demandando vontade política para implantação e implementação de legislações que a viabilizem nos espaços escolares. As estratégias

definidas dão os caminhos que devem ser percorridos pelos entes federados. A gestão democrática na educação contribui para o aprendizado e o efetivo exercício da participação coletiva nas questões atinentes à organização e à gestão da educação, incluindo: as formas de escolha de dirigentes e o exercício da gestão; a constituição e o fortalecimento da participação estudantil e de pais; a constituição e o fortalecimento de conselhos; a constituição de fóruns; a construção coletiva de projetos políticos-pedagógicos (PPP), currículos escolares, planos de gestão e regimentos escolares; e a efetivação de processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Tendo como base os PME's dos municípios selecionados, elencamos categorias-chave para comparação entre os municípios, buscando entender o movimento destes em relação à gestão democrática, tais como: realização de Conferências; existência de Programas de Formação de Conselheiros, de Diretores e de Gestores Escolares; existência de Grêmios Estudantis e de Conselhos Escolares; e propostas de participação no PPP.

Palavras-chave: Gestão democrática. Planos.

GRUPO DE ESTUDOS DA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PROGRAMAS

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Bauru

Coordenadora: Maria do Carmo Monteiro Kobayashi

OS JOGOS DIGITAIS E A MEDIAÇÃO NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Wagner Antonio Junior

Os jogos digitais são uma consequência do avanço das tecnologias da informação e comunicação, da expansão da virtualidade como espaço de relações humanas e da convergência desses fenômenos com a sociedade e a cultura. Nas últimas décadas, crianças vêm se fascinando com inovações nessa área e podem passar horas diante de computadores, tablets, consoles, celulares e outros dispositivos que comportem esses jogos, aliás tempo maior do que passariam em outras atividades. Com uma história ainda recente, os jogos digitais cada vez mais ocupam espaço de interesse entre crianças e jovens e os estudos nessa área interfaceiam vários campos do conhecimento (educação, psicologia, comunicação, sociologia e antropologia). Porém, existem indagações a serem respondidas, em especial no campo da infância. Quais são as inquietações de professores e pais sobre a influência desses jogos sobre as crianças? Os professores estão formados e preparados para trabalhar dentro de uma realidade que convive com o uso desses jogos pelas crianças? Quais impactos os jogos digitais trazem à educação da infância? Como se dão as relações entre essas crianças e entre elas e o conhecimento, mediadas pelos jogos digitais? A mediação durante as sessões de jogos digitais pode proporcionar aprendizagem e ampliação do conhecimento? Essas são algumas questões que nortearam a presente pesquisa, cujo objetivo é investigar o papel dos jogos digitais e a mediação do conhecimento, em espaços não formais de educação. Este trabalho tem como base referencial a teoria histórico-cultural, cujo principal representante é o psicólogo russo Lev Semionovich Vigotski (1896 – 1934) e outros (ELKONIN, 1998; LURIA, 1986; DANIELS, 2003), bem como autores na área de jogos digitais e tecnologias (GEE,

2003; MATTAR, 2010; ALVES, 2006; MCGONICAL, 2012). A pesquisa de campo foi realizada durante o ano de 2012, por meio da metodologia qualitativa com inspirações na etnografia (ANDRÉ, 1995; BOGDAN; BIKLEN, 1994), sendo o principal instrumento de coleta de dados a observação participante. Foram envolvidos neste trabalho as crianças do 1º ano do Ensino Fundamental da Escola de Aplicação da FEUSP, as professoras responsáveis pelas turmas e o próprio pesquisador, durante os momentos de atividades lúdicas nas dependências do Laboratório de Brinquedos e Materiais Pedagógicos – LABRIMP. Enquanto grupos de crianças utilizavam os computadores e os jogos digitais, observou-se a ocorrência de atividade mediada dos sujeitos, dos instrumentos e signos. Os dados coletados consistiram em registros de vídeo das crianças durante o jogo, das vozes dessas crianças, de entrevistas e conversas com as professoras e anotações no diário de campo. Esses dados foram organizados e analisados por meio de triangulação. Ao final deste trabalho, foi possível verificar a incidência das modalidades de mediação que são mais efetivas para propiciar a cultura lúdica e ao mesmo tempo a ampliação da experiência da criança. Os resultados da pesquisa apontaram para sua continuidade, com foco na investigação da relação entre os jogos digitais e a mediação do signo em espaços não formais de educação.

Palavras-chave: Jogos digitais. Teoria histórico-cultural. Mediação.

ESPECIFICIDADES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO EM NÍVEL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Márcia Lopes Reis

143

Como se configura a gestão educacional quando implementada como prática de formação de professores para um sistema-rede de educação infantil? Refletir sobre essa pergunta constitui o objetivo deste trabalho. Isso porque, os processos de gestão educacional são conhecidos por sua relevância na implementação dos planos e projetos educacionais, além da sua decisiva necessidade na configuração das políticas públicas e seus programas (PARO, 2000; CARVALHO, 2014, entre outros). Esta forma contemporânea de administração possui fatores diferenciadores que incluem os processos incipientes de configuração de gestão do conhecimento (GAIRIN, 2009; SCORSOLINI-COMIN, INOCENTE, MIURA, 2011). Nas análises, a partir da implementação deste grupo de docentes e pesquisadores da UNESP/Bauru no sistema-rede de educação do município de Descalvado (SP) serão enfatizados os fatores que diferenciam a gestão educacional quando direcionada à formação continuada de professores e gestores desse nível de ensino. Inicialmente, parte-se da necessidade de implementação dos parâmetros de qualidade da educação infantil previstos desde a aprovação da LDBEN (9394/96) ao incluir a educação infantil como etapa inicial da educação básica, bem como dos desdobramentos na aprovação dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998) e, não menos importante, do Plano Nacional de Educação (2010) reeditado sob a forma da Lei 13.005 (2014) cujas metas contemplam acesso universal e qualidade na educação infantil. A prática de formação de professores toma os contornos de gestão do conhecimento quando direcionada pela efetivação dos Indicadores de qualidade (BRASIL, 2009) a serem considerados na avaliação do alcance das metas. A metodologia para esse processo se

aproxima da pesquisa-ação uma vez que a coordenadora do grupo registra os primeiros encontros em 2004 e, desde então, num processo crescente – quantitativo e qualitativo – agrega um conjunto de distintos sujeitos do município, bem como da própria UNESP (KOBAYASHI, 2013). Os primeiros resultados apontam no sentido de demonstrar a gestão do conhecimento como decorrência da educacional tem sido parte dos estudos contemporâneos de Administração Escolar (CARVALHO, 2014, SCORSOLINI-COMIN, INOCENTE, MIURA, 2011; PARO, 2011) e está situada na caracterização da sociedade do conhecimento (LOJKINE, 1978), em rede (CASTELLS, 2000), da sociedade digital (NEGROPONTE, 1995), da sociedade informática, como havia definido Schaff (1978) ou, ainda, o contexto da cibercultura que já alcança as idades mais tenras (LEVY, 2000). Cabe lembrar que o próprio conceito de gestão educacional – no qual e com o qual as análises interagem - apresenta certos fatores, historicamente datados, desde a sua concepção como gestão escolar, antes compreendida como administração e supervisão escolar (PARO, 2000a). No nível de educação básica, essas conclusões parciais tendem a ser aprofundadas se inseridas no contexto de políticas públicas cuja implementação demanda a continuidade e avaliação contínuas visando o cumprimento das finalidades e metas. Essas informações, quando se tornam objetos de análises e reflexões para a transformação da prática ‘em serviço’ possui os aspectos a serem considerados como conhecimento cuja gestão estaria sob a liderança desse grupo de estudos da infância e políticas públicas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gestão do conhecimento. Qualidade.

PESQUISA-FORMAÇÃO EM CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE DESCALVADO PARA AS ESPECIFICIDADES DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LÚDICO

144

Maria do Carmo Monteiro Kobayashi

O desenvolvimento infantil é um processo complexo que integra várias dimensões entre elas a cognitiva, motora, emocional e social, no qual os primeiros anos são decisivos (SHONKOFF, 2011). Estudos atuais de várias áreas apontam as ações lúdicas, tais como a brincadeira de alta qualidade (BRASIL, 2010), o jogo de ação e reação, os jogos do exercício, simbólico e de regras (PIAGET, 1990), as brincadeiras com diferentes objetos, jogos construtivos e de regras (VIGOTSKI, 2003) entre outros, como experiências singulares para a formação integral da criança. O objetivo dessa pesquisa foi a formação de equipes de cinco Centro de Educação Infantil – CEIs Municipais de Descalvado – SP, por meio de estudos teórico-práticos para a seleção, organização, usos e avaliação dos objetos lúdicos junto às crianças de 4 meses a 3 anos. A pesquisa de abordagem qualitativa, mais precisamente uma pesquisa-formação com inspiração nos trabalhos de Becchi e Bondioli (2003), na qual diferentes observadores (proponente do projeto, gestores, professores, monitores e equipe da Secretaria Municipal de Educação), se aproximavam da realidade dos CEIs, a fim de levantar indicadores de avaliação que possibilitassem o crescimento da consciência das equipes das CEIs em relação às práticas do seu próprio fazer educativo. Para a observação das crianças no cotidiano apoiamos em Rinaldi (2012). Os sujeitos envolvidos – equipes das CEI participaram de encontros regulares planejados entre os professores e gestores em Horas de Trabalho

Pedagógico Coletivo – HTPC, momentos nos quais realizavam reflexões com base nas necessidades e nos interesses levantados em encontros mensais com a formadora externa, para reflexões sobre os fazeres e saberes da prática escolar, a fim de se verificar, suas necessidades formativas para a observação, registro e avaliação do uso dos objetos lúdicos no cotidiano das creches (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2016). A opção pelas ações lúdicas deve-se ao fato de ser a linguagem privilegiada e usual da criança, assim, se queremos uma equipe que escute, investigue e aprenda em uma perspectiva da prática pedagógica centrada na criança (DALBERGE, MOSS; PENSE, 2003). Os encontros de formação foram a ocasião para o levantamento das necessidades formativas dos professores e monitores de CEIs, que teve início com a caracterização das equipes de creches quanto à sua função nas unidades, formação inicial e percurso profissional e memória lúdica (FRIEDMANN, 2013) quanto aos seus conhecimentos sobre as brincadeiras e jogos infantis. As análises descritiva e interpretativa desses dados foram elementos introdutórios para o início da formação dos educadores e ponte para os estudos formativos, que ocorreram posteriormente, sobre o brincar dos agrupamentos aos quais eles eram os adultos referência. Os encontros de formação ocorreram decorrer de 2013 a 2015. Tendo sido avaliados pelo Programa Primeiríssima Infância. Os resultados apontam as alterações na valorização da ação lúdica pelos participantes, bem como mudanças relativas ao uso de procedimentos, materiais (KOBAYASHI, 2011), espaços (CEPPI; ZINI, 2013) e metodologia utilizada nas ações de cuidar e educar as crianças realizadas pelos educadores. Os estudos atuais estão diretamente relacionados à participação dos pais e da comunidade para a construção de espaços de brincar que envolvam crianças e adultos.

Palavras-chave: Objetos lúdicos. Pesquisa-formação. Primeira infância.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA DA(S) INFÂNCIA(S), FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E DIVERSIDADE CULTURAL

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenadora: Maria Tereza Goudard Tavares

A PESQUISA COM A PEQUENA INFÂNCIA: DISCUTINDO AS (IM)POSSIBILIDADES DE PESQUISAS COLABORATIVAS ENTRE E A UNIVERSIDADE, ESCOLAS DA(S) INFÂNCIA(S) E CRIANÇAS

Cintia Larangeira Silva

Julyana da Costa Verissimo

Maria Tereza Goudard Tavares

O presente texto é resultante de pesquisas em desenvolvimento realizadas de forma colaborativa por professoras e estudantes de iniciação científica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professoras de escolas públicas de Educação Infantil de municípios de Niterói, São Gonçalo e Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, tendo como objetivo mais amplo a formação de professoras da pequena infância e a participação das crianças como uma questão fundamental a ser discutida e (re)conhecida nos tempos e espaços das escolas de educação infantil. Na realização de nossas pesquisas, temos acompanhado o lugar complexo ocupado pela infância na contemporaneidade. Acompanhamos meio que nocauteados pela velocidade das

transformações cotidianas, a tensão entre os discursos estruturados sobre a infância e as condições materiais, objetivas e subjetivas, nas quais as múltiplas infâncias concretamente se realizam. Em São Gonçalo, Niterói e Petrópolis, municípios bastante populosos do Estado do Rio de Janeiro e territórios de nossas pesquisas interessadas, a pluralização das experiências infantis, os diferentes modos de ser criança, bem como a heterogenização da infância como categoria geracional, vêm colocando questões nodais para as diferentes agências sociais reguladoras da infância, como a família, a escola, os massmedia. No caso da escola da pequena infância, sobretudo no interior de suas práticas cotidianas, amplia-se a perplexidade daqueles e daquelas que apresentam dificuldades para compreender o movimento estatuto contemporâneo da infância: os/as professores/as de Educação Infantil. Etimologicamente a palavra infância deriva-se do latim *infant* que significa aquele que não fala, aquele que vem sendo falado pelos diferentes discursos e saberes, sejam estes saberes: médicos, jurídicos, psicológicos, pedagógicos, midiáticos, pelos estudos sociais da infância de modo mais amplo. Porém, no terreno concreto, miúdo da vida cotidiana, multiplicam-se a polifonia das vozes infantis: a criança reivindica a sua saída dos bastidores do cenário sociocultural, demandando também o seu reconhecimento como ator social (FARIA & FINCO, 2012). Neste texto, intencionamos problematizar um conjunto de questões epistêmicas, políticas e éticas derivadas de pesquisas com crianças da pequena infância (QUINTEIRO, 2002, ROCHA, 2008), discutindo trabalhos investigativos realizados e realização em unidades de Educação Infantil de periferias urbanas, especialmente, na cidade de São Gonçalo, o segundo maior município em densidade populacional do Estado do Rio de Janeiro, e em Niterói e Petrópolis, territórios físico-geográficos de (re) invenção cotidiana da(s) infância(s). Inspiradas pelo poeta pantanense, Manoel de Barros, temos mergulhado em nossas investigações nos achadouros da infância, intencionando apurar uma escuta sensível e uma “compreensão ativa”, tanto dos processos formativos junto às estudantes do Curso de Pedagogia e com professorxs das redes públicas, como no trabalho direto com as crianças pequenas, seja na escola da(s) infância(s) ou em outros espaços da cidade.

Palavras-chave: Pesquisa. Formação. Infância.

TEMPOS E ESPAÇOS, ROTINAS E JORNADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESPERIÊNCIAS DE PESQUISA COM A PEQUENA INFÂNCIA

Andréa Gonçalves de Almeida
Fabiane Florido de Souza Lima
Heloisa Josiele Santos Carreiro
Maria do Nascimento Silva

A presente comunicação apresenta algumas reflexões a partir das experiências vivenciadas por quatro pesquisadoras que desenvolveram suas pesquisas em dois municípios do estado do Rio de Janeiro: Niterói e Petrópolis. Tais pesquisas têm em comum o diálogo sobre as questões relacionadas à organização dos tempos-espacos institucionais da pequena infância. Nesse sentido, apontamos em nossa discussão a compreensão de que a rotina é um dispositivo pedagógico potente na educação da pequena infância; as vozes infantis e outras linguagens comunicativas das crianças

ganham protagonismos no processo investigativo. As quatro pesquisas foram fundamentadas a partir do referencial teórico da Sociologia da Infância, (CORSAO, 2011; FARIA & FINCO, 2011:). Os pontos de diálogos entre as pesquisas são os relacionados aos desafios de pesquisar COM e não apenas sobre a pequena infância. O enfrentamento de pesquisar com as crianças, coloca nossas pesquisas em diálogo com os estudos decoloniais (FARIA, 2011) que pensam dentre tantas questões: a necessidade de reencaminhamento do processo de produção científica, especialmente, a ruptura da prática de silenciamento das vozes de tantas culturas, sujeitos e saberes, que ao longo da história da ciência foram considerados como pouco importantes. As três pesquisas realizadas no município de Niterói foram desenvolvidas em Unidades Municipais de Educação Infantil - UMEIs do referido município. Trata-se de três estudos resultantes da prática docente de três pesquisadoras da educação da pequena infância de 0 a 5 anos, na rede municipal pública de Niterói. A pesquisa realizada por Silva (2016) teve por objetivo investigar as possibilidades educativas do trabalho pedagógico com os bebês num espaço público de educação infantil, considerando as experiências e as múltiplas relações/ interações que estes vivenciam no cotidiano de um berçário público. O trabalho de Lima (2016) versa sobre a organização dos tempos e espaços que os coletivos infantis vivenciam numa jornada de nove horas diárias dentro de uma escola da pequena infância. E o de Gonçalves, ainda em construção, percorre caminhos de crianças em seu cotidiano numa escola da infância, refletindo a partir dessas vozes nas rodas de conversa e seus desdobramentos no currículo praticado. A discussão ainda é ampliada com as questões de Carreiro (2013) que apresenta uma discussão sobre a organização das rotinas de uma educação infantil em Petrópolis. O encaminhamento metodológico de sua pesquisa traduziu-se em uma pesquisa-ação, na qual a partir das falas das crianças sobre as atividades de rotina, os profissionais da instituição refletiam sobre a sua prática, de modo que coletivamente repensavam encaminhamentos para a reorganização dos espaços e das atividades de rotina. As pesquisas apresentadas na contramão de uma concepção instrumental da educação da pequena infância, buscam pensar e estruturar um projeto pedagógico na Educação Infantil, que tenha como campo as relações educativas travadas num espaço de convivência coletiva.

Palavras-chave: Infância(s). Cotidianos. Jornadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA A PEQUENA INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PROGRAMA MAIS INFÂNCIA E AS CRECHES COMUNITÁRIAS CONVENIADAS NA EXPANSÃO DE VAGAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Debora Assumpção dos Santos Rodrigues

Jane Chalão Lucchesi

Rosana Ribeiro

O presente trabalho apresenta algumas reflexões acerca das nossas pesquisas, como mestrands em Educação, pesquisas estas que ainda encontram-se em realização, acerca das políticas para a(s) infância(s) no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no município de Niterói, assim como também na cidade do Rio de Janeiro. Para contextualizar o nosso trabalho, faremos um recorte histórico da luta pelo direito da pequena infância à Educação Infantil, especialmente no que diz respeito aos equipamentos de cuidado e educação das creches, com maior ênfase ao período de

redemocratização do Brasil, em torno dos anos 1980. Julgamos ser este um recorte importante para que se possa analisar à luz da história do tempo presente, a questão de como às políticas públicas educacionais para as infâncias têm sido interpretadas e implementadas atualmente nos municípios em tela. Destaca-se que a dinâmica social foi tomada como questão, auxiliando na análise do complexo conjunto de relações sociais que se fazem presentes neste campo educativo e de que forma os interesses distintos, frutos de disputas no campo das políticas públicas, se refletem e se atualizam na escala local. Tentaremos, no decorrer de nossa análise, refletir em que medida o território sinaliza e reflete os objetivos traçados no bojo dos sistemas educacionais brasileiros e em que sentido os planos, legislações e ações encontram eco no âmbito local. Assim, serão trazidas para um diálogo inicial duas realidades observadas no estado do Rio de Janeiro, no que se refere aos caminhos que estão postos para a garantia de acesso à Educação Infantil; a primeira refere-se à constituição das Creches Comunitárias conveniadas, tendo como sujeitos da pesquisa os indivíduos exclusivamente do gênero feminino da Creche comunitária conveniada Arca de Noé, no Rio de Janeiro. A segunda realidade observada e que também é elemento de nossas pesquisas é o “Programa Mais Infância”, instituído pela prefeitura de Niterói no ano de 2013. As duas experiências se definem como políticas de expansão da oferta de vagas em Creche e unidades de Educação Infantil que objetivam ampliar o número de matrículas para a faixa de zero a cinco anos. Através dos registros analíticos de políticas públicas específicas, é nosso intuito discutir sobre a infância como grupo social de direitos e pensar as políticas e seus compromissos com as infâncias, especialmente as crianças das camadas mais pobres da nossa sociedade, que são atravessadas por uma série de problemas sociais e interesses políticos envolvidos nas disputas de poder, presentes na luta entre o poder do estado e a sociedade civil. Nossas breves aproximações com os elementos da pesquisa nos levam a pensar que a intervenção estatal é imprescindível para concretizar os direitos sociais contidos na Constituição de 1988, visando construir e assegurar a recuperação da cidadania enquanto capacidade de intervenção na política para além da forma clássica de representação, tornando-se possível a inserção de lutas populares por educação infantil na agenda política.

Palavras-chave: Infância(s). Políticas. Direitos.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - GEPPEI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Coordenadora: Maria Luiza Rodrigues Flores

OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA NA PRÉ-ESCOLA: ESTUDO DE CASO EM TRÊS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Ariete Brusius, arietebr50@gmail.com

Maria Luiza Rodrigues Flores

Teresinha Gomes Fraga

O trabalho analisa dados referentes à matrícula na pré-escola, no período de 2005-2015, em três municípios do Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas, investigando a trajetória dos mesmos em relação ao alcance da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que determinava a matrícula de, pelo menos, 80% das crianças nesta faixa etária e da mesma meta no PNE 2014-2024, no que tange à

oferta universal da pré-escola. O estudo acerca destes três entes federados, próximos em termos de localização geográfica, se tornou possível pela semelhança sócio-política e econômica e pelos índices de oferta educacional dos mesmos, o que possibilitou a colocação de suas trajetórias em relação no que se refere à oferta de educação infantil na perspectiva de uma interpretação em contexto (MOSS, DALHBERG E PENCE, 2007). Do ponto de vista teórico-metodológico, o estudo se enquadra em uma abordagem quali-quantitativa em educação, com análise de dados municipais demográficos e estatísticos, caracterizando-se como estudos de caso múltiplos (YIN, 2005; ANDRÉ, 2013). As fontes utilizadas incluíram dados sistematizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), em Radiografias sobre a oferta de matrículas para a educação infantil nos municípios gaúchos; resultados do Censo Educacional do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional (INEP) e do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A revisão da literatura aponta para uma expansão da oferta de educação infantil neste estado e, também, nestes três municípios (SOARES E FLORES, 2015), mas alerta para riscos de uma escolarização precoce das crianças de quatro e cinco anos (M. M. CAMPOS, 2010) submetidas a práticas típicas dos anos iniciais do ensino fundamental e para retrocessos quanto à garantia da qualidade, nos casos de conveniamento entre o poder público e instituições privadas, com fins lucrativos ou não, nos casos em que estas não atendam aos parâmetros nacionais vigentes e às normas existentes (SUSIN E PERONI, 2011; SUSIN E FLORES, 2013). A análise dos dados apontou que nenhum dos três municípios atingiu a Meta 1 do PNE 2001-2010 de atendimento a, pelo menos, 80% das crianças em idade de pré-escola. Quanto à Meta 1 do PNE 2014-2024, observamos que apenas o Município de Novo Hamburgo tem perspectiva de universalização da oferta de pré-escola até 2016, porém, com vagas exclusivamente em turno parcial. Com relação à dependência administrativa, verificamos que, no período analisado, dois municípios apresentaram redução na oferta de matrículas da rede municipal, enquanto na rede privada houve aumento de matrículas nos três, com variação entre 19% e 531%. Destacamos que dentro da categoria administrativa privada encontram-se, também, matrículas em instituições conveniadas cuja oferta ocorre com recurso público. A partir deste estudo, destaca-se a necessidade de aprofundamento dos tipos de conveniamento implementados, já que diferentes formas de parceria público-privado vêm sendo utilizadas pelos municípios, devendo ser acompanhada a garantia da qualidade das vagas ofertadas.

Palavras-chave: Pré-escola. Universalização. PNE.

DIREITO À PRÉ-ESCOLA COM QUALIDADE NO CONTEXTO DA MATRÍCULA ESCOLAR OBRIGATÓRIA

Bianca Bortolini
Claudéria dos Santos
Maria Luiza Rodrigues Flores

O trabalho Direito à pré-escola com qualidade no contexto da matrícula escolar obrigatória resgata questões relevantes em relação às políticas de educação infantil no Brasil das últimas três décadas no que se refere à consolidação desta etapa nos principais documentos legais existentes: a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei 8069/90; a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (LDBEN); o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado por lei (Lei Federal nº 10.172/2001; e o segundo PNE, aprovado pela Lei 13.005/14, cuja vigência encontra-se colocada para o decênio 2014-2024. Ao lado desta revisão legal, o estudo apresenta as principais concepções vigentes em relação a esta oferta educacional, a partir de uma revisão da literatura recente da área (BARBOSA, 2014; ROSEMBERG, 2013; CAMPOS, 2010; 2013; FINCO, BARBOSA E FARIA, 2015). Ao mesmo tempo, a partir da análise dos dados censitários demográficos e educacionais disponíveis, em articulação com a literatura e estudos da área, o texto realiza um alerta em relação a eventuais riscos decorrentes da efetivação da obrigatoriedade de matrícula escolar na pré-escola, nos casos em que alguns municípios, em consequência do determinado pela Emenda Constitucional 59/09 e para o alcance rápido da meta de universalização do acesso à pré-escola, deixam em segundo plano os padrões de qualidade vigentes, bem como os próprios preceitos constitucionais, implementando políticas que reduzem os direitos já conquistados no plano legal. Dentre estes riscos já apontados na literatura (ROSEMBERG, 2013, 2015; CAMPOS, R. 2010, 2012; CAMPOS, M. M. 2010) identificamos: redução do direito ao tempo integral, especialmente para as crianças de quatro e cinco anos; perda do direito a um bem-viver da infância para as crianças em idade de pré-escola, inseridas em salas ociosas de escolas equipadas e organizadas, até então, exclusivamente, para a oferta de ensino fundamental; ampliação de vagas sem o atendimento aos padrões de qualidade definidos nas normas nacionais e nos documentos vigentes nos respectivos sistemas de ensino quando da realização de conveniamentos com instituições privadas com ou sem fins lucrativos que não concluam seus processos de autorização de funcionamento. Entendendo que quantidade e qualidade são indissociáveis na educação da primeira infância (ROSEMBERG, 2011, 2014), afirmamos que reduzir gastos públicos cortando investimentos educacionais, oferecendo atendimento parcial, em modalidades alternativas e/ou de menor qualidade para crianças de grupos sociais já prejudicados no acesso a outros bens sociais, como saúde ou assistência, se configura como um retrocesso em termos de direitos humanos. Para que o Brasil supere as profundas desigualdades sociais existentes, é fundamental que o país avance priorizando uma oferta educacional de qualidade para todos os seus cidadãos, recorrendo a políticas de equidade que possam promover a superação de situações complexas de vulnerabilidade fundadas em diferenças de classe, etnia, gênero ou idade, implementando políticas nessa direção desde a educação infantil.

Palavras-chave: Pré-escola. Obrigatoriedade. Qualidade.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO – GEPED

Universidade Federal do Sergipe (UFS)

Coordenadora: Iara Maria Campelo Lima

RESSIGNIFICANDO O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Ana Maria Lourenço de Azevedo

Sonia Maria de Azevedo Viana

Tem sido consensual entre os pesquisadores da educação nas universidades, a afirmação da necessidade de proporcionar cada vez mais estudos que considerem os plurais contextos de formação de professores para educação infantil e que problematizem as diversidades sócio/culturais que constituem a realidade educacional brasileira

contemporânea. Este trabalho integra a proposta do grupo de estudos e em Educação/GEPED articulado à linha de pesquisa FORMAÇÃO DE PROFESSOR: MEMÓRIA E NARRATIVA e, tem como temática a formação docente e objeto de pesquisa os eixos da docência presentes no currículo do Curso de Pedagogia da Universidade da Universidade Federal de Sergipe/UFS. Objetiva analisar as disciplinas inseridas nos três núcleos organizadores da proposta curricular – Núcleo Básico, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores, - cujo campo de referência conceitual e práticas contribuam para promover o eixo da docência na educação infantil como base da formação do Pedagogo. As discussões deste estudo estão relacionadas às concepções de educação infantil e de formação docente adotando como aportes teóricos a perspectiva assumida com base na produção de pesquisas do GEPED/UFS sobre infâncias, educação infantil e crianças, compreendendo que as mesmas são sujeitos produtores de cultura e de sua própria história. A pesquisa parte do embasamento teórico/metodológico de uma literatura que abrange dimensões organizacionais e contextuais articuladas aos processos curriculares de práticas formativas e de aprendizagem na formação inicial. Desse modo elegemos o pensamento crítico dos autores (BARBOSA, 2000; CUNHA 1999; NÓVOA, 2010; PIMENTA, 2009; TARDIF, 2002), para reconhecer os saberes, valores e práticas que se destacam na formação do pedagogo, considerando ainda o conjunto de normas que regulamentam os processos de formação docente no âmbito das políticas educacionais, com destaque para a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015. As questões problematizadoras que se instituem são: Como o atual currículo do Curso de Pedagogia da UFS se articula às políticas públicas educacionais para promover a formação do pedagogo destacando o eixo da docência na educação infantil? Que aportes teórico/metodológicos estão sendo disponibilizados para pensar a infância e a educação infantil na “nova” proposta curricular de Curso? Parte-se do entendimento de que estudos como esse poderá contribuir para elucidar as concepções e fundamentos básicos norteadores dos processos de revisão dos projetos de curso no sentido de que a reorganização do currículo de pedagogia da UFS seja cada vez mais pautada, numa perspectiva crítica e processual, viabilizadora de uma formação compatível com as novas orientações normativas e as novas demandas sociais, culturais e políticas que exigem dos professores-formadores um olhar mais atento para as questões que envolvem o exercício profissional da docência na sociedade contemporânea, marcada pelo desejo da inclusão e valorização da diversidade.

Palavras-chave: Infância. Docência. Currículo.

O COTIDIANO DA INFÂNCIA E DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CATEGORIAS EM CONSTRUÇÃO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Elis Regina Nunes Mota Araújo
Silvana Aparecida Bretas

O presente artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas em comunidades tradicionais tais como: comunidade de pescadores artesanais e do campo. Busca compreender o cotidiano da infância em uma comunidade rural a partir de suas práticas econômicas, sociais e culturais próprias da vida do campo, na perspectiva dos adultos e das crianças que se constituem em uma comunidade. A investigação empírica foi desenvolvida no Assentamento Fortaleza, localizado no município de Nossa Senhora da Glória – SE. As questões tratadas nesta investigação são as seguintes: de que modo se constitui o

cotidiano da infância campestre, tendo em vista as temporalidades já vivenciadas pelos adultos e pelas crianças que hoje vivem suas infâncias? Como se deu e como hoje se desenvolve esse cotidiano na comunidade e nas práticas educativas da escola do Assentamento? É possível afirmar a especificidade de uma infância campestre através da elaboração histórica do cotidiano do campo? Tais questões serão esclarecidas na perspectiva dos estudos da História Social da Infância através de seu cotidiano, evidenciando a socialização dos sujeitos envolvidos em sua experiência individual que se desenrola em circunstâncias histórico-sociais específicas do campo, entre os autores que contribuíram de maneira significativa na elaboração desse trabalho, destacamos Ariès (1981) e suas discussões sobre o descobrimento da infância e Del Priore (2006) através de seus estudos da história social da criança no Brasil. Para progredir em nossos estudos nos apropriamos do conceito de comunidade defendido por Heller (1970), cujo sentido é que o indivíduo se insere na comunidade desde o seu nascimento não como uma escolha autônoma, mas como um elo inicial da própria natureza que, ao conviver, se torna um membro da comunidade. O processo de formação do indivíduo em uma determinada comunidade nos direciona para uma reflexão sobre a história destes sujeitos em seus espaços de vida e no cotidiano. No caso de nossa pesquisa, olhamos o indivíduo em sua temporalidade infantil que, ao ser lançado à vida, já inicia sua construção de identidade enquanto sujeito do campo pertencente a uma comunidade específica, entrecruzando em sua trajetória projetos de educação reivindicados pela comunidade do Assentamento e o projeto oferecido pelos órgãos públicos. Para as discussões da educação da infância do campo dialogamos com Silva, Silva e Martins (2012); Silva, Pasuch e Silva (2012) que apresentam a infância e a criança, inseridas no contexto da vida cotidiana de uma comunidade tradicional rural, integrada às relações familiares e de seu grupo social onde, de modo geral, os adultos zelam pelas crianças. Esta pesquisa conclui que a comunidade do Assentamento, no contexto de suas lutas políticas, defendeu o direito à educação escolar, na medida em que homens e mulheres lutaram pela constituição da escola no Assentamento, mas, cujas lutas ainda se estendem na conquista de uma pedagogia do e no campo que seja orgânica aos modos de vida desse grupo social.

Palavras-chave: Infância. Educação. Campo.

PEDAGOGIA HOSPITALAR: O DESVELAR DO CONHECIMENTO DE SI E A SIGNIFICAÇÃO DOS SABERES

Iara Maria Campelo Lima
Margarida Maria Teles

O caráter inclusivo da Educação condiciona a Formação de Professores das Universidades Brasileiras a investigar e se comprometer com a diversidade de possibilidades asseguradas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) e nesses termos, fica evidenciada a Pedagogia Hospitalar referenciada no Capítulo V, Da Educação Especial, Art. 58/LDB/9394/96 e de forma específica garantindo esse direito às crianças e aos adolescentes em estado de hospitalização, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/2001. Este trabalho integra a proposta do grupo de estudos e em Educação/GEPED articulado à linha de pesquisa FORMAÇÃO DE PROFESSOR: MEMÓRIA E NARRATIVA e traz a discussão e resultados da pesquisa “O conhecimento de si e os saberes tecidos no espaço experiencial da pedagogia

hospitalar”, aprovada pelo Comitê de Ética sob o código CAAE 05427112700000058, que foi desenvolvida no espaço experiencial do projeto de extensão “Fiando e tecendo vínculos com o aprender: uma proposta de inclusão em espaço hospitalar” - PIBIX/DED/UFS, desenvolvido na Ala da Enfermaria Pediátrica do Hospital Universitário da UFS. O estudo desenvolveu uma análise a partir da desconexão decorrente da condição de internação temporária, oferecida às crianças, gerando o estado de exclusão e desligamento do seu universo cotidiano, e inclusive, um afastamento da realidade social, familiar e escolar. O objetivo da pesquisa foi investigar como o conhecimento de si, a significação dos saberes e a atenção recebida poderiam dar um novo sentido à situação hospitalar. Desenvolvida na perspectiva qualitativa por trabalhar com a subjetividade, a emoção, e narrativa. A metodologia desenvolvida através do estudo de caso e os instrumentos de investigação foram à observação, produção de livros e jogos. Os sujeitos da pesquisa foram crianças da Ala Infantil do Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe. Fundamentou-se em pesquisadores dos quais destacamos, Mugiatti (2009), Lima (2009), Kishimoto (2011), Moita (2000), Ariés (1981), entre outros. As considerações finais revelaram que a ação pedagógica, utilizando os jogos e a produção dos livros de memória, possibilitaram trocas de conhecimento, respeitando a identidade e a diversidade dos pacientes no período de internação, possibilitaram, que as crianças não pensassem em sua doença. A importância dessa pesquisa para o curso de Pedagogia, essencialmente, foi revelar como se constitui um processo de inclusão numa situação de hospitalização, ou seja, como a Pedagogia Hospitalar pode criar estratégias que rompam com a exclusão vivida pelos pacientes ao se ausentarem da escola pelo estado de adoecimento. Para nós, profissionais da educação, os resultados coletados mostraram estratégias de como mediar para despertar o interesse do paciente hospitalizado. Evidenciaram, também, como os jogos, as brincadeiras e as narrativas das histórias favorecem a continuidade do desenvolvimento do aprender, do fazer, do ser, durante o período de internação.

Palavras-chave: Hospitalar. Narrativas. Jogos.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Coordenadora: Cláudia Celeste Lima Costa Menezes

TECENDO REDES ENTRE O ESPAÇO ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

**Camila Santos Oliveira
Ketleyn Pereira Lima
Ludemila de Jesus Jovita**

O presente artigo apresenta uma discussão sobre a intensa articulação entre o espaço escolar e o desenvolvimento infantil. Tecer estes fios que envolvem o processo de cuidar, educar e brincar, reconhecer a interação existente entre eles e a interferência dessa relação no processo de desenvolvimento da criança pequena se constitui o nosso principal objetivo. Recorremos à pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental e as experiências vivenciadas no estágio obrigatório de Educação Infantil do curso de Pedagogia e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID para responder a questão central deste estudo: A forma como são organizados e

geridos os espaços das instituições de Educação Infantil interfere no desenvolvimento da criança? Os estudos e pesquisas realizados pelos teóricos da Educação Infantil e dos espaços escolares: Frago (2001), Horn (2004), Kramer (2005), Oliveira (2007), Oliveira-Formosinho (2007), Corsaro (2011), dentre outros, sinalizam que a cumplicidade da arquitetura com a vida escolar proporciona um melhor desenvolvimento em todas as dimensões da criança (cognitiva, socioafetiva e psicomotora). O arquiteto precisa trabalhar de forma integrada com os educadores e compreender seu papel singular no projeto e no detalhamento dos ambientes educativos. Kowaltowski (2011) corrobora afirmando que o ambiente escolar é parte integrante do processo de ensino aprendizagem e Alves (1998) reforça acrescentando que é necessário discutir o espaço como dimensão material do currículo. A legislação brasileira e as políticas públicas apresentam documentos que legitimam a arquitetura escolar como requisito fundamental para o desenvolvimento saudável da criança pequena. A exemplo podemos citar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), os Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil (1998), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para a Educação Infantil/2006, dentre outros. Estes documentos estabelecem orientações pedagógicas, normas e diretrizes espaciais que asseguram a qualidade do trabalho educativo, compreendendo o cuidar, o educar e o brincar como fontes do desenvolvimento humano. Podemos observar nos espaços escolares, nos quais estamos inseridos, que alguns foram projetados, não com a finalidade educativa e, sim, residencial (casas e apartamentos); outros não foram arquitetados para a criança pequena, são instituições de Ensino Fundamental; outros apresentam uma construção antiga e não atendem as especificidades das crianças da contemporaneidade e, outros ainda, são galpões ou garagens que servem de espaços educativos para as crianças de zero a cinco anos. Observamos que estes espaços comprometem o desenvolvimento dos aspectos biológicos, psicológicos cognitivos, socioafetivos e psicomotores da criança de forma significativa e interferem na realização das propostas pedagógicas, impedindo o alcance dos objetivos traçados pelos profissionais da Educação Infantil e prejudicando a formação saudável do pequeno cidadão. Transformar os espaços educativos infantis em espaços de pesquisa e de reflexão da práxis pedagógica é oferecer à criança condições para viver a sua infância, enquanto cidadã e sujeito de direitos, de forma digna, justa e democrática.

Palavras-chave: Espaço. Desenvolvimento. Articulação.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL (IPÊ)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Coordenadora: Celi da Costa Silva Bahia

OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À DOCÊNCIA COM BEBÊS POR PROFESSORAS EGRESSAS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Adelice Sueli Braga Delgado

Celi da Costa Silva Bahia

Marileia Pereira Trindade

Esta pesquisa analisou os sentidos da docência com bebês para professoras egressas do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil ofertado pela Universidade Federal do Pará e investigou os reflexos dessa formação na (re)construção de significados sobre a docência com bebês. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional/1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil/2009 explicitam que a formação continuada dos professores é requisito básico para a garantia de educação de qualidade e um direito desses profissionais. Na docência com bebês, considerada uma profissão eminentemente feminina, há uma tendência a compará-la com os fazeres maternos. Isto produz uma ideia que para o exercício da docência com bebês não é necessário formação. Consequentemente a sociedade constrói uma imagem que não reconhece a professora de bebê como profissional. É necessário romper com essa percepção, pois a docência exige profissionalização que envolve competência teórica, metodológica, relacional e a constante construção de conhecimentos (BARBOSA, 2010). Entre os conhecimentos teóricos sobre a formação de professores e o âmbito da atuação docente existe uma relação complexa. Por um lado, há vasta produção teórica que orienta a formação dos professores e, por outro, uma variedade de práticas docentes. Entretanto, Filho & Filho (2011) alertam que não é possível separar a formação e a prática dos professores, pois ambas são complexas e complementares entre si. A formação contribui para a profissionalidade docente o que proporciona uma autoimagem positiva da docência com bebês (BAHIA, 2016). Dada a relação entre a formação e a imagem sobre essa docência, para conhecer os sentidos a ela atribuídos pelas professoras egressas realizou-se uma roda de conversa com professoras da Unidade de Educação Infantil Wilson Bahia. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa. A organização e análise das informações basearam-se em técnicas da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002). Os resultados apontaram que o conhecimento sobre o bebê e seu modo de aprender, bem como sobre o trabalho a ser desenvolvido na creche, possibilitou às professoras a compreensão da especificidade da docência na educação infantil, o que permitiu o reconhecimento da importância do trabalho com bebê que não se restringe ao cuidado do corpo, mas envolve essencialmente a formação de seres humanos. Para as professoras a docência não se restringe às crianças, mas se estende também às famílias. Com base nesses conhecimentos elas atribuem como sentidos à docência o lugar privilegiado do bebê na construção do trabalho docente e a docência como uma função complexa e de enorme valor para a sociedade, já que objetiva formar seres humanos. A partir da formação, os sentidos passam a ser (re)construídos com base em um novo olhar sobre o bebê e o trabalho com ele desenvolvido na creche. Esses sentidos resultam em uma autoimagem positiva da docência, seja por meio dos resultados alcançados com o trabalho no processo de aprendizagem e desenvolvimento do bebê, como por meio do reconhecimento da sociedade e da instituição em que trabalham.

Palavras-chave: Docência. Bebês. Formação.

LEITURA E A ESCRITA NO CONTEXTO ESCOLAR: A COMPREENSÃO DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Kátia Maria dos Santos Dias
Tânia Regina Lobato dos Santos

Este artigo é um recorte de uma pesquisa que objetiva compreender sobre o que pensam professores alfabetizadores sobre o aprendizado da leitura e escrita no contexto escolar da educação infantil em um município do estado do Pará. Autores como Ferreira (2002), Garcia (1992) e Soares (2001) são unânimes em afirmar que os primeiros anos de escolarização são decisivos para possibilitar às crianças, a consciência da importância do

ato de ler e a construção da competência cognitiva como leitores e escritores com habilidades de ouvir, ler, escrever e calcular. A trajetória da criança na educação infantil é de aproximadamente quatro anos. Em relação ao período que abrange o Jardim I até o Jardim II, observou-se que nos três primeiros anos não existe uma preocupação com a alfabetização, entretanto, no último ano, é preocupante a cobrança da escola, professores e pais para que as crianças terminem esse ano letivo dominando a leitura e escrita. Motivo de inquietação de todos os envolvidos no processo. A maior preocupação é dos pais, que cobram resultados sem terem a noção que o processo de leitura e escrita não depende somente da vontade deles, dos professores e da escola. Ou seja, não se resume apenas na relação criança-educador, mas consequência de um conjunto de fatores que podem influenciar para que este educando interagindo com o objeto de conhecimento, leitura e escrita, construam a sua competência cognitiva de maneira prazerosa e positiva. Concepção da qual somos partidários. Trata-se de uma pesquisa qualitativa tipo estudo de caso que faz uso de entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa são quatro professoras de educação infantil. O tema foi escolhido devido à importância da leitura e escrita nos primeiros anos de escolarização das crianças na perspectiva de formar leitores capazes de ler, escrever e fazer uso de diferentes tipos de material escrito, bem como, compreendê-los, interpretá-los extraindo informações. Como problema de pesquisa elegemos: Qual a compreensão de professores de educação infantil sobre o processo de leitura e escrita? O estudo constatou que as professoras possuem uma compreensão do processo de construção da leitura e escrita na escola de educação infantil e que muito ainda precisa ser feito para que a alfabetização seja de fato um momento prazeroso para a criança de acordo com suas necessidades e realidade. Tendo em vista essas situações, é necessário que a escola esteja consciente do seu trabalho, ou seja, preparada para possibilitar as crianças um processo de alfabetização condizente a suas necessidades e realidade social, em que a escola seja um espaço da construção do conhecimento, que tenha como princípio norteador a possibilidade das crianças, serem capazes de perceber a realidade conscientemente. A escola deve ser assim, um local onde o saber, seja construído individualmente e coletivamente, e as pessoas envolvidas no processo, apoderem-se da realidade vivenciada e a transformem, recriando-a. Em contrapartida, devem surgir espaços educativos, e de esperança, de mediação, de construção de culturas e diversidades, que possibilitem a leitura a escrita e uma vida mais digna e plural.

Palavras-chave: Professora. Alfabetização. Criança.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS – GEEID

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Coordenador: José Carlos de Melo

GRUPO DE PESQUISA GEEID: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ILHA DO MARANHÃO

Ione da Silva Guterres

José Carlos de Melo

Sione Guterres Gonçalves

Esta investigação objetivou averiguar o percurso do Grupo de Pesquisa GEEID no tocante a construção de caminhos para a formação docente da Educação Infantil na Ilha

do Maranhão. Tal estudo vincula-se ao Grupo Pesquisa e Estudos Educação Infância & Docência – GEEID alocado ao Núcleo de Educação e Infância da UFMA. O objetivo do GEEID é realizar estudos e pesquisas que abarquem os processos de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, assim como, a formação dos seus profissionais, a partir da perspectiva histórica, busca resgatar a formação e atuação docente no Maranhão, desde a criação das primeiras escolas normais até os dias atuais. O GEEID atualmente possui 28 membros ativos e participantes, dentre eles: 10 Professores da rede pública dos municípios de (São Luís, São José de Ribamar e Raposa) denominado a grande Ilha de São Luís, 13 Estudantes do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UFMA e 04 Professoras e estudantes de Pós-Graduação em educação infantil. Nossos encontros ocorrem sempre às terças feiras num entretavado entre 15 dias, para reuniões de trabalhos, estudos e pesquisas que são desenvolvidas em grupo ou individualmente. Vários projetos estão sendo desenvolvido, para esse encontro elencou o Projeto intitulado: Trajetórias das Professoras da Educação Infantil na Ilha do Maranhão. No papel de membros do Grupo e professoras da Rede Pública Municipal de São Luís, surgiu o interesse de investigar os caminhos construídos pelo grupo no tocante aos estudos e pesquisas voltados para a formação docente da Educação Infantil na Ilha do Maranhão. Para dar fundamentação a este escrito, pesquisadores da área como KUHLMANN JR.(2000), ARCE (2000), CHARLOT (2000), FREIRE (1996), TARDIF (2002), entre outros foram revisitados. Foram realizados ainda, um apanhado dos principais documentos que versam sobre a infância e o atendimento à criança pequena, dentre eles: a Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), os Referenciais para a Formação de Professores (2002) e o Plano Municipal de Educação do município de São Luís, PME 2015 – 2024 (SÃO LUÍS, 2016). Trata-se de uma investigação com enfoque qualitativo, na forma de pesquisa de campo, foi desenvolvida durante o período de dezembro de 2015 à agosto de 2016. Utilizamos para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, com os membros do grupo que estão no chão das escolas. Como resultados preliminares Já foram produzimos estudos, debates e seminários alusivos a temática do projeto e os resultados das pesquisas, já foram apresentados em eventos locais, com a participação de vários integrantes do grupo, Esperamos que o presente estudo possa trazer além da visibilidade para o processo de formação continuada docente da Educação Infantil na ilha do Maranhão, Espera-se que o mesmo possa abalzar as contribuições do Grupo de Pesquisa e Estudos GEEID no tocante a construção dos caminhos para a formação docente da educação infantil de qualidade, em especial no estado do Maranhão, onde os indicies, não são favoráveis.

Palavras-chave: Professores, Infância. GEEID.

Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenadora: Jucirema Quinteiro (UFSC)

A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

Gisele Gonçalves
Jucirema Quinteiro

Este trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Educação e Infância, que teve como objetivo identificar e analisar as representações de “criança como sujeito de direitos” na pesquisa educacional brasileira, no período de 1987 a 2013, pautada em uma abordagem sociológica e histórica, a qual entende a criança como um sujeito humano de pouca idade e, recentemente, de direitos, a infância como uma construção histórica e cultural e um direito humano fundamental. A pesquisa buscou traçar um panorama expresso na realização de um amplo e rigoroso levantamento da produção acadêmica, orientada pela definição de monografia de base proposta por Saviani (1987). Como fonte privilegiada para levantamento e análise, foi eleito o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Além de outras fontes investigadas, tais como: Reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, Portal de Periódicos CAPES, Programa Nacional do Livro Didáticos, Programa Nacional Biblioteca da Escola e Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Dentre os resultados obtidos ressalta-se que: os direitos das crianças se caracterizam como uma longa e dura luta social e política, ainda necessária, em todo o mundo e que tais conquistas representam avanços, especialmente no Brasil, onde a criança que antes era vista como “menor” passa a ser definida “como sujeito de direitos”. Porém, na realidade, a efetivação de tais direitos ainda carece de um tipo de articulação mais ampla e complexa, relacionada às transformações política, cultural e econômica das diferentes sociedades, especialmente, a brasileira. Outro aspecto que merece destaque é que os conceitos de criança e infância são tratados como sinônimo, o que pode vir a comprometer a qualidade do debate em geral e a possível efetivação de tais direitos, como exemplo, destaca-se o crescimento da produção de literatura para crianças que veicula a ideia de direitos a de “deveres”. As conclusões indicaram que o discurso da criança como sujeito de direitos, recorrente na produção acadêmica, apresenta-se naturalizado, como um “slogan” das políticas públicas que repercute na produção científica e nos debates acadêmicos, sobretudo, no caso do direito à participação da criança em seu processo de formação, sendo muitas vezes negligenciado, ou seja, as crianças não são consideradas como sujeitos desse processo e suas vozes sequer são ouvidas pelos adultos; destaca-se ainda que os direitos das crianças ainda não são respeitados como conteúdos escolares, apesar da Lei nº 11.525/2007 indicar a obrigatoriedade do ensino dos mesmos. Finalmente, percebemos que a infância como condição social e jurídica da criança ainda está longe de ser considerada um direito humano fundamental na sociedade brasileira. Nesse sentido a formação docente universitária e continuada mostra-se como uma possibilidade de efetivação da criança como sujeito de direitos e do “direito à infância” na escola.

Palavras-chave: Educação. Infância. Criança.

A “INFÂNCIA COMO CONTEÚDO FORMATIVO” NO CURSO DE PEDAGOGIA: TENDÊNCIAS, DILEMAS E POSSIBILIDADES

Jucirema Quinteiro
Letícia Cunha da Silva
Maria Isabel Batista Serrão

Este trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado defendida em março de 2016, e tem como objetivo analisar as tendências, os dilemas e as possibilidades da “infância como conteúdo formativo” no Curso de Pedagogia, numa perspectiva sociológica e histórica, a partir de uma experiência de formação de professores no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina. A metodologia adotada define-se como uma monografia de base, a partir de um rigoroso levantamento, organização, classificação e seleção dos documentos que pautam a trajetória deste curso até sua última reformulação curricular e dos registros e materiais coletados em duas disciplinas do eixo Educação e Infância que compõem a matriz curricular, na primeira e na oitava fase. Tal questão emerge, sobretudo, com a entrada de novos estudos sobre a infância no Brasil e após a promulgação da Resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para esse curso e que define como finalidade formativa a docência para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil. No entanto, isso ocorreu depois de uma trajetória longa de indefinições deste curso, marcada por uma forte tendência a se compreender a infância como algo natural e inerente à criança, presente apenas nos seis primeiros anos de vida do ser humano e limitada ao espaço da Educação Infantil. No âmbito do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, a experiência curricular que se estabelece a partir das novas Diretrizes Curriculares elege de modo estratégico a infância como um dos seus três eixos e parece apontar um caminho de mudança. No entanto, são apresentadas ainda grandes dificuldades, pois o que salta à vista é a ausência de articulação entre este conteúdo e a aprendizagem sobre a organização do ensino, distanciada da realidade escolar e das crianças, indicando que há ainda um longo caminho a percorrer para formar um professor capaz de ensinar, intervir e transformar a realidade e que compreenda a infância como um princípio formativo, político, ético e humano. Desta forma, as principais conclusões do trabalho indicam que estamos ainda nos primeiros passos para estabelecer a “infância como conteúdo formativo” no Curso de Pedagogia, pois tal proposição vai além de pautar questões relativas à criança, trata-se de entender de um outro modo a própria sociedade e demanda uma postura revolucionária, ética, que crie referências coerentes entre “ser, saber, fazer e saber fazer docente” (QUINTEIRO; SERRÃO, 2010). Desta forma, estamos apenas no início da elaboração de um modelo de formação de professores comprometido com a construção de uma sociedade humana e democrática de fato, capaz de acolher e respeitar a criança, garantindo-lhe o direito à infância, especialmente, na escola. Assim, é fundamental que haja uma revisão radical dos conteúdos curriculares dessa formação de modo a articular, tanto de forma vertical como horizontal, o currículo e, para além dele, assumir um compromisso radical com a formação humana das novas gerações.

Palavras-chave: Infância. Formação de professores. Curso de Pedagogia.

AS REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A CRIANÇA COMO “SUJEITO DE DIREITOS”

**Diana Carvalho de Carvalho
Jucirema Quinteiro
Roseli Iloanda da Cunha**

Resultado de dissertação defendida em fevereiro de 2016, o trabalho tem por objetivo analisar as representações dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC, a respeito da recente condição social e política da criança como sujeito de direitos. Ressaltamos que a palavra “representação” foi empregada como sinônimo daquilo que os professores pensam, conhecem e entendem em relação à criança “como sujeito de direitos”. Os sujeitos da pesquisa foram 22 professoras de 8 Escolas Desdobradas da Rede (do 1º ao 5º ano), tendo sido utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, elaborado visando responder duas questões norteadoras da pesquisa: o que os professores conhecem a respeito da recente condição da criança “como sujeito de direitos” e qual o papel da escola na garantia e veiculação dos direitos da criança. A pesquisa orientada pela definição de monografia de base, proposta por Saviani (1991), e sob uma perspectiva sociológica e histórica, entende a educação como prática social historicamente determinada; a escola como organização social complexa e lugar privilegiado da infância; a criança como sujeito humano de pouca idade e recentemente de direitos e a infância como condição social de ser criança. Concluiu-se que as professoras consideram a criança “como um sujeito de direitos” e entendem, ainda que superficialmente, que essa condição foi conquistada ao longo da história e deve ser garantida na escola. Contudo, pouco conhecem a respeito das Leis que garantem essa condição à criança (41% delas desconhecem as Leis 11.525/2007 e 13.010/2014). Também entendem ser importante a veiculação dos direitos da criança junto às próprias crianças na escola, mas isso ocorre ainda muito fragilmente, por meio de ações individuais e não como uma proposta das escolas. Pensam que além da garantia e veiculação dos direitos da criança é preciso alertá-las sobre seus deveres, o que denota a fragilidade de seu entendimento a respeito do tema. Os resultados da presente investigação corroboram resultados já apontados por outras pesquisadoras no âmbito do GEPIEE, que indicam que a formulação de conceitos avançados teoricamente sobre criança, infância e políticas públicas, que estejam de acordo com a produção acadêmica recente na área educacional, nem sempre garante que tais ideias se efetivem na realidade escolar. Apesar de o conteúdo relativo aos direitos da criança ser obrigatório por meio da Lei 11.525/2007, e recentemente pela Lei 13.010/2014, ainda não se constitui como conteúdo garantido de fato nas escolas, bem como não é abordado na formação inicial e continuada dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste sentido, a precarização da formação acadêmica e continuada salta à vista como um dos motivos para as professoras mais intuírem a importância desse tema, do que compreenderem a amplitude e a ligação estreita entre ele e a função social da escola. A formação se destaca também como uma peça-chave para a modificação dessa realidade, rumo à construção de uma escola concebida como um lugar privilegiado da infância.

Palavras-chave: Educação. Criança. Formação de professores.

Ana Cláudia da Silva Rodrigues

O campo dos estudos sobre o currículo no Brasil é atualmente um dos espaços mais instigantes de debate entre pesquisadores e docentes que vivenciam os processos de transformação da sociedade, que interferem nas formações dos sujeitos sociais. A escola, neste sentido, passa a ser espaço de discussões mais aprofundadas e o currículo, a partir das teorias pós-críticas, centra suas ações na formação das identidades dos sujeitos que a compõe. Paralelo a isto, o governo federal, a partir da década de 90 do século passado, inicia oficialmente a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o intuito de garantir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes brasileiros. Tal política busca atender às demandas postas à educação pelos desafios da contemporaneidade: a diversidade de sujeitos que frequentam as etapas da Educação Básica e a necessidade do resgate da dívida com uma parte importante da população – que não logrou, de forma plena, exercer o direito à Educação Básica de qualidade. No entanto, ao se estabelecer direitos e objetivos de aprendizagem para todo o País, deve-se atentar para os que irão operacionalizar tais direitos e objetivos. Neste sentido, esta pesquisa centra suas análises na segunda versão do documento orientador para as discussões em torno da BNCC, indicada pelo Ministério da Educação. Os questionamentos têm sido direcionados para compreender: quais influências e tendências estão presentes na BNCC? Como a política foi recebida pela comunidade escolar? Como os direitos e objetivos de aprendizagem contribuem para a melhoria da Educação Infantil? Por isso, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar como a política educacional, proposta através da BNCC para os currículos de escolas, contribuirá para a melhoria da qualidade do ensino na Educação Infantil. Para consecução de tal objetivo, a abordagem escolhida foi a qualitativa, de cunho exploratório. Os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista semi-estruturada e a análise documental. Os sujeitos foram quinze docentes da Educação Infantil, quinze docentes dos cursos de Licenciatura do Campus III, quinze discentes vinculados aos cursos de Licenciatura do Campus III, oito secretários de educação, quatro gestores e quinze pais de alunos do nível investigado. Para a análise dos dados, utilizou-se as narrativas advindas das entrevistas, que foram dispostas em três fases: a primeira, a pré-análise; a segunda, a exploração do material – que consistirá na codificação e categorização; e a terceira fase, que abordou o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Destaca-se que os dados parciais já apontam para a necessidade de reconfiguração dos direitos e objetivos de aprendizagem para atender as especificidades das crianças da Educação Infantil.

Palavras-chave: Currículo. Infância. BNCC.

Jalmira Linhares Damasceno

Este trabalho versa sobre as ações de formação docente e de intervenção pedagógica no contexto do projeto “A brinquedoteca e a cultura lúdica da infância na formação do pedagogo”, vinculado ao Programa de Licenciatura (PROLICEN), da Universidade Federal da Paraíba – Campus III. A referida pesquisa vem sendo desenvolvida como parte das atividades da Brinquedoteca, laboratório de ensino do curso de Pedagogia. Sendo assim, nosso objetivo é refletir sobre as apropriações acerca da cultura lúdica da infância, que proporcionaram a formalização das relações entre o brinquedo e a brincadeira e sua importância na organização do tempo e do espaço do brincar, pelos estudantes e pedagogos que atuam na brinquedoteca – denominados de educadores-brinquedistas. Tais reflexões enfatizam o brincar em sua dimensão ampla, caracterizando-o como parte da natureza da infância, fenômeno cultural das especificidades de uma cultura lúdica infantil que se diversifica pela historicidade dos sujeitos e pelo lugar de sua existência. Esses aspectos são abordados como eixos de nossas análises sobre o referido processo de formação, desenvolvido no período dos meses de maio a dezembro do ano de 2015. Nosso referencial teórico contemplou estudos sobre a infância, a ludicidade e a expressão artística, contidos nas reflexões sobre as especificidades da cultura lúdica realizadas por Brougère (2013), as investigações acerca do brinquedo e da brincadeira propostas por Kishimoto (2013) e as formulações acerca das experimentações de materiais na infância, que caracterizamos como ludo-expressivas, discutidas no trabalho da pesquisadora e arte-educadora Stela Barbieri (2014). Nossa abordagem metodológica está inserida na perspectiva da pesquisa-ação existencial, apontada por Barbier (2007) como a nova pesquisa-ação, cuja categoria central é a escuta sensível, atitude de imersão para compreensão dos fenômenos. Nesse sentido, por meio da observação participante existencial e da entrevista semiestruturada, bases materiais para o exercício dessa escuta, foi possível constatar que as apropriações realizadas pelos educadores-brinquedistas configuram-se pela percepção da relevância dos estudos acerca da cultura lúdica para a compreensão do brincar como constituinte existencial do ser criança. O processo formativo, em sua dimensão mais ampla, contribuiu de forma significativa para a compreensão da importância do brincar como fenômeno cultural. Pensar o brincar, a partir da própria ação brincante, foi um exercício constante no cotidiano das ações de formação e planejamento da Pesquisa. A vivência corporal do brincar, como aprendizado sobre a cultura lúdica, foi proporcionando a percepção da brincadeira como movimento e expressão. Assim, o espaço da brinquedoteca passa a ser um campo empírico complexo, cuja intervenção pedagógica é caracterizada pela observação da ação brincante da criança na relação entre o brinquedo, a brincadeira e o espaço direcionado para esse fim.

Palavras-chave: Ludicidade. Formação. Brincar.

PESQUISA E COTIDIANO ESCOLAR: A EXPERIÊNCIA DE REPENSAR UM CURRÍCULO PARA A INFÂNCIA

Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Jalmira Linhares Damasceno
Saimonton Tinôco da Silva

Este trabalho registra algumas reflexões sobre o currículo na educação escolar da criança pequena, a partir da experiência de reorientação do trabalho pedagógico do Laboratório de Ensino “O Grãozinho”, escola de Educação Infantil no Campus III da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no município de Bananeiras, desenvolvida entre agosto/2012 a dezembro/2013. Tal contexto permitiu que professores universitários e estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia estabelecessem um diálogo sobre a organização de um trabalho educativo na e para a infância, a partir da experimentação de um itinerário que conjuga a reflexão sobre a mediação pedagógica e o protagonismo infantil. Trata-se de uma investigação qualitativa, do tipo pesquisa-ação, na qual utilizamos a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada na coleta de dados. Para a descrição e a análise dessa trajetória, organizamos o percurso em três momentos, a saber: o conhecimento e a percepção do funcionamento da Unidade de Ensino, a proposição e a organização da formação dos professores e, por fim, a implementação e a formulação de uma proposta pedagógica. O espaço de formalização de um currículo para a infância nos conduziu a itinerários que viabilizaram uma percepção epistemológica acerca da formação do professor, na concepção de uma proposta pedagógica que nasceu do sentido dado à formulação da prática, a partir da compreensão do processo de aprendizagem que deveria ser proposto para o conjunto das crianças que faziam parte da comunidade escolar. Mediar esse processo nos conduziu a momentos de avanços, mas também de recuos, que caracterizavam a necessidade de um respeito mútuo, relacionado ao professor que estava exercendo a sua função docente em percurso de trinta anos de carreira; ao bolsista-estagiário, que tinha como referência a sua formação escolar - que se assemelhava à prática que estava sendo desenvolvida pelos professores efetivos da Instituição; e, por fim, a nós mesmos, que não podíamos perder de vista as concepções que construímos e que nos fizeram ocupar o espaço do sujeito formador. Exercer esse papel não foi tarefa fácil, mas nos deu a possibilidade de identificar o quanto também estávamos, em alguns momentos, no estado da consciência ingênua apontada por Freire (1977). Não bastava apenas promover, a partir de um programa, a formação continuada e/ou inicial dos sujeitos; era preciso compreender o tempo de aprendizagem de cada um e de nós mesmos, e que esse tempo tinha uma relação direta com elementos sociais e culturais que não iam ser desconstruídos instantaneamente. Desencadear tal processo, que culminou na formalização de uma proposta pedagógica, só foi possível por termos assumido uma postura dialógica diante dos conflitos e impasses do movimento formativo, fato que contribuiu para a emancipação intelectual e política dos participantes, bem como para rever a identidade profissional docente de cada grupo envolvido.

Palavras-chave: Currículo. Infância. Criança.

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Coordenadora: Ana Maria Lourenço de Azevedo

**FORMAÇÃO DOCENTE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O QUE DIZEM OS
ACADÊMICOS DE PEDAGOGIA DA UFS SOBRE CRIANÇA, INFÂNCIA E
EDUCAÇÃO INFANTIL?**

Ana Maria Lourenço de Azevedo

O presente trabalho propõe contribuir com as reflexões da tríade: Infância, Criança, Educação Infantil, na ótica das práticas discursivas que buscam resgatá-la da invisibilidade a que historicamente tem sido submetida e que atualmente vem sendo rebatida no campo das pesquisas sobre Infância e Educação Infantil, notadamente no diálogo que articula a Sociologia e a Filosofia. Objetiva identificar e analisar criticamente os modos como os acadêmicos de Pedagogia representam a criança, infância, e a educação infantil para compreender como esses futuros pedagogos constituem a ação docente voltada para a educação de crianças de 0 a 5 anos no percurso de sua formação inicial. Nesse sentido apresenta um recorte da análise de resultados de uma pesquisa do PIBIC/FAPITEC, realizada no período 2015/2016 envolvendo 120 graduandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFS. O marco teórico metodológico do estudo foi construído baseado nas premissas e pressupostos da Sociologia da Infância (SARMENTO, 2012; CORSARO, 2012; MULLER, 2009). A opção metodológica adotada é de abordagem qualitativa e a produção de dados foi realizada através da aplicação de questionários com acadêmicos dos 2º, 3º e 5º períodos do referido curso, com base no seguinte critério: alunos regularmente matriculados que já haviam cursado as disciplinas: fundamentos da educação infantil, História Social da Criança e Estágio Supervisionado em Educação Infantil. Conhecer e analisar os significados atribuídos pelos graduandos que buscaram o Curso de Pedagogia da UFS sobre a tríade mencionada viabilizou a construção de um olhar mais atento e criterioso para o processo educativo e de formação que o curso oferece em um momento ímpar, onde se estabelece em seu colegiado a necessidade de uma reestruturação do mesmo. Os resultados ora apresentados estão assim ancorados em concepções e representações de infância/criança/educação infantil que são partilhadas no imaginário social do grupo pesquisado, evidenciando e interfaciando imagens de escola, aluno e professor da educação infantil. Na pesquisa, alguns sujeitos desvendaram suas inquietações em relação à que lugar/espaco é este ocupado pela criança-infância nas escolas de educação infantil. Com este estudo reafirmamos o desejo em continuar investindo em estudos e pesquisas sobre a temática aqui apresentada, ampliar os discursos a respeito da Educação das crianças de 0 a 5 anos e da sua inserção cidadã na complexidade da contemporaneidade que vivemos. Fica demonstrada a necessidade emergencial de realização de novos estudos e ações formativas que possibilitem aprofundamento de subsídios teóricos sobre a temática aqui pesquisada, com vistas à construção de ressignificações no campo teórico/metodológico que expressam concepções de criança/infância nas quais se sustentam as práticas docentes na educação infantil. Para

tanto, não é possível ignorar o nosso compromisso ético e político enquanto educadores, pelas demarcações que são requeridas no campo das políticas públicas, dos saberes e das práticas educacionais de educação infantil.

Palavras-chave: Criança. Infância. Educação.

COMO OS BEBÊS RESSIGNIFICAM OS ESPAÇOS DA CRECHE EM SUAS AÇÕES EXPLORATÓRIAS E INTERATIVAS COM PARCEIROS DE IDADE? AS CRIANÇAS RESPONDEM

Tacyana Karla Gomes Ramos

O estudo objetiva investigar as formas de ocupação do espaço e as ações sociais dos bebês em ocasiões de interações com parceiros de idade e objetos na creche. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo que indaga: como as crianças ressignificam os espaços da sala em suas ações exploratórias e interativas com parceiros de idade na creche? Participaram da pesquisa 17 crianças de ambos os sexos, com idades entre cinco e treze meses, integrantes de uma instituição municipal de Educação Infantil da cidade de Aracaju/SE. Foram realizadas 36 sessões de filmagens durante três meses. Os dados foram categorizados por meio da análise microgenética em que cada sessão videogravada foi observada atentamente a fim de serem recortados e descritos episódios interacionais orientados por dois conjuntos de indicações: a) formas da criança interagir e contrariar o instituído pelo adulto quanto aos usos do espaço e b) formas da criança subordinar o mobiliário da sala aos seus interesses e aproveitar materiais disponibilizados pelo adulto para estar com o outro social. Os achados indicam que, em suas interações com e no espaço, as crianças apresentam uma curiosidade inventiva que ultrapassa os limites do convencionalmente instituído. A partir dos dados apresentados na interação criança-criança ao longo dos episódios, o comportamento interativo da criança revela sua busca por várias experiências que lhes permitam fazer descobertas e tecer relações, quando ela manipula objetos que o adulto lhe disponibiliza, explora o mobiliário e escolhe áreas para a realização de suas atividades, atribuindo aos objetos e aos espaços um sentido socialmente compartilhado, estando em contato com um campo de oportunidades de (re)significações. Contrariando o instituído pelas suas educadoras quanto ao uso do berço como espaço de “guarda”, punição ou disciplina, as crianças integrantes dos episódios apresentados parecem impor, constantemente, o reverso de uma lógica adultocêntrica, pois suas ações traçam outros contornos para o cotidiano pedagógico que foi definido. Conforme observamos nos episódios alçados dos dados empíricos, as ações das crianças não se enquadraram nos ditames de um sistema que prima pelo homogêneo. Portanto, as crianças não deixam de criar situações “ilícitas” para viverem experiências em que se reconhecem como autoras de suas práticas, fazendo valer seus direitos de pensar por si, tomar decisões e fazer escolhas desde bem pequenas. Os resultados nos inspiram a pensar na creche como espaço de trocas, lugar de garantia e compromisso com a educação e as culturas da infância, abrindo vias de ampliação do debate e de estudos que deem visibilidade às peculiaridades dos mundos sociais das crianças bem pequenas, suas capacidades de recriar condições sociais, sua

desenvoltura para mexer no instituído por adultos, que vem conquistando relevância no quadro teórico atual em torno da infância, mas que ainda são ofuscados por concepções e posturas autoritárias de seus educadores nas práticas cotidianas da Educação Infantil.

Palavras-chave: Bebês. Educação. Espaço.

PRÁTICAS DE CUIDADOS/EDUCAÇÃO NA CRECHE: O QUE DIZEM AS CRIANÇAS SOBRE A ATUAÇÃO DE SUAS EDUCADORAS?

**Jeane Costa Amaral
Tacyana Karla Gomes Ramos**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que tem como objetivo central analisar os dizeres das crianças a respeito das práticas de cuidados/educação desenvolvidas por suas educadoras na creche. O referencial teórico discute e apresenta as produções da Sociologia da Infância e pressupostos educacionais que consideram a criança como sujeito socialmente ativo desde bebê, com diferentes capacidades comunicativas para se relacionar, participar de eventos culturais, apreender e compartilhar significados, utilizando-se de diferentes recursos para expressar seus interesses, necessidades e motivações. Participaram da pesquisa vinte e cinco crianças de ambos os sexos, com idades entre três e quatro anos, integrantes de um agrupamento etário denominado de Maternal III, matriculadas em uma instituição municipal de Educação Infantil de Aracaju/SE. Os instrumentos utilizados para a produção dos dados foram videografações, fotografias e registros escritos, organizados em diários de campo, episódios e relatos. Também foram realizadas sessões de conversas com as crianças durante atividades planejadas, a saber: jogos com fotografias dos adultos profissionais da creche, histórias para completar e desenhos produzidos por pares de idade como formas de acesso aos dizeres das crianças sobre o tema alvo da investigação. As sessões de recolha de informações com as crianças foram submetidas à microanálises, descritas em 09 episódios interativos e 21 relatos que foram agrupados em quatro categorias: a) o que dizem as crianças sobre a identidade de atuação profissional de suas educadoras; b) a visão das crianças sobre o processo de escolarização na creche; c) o disciplinamento na creche desvelado nas falas das crianças e d) as transgressões das crianças frente ao instituído pelas suas educadoras. Os resultados indicam que as crianças reconhecem as diferenças de atuação profissional entre as educadoras que lhes dirigem práticas de cuidados e educação cotidianamente na creche. Na perspectiva das crianças, as práticas de cuidar e educar são, por muitas vezes, circunscritas por atos de disciplinamento ou castigos, distantes das propostas preconizadas pelos documentos legais voltados para a educação da primeira infância. Visualizamos a presença marcante de uma cultura adultocêntrica, traduzida nas várias expressões ditas pelas crianças, as quais nos remeteram a dois conceitos durante a produção de dados: disciplinamento e violência simbólica. Nesse sentido, as crianças apontaram a expressão “Botar de castigo” como sendo a estratégia mais utilizada para discipliná-las ou puni-las, a fim de moldar os seus comportamentos. Verificamos também que as crianças transgridem o instituído proposto pelas educadoras, resistindo a um sistema educacional que prima pelo homogêneo. Os dados produzidos reforçam os achados de outros estudos que tecem críticas ao modelo

de educação, no qual todas as crianças devem seguir os mesmos tempos, os mesmos modos, seguindo a lógica do consenso que desconsidera a pluralidade, interesses e características de cada criança e de sua infância.

Palavras-chave: Escuta. Crianças. Educação.

GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO INFANTIL – GEDIN

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Coordenador: Adilson De Angelo

PROCESSOS E PROTAGONISTAS DAS LINGUAGENS DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: QUAIS DISCURSOS ORIENTAM O FAZER DOCENTE?

Adilson De Angelo

Simone Cristiane Silveira Cintra

A formação de professora/es de Educação Infantil, enquanto área de estudo e pesquisa, passa por constantes revisões e mudanças paradigmáticas. Devido à sua complexidade e amplitude, muitas têm sido as abordagens adotadas. Dentre essas abordagens estão as que buscam inter-relacionar arte e processos de formação docente, propondo por meio de vivências com a arte e suas linguagens o reencontro de professora/es em formação com suas dimensões e possibilidades poéticas, criadoras, lúdicas, inventivas e imaginativas – vividas com intensidade na infância e esquecidas na vida adulta. Estudos sobre a arte e suas linguagens encontram-se, também, no campo das pesquisas acerca das especificidades das infâncias e a da educação de crianças em creches e pré-escolas. Muitos desses estudos abordam os modos de ser e estar no mundo das crianças pequenas, focalizando e salientando que as mesmas possuem modos de pensar, agir e sentir, mediados por necessidades e possibilidades muito próximas das que norteiam o fazer artístico: o desprendimento de posturas excessivamente utilitárias e instrumentais; a intimidade com a brincadeira, a invenção e a fantasia; a possibilidade de dizer de si e do mundo por meio do dizer poético, das cores, dos sons e dos gestos. Assim, a presente investigação, ainda em andamento, se constrói na interlocução com os estudos que tratam das interfaces da arte com a formação inicial de professora/es de Educação Infantil e com a educação e o cuidado de crianças pequenas. A pesquisa tem adotado como procedimento metodológico principal a análise de conteúdo dos documentos oficiais que aludem à inserção e à potencialidade da arte e suas linguagens na Educação Infantil, enquanto campo de práticas e enquanto campo de formação, produzidos no âmbito do Ministério da Educação (MEC), das redes municipais de ensino e das Instituições de Ensino Superior localizadas nos municípios que compõem o Núcleo da Região Metropolitana de Florianópolis. O presente estudo tem objetivado identificar e analisar no discurso produzido em tais documentos como se explicita a dimensão da arte e suas linguagens na educação de crianças de 0 a 5 e na formação inicial de profissionais da Educação Infantil, em nível superior, buscando, ainda, os indícios de aproximação e de diálogo entre os discursos que compõem os documentos analisados. Deste conjunto, tomou-se como ponto de partida a análise do documento “Por uma política de formação do profissional de educação infantil”, publicado pelo MEC em 1994, que lança bases para a consolidação de uma política nacional de formação dos profissionais de Educação Infantil; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fixada na sua

primeira versão em 1999 e na sua revisão e atualização em 2009. Neste momento, a investigação tem-nos permitido identificar um discurso que informa a importância da vivência das linguagens da arte pelas crianças, ao mesmo tempo em que se revela uma ausência desta vivência quando se trata da formação docente. Como ilação, é possível afirmar que em tais documentos está reforçada a ideia de que para o adulto saber sobre a arte não implica vivê-la, uma vez que se tem reforçado a ideia da criança como “única” protagonista desta experiência.

Palavras-chave: Infância. Arte. Formação.

AVALIAÇÃO DE CONTEXTO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM FLORIANÓPOLIS

Aline Helena Mafra-Rebello
Geysa Spitz Alcoforado de Abreu
Julice Dias

Este trabalho apresenta a trajetória da pesquisa desenvolvida em Florianópolis (SC), entre 2013 e 2015, em uma instituição de Educação Infantil pertencente à Rede Pública Municipal de Ensino. Tal percurso se insere em uma pesquisa mais abrangente intitulada: “Formação da rede em educação infantil: Avaliação de contexto”, financiada pelo Ministério da Educação, que, por sua vez, promoveu o estudo simultâneo em quatro capitais brasileiras (Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Florianópolis), representadas pelas seguintes universidades UFPR, UFRJ, UFMG, UDESC, com a finalidade de examinar a viabilidade do uso de dois instrumentos italianos de avaliação de contexto em instituições de educação infantil dos referidos municípios. Teve como princípios básicos a participação, a negociação e o diálogo de todos os envolvidos. Os objetivos da pesquisa foram: utilizar duas escalas italianas de avaliação de contexto (ISQUEN E AVSI) em turmas de creche e pré-escola, para observar suas adequações à utilização no contexto de instituições de Educação Infantil brasileiras; analisar as potencialidades de utilização das escalas italianas de avaliação de contexto na Educação Infantil; contribuir para a formulação e proposição de indicadores de avaliação de contexto na Educação Infantil comprometidos com o debate acadêmico e com a política nacional de Educação Infantil no Brasil. A metodologia utilizada foi mobilizadora de um debate entre os profissionais atuantes na instituição. Foi um verdadeiro exercício de escuta na medida em que a análise dos instrumentos remetia à discussão sobre a qualidade. Tratava de uma qualidade não abstrata, mas referenciada nos itens e critérios apresentados pelos instrumentos e, por assim ser, resultou em reflexões e trocas de pontos de vista contextualizados. Desse modo, o percurso da pesquisa, as discussões que este suscitou sobre o contexto da Educação Infantil e suas especificidades foi de grande valia para o processo formativo de modo individual para cada participante e para a instituição na condição de corpo profissional que se debruça sobre o alcance de um trabalho cada vez mais coletivo e de qualidade. Outra contribuição foi a construção de profícuos diálogos entre as pesquisadoras e as professoras participantes da pesquisa. Estes momentos foram permeados por trocas, entendimentos e também divergências e cumplicidade, assumindo sempre um compromisso ético no trato das informações e percurso da pesquisa. Os instrumentos se mostraram férteis para promover um diálogo

produtivo (porque concreto e situado), a troca e a partilha, que, em alguns momentos, foram permeados por tensões e pontos de vista divergentes. Assim, identificou-se não só a pertinência do instrumento para avaliar o contexto brasileiro, bem como da metodologia proposta pelas pesquisadoras italianas (BONDIOLLI, SAVIO, 2013), pois, notadamente, identificou-se o valor formativo para a instituição de modo geral e para cada profissional em particular que o trabalho desenvolvido promoveu.

Palavras-chave: Florianópolis. Infância. Avaliação.

GRUPO FOCAL: A VOZ DAS PROFESSORAS NA COLETA DE DADOS

Ana Paula Rudolf Dagnoni

Este artigo apresenta a trajetória metodológica de estudo de abordagem qualitativa. Trata-se de uma pesquisa que analisa os contextos sociais de professoras de creche para explicar os fenômenos culturais das práticas pedagógicas realizadas naquele contexto e identificar as fontes dos saberes dessas práticas. Desta forma, a técnica mais adequada para a escuta focalizada e personalizada foi à técnica de grupo focal, associada à entrevista individual personalizada. No caso da pesquisa em questão, queríamos entender como as professoras desenvolvem suas práticas com bebês, como se organizam, vivenciam, lidam e acionam saberes para enfrentar os desafios do cotidiano das creches. Desta forma, optamos pelo uso da técnica de entrevistas em grupo focal. O agrupamento de sujeitos de uma mesma realidade social (e nesta pesquisa, de uma mesma realidade profissional), trouxe para o momento da coleta de dados uma integração entre pares que permitiu que os discursos fluíssem de forma produtiva, a fim de analisar a rotina das professoras de creches e conhecer os tipos e fontes de conhecimento e como elas utilizam-nos. A participação de professoras que atuam com a mesma faixa etária de crianças, permitiu que as discussões tomassem rumos focados e que as afirmações fossem relatos da realidade vivida. Considerando que os objetivos desta pesquisa dizem respeito à prática e os saberes das professoras de bebês, os sujeitos elencados foram cuidadosamente selecionados, levando sempre em consideração os critérios estabelecidos anteriormente. As participantes foram professoras da Rede Pública Municipal com experiência mínima de dez anos na Educação Infantil, Pedagogas Graduadas ou Pós-graduadas atuando com turmas de 0 a 2 anos. Um membro essencial no grupo focal é o moderador. É ele quem tem a responsabilidade na condução do grupo e na garantia efetiva do objeto pesquisado. Um componente importante para a entrevista por meio de grupos focais é o “aquecimento”, ou seja, uma estratégia para iniciar o assunto pesquisado e estabelecer entre o grupo um início de diálogo. Na presente pesquisa foram elencados quatro eixos identificados na rotina dos CEIs, para iniciar a discussão sobre as práticas diárias nos berçários: alimentação, banho, troca de fraldas, exploração de materiais e emoções. Após cuidadosa análise de transcrições e incansáveis retomadas aos registros em vídeos, a pesquisadora acreditou ser pertinente uma nova escuta com as educadoras participantes do Grupo Focal, uma vez que durante a dinâmica organizada algumas educadoras se pronunciaram poucas vezes. Dessa forma, sentimos a necessidade de conversar novamente com as professoras e então planejamos uma entrevista individual personalizada, elaborando um roteiro específico para cada professora diante daquilo que foi mencionado ou não durante o grupo focal. Os

resultados apontam para a potencialidade dos grupos focais no desenvolvimento dos discursos interacionais e processos comunicativos, bem como uma técnica de pesquisa capaz de traduzir as realidades qualificando as discussões e apontando caminhos para a investigação do objeto pesquisado.

Palavras-chave: Pesquisa. Metodologia. Professoras.

GRUPO DE PESQUISA EM POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA EDUCAÇÃO E INFÂNCIA – GPEI

Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

Coordenador: Rosânia Campos

AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA LEI Nº 12.796/13 NO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Dulcelina da Luz Pinheiro Frasseto
Rosânia Campos**

Esse trabalho objetiva discutir as principais estratégias de expansão da educação infantil, realizadas nos dez maiores municípios do estado de Santa Catarina, para conseguirem efetivar a Lei Nº 12.796 de 2013 que determina a obrigatoriedade da matrícula a partir dos quatro anos. A escolha por esses municípios decorre da compreensão de que participam de associações e fóruns, locais e nacionais, como a União dos Dirigentes Municipais e do GT das grandes cidades (encontro organizado pelo governo federal para discussão e divulgação de políticas, programas e estratégias na área de educação). Para além desse aspecto, entendemos ainda que, ao estudarmos diferentes realidades municipais poderemos captar, por um lado, a heterogeneidade das políticas considerando-as em suas dimensões intra e inter municípios; e por outro lado, identificar homogeneidades que podem nos revelar possíveis tendências regionais. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa documental organizada a partir de duas ações: a) revisão bibliográfica e documental; b) coleta de dados juntos aos sites do INEP, FNDE e diretamente junto as secretarias de educação via questionário. Após a coleta dos dados junto aos municípios e sites oficiais, os mesmos foram tabulados para posterior análise. Como Referencial de Análise de Políticas foi utilizada a teoria de Roger Dale, o qual oportunizará uma compreensão das políticas locais em face das nacionais e internacionais. A análise e os estudos dos documentos foram organizados a partir do pressuposto de que não devemos compreender o texto em si como objeto final de explicação, mas como resultados de intensas disputas, não apenas conceitual, mas também de condições e intenções que acaba por marcar as produções dos documentos; os quais acabam tanto por prescreverem orientações, como produzem discurso 'justificador'. As análises indicaram que os dez municípios possuem 38,11% da população infantil do Estado, sendo que desse percentual, 66,53% corresponde as crianças de 0 a 3 anos. No entanto, o fato da maior população ser composta por crianças menores de 3 anos não significou que a oferta em educação infantil fosse maior para esse segmento etário. Pelo contrário, seguindo a tendência nacional e histórica, a maior parte dos municípios oferta mais vagas para as turmas de quatro e cinco anos. As análises indicaram ainda que há duas estratégias comuns: a) parcialização do atendimento, sobretudo nas turmas de acima de três anos; b) conveniamento, de modo

destacado, com intuições filantrópicas. Essas duas estratégias, que se destacam nas diferentes gestões públicas, podem repercutir em diferentes problemas para educação infantil, e de modo especial e imediato para as crianças de quatro e cinco anos, pois além do fato dessas turmas serem agora reguladas pela obrigatoriedade da matrícula e frequência, os espaços para atendê-las se revelou diverso, sendo muitos junto as escolas de ensino fundamental. Essa somatória de fatores pode conformar a lógica do ensino fundamental no cotidiano dessas turmas. A parcialização do atendimento em creche também repercute em novas configurações familiares e institucionais, fato que ratifica a necessidade e a urgência de desenvolvermos pesquisas de acompanhamento da implementação das políticas públicas, já que historicamente, no contexto das investigações, o foco concentra-se muito mais no contexto de sua formulação.

Palavras-chave: Política. Educação Infantil.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS CURRICULARES DOS DEZ MAIORES MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Daiana Ludvig, dailud85@gmail.com

A presente pesquisa, documental, que teve por objetivo analisar os documentos curriculares da educação infantil dos dez maiores municípios de Santa Catarina, justifica-se pela importância da discussão em torno do currículo para esta etapa educativa, visto a sua complexidade, que transita muitas vezes ora em concepções assistencialistas, ora em concepções preparatórias para o ensino fundamental. Dito de outro modo, pensar um currículo para a educação infantil implica, entre outros aspectos, compreender, tanto o binômio “cuidar e educar” como fundante das práticas educativas; quanto a educação infantil como área de intersecção entre o direito das crianças e das suas famílias. Para além dessas observações, a revisão de produção, nas plataformas: CAPES e Biblioteca Digital, indicou que esse tema é ainda pouco discutido na área, sendo que as discussões referentes ao currículo para educação de zero a três anos, são ainda menos expressivas. Assim, a partir do objetivo geral foram delimitados os objetivos específicos, quais sejam: a) analisar a organização e apresentação dos documentos curriculares municipais; b) analisar a concepção de criança, de educação infantil, aprendizagem – desenvolvimento e de currículo que os dez municípios apresentam em seu documento curricular; c) verificar os documentos mandatórios e orientadores que fundamentam os documentos municipais. Para analisar os documentos foi utilizada a análise de conteúdo, a partir da qual foi definida a técnica da “análise categorial”, por entendermos que seria a mais indicada para atender os objetivos propostos. Importante lembrar, que seguindo essa metodologia as categorias atenderam aos critérios de: homogeneidade, foram exaustivas, exclusivas/ objetivas e adequadas ou pertinentes. Seguindo essas orientações, foram sendo desenvolvidas as análises, as quais indicaram que, ainda que as diretrizes sejam referenciadas como base, muitas das discussões evidenciam discrepância com as concepções defendidas nas diretrizes. A diversidade de concepção de criança e da função da educação infantil também é uma informação que nos instiga a pensar a fragilidade do diálogo entre as pesquisas da área e as redes públicas. Outro fato que merece destaque é que, embora não tenha sido encontradas propostas na lógica de lista de atividades e/ou rotina, observamos propostas

desenvolvidas sob a égide do desenvolvimento de competências, fato que para educação infantil é um complicador, pois pode rapidamente orientar uma prática prescritiva guiada pela lógica desenvolvimentista cerceando as possibilidades de experimentações e explorações de mundo que deveria ser a base do currículo na educação infantil. No caso da educação das crianças menores de três anos corre-se o risco reduzir, a prática junto as crianças, a uma lista de ações do adulto com o objetivo de desenvolver determinadas habilidades e competências das crianças. Ao se considerar a obrigatoriedade da matrícula somando-se as estratégias municipais de atenderem em período parcial e, em alguns casos, nos prédios de ensino fundamental, esse tipo de currículo pode ratificar práticas seguindo a lógica do ensino fundamental, prática historicamente combatida na área.

Palavra-chave: Educação Infantil.

OS LUGARES EDUCATIVOS E AS POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO ESTÉTICO INFANTIL

Leonardo Longen Neves

A educação infantil é uma etapa educativa recentemente reconhecida no país, e que ao longo, em especial, das últimas décadas foi foco das alterações legais e de vários estudos e pesquisas, que versaram também sobre a organização dos espaços. No entanto, essa é uma discussão complexa, em especial, porque muitos dos espaços destinados a educação infantil são ambientes “adaptados” para a infância. A lógica dessas adaptações já seria em si um bom objeto de estudo, mas é nas relações entre os sujeitos e esse espaço praticado, e nas possibilidades dessa inteiração contribuir para o desenvolvimento estético infantil que a presente pesquisa teve seu foco. A partir do objetivo principal de analisar os espaços de educação infantil, sobretudo os destinados às crianças menores de três anos, procuramos discutir as possibilidades que eles oferecem para o desenvolvimento estético infantil. Para tanto, foram analisadas uma instituição em cada uma das três maiores cidades de Santa Catarina, as quais foram selecionadas como instituições de referência pelas Secretarias de Educação de seus respectivos municípios. Os dados foram coletados por duas ações: registro fotográfico e entrevistas com técnicas das secretarias de Educação e com as dirigentes de cada instituição. Após a coleta, os dados foram sistematizados, e compreendendo a fotografia como texto, foram desenvolvida as análises. As análises foram sistematizadas considerando: observar os elementos artísticos e culturais presentes nas escolas, perpassando as intenções (conscientes ou não) na escolha destes elementos; as marcas que os sujeitos que ali convivem criam nesses espaços; os discursos que fundamentam a composição destes lugares e/ou também a escolha de uma instituição como referência em detrimento de outra. Tendo em vista os limites de página, nesse trabalho as discussões serão focadas nos objetos existentes em uma das instituições estudadas. Para tanto, as análises foram orientadas compreendendo esses objetos a partir do conceito de “hiperespetáculo” desenvolvida por Lipovetsky e Serroyno (2015). Nesse sentido, percebemos que os objetos analisados compõe a prática pedagógica dessa instituição, e figuram também como mediadores de diferentes experiências e relações. Seguindo essa perspectiva foi possível observar um constante processo de reificação de objetos. Dessa forma, sob o

argumento da atratividade, isto é, chamar a atenção da criança se cria uma imagem sobre o objeto, que muitas vezes descaracteriza o próprio objeto, que passa a ser uma terceira coisa, um ser híbrido, pois essa nova roupagem não exclui a funcionalidade anterior, mas se inscreve na determinação em tornar-se também uma espécie de objeto vivo. Dito de outro modo, a preocupação com a forma ganha tamanha evidência que ela passa a ser o tema central, criando uma sobreposição: um espetáculo do espetáculo, um hiperespetáculo. Esse fato evidencia a importância que a forma assume, transpondo sobre si o choque visual, o impacto, a relação entre sujeito e objeto, desencadeando um movimento que sugere um deslocamento de sentidos. O que a princípio deveria ser pensado e planejado a partir de sua função, é reificado, transformado em coisa per se. A repercussão desse processo é um distanciamento de um desenvolvimento estético sob a perspectiva de estética como uma forma de experiência, pois limita o contanto, criando uma barreira anti experiência, ou pelo menos, uma impossibilidade de contato sinestésico.

Palavra-chave: Desenvolvimento estético.

GRUPO DE PESQUISA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE EDUCADORES – GRUFAE

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Coordenadora: Valdete Coco

FORMAÇÃO CONTINUADA NAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Kallyne Kafuri Alves

Dirigido ao eixo “Políticas para a Infância e a Formação de Professores” (eixo quatro do 5º GRUPECI), este texto apresenta pesquisa que aborda o tema da formação continuada nas instituições conveniadas de Educação Infantil. Na afirmação da Educação Infantil como um direito das crianças (BRASIL, 1996; 2009), a pesquisa busca caracterizar as instituições conveniadas de Educação Infantil, com atenção especial às políticas de formação continuada desenvolvidas nessas instituições. Neste propósito, o desenvolvimento da pesquisa foi organizado a partir de três eixos: os acúmulos da produção acadêmica sobre o tema, a configuração do conveniamento na materialidade da Educação Infantil nacional e as políticas de formação continuada desenvolvidas nas instituições conveniadas. Nessa proposição, a pesquisa se constitui com referencial teórico-metodológico bakhtiniano (BAKHTIN, 2006; 2010; 2011; 2013a; 2013b), observando que a temática da formação continuada nas instituições conveniadas de Educação Infantil se descortina numa arena discursiva polifônica e multifacetada. Nesse campo, a forte pressão por ampliação da oferta de vagas (ALVES, 2014; ALVES, CÔCO, 2016) evidencia os desafios associados à expansão do atendimento (BRASIL, 2014). Como estratégias para responder as demandas por expansão na Educação Infantil emergem as iniciativas de conveniamento, fruto do desenvolvimento de parcerias entre o setor público e o setor privado. Com a pesquisa, destacamos dois aspectos sobre o tema, que se referem à produção acadêmica sobre convênio e ao mapeamento de instituições conveniadas de Educação Infantil no Brasil e em um estado da região sudeste. O estudo da produção acadêmica sobre o tema permite acenar o jogo de interesses entre as partes

na elaboração do termo de conveniamento (XAVIER, 2003; BONAMINO, 2003; ADRIÃO, GARCIA, BORGHI e ARELARO, 2012; LIMA e VIRIATO, 2000; LUZ e OLIVEIRA, 2011; ZARPELON, 2011b), a influência neoliberal nas formas de elaboração das parcerias público privadas no Brasil (LIMA e VIRIATO, 2000; BONAMINO, 2003; CORRÊA, 2009; LUZ e OLIVEIRA, 2011; ZARPELON, 2011; CORRÊA, 2013) e a observação da tendência religiosa presente nessas parcerias (MAGALDI, 2003; XAVIER, 2003; TAVARES, 2010). No segundo aspecto, exploramos dados disponibilizados no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, analisando a lista de instituições conveniadas e segmentos de ensino considerados no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica do ano de 2015. Com o levantamento de dados, observa-se o quantitativo de 17.517 instituições conveniadas de Educação Infantil, distribuídas em vinte e seis estados brasileiros. Assim, compomos a arena de pesquisa, povoada por especificidades locais, acaloradas com as repercussões do cenário político nacional e regional. Assinalamos que nessa arena mobilizam-se distintas perspectivas e formas de desenvolvimento da Educação Infantil, impactando a formação e o trabalho docente realizados nas instituições conveniadas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação Continuada. Conveniamento.

FORMAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES A PARTIR DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

Marle Aparecida Fidèles de Oliveira Vieira

174

No escopo da discussão que abarca as políticas para a infância e a formação dos professores (eixo quatro do 5º GRUPECI), neste texto apresentamos pesquisa que tem como objetivo compreender como se efetiva a formação continuada dos educadores da Educação Infantil que atuam em assentamentos. Desse modo, a pesquisa se efetiva na interface da Educação Infantil com a Educação do Campo (em particular, no contexto de assentamentos) e em articulação com a formação de professores. No bojo da afirmação e reconhecimento do direito das crianças à Educação Infantil (BRASIL, 1996; 2009), assinalamos as precárias condições em que se dá o atendimento às crianças do campo no contexto pesquisado. Condições que afetam a materialidade do trabalho docente, incluindo os processos de formação de professores encaminhados neste contexto. Assim, na perspectiva de garantir uma educação que abarque as especificidades do Campo e da Educação Infantil neste contexto e também de reconhecer o direito a uma formação alicerçada na materialidade da vida dos sujeitos, destacamos a importância de pautar e visibilizar essa temática (VIEIRA, 2016). Com base no referencial teórico-metodológico bakhtiniano (BAKHTIN, 2011; 2012; 2014), encaminhamos a pesquisa numa perspectiva qualitativa exploratória – compreendendo a importância das discussões acerca da ética e da diversidade na pesquisa –, realizando, dentre os procedimentos, entrevista semiestruturada com uma educadora que atua em área de assentamento localizada em um estado da Região Sudeste. Nesse escopo, este estudo pauta-se na relação entre sujeitos e, a partir dos enunciados da educadora, visibiliza a temática acerca da infância e dos processos formativos ao longo do trabalho realizado com as crianças atendidas na Educação Infantil do Campo. Por ser um estudo realizado num

contexto específico (assentamento de Reforma Agrária), destacamos os conceitos de território (FERNANDES, 1999) para entender os percursos com os quais se materializam a Educação do Campo (CALDART, 2012) e, nesse sentido, as discussões acerca da Educação Infantil (KRAMER, 2006, NUNES; CORSINO, 2011, CAMPOS; FULLGAF; WIGGERS, 2006), da EIC (GONÇALVES, 2013, CÔCO, 2011, BARBOSA et al., 2012, SILVA; PASUCH, 2010) e da formação dos educadores (FREIRE 1987, 2003, 2004, 2013). Na vivência e na possibilidade do encontro com o outro (BAKHTIN, 2011), também destacamos os conceitos de diálogo e alteridade (BAKHTIN, 2011, 2014), considerando o respeito ético entre os sujeitos participantes da pesquisa. Os enunciados advindos por meio da entrevista com a educadora expressam a emergência da pauta da Educação Infantil do Campo e as fragilidades das políticas de formação para os educadores. Também expressam as precariedades no que concerne à infraestrutura para a garantia de atendimento às crianças residentes no assentamento. Embora exista o atendimento, além de reduzido em relação à demanda, é oferecido em salas anexas à rede estadual. Assim, a pauta da Educação Infantil do Campo é marcada pelas desigualdades, com implicações diretas na educação das crianças campesinas.

Palavras-chave: Formação. Educação Infantil Campo. Assentamentos.

GESTÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciana Galdino

A partir do eixo “Políticas para a Infância e a Formação de Professores” (eixo quatro do 5º GRUPECI), neste texto apresentamos a pesquisa sobre gestão institucional, situada no campo da Educação Infantil. Nesse delineamento, articulamos indicadores do campo da Educação Infantil com as premissas sobre gestão institucional, em diálogo com as assertivas da formação, em especial, da formação continuada. No reconhecimento das mudanças ocorridas no campo da Educação Infantil, que vem implicando na reconfiguração dos seus quadros profissionais, esta pesquisa focaliza o gestor que atua nas instituições, buscando compreender quem são gestores que atuam nas instituições, considerando o perfil pessoal e profissional, a dinâmica do trabalho e os processos de formação continuada vivenciados. Estruturada com princípios teóricos-metodológicos bakhtinianos, (BAKHTIN, 1988, 1997, 2010, 2011), visando compreender a pesquisa contextualizada na relação entre sujeitos, o estudo sustenta-se, especialmente, nos conceitos de sujeito, dialogia, alteridade, excedente de visão e ato ético. Nessa ancoragem, agrega uma contextualização da Educação Infantil e da gestão com base em Campos (2006, 2010, 2011, 2012) e Côco (2009, 2010). Também assinala os aspectos da gestão democrática no Brasil com base nos documentos oficiais (BRASIL, 1988, 1996, 2014) e nas literaturas do campo da gestão desenvolvidas por Souza (2006, 2009, 2010, 2012) e Paro (1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2007, 2010, 2012, 2015). Ainda, abarca assertivas do campo da formação, sistematizadas por Nóvoa (2002, 2009, 2011). Numa abordagem qualitativa exploratória, a pesquisa desenvolveu procedimentos de aplicação de questionário e de realização de entrevista semiestruturada com gestores de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) de um município da Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo. As análises dos dados produzidos indicam perspectivas de gestão que, não sem dificuldades, se afirmam na perspectiva do compartilhamento do

trabalho educativo. Nesse horizonte de investimento, acena que o conhecimento das especificidades da EI contribui para o exercício da função e evidencia a relevância dos processos de formação continuada no desenvolvimento profissional e conseqüentemente, no fortalecimento das concepções vinculadas ao campo da EI. Também acena o destaque para uma preocupação do trabalho com foco nas crianças, emergindo o desafio da superação de algumas práticas ainda presentes na EI que desconsideram o protagonismo dessas crianças. Os dados indicam ainda, investimentos no conhecimento dos pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2009), constituindo-se como temática de formação continuada mais enumerada nas propostas de formação desenvolvidas no âmbito das instituições. No reconhecimento dos sujeitos na sua singularidade, o encontro com as enunciações dos gestores evidencia os desafios na configuração da gestão democrática no âmbito das instituições de Educação Infantil, indicando que a gestão constitui uma pauta importante no delineamento dos processos formativos.

Palavras-chave: Educação infantil. Gestão. Formação Continuada.

GRUPO DE PESQUISA INFÂNCIA E DOCÊNCIA NA CRECHE

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenadora: Daniela de Oliveira Guimarães

ÉTICA E ALTERIDADE NA PESQUISA COM PROFESSORES DE BEBÊS

Daniela de Oliveira Guimarães

Deise Arenhart

Nubia de Oliveira Santos

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo metodológico da pesquisa “Linguagem e Educação Infantil: entre a docência e as práticas pedagógicas”, em curso desde o segundo semestre de 2015. A pesquisa busca compreender os sentidos da docência na creche a partir do discurso de professoras de bebês e crianças de até 3 anos e do diálogo entre elas sobre a especificidade do trabalho pedagógico neste contexto. O campo da pesquisa concretiza-se como um grupo de reflexão com as professoras, que se constitui como espaço de formação continuada na Universidade. Portanto, trata-se de uma pesquisa com perspectiva de intervenção, na medida em que o espaço de investigação é, ao mesmo tempo, espaço de formação. A pesquisa-intervenção tem como propósito afetar a realidade, num processo onde o pesquisador está também envolvido. Neste caminho, o dispositivo de pesquisa transforma o que deseja pesquisar e o próprio processo de pesquisa é espaço de produção de sentidos. Por outro lado, a pesquisa-formação visa romper as relações hierarquizadas entre formadores (da Universidade) e professores (da Educação Básica), a partir da visibilidade que se pode estabelecer em relação ao discurso dos professores. Mikhail Bakhtin é interlocutor privilegiado, pois compreende a linguagem como prática social viva e permite-nos compreender a pesquisa-formação como oportunidade de produção de linguagem, produção de sentidos, neste caso, do professor sobre si e sobre sua realidade. Busca-se no ato discursivo do professor como se constituem respostas e responsabilidade na relação com as crianças e com o trabalho pedagógico, como são produzidas significações sobre as práticas, problematizações e teorização sobre elas, na tentativa de enfrentar a distância entre

mundo do juízo e mundo das ações. Tardif, no campo da formação de professores, aponta que o saber experiencial, experimentado no trabalho destes profissionais, é pouco formalizado, inclusive pela consciência discursiva. Ao mesmo tempo, é um saber social, proveniente de várias fontes. Esses aspectos, dentre outros, constituem a perspectiva de uma “epistemologia da prática docente”, que tem como foco o sujeito humano em um processo interativo, onde se conjugam experiência, história e saberes de cada um. Essa reflexão alinha-se com essa pesquisa, na medida em que os professores são convidados a produzir enunciações sobre seus fazeres e, neste processo, a partir das relações alteritárias, diálogos, palavras e contrapalavras evidenciam consensos, descobertas, dissensos, novas formas de compreender a si e o próprio trabalho com as crianças. O campo da pesquisa traz algumas questões importantes para a reflexão sobre a potência transformadora dos espaços formativos e discursivos; a saber, o lugar provocador do pesquisador-formador; a perspectiva alteritária do trabalho na pesquisa e na creche, através do rompimento de relações verticalizadas e a instauração de relações mais horizontais, dentre outras questões.

Palavras-chave: Pesquisa-formação. Docência. Creche.

DOCÊNCIA NA CRECHE: A AFETIVIDADE COMO EIXO

**Daniela de Oliveira Guimarães
Rachel Martins Arenari Razuk**

Neste trabalho, buscamos compreender os sentidos da experiência afetiva na Educação Infantil, em especial na creche, a partir de uma pesquisa de inspiração etnográfica no berçário de uma creche pública carioca onde foram observadas e discutidas algumas práticas pedagógicas e as relações adulto-bebê. Para tal, recorremos a estudos da Filosofia da Educação, especialmente Paulo Freire, e a alguns referenciais da Psicologia histórico-cultural, especialmente Henri Wallon, focalizando os conceitos de educação dialógica e afetividade. O estudo teve como objetivos compreender qual o lugar do afeto na Educação Infantil a partir da observação das práticas docentes e como o afeto é vivido na relação professor-bebê na creche. Assim, encontramos na Pedagogia da Comunicação de Paulo Freire um debate contundente acerca da educação enquanto prática dialógica e que vai ao encontro de algumas das pesquisas mais recentes sobre o trabalho pedagógico com os bebês e crianças pequenas no campo da Educação (GUIMARÃES; KRAMER; NUNES; ROCHA; SCHMITT). Por outro lado, com base, principalmente, na teoria de Wallon discutimos a afetividade, imbricada na cognição e volição, como fator decisivo para processo de desenvolvimento da criança, relacionando estes encontros teóricos com o trabalho docente na creche. Por meio da participação no Grupo de Pesquisa Infância e Docência na Creche foi possível construir um refinamento do olhar para o mergulho no campo e o encontro com os sujeitos da pesquisa. No campo, dentre os vários achados, observamos como as crianças buscam a interação com as professoras de forma recorrente, expressando as suas emoções e vontades por meio das possibilidades corporais. Do mesmo modo, as professoras comunicam suas intenções nas suas falas, posturas, gestos e ações. Encontramos práticas pedagógicas nas quais as professoras dialogavam com os bebês, estendendo a fala deles com um enunciado mais complexo, ou reconhecendo os seus movimentos silenciosos em

experiências cheias de sentido. Muitas vezes, colocam palavras nas expressões gestuais das crianças que ainda não falam, mergulhando-as na linguagem oral e em uma perspectiva dialógica. Algumas observações também indicaram que as professoras daquele grupo tinham entendido que permitir à criança espaço de aprender sobre si não significa desproteger, mas sim traduz uma prática pedagógica conectada com o outro, potencializadora do desenvolvimento, e afetivamente mobilizada em dialogar com as potências e limites da experimentação do mundo pelos pequenos. Por fim, foi possível perceber como é delicado e exigente o trabalho afetivamente disponível e atento com os pequenos na creche. O diálogo que não é feito unicamente com palavras, o corpo que comunica suas emoções de modos variados, as demandas da rotina, a relação que se alterna entre o individual e o coletivo, a interferência na organização espacial e dos recursos materiais disponíveis, tudo isso vai permeando o cotidiano do trabalho do professor com os bebês. Um dos desafios postos por este estudo para pensar o trabalho pedagógico com as crianças pequenas está em experimentar uma prática consciente desta dinâmica afetiva, que a considere na intencionalidade da docência desde o planejamento até as ações do cotidiano educacional.

Palavras-chave: Creche. Afetividade. Diálogo.

GRUPO DE PESQUISA INFÂNCIA E SABER DOCENTE – GPISD

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenadora: Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO RIO DE JANEIRO E OS DESAFIOS A PARTIR DA RESOLUÇÃO Nº 01/2011 – CNE

178

Cláudia Vianna de Melo
Erica Cristian Reis dos Santos
Isabela Pereira Lopes
Josiane Fonseca de Barros
Paulina de Almeida Martins Miceli
Priscila de Oliveira Dornelles

O presente trabalho traz parte dos estudos que temos realizado sobre Unidades Universitárias de Educação Infantil e seu papel na produção do conhecimento sobre a infância através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estas unidades têm se constituído e integrado as políticas e práticas para a educação das crianças de 0 a 5 anos. Tais estudos vêm se dando desde 2010, agora já na terceira fase da pesquisa institucional e envolvendo um conjunto de monografias, dissertações e teses. Destacamos o foco atual de nossa pesquisa (2015-2018) que visa compreender as Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UUFEI's) no processo de mudança a partir da publicação de Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 1/2011, a qual fixa normas para o funcionamento dessas unidades, estabelecendo um conjunto de exigências, para que sejam reconhecidas “como instituições públicas de ensino mantidas pela União, [...] [e integrantes do] sistema federal de ensino”. Nossa investigação elegeu como campo de pesquisa duas UUFEI's localizadas no Estado do Rio de Janeiro: a Creche UFF (da Universidade Federal Fluminense, no Campus do Gragoatá, em Niterói), e a Escola de Educação Infantil (EEI) da UFRJ (Universidade

Federal do Rio de Janeiro, no Campus do Fundão, na cidade do Rio de Janeiro). Essas duas unidades, embora se situem num mesmo estado e integrem universidades federais, apresentam trajetórias e constituição diferentes, seja em seu processo de criação, como nas formas de vinculação administrativa à estrutura universitária, nos mecanismos de manutenção e financiamento, na composição e no quadro de pessoal. Tal situação reproduz o cenário observado nas mais de vinte UUFEI's instaladas nas universidades brasileiras, que se organizaram a partir de demandas trabalhistas de servidores dessas instituições, que incluíram nas pautas sindicais a luta pelo direito a espaços de educação e cuidado para seus filhos, nesse caso, das instituições de ensino superior. Mais tarde, essa reivindicação também passa a fazer parte das pautas do movimento estudantil, especialmente pelos coletivos de mulheres universitárias. O processo de criação dessas UUFEI's se fez a partir de iniciativas e especificidades de cada instituição, constituindo uma diversidade de formas de atendimento, muitas funcionando sem existir formalmente na estrutura da universidade e sem reconhecimento no sistema de ensino, não dispendo de dotação orçamentária e nem lotação de pessoal permanente, por décadas (RAUPP, 2002; 2003, BARROS, 2013 e LOPES, 2014). A busca por reconhecimento e melhoria nas condições de funcionamento, levou, em 2002, à criação de uma entidade, a Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUUFEI), que enviou consulta ao Conselho Nacional de Educação (CNE) solicitando esclarecimento e orientação quanto à regulamentação de normas de funcionamento para tais unidades. Em resposta, o CNE publicou a Resolução nº 1 de 10 de março de 2011, definindo uma série de exigências e estabelecendo o prazo de um ano para sua efetivação. Visando atender às tais exigências, as UUFEI's adotaram medidas e criaram estratégias junto às universidades às quais se vinculam, e que apresentamos nesse artigo aquelas adotadas até o momento pelas unidades objetos de nossa investigação, como a igualdade de condições para acesso das crianças através de sorteio público e aberto a toda à comunidade.

Palavras-chave: Infância. Universidade. Política.

PORQUE SOMOS DO TAMANHO DO QUE VEMOS E NÃO DE NOSSAS ALTURAS

Barbara Fernandes Bersot
Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino
Lisandra Ogg Gomes

O título do trabalho se inspira em poema de Alberto Caieiro (heterônimo de Fernando Pessoa), pois nosso texto reflete sobre o que vemos e queremos para a implementação de uma unidade universitária de educação infantil (UEEI), conforme projeto em curso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A formulação do projeto se deu a partir de demanda estudantil, particularmente advinda do movimento de mulheres universitárias, junto à reitoria da universidade, a qual determinou à Faculdade de Educação (EDU) a responsabilidade para coordenar sua elaboração, como expresso em Portaria de 2015. Embora se configurasse como uma demanda de assistência estudantil para acolher os filhos das estudantes universitárias – uma “creche universitária” –, o projeto traz outras questões em função do reconhecimento de que tal atendimento se

configura como educacional segundo a legislação, e pelo fato de ser ofertado em uma universidade, precisa ser pensado em articulação com as funções precípuas desta – ensino, pesquisa e extensão, como apontam Raupp (2002) e Palmen (2005). Dessa perspectiva, se constituiu o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), coordenado por docentes do Departamento de Estudos da Infância (DEDI/EDU) com a participação de outras unidades acadêmicas, como o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ), o Instituto de Nutrição (INU), a Faculdade Engenharia (FEN) e a Faculdade de Serviço Social (FSS), também se fizeram presentes alunas da EDU e da FSS. O envolvimento de diferentes áreas de conhecimento e segmentos institucionais (docentes e discentes) se deu pela compreensão de que tal projeto, além de atender à demanda de educação e cuidado dos filhos da comunidade universitária, sua concepção, implantação e funcionamento implica na mobilização de múltiplos conhecimentos, como identificamos em nossos estudos (AQUINO, 2012; 2015). Importa salientar que a solicitação inicial mencionava o termo “creche”, entretanto, na formulação da proposição do projeto, considerou-se que a demanda era por atendimento a crianças de 0 a 5 anos, portanto, educação infantil. Além disso, os professores do DEDI, ao organizar o documento propositivo para o GTI, consideraram ser relevante e apropriado não se limitar à creche, uma vez que esta, juntamente com a pré-escola constituem a primeira etapa da educação básica, e precisam ser concebidas de forma complementar e articulada, sem segmentar a primeira infância. Nesse primeiro documento se expôs os fundamentos, diretrizes educacionais e políticas que regulam tal etapa educacional, visando nortear as discussões do GTI. O encaminhamento teórico-conceitual pautado nos estudos interdisciplinares da infância e de reafirmação da educação infantil como direito da criança, conforme expresso na CF, criou uma unidade no GTI em torno da ideia de criança como centro do processo educacional, mas em correlação com a sociedade, e de que uma UUEI se fundamenta no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. É no debate sobre a condição da infância que se inscreve a questão ética do projeto, na medida em que se entende a infância em suas especificidades, mas em interdependência geracional e constituída nas relações sociais. Aqui visamos apresentar as dimensões de uma UUEI que vislumbramos, com os encaminhamentos, entraves e conquistas na sua formulação, a qual não queremos que seja apenas de nossas alturas.

Palavras-chave: Infância. Universidade. Política.

ÉTICA E CRIANÇAS NO ENREDO DA PESQUISA

Bárbara de Oliveira Gonçalves
Denise Rangel Miranda
Flávia Maria de Menezes
Natália Nascimento Rodrigues

O presente estudo se propõe a tecer considerações para contribuir no debate que se coloca em torno da questão ética no trabalho de pesquisa que tem as crianças e seus contextos na centralidade de suas investigações. Trata-se da construção de um pensamento que se constituiu nas leituras, estudos e investigações produzidos pelo Grupo Infância e Saber Docente (GISD). O referido GP debruça suas investigações no cenário das instituições de educação infantil universitárias, especialmente na Creche Carochinha, vinculada à Universidade de São Paulo (USP); na Unidade de Educação Infantil da UFF, integrada à Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Escola de

Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste cenário, o referido GP vem produzindo, a partir do ano de 2010, conhecimentos que evidenciam essas instituições como potentes no fortalecimento da infância e da educação infantil tanto no contexto da pesquisa, quanto das políticas públicas e práticas diversas voltadas para a criança pequena brasileira. Em diálogo com Ribes Pereira (2012), tomamos a atividade de pesquisa como um acontecimento, um sentido traduzido em Bakhtin (2015) que expressa esta atividade na pulsação das experiências que a constituiu, ou seja, os encontros, os sujeitos, os pensamentos são prenhes uma vez que exalam o sentido das experiências concretas da vida desses sujeitos: pesquisadores, pesquisados e tantos outros interlocutores. Nesta perspectiva, ao encontrar a criança pequena encontramos com suas experiências, com suas culturas e não só adentramos em seus territórios como também, na e pela pesquisa, criamos um lugar de escuta, de produção de sentidos, de vozes. Ainda que as crianças não tenham sido nossos interlocutores diretos nas atividades de pesquisa que trilhamos até o momento, compartilhamos com Ribes Pereira que “toda a pesquisa dedicada aos estudos da infância, de forma mais ou menos imediata, em última instância, estabelece um diálogo com crianças concretas” (2012, p.3). Assim sendo, nossa questão fundamental, neste estudo, é pensar este lugar da escuta à criança e à infância, da produção de sentidos e das vozes desses pequenos sujeitos como o lugar da autoria e da autorização, parafraseando Kramer (2002): de que forma compartilhamos nossos pensamentos com as crianças? Como expressar suas marcas em nossos textos? Como traduzi-las com responsividade? Para alimentar o debate aqui proposto, traremos em diálogo os estudos de Menezes (2015), que investigou as relações de alteridade, exotopia e responsividade entre pesquisadores e crianças, presentes ou não na produção de conhecimento elaborada na e pela relação universidade e infância, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que se desenvolveram nas creches universitárias paulistanas, em especial a Creche Carochinha, no período de 1989 – 2012. A proposta é produzir uma narrativa que nos possibilite tecer considerações sobre o pensar as crianças e a infância no contexto da pesquisa como um ato ético e responsável. Como interlocutores teóricos neste estudo, estaremos em diálogo com Mikhail Bakhtin (1993, 2010, 2015), Walter Benjamin (2014), Ribes Pereira (2014, 2012, 2010), Kramer (2002), Francischini e Fernandes (2016).

Palavras-chave: Crianças. Responsividade. Ética.

INFÂNCIA, EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Coordenadora: Vania Carvalho de Araújo

OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELAS CRIANÇAS À CIDADE

Mario de Jesus Xavier

Rosali Rauta Siller

Vania Carvalho de Araújo Victória Galter Vieira

Situar as crianças no campo de investigação sobre a cidade não é apenas retomar uma história que se configura predominantemente em torno das demandas dos adultos, mas também uma possibilidade de expor alguns constrangimentos que elas passam em função de serem excluídas do planejamento da cidade. Assim temos, de um lado, uma cidade repartida, feita pelos adultos e para os adultos e, de outro lado, uma cidade, cujas desordens sociais resultam em proibições, segregações e tipificações de quem pode e

quem não pode nela ter acesso e transitar livremente (ARAÚJO, 2008, 2011; SANTOS, 1982). Nesse processo de ordenação da cidade, novos enunciados dão conta de expor o paradoxal movimento entre a invisibilidade das crianças e a capacidade das culturas infantis inaugurarem novos dispositivos discursivos que permitam construir outras racionalidades da/na cidade. Há aqui mais do que um modo de perceber as crianças na cidade, mas reconhecê-las como produtoras de cultura e de história e não como reprodutoras passivas da cultura de massa. “As culturas da infância exprimem a cultura societal em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo em que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo” (SARMENTO, 2004, p.22). O Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257 de 2001) propõe, em suas diretrizes, a gestão da cidade por meio da participação democrática. Tal prerrogativa, infelizmente, não tem se constituído como uma realidade que considera as crianças como sujeitos ativos na formulação das políticas. Desse modo, o estatuto político da criança na cidade contemporânea não é reconhecido e, portanto, não reverbera na urbe, o que indica que as crianças não são reconhecidas no planejamento da cidade e suas narrativas não são ouvidas, portanto não se convertem em políticas públicas. A partir de um estudo exploratório qualitativo em dez municípios capixabas, esta pesquisa, em andamento, propõe investigar os sentidos atribuídos pelas crianças à cidade. Os sujeitos da pesquisa são crianças com idades de cinco anos, residentes em contextos urbanos e rurais, que frequentam instituições públicas de educação infantil. Penetrar nas camadas mais íntimas da cidade requer uma análise dos seus silenciamentos e das suas diferentes vozes que fazem circular costumes, sentidos, significados, usos e desusos de um espaço muitas vezes configurado por seu caráter disciplinador excludente, delimitado que está por uma racionalidade econômica que impõe a estreiteza espacial dos encontros e das possíveis experiências entre crianças e adultos. Mas também como produto da natureza humana, a cidade enreda possíveis articulações que estão para além de sua composição territorial, não obstante a demonstração pública de suas contradições sociais que terminam por construir novas formas de criminalização e flagelos sócio-espaciais e novos ordenamentos urbanos promotores da guetização da vida. Seus resultados preliminares apontam que, considerar as diferentes formas de simbolização das crianças acerca de seus mundos de vida é perceber que elas carregam consigo as marcas das culturas dos adultos, ao mesmo tempo em que são capazes de empreender outras formas de representação sobre a realidade, o que deixa transparecer um universo de significação peculiar sobre a cidade, cujas sutilezas constituem um patrimônio social próprio das culturas infantis, ainda que em plena articulação com as culturas adultas.

Palavras-chave: Crianças. Cidade.

O “TEMPO INTEGRAL” NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DE SUAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Edson Maciel Peixoto
Vania Carvalho de Araújo

Esta pesquisa é resultado de um Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação/Coordenação Geral de Educação Infantil e a Universidade Federal do Espírito Santo. Teve por objetivo pesquisar, por meio de um estudo exploratório quanti-qualitativo, as práticas e as concepções do “tempo integral” na educação infantil pública

em dez municípios capixabas em seus contextos rural e urbano. A partir de entrevistas do tipo semi-estruturadas a cinco categorias de sujeitos (professores, gestores escolares, gestores municipais, famílias e crianças), foi possível identificar um processo de naturalização da oferta do tempo integral como um dos grandes efeitos da tradição da “educação assistencialista” da educação infantil (KHULMANN JR, 1998), fazendo emergir formas institucionalizadas e justificações múltiplas de ampliação do tempo de permanência das crianças em creches e pré-escolas sem que isto remeta diretamente a um projeto pedagógico diferenciado e à interpelação de políticas públicas como possibilidade problematizadora de afirmação da educação infantil como primeira etapa da educação básica. Por meio da análise de fatores de natureza econômica, social, política e pedagógica, as experiências do tempo integral na educação infantil reacende novas e velhas polarizações em torno dos princípios e finalidades da educação infantil, sobretudo em contextos cuja crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, as novas condições da família na contemporaneidade, a introdução de novas formas de tipificação da violência desafiam a própria noção de “tempo integral” e de “educação integral” na educação infantil e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Os resultados da pesquisa trazem as evidências de algumas contradições na ampliação do tempo de permanência de crianças em creches e pré-escolas, ora percebida como uma estratégia catalisadora de afirmação dos direitos das crianças, ora concebida como uma exortação moral e jurídica destinada às crianças socialmente desvalidas, culminando, assim, em modos distintos e controversos de apropriação da educação infantil como primeira etapa da educação básica. O anúncio do quão se fazem necessários estudos e pesquisas que nos permitam compreender as diferentes motivações que têm se constituído em torno da demanda por jornada ampliada na educação infantil nos desafiou a uma análise mais apurada dos diferentes processos que vêm ocorrendo em torno da organização e implementação dessas propostas nos municípios, tendo como perspectiva a reflexão em torno de algumas questões que possam trazer, ao menos em seus aspectos mais gerais, subsídios às políticas de educação infantil. Se a universalização da educação infantil ainda se constitui uma luta inacabada, sobretudo se considerarmos a histórica invisibilização das crianças de zero a três anos de idade, quando os olhares se voltam para a expansão da educação em tempo integral, novas interpelações políticas surgem no horizonte da reivindicação e da ampliação de direitos. É justamente a possibilidade problematizadora dessas questões que nos permitiu adentrar com maior profundidade no terreno conflituoso que cerca a demanda por tempo integral nas unidades de educação infantil em contextos rurais e urbanos.

Palavras-chave: Educação infantil. Tempo.

AS PRÁTICAS E AS REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE A CIDADE

Erika Milena de Souza
Ines de Oliveira Ramos
Jordano Francesco Gagno de Brito
Luciana Pimentel Rhodes Gonçalves Soares
Vania Carvalho de Araújo

Na contemporaneidade, processos de interdição na cidade inscrevem diferenciados graus de acessibilidade que permitem ou impossibilitam o aparecimento público das crianças

nos diferentes tempos e espaços sociais. Da cidade repartida, desordens sociais resultam em proibições, segregações e tipificações de quem pode e quem não pode nela ter acesso e transitar livremente. Em seu livro “A cidade e a criança” Mayumi Lima (1989) expõe algumas “tirânicas” decorrentes do processo de subalternização das crianças frente os adultos na configuração da cidade e na organização e uso dos espaços nas escolas públicas. Como arquiteta percebia os constrangimentos de uma sociedade, cujas “crianças e velhos tendem a serem considerados cada vez mais fardos inúteis porque não imediatamente produtivos” (p. 12). Pesquisar a cidade a partir das crianças “[...] permite descortinar uma outra realidade social, que é aquela que emerge das interpretações infantis a partir dos seus respectivos mundos de vida. (SARMENTO e PINTO, 1997, p. 25, grifo nosso). Por meio de um estudo exploratório realizado com 60 crianças com idades de cinco e dez anos de idade moradoras de duas cidades localizadas em contexto rural e urbano do Estado do Espírito Santo/Brasil, esta pesquisa propõe-se identificar as brincadeiras vivenciadas pelas crianças no contexto rural e urbano; identificar os espaços mais utilizados e os modos peculiares de representação sobre a cidade. Os resultados preliminares da pesquisa apontam que as crianças fazem experiência da cidade por meio de diferentes práticas sociais e culturais e suas representações sobre a cidade estão intimamente ligada às influências das imagens socialmente disponíveis e inscritas nos diferentes modos de inserção segundo as suas condições materiais de vida e de simbolização do mundo. Essas formas peculiares de vivenciar e representar a cidade expõe os constrangimentos imposto às crianças quando a cidade, como aglomerado de preocupações privadas e tempos socialmente demarcados não levam em consideração no planejamento urbano os direitos das crianças e as culturas infantis. O que pudemos depreender dos resultados preliminares da pesquisa é que embora a imaginação seja um dispositivo frequente nas narrativas das crianças, a realidade assume uma dimensão importante em suas vidas. Ainda que estabeleçam uma relação de cumplicidade às normas dos adultos, as crianças não são fiéis a tais normativas, pois ao relatarem como e com quem brincam na cidade, suas narrativas indicam outras temporalidades em que as brincadeiras se fazem presentes em seu cotidiano. Assim, a aparente dicotomia entre fantasia e realidade parecem dar nova composição ao modo de relatarem suas experiências cotidianas, pois nelas transitam outras formas de inteligibilidade acerca do mundo, o que demonstra que as crianças não são receptoras passivas dos acontecimentos que demarcam o seu lugar na hierarquia social, mas conseguem transpor-se a outros universos de significação sobre a cidade e sobre o modo de nela habitar, mesmo que tais significações não estejam diretamente relacionados às suas condições materiais de existência e ao transporem-se para outros campos de possibilidades de ação segundo suas próprias expectativas, fazem-no em comparação ou inspiradas nos direitos garantidos a outras crianças como determinados tipos de brincadeiras, lugares onde gostariam de estar, acesso a determinados bens culturais, tais como parques, cinemas, clubes. etc.

Palavras-chave: Culturas infantis. Cidade.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Coordenadora: Nubia Schaper Santos

DILEMAS E PERSPECTIVAS SOBRE A FORMAÇÃO DO (A) PROFESSOR(A) QUE ATUA NAS CRECHES CONVENIADAS DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Julya Moraes Silveira da Silva

Luana Nascimento

Nubia Schaper Santos

Víviam Carvalho de Araújo

Este trabalho tem por objetivo apresentar a pesquisa intitulada "Sentidos e significados sobre a formação do(a) professor(a) das creches conveniadas do município de Juiz de Fora/MG", que está sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Linguagens, Infâncias, Cultura e Desenvolvimento Humano - GP LICEDH da Faculdade de Educação - FAGED da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. O foco de nossas investigações centra-se na discussão sobre a formação do(a) professor(a) que atua em creches e pré-escolas. Temos como premissa que a formação de professores e as pesquisas, em suas diferentes modalidades, precisam dialogar com o universo educacional brasileiro, marcado por suas complexidades e contradições, em um movimento dialético, no qual todos os(as) envolvidos(as) contribuam mutuamente para as discussões e para os rumos das políticas e ações voltadas para a educação. A pesquisa em desenvolvimento tem por objetivo construir sentidos e partilhar significados sobre a identidade e o perfil do(a) professor(a) que atua em creches conveniadas no município de Juiz de Fora/MG. Isso porque pouco se sabe sobre saberes/fazeres necessários à constituição docente para lidar com bebês e crianças pequenas em contextos de aprendizagens coletivas, neste caso, a creche. As pesquisas que elegem os saberes/fazeres dos professores e professoras da creche são em número reduzido quando analisamos a produção acadêmica no campo da Educação. Partimos do princípio de que as perguntas sobre quem são os profissionais que atuam nessas creches, como refletem sobre a sua prática e sob quais signos constroem seus saberes, trazem a possibilidade de pensarmos em desenhos de formação inicial e continuada para esses profissionais. Nosso referencial teórico dialoga com autores que são referência na área da pesquisa educacional e da formação de professores, tais como Dourado (2013), Gatti, Barreto e André (2011), Saviani (2014), Kramer e Nunes (2013). Na primeira etapa da pesquisa, foi construído um questionário, composto por 67 questões, que versaram sobre o perfil dos respondentes, particularmente em relação à sua formação (inicial e continuada) e às práticas pedagógicas adotadas. A maioria das variáveis do questionário foi construída com base na escala Likert. Em um universo de 26 creches públicas, com um total de 277 professores(as) de crianças de 0 a 3 anos, foram respondidos 248 questionários, correspondendo a 89,5% do total, percentual mais do que suficiente para atestar a representatividade do número de respondentes em relação ao total da rede. As frequências das variáveis e os cruzamentos entre elas foram produzidos através do uso do software de análise de dados SPSS. Para esse texto, optamos por analisar alguns dados referentes à formação inicial e continuada dos profissionais das creches envolvidas na pesquisa. Espera-se que os resultados dessa investigação possam subsidiar

as discussões sobre as especificidades da formação do(a) professor(a) que atua com crianças de 0 a 3 anos e impactar o desenho das políticas públicas de formação desse profissional para atuar com bebês e crianças pequenas no contexto da creche.

Palavras-chave: Professor. Creche. Perfil.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES(AS) DE EDUCAÇÃO INFANTIL: 0 A 3 ANOS EM DEBATE

**Alice de Paiva Macário
Andressa Moreira Tagliate,
Dulcineia Machado Ribeiro
Juliana Lima da Silva
Nubia Schaper Santos
Patrícia Maria Reis Cestaro**

Este trabalho busca apresentar considerações sobre a pesquisa “Por onde andam os bebês e crianças pequenas nos cursos de formação de professores? Um estudo nas Instituições Federais de Ensino Superior do estado de Minas Gerais” desenvolvida no interior do Grupo de Pesquisa Linguagem, Infância, Cultura e Desenvolvimento Humano – LICEDH, inserido na Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. A investigação tem como objetivo central compreender como acontece a formação inicial dos estudantes de Pedagogia das Instituições Federais de Minas Gerais para atuarem na educação infantil, especificamente com a faixa etária de 0 a 3 anos. A importância de estudos desta natureza se justifica pela crença de que a formação inicial precisa dialogar com a necessidade dos construtos teórico-práticos necessários à formação de professores e professoras para atuarem com bebês e crianças pequenas. A pesquisa está sendo realizada a partir de quatro etapas. Na primeira etapa fizemos um levantamento bibliográfico para conhecer as produções sobre formação docente da primeira etapa da educação básica e por meio deste, foi possível constatar uma grande lacuna em estudos que discutem a formação inicial de professores (as) para atuarem com bebês e crianças pequenas. Na segunda etapa da investigação, entramos em contato com as universidades por meio de correspondências, ligações e email. Explicamos os objetivos da pesquisa e solicitamos o envio dos seguintes documentos: 1. Projeto Pedagógico; 2. Matriz curricular; 3. Ementas das disciplinas obrigatórias e eletivas da educação infantil. Buscamos esses documentos também nos sites das respectivas instituições. Esses materiais são de grande relevância para verificarmos o que está sendo privilegiado ou não, qual a abordagem focalizada, como os conhecimentos em relação aos bebês e crianças pequenas aparecem e estão sendo problematizados na formação inicial. A pesquisa encontra-se na fase de análise dos elementos encontrados nesses documentos. Na última etapa entraremos em contato direto com os(as) professores(as) responsáveis pelas disciplinas de educação infantil para uma entrevista semiestruturada com a finalidade de compreender a concepção de educação infantil, desenvolvimento infantil e prática pedagógica. Falar de formação docente para essa faixa etária ainda é algo recente. A investigação se consolida como um importante recurso para (re) pensarmos os atuais cursos de Pedagogia, tendo em vista a reflexão/problematização dos saberes/fazer necessários para o trabalho pedagógico

com bebês e crianças pequenas em creches e instituições de educação coletivas. Compreendemos a importância da formação inicial dos profissionais que trabalham com crianças pequenas, enfatizando a necessidade de reflexão crítica acerca das questões vivenciadas pelos mesmos em seus ambientes de trabalho. E esta formação somente fará sentido a partir da relação dialética entre os saberes construídos pela/na universidade e a prática pedagógica.

Palavras-chave: Formação Inicial. Creche.

CONSTRUINDO SABERES/FAZERES NA FORMAÇÃO INICIAL:
EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS COM/NA CRECHE

Andressa Moreira Tagliate
Julya Moraes Silveira da Silva
Nubia Schaper Santos

Este trabalho é resultado das ações empreendidas no interior do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Trata-se de uma experiência realizada em duas creches conveniadas do município de Juiz de Fora. O trabalho de intervenção envolveu a coordenadora do subprojeto, duas supervisoras e seis bolsistas estudantes do curso de Pedagogia da referida universidade. Após um período de imersão, em observação participativa, nas práticas das duas creches localizadas em bairros da periferia do município, assumimos a tarefa de elaborarmos projetos, sob as orientações da coordenadora e das supervisoras do subprojeto e de implementá-los ao longo de três meses. Ambas as instituições já trabalham na perspectiva da pedagogia de projetos, como metodologia de trabalho educacional, desde 2009, portanto a iniciativa foi bem acolhida e a inovação esteve mais atrelada às temáticas e às abordagens que assumiríamos no papel de condutoras das atividades propostas. A partir das notas de campo, discussões em grupo, atividades e leituras que temos feito ao longo do Pibid, projeto iniciado em fevereiro de 2014, além de teorias e discussões realizadas durante nossa experiência acadêmica e da observação das demandas das crianças envolvidas, pensamos em projetos que pudessem contribuir de maneira relevante e que tivessem um impacto consistente, que se estendessem para além da nossa participação, para todos os sujeitos implicados no projeto. Os projetos permearam em torno de temáticas diversificadas, mas próximas das realidades das creches. Entre eles: o projeto Reciclando e Fazendo Arte, que teve como objetivo trabalhar com o reaproveitamento de materiais que seriam descartados, através de atividades artísticas; outro trabalho enfocou a exploração do corpo e de suas possibilidades, através do brincar e do resgate de brincadeiras antigas (como as brincadeiras de roda, corda e jogos diversos); em outro projeto, a literatura clássica infantil auxiliou na abordagem, de forma lúdica, das regras de convivência entre as crianças e, outra proposta, contemplou a rotina da creche, que recebeu um olhar mais aprofundado, com a participação efetiva das crianças para que elas pudessem se apropriar do tempo-espaço de maneira prazerosa, assumindo maior protagonismo em suas experiências na creche. Todos os projetos, com as suas especificidades, em conjunto com as educadoras das turmas, possibilitaram a ampliação do conhecimento dos envolvidos sobre cada tema, apresentaram atividades que

destacaram o desenvolvimento das crianças em suas múltiplas linguagens e evidenciaram o olhar adulto às demandas infantis. Compreendemos a importância da formação inicial e continuada dos profissionais que trabalham com crianças pequenas, enfatizando a necessidade de reflexão crítica acerca das questões vivenciadas pelos mesmos em seus ambientes de trabalho. E esta formação somente fará sentido a partir da relação dialética entre os saberes/fazeres da prática pedagógica.

Palavras-chave: Formação. Pedagogia. Pibid.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA INFÂNCIA: PESQUISA & EXTENSÃO – NEI&PE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenadora: Vera Maria Ramos de Vasconcellos

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AS CRECHES CARIOCAS: ALGUNS DESAFIOS REVELADOS

Alessandra Maria Savaget Barreiros e Lima de Almeida
Anne Patricia Pimentel Nascimento da Silva
Jéssica Carvalho Miranda de Azevedo
Maria Inez Ferreira Campos

Apresentamos os resultados de cinco dissertações concluídas e duas pesquisas de doutorado em andamento, todas relativas às políticas públicas de Educação Infantil do município do Rio de Janeiro. Quatro das dissertações analisaram as recentes mudanças nas políticas públicas municipais de Educação Infantil, a partir da última gestão da cidade (2009-2016): (i) Perfil dos Professores de Educação Infantil, do primeiro concurso (GIL, 2013); (ii) PROINFANTIL - Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil, na cidade (CAMPOS, 2014); (iii) Programa Primeira Infância Completa – PIC (ALMEIDA, A. 2014); os egressos do curso de Pedagogia da UERJ, que atuam no berçário das creches e EDI (Espaços de Desenvolvimento Infantil) municipais, através do Facebook, avaliando com eles o impacto da formação acadêmica nas práticas pedagógicas com bebês (ZADMINAS, 2016). A quinta dissertação levanta os estudos realizados pelos grupos de pesquisa dos 4 (quatro) programas de pós Graduação em Educação da UERJ após 2003, quando se deu a passagem das creches da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) para a Secretaria Municipal de Educação, (PIMENTEL, 2016). Das cinco mestrandas duas estão em processo de doutoramento, desenvolvendo pesquisas que vão aprofundar as análises das políticas públicas de Educação Infantil, ao longo da última gestão municipal (2009 – 2016), no que diz respeito aos critérios de matrículas, listas de espera regionais (por CRE) e ampliação da rede, com foco nos berçários (GIL, 2014 – 2018) e avaliar o impacto do PROINFANTIL, enquanto política pública de formação, cinco anos após sua implementação, nas ações e produção de práticas pedagógicas em creches e EDI, a partir da narrativa das ex-cursistas, hoje professoras de Educação Infantil (CAMPOS, 2016 – 2019). Os objetivos comuns às diferentes pesquisas são: (i) analisar os avanços, recuos e retrocessos das políticas locais em interlocução com as nacionais (PNE/2014-2024, PROINFANTIL, PROINFANCIA) e internacionais (UNESCO, UNICEF, Banco Mundial), no que se refere ao compromisso de oferecer ambientes educacionais; (ii) avaliar quais políticas e propostas lúdico/educacionais foram

desenvolvidas desde a promulgação da LDBEN/96, com os bebês (4 a 24 meses) para a formação de professoras que atuam nos berçários do município do Rio de Janeiro; (iii) documentar como são promovidos os cuidados, proteção e produção de ludicidade com bebês e crianças pequenas, nas creches e EDI municipais a partir do que dizem os documentos oficiais e os relatos de gestores, professores, agentes de Educação Infantil e familiares. As pesquisas apresentadas proporcionaram olhares críticos às políticas estudadas tanto na formação dos professores quanto na própria elaboração da política. As pesquisas levaram em consideração a ética como ponto marcante nos levantamentos de dados, nas entrevistas, nas observações, nos próprios encontros e na escrita dos textos. Assim, entendemos que os propósitos políticos educacionais e sua materialização nos espaços educativos nem sempre seguem a mesma direção.

Palavras-chave: Políticas de Educação Infantil. Formação de Professores. Creche.

COMO SE CONSTROEM PEDAGOGIAS PARA AS INFÂNCIAS BRASILEIRAS?

Alexsandra Zanetti
Aretusa Santos Rosa
Erika Jennifer Honorio Pereira
Márcia Maria e Silva
Maria Ghisleny de Paiva Brasil

O presente trabalho reúne resultados de três teses e uma dissertação já defendidas e as discussões de uma pesquisa de doutorado em andamento, realizadas em instituições de Educação Infantil de três estados, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Em comum tem-se o intercruzamento a diversidade de políticas educacionais para a infância de diferentes municípios brasileiros que integram o projeto de pesquisa “Como se constroem Pedagogias para a infância brasileira?” do NEIP&E/UERJ. A pesquisa de doutorado em andamento (ROSA, 2014 – 2018) observa o cuidado e a educação das relações étnico-raciais no cotidiano de bebês, crianças e adultos em uma creche pública do município de Juiz de Fora (MG) a partir da leitura do espaço/ambiente institucional. Tal trabalho estabelece diálogos e aproximações com os resultados das demais pesquisas aqui reunidas. A pesquisa empírica da tese de Zanetti (2014) se deu no mesmo município, por meio da metodologia analítica Ciclo de Políticas (Ball, et al 1994, 1998), a qual buscou compreender o processo de transição das creches públicas da assistência social para a Secretaria de Educação daquele município. O estudo focou o modo como as coordenadoras/diretoras das unidades lidavam com tal transição e com as perspectivas anunciadas pela política oficial. Na medida em que a tese em andamento esta centrada nos espaços/ambientes institucionais, passa a dialogar também com a já desenvolvida no município de Olho D’água do Borges, no Rio Grande do Norte (BRASIL, 2016), que analisou a organização do espaço/ambiente em uma unidade de Educação Infantil construída pelo Proinfância. A mesma tese em andamento, dialoga e amplia a dissertação (PEREIRA, 2015) intitulada “Tia, existe flor preta?” ambas tratam da interface Educação Infantil e relações étnico-raciais - áreas com histórico de invisibilidade e silenciamento. Demonstam o deslocamento de perspectivas críticas de exclusiva denúncia do racismo e do preconceito, para análises críticas da conjuntura. Indicam que já existem ações de afirmação da população negra na Educação Infantil,

porém coexiste à permanência de práticas conservadoras. A quarta tese defendida (SILVA, 2016) apresenta uma pesquisa sobre práticas docentes de uma professora de Educação Infantil pública em outro município, Niterói-RJ. Articula as políticas de leitura e formação docente locais, ao trabalho dessa professora e seu grupo de crianças de 4 anos de idade. Destaca a perspectiva de coparticipação, na tríade professora-crianças-pesquisadora. Todas as pesquisas aqui apresentadas dão ênfase à formação de professores e às políticas públicas para a Educação Infantil e sua produção no contexto da prática. O debate sobre ética na produção destas pesquisas ganha relevância, considerado tanto no tratamento dos dados levantados quanto na observação dos princípios norteadores da docência com crianças da primeira etapa da Educação Básica. Portanto, precisamos observar os propósitos das políticas educacionais e sua materialização.

Palavras-chave: Educação infantil. Políticas Públicas. Ciclo de políticas.

POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Andréa Relva da Fonte G. Endlich

Bruna de Souza Fabricante Pina

Clarice Estabanez de Chaves Faria

Deise Ferreira da Silva

Leila Sanches de Almeida

Pablo Luiz de Faria Vieira da Silva

Roséli Freitas Procópio de Toledo Gomes

Em um novo momento de investigação (2016 - 2019), o Núcleo de Estudos da Infância: Pesquisa & Extensão (NEI:P&E), amplia o escopo de análise e convida diferentes secretarias municipais de educação do estado para um diálogo com uma pós-doutora, um doutorando e duas mestrandas para refletirem e registrarem as consequências das mudanças legais e políticas nas propostas de ações pedagógicas para as diferentes infâncias. O objetivo é observar, em especial, o resultado da implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância – Resolução nº 6, de 24/4/2007), a partir das seguintes questões de investigação: (i) quantas creches existiam nos municípios e quantas foram construídas pelo Proinfância?; (ii) qual o investimento realizado nos últimos anos para a promoção e o aperfeiçoamento da formação dos profissionais da área?; (iii) quais as mudanças na organização e na gestão das creches depois da promulgação da Emenda Constitucional de nº 59/2009 e o que mudará após a implantação da Lei 12796/2013, que torna obrigatória a frequência escolar a partir dos 4 anos? A Emenda Constitucional Nº 59, de 11/11/2009, amplia a obrigatoriedade da Educação Básica para a faixa etária de 4 a 17 anos de idade e deve ser implementada progressivamente até 2016. Por sua vez, a Lei Nº 12.796, de 04/04/2013, oficializa essa mudança, alterando o texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, instituída pela Lei no 9.394, de 20/12/1996. A Educação Básica passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, incluindo, assim, a pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Com isso, buscamos compreender quais políticas para a

primeira infância foram desenvolvidas desde a promulgação da LDBEN/96 nos diferentes municípios (Angra dos Reis, Itaboraí, Niterói e Quatis). Buscamos, ainda, uma análise conjunta dos desafios existentes nas políticas locais, concernentes ao cumprimento da tarefa de oferecer ambientes educacionais de qualidade para crianças de 0 a 3 anos, uma vez que entendemos que as realidades municipais precisam ser conhecidas e registradas em permanente diálogo com os sujeitos locais. Os grupos de encontros (focais), realizados nos meses de abril a julho, apontam que três dos quatro municípios aderiram ao Proinfância, sendo que um ainda não tem nenhuma edificação concluída. Quanto a ações realizadas visando à formação de pessoal, foram relatadas: adesão ao Proinfantil (dois municípios), ações de formação continuada presencial (quatro municípios) e trocas com universidades locais (palestras). Com relação à obrigatoriedade escolar foram relatadas mudanças nos critérios de acesso das crianças à Educação Infantil, da mesma forma, foi expressa uma preocupação, por parte dos representantes das secretarias municipais, com a diminuição de vagas para crianças de zero a três, face à obrigatoriedade de atendimento às de quatro a cinco anos de idade, decorrente das exigências legais supracitadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Proinfância. Creche.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL - PPeGE

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Coordenadora: Emilia Peixoto Vieira

AS MUDANÇAS PROVOCADAS PELO FUNDEB NA OFERTA DE VAGAS E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS/BA

Carla dos Reis Santos
Emília Cristina Augusto dos Santos
Emilia Peixoto Vieira
Geane Silva dos Santos de Andrade
Valquiria Pinheiro Silva

Nos últimos anos, o debate sobre o financiamento da educação vem despertando maior interesse de profissionais e pesquisadores das ciências da Educação. Isso é muito importante, uma vez que discutir qualidade na educação perpassa pela necessidade de recursos. E pesquisá-los, na perspectiva da Educação Infantil, é contribuir para reflexão e avanço dessa etapa da educação historicamente marginalizada no âmbito das políticas educacionais – principalmente em que, entre o período de 1996 a 2006 não havia nenhuma destinação de recursos - com criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Este priorizou o ensino fundamental no financiamento e, conseqüentemente, impossibilitou a ampliação do acesso e de maior abrangência da Educação Infantil. Em 2007, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 53/2007, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), há destinação de recursos vinculados para a Educação Infantil. A EC/2007 representa um grande e decisivo passo, embora insuficiente, na história da educação brasileira. A Lei n. 11.494/2007 que regula o FUNDEB dispõe para efeito de

distribuição dos recursos a contagem das matrículas de creche e pré-escolas. A implantação do novo fundo gerou muitas expectativas em relação às possíveis contribuições e implicações que esse acontecimento poderia propiciar e provocar para a Educação Infantil. Diante desta realidade, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as mudanças provocadas na oferta de vagas e atendimento às crianças de 4 e 5 anos de idade no Município de Teixeira de Freitas/Bahia, a partir da introdução do FUNDEB. A investigação se desenvolve na rede pública municipal de Teixeira de Freitas, que além dos dados quantitativos em relação à oferta de vagas, também será feito um estudo qualitativo na tentativa de compreender como os docentes interpretam a implantação do Fundo, em termos da oferta de vagas e recursos, especificamente no nível da pré-escola, dentro do recorte temporal da pesquisa (2007-2015). Assim, no segundo momento da investigação, realizar em duas instituições públicas municipais de Teixeira de Freitas/BA que oferecem exclusivamente a Educação Infantil, uma que tenha funcionamento e atendimento anterior a implantação do FUNDEB, e, outra, que tenha data de funcionamento após a implantação do FUNDEB. O objetivo é dialogar com um grupo de docentes (gestores, coordenadores pedagógicos e professores) dessas instituições sobre questões da realidade escolar, financiamento, recursos, oferta de vagas e o trabalho docente. O interesse do debate com o grupo de professores da EI sobre essas questões está na insuficiência de formação sobre as implicações das políticas educacionais nas condições de trabalho para efetivação de uma educação de qualidade. Essa insipiência formativa leva a um credo romântico que apenas o compromisso e competência pedagógica do professor basta para a melhoria da qualidade de ensino. Nas formações continuadas oferecidas pelo Município inúmeras foram as temáticas voltadas para “o fazer pedagógico”, no entanto, ainda não se pensou em formações que se discuta autonomia financeira e administrativa rumo à qualidade do ensino. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, e se apoia na pesquisa-ação, segundo a qual os dados são obtidos por meio de diálogo entre pesquisador e participantes (THIOLLENT, 1985).

Palavras-chave: Financiamento. Educação. Docente.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Emilia Peixoto Vieira
Erico Jose dos Santos
Marcela Santos de Jesus
Stephanie Santana Oliveira

A gestão democrática nas escolas públicas vem sendo discutida como possibilidade de inserção de toda comunidade escolar no planejamento do trabalho a ser desenvolvido pela escola. Essa ampliação do espaço democrático nas escolas é fruto de antigas reivindicações dos profissionais da educação e de pesquisadores para inserção de novos sujeitos no debate das políticas públicas adotadas pelas instituições escolares. Entendemos que para a concretização da gestão da escola pública, pautada na participação coletiva da comunidade escolar, requer quebrar as velhas práticas autoritárias estabelecidas em muitas de nossas escolas, por isso torna-se ainda um grande desafio. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar e discutir com uma

instituição de educação infantil pública do município de Ilhéus/BA como constrói espaço de decisão e deliberação para suas ações políticas-pedagógicas. Preocupa-se em evidenciar de que maneira a instituição infantil constrói espaço de decisão e deliberação para suas ações políticas-pedagógicas. Este estudo faz parte da pesquisa intitulada “Gestão Escolar e o Trabalho Docente na Educação Infantil no sul da Bahia: desafios e perspectivas”, coordenado pelo grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGE/DCIE/UESC). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem da pesquisa-ação, partindo do princípio de que os sujeitos são conhecedores da realidade em que estão inseridos e podem contribuir para a reflexão do assunto a ser abordado. Nosso referencial teórico embasa sobre o contexto da democratização da Educação no Brasil, e a necessidade de analisar a questão da gestão democrática na/da Educação Infantil. Neste trabalho, realçamos a importância de estimular a participação da comunidade na democratização da instituição tendo como foco os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A democratização da educação básica implica o processo de universalização do acesso de todos à educação. Contudo, a democratização da educação não se limita ao acesso à escola. O acesso é, certamente, a porta inicial para o processo de democratização, mas torna-se necessário também garantir que todos que ingressam na escola tenham condições para nela permanecerem com sucesso. Assim, de acordo com Gracindo (2007, p. 32), “a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo de sua qualidade”. Assim, outra política que certamente concorrerá para a democratização da educação básica é a gestão democrática nas escolas públicas. Essa faceta da democratização da educação indica a necessidade que o processo educativo tem de ser um espaço para o exercício da democracia. Como elementos constitutivos dessa forma de gestão podem ser apontados: participação, autonomia, transparência e pluralidade (ARAÚJO, 2000). E como instrumentos de sua ação, surgem as instâncias diretas e indiretas de deliberação, tais como conselhos e similares, que propiciam espaços de participação e de criação da identidade do sistema de ensino e da escola. Assim, nosso diálogo com a instituição de educação infantil perpassa por esses princípios e visa o fortalecimento do Conselho Escolar na instituição.

Palavras-chave: Democracia. Educação. Conselho.

DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA À PRÁTICA DOS PROFESSORES: UM DIÁLOGO SOBRE A LUDICIDADE NO CICLO DA INFÂNCIA

Candida Maria Santos Daltro Alves
Emília Peixoto Vieira
Neísia Pereira dos Santos de Castro

Esse trabalho objetiva analisar a política de formação continuada para os professores do ciclo da infância (1º ano ao 3º ano), com a introdução do Ensino Fundamental de Nove Anos da rede municipal pública de Ilhéus/BA. Para compreender este contexto educacional propomos a seguinte questão de pesquisa: A política de formação continuada para os professores do ciclo da infância (1º ano ao 3º ano), neste trabalho,

toda vez que mencionarmos o ciclo da infância estamos nos referindo as crianças de 6 (seis) a 8 (oito) anos, do Ensino Fundamental de Nove Anos da rede municipal pública de Ilhéus/BA subsidia a prática dos professores sobre a concepção de ludicidade, infância, criança? Para responder essa pergunta traçamos um objetivo que consiste em dialogar com professores de uma escola pública de Ilhéus e formadores da Secretaria de Educação sobre como esta formação tem embasado a prática pedagógica em relação à concepção de ludicidade, infância e criança. Esta pesquisa faz parte dos estudos sobre políticas realizados no Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPeGE) do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGE/DCIE/UESC). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem da pesquisa-ação, partindo do princípio de que os sujeitos são conhecedores da realidade em que estão inseridos e podem contribuir para a reflexão do assunto a ser abordado. Participam dessa pesquisa Professores, coordenador pedagógico, gestor da escola e a equipe de formação de professores do ciclo da infância da Secretaria de Educação de Ilhéus. Queremos com essa investigação ressaltar que, a escola precisa reconhecer a criança em suas múltiplas dimensões, não a restringindo à mera condição de aluno e de uma folha em branco que somente será preenchida no momento em que ela adentra ao Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental deve garantir também espaços e tempos adequados de brincadeira e interação, valorizando o movimento e considerando os conhecimentos de que a criança dispõe, bem como os contextos social e cultural em que elas estão inseridas. Isso remete à concepção de uma educação que respeita a infância, criança e a ludicidade no Ensino Fundamental e uma escola que garanta o desenvolvimento pleno da criança. Esse deve ser o entendimento, as crianças não deixam de viver a infância quando ingressam no Ensino Fundamental. A implementação da Lei nº 11.274/2006, para nós militantes da Educação Infantil, inicialmente trouxe grandes inquietações no sentido de pensar como a criança de seis anos será vista no Ensino Fundamental, tendo ela necessidades específicas de sua faixa etária. A elaboração de documentos de orientação para a inserção ou inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental, a exemplo do material intitulado Ensino Fundamental de Nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade apontou-nos um caminho em prol a garantia de que mesmo no Ensino Fundamental elas teriam suas especificidades respeitadas. Com isso, espera-se como resultado, que essa pesquisa possa servir como diretriz de avaliação para os gestores públicos, em especial para a Secretaria Municipal de Educação de Ilhéus, na organização de formação continuada para os professores que trabalham no ciclo da infância.

Palavras-chave: Formação. Política. Ludicidade.

EIXO TEMÁTICO 1: INFÂNCIA, CULTURA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A CULTURA DA INFÂNCIA NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Universidade de Pernambuco (UPE)

Coordenadora: Marlene Burégio Freitas

O BRINCAR E A LUDICIDADE: SABERES DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA

Marlene Burégio Freitas

A pesquisa trata do brincar e da ludicidade como saberes da profissionalidade docente na educação infantil, em um estudo desenvolvido no município de Jaboatão dos Guararapes. Como objetivo geral, buscamos compreender de que maneira professoras de educação infantil de Jaboatão dos Guararapes se apropriam do brincar e da ludicidade como saberes de sua profissionalidade docente, a partir da formação continuada na escola. Apoiamo-nos em estudos de Hoyle (1980), Contreras (2002), Tardif (2011), que tratam da profissionalidade docente, formação e saberes, e, em âmbito mais específico, em estudiosos da educação infantil que tratam da formação de professores/as e do brincar, tais como Oliveira-Formosinho (2002, 2005), Fortuna (2012), Carvalho, Pedrosa e Rosseti-Ferreira dentre outros/as que em suas diferenças e aproximações contribuíram no aprofundamento de pressupostos teóricos que dizem respeito a essas áreas de conhecimento. O percurso metodológico tem base na pesquisa qualitativa, na abordagem histórico-dialética, em uma pesquisa de campo, em quatro instituições do referido município, envolvendo oito professoras. Utilizamos como instrumentos: observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturada, os quais foram tratados pela Análise de Conteúdo Categorical do tipo temática (BARDIN, 1977). Como resultados, emergiram as seguintes categorias: a escola como lugar do brincar e da ludicidade; as contribuições da formação continuada na apropriação do brincar e da ludicidade e as formas de emergência do brincar e da ludicidade. Constatou-se que a escola tem se tornado um espaço mais lúdico no sentido de abertura ao brincar, porém, em concepções híbridas em que emergem concepções mais ingênuas e mais próximas de ideias utilitaristas e ainda percebemos posicionamentos mais críticos no sentido da escuta da criança no brincar. A análise mostra que a ideia da homologia de processo formativo, não contribuiu para a formação professor reflexivo, não suscitava confrontos provocadores de desequilibrações necessárias às reconstruções de saberes no âmbito teórico, epistemológico, ontológico e político requeridas como condição de uma profissionalidade docente crítica que é instituinte, por estar sempre se refazendo e que têm na apropriação de saberes – dentre estes o brincar e a ludicidade – elementos fundamentais em sua atuação junto às crianças em uma perspectiva crítica transformadora. No tocante às formas do brincar, emergiram limites através de práticas mais cerceadoras, no sentido do controle do brincar, especialmente a brincadeira de faz de conta, dentre outras. No trabalho envolvendo linguagens expressivas, emergiram limitações no âmbito do conhecimento específico relativo a elementos lúdicos

constitutivos, em sua aleatoriedade, imprevisibilidade, imponderabilidade. Ressaltamos que a formação continuada pode contribuir no desenvolvimento profissional, na medida em que possibilite às professoras a apropriação de saberes acerca do brincar e da ludicidade que envolvam o desenvolvimento de uma competência técnica também no âmbito de uma razão sensível.

Palavras-chave: Profissionalidade. Brincar. Infância.

EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS: A ESCOLA E O DIREITO A AFIRMAÇÃO DA DIFERENÇA DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Tarcia Regina da Silva

Os Direitos Humanos que inicialmente foram influenciados pelo Iluminismo e pela questão da igualdade, se assumindo dentro de um discurso universal, chegam à contemporaneidade em uma nova configuração que sugere revisitar a cultura escolar à luz de questões advindas do debate acerca da diversidade e da diferença. Nesse cenário, surgem a emergência da descolonização dos nossos olhares, saberes e fazeres e o fortalecimento da Educação em/para os Direitos Humanos desde a Educação Infantil. Conseqüentemente, as creches e pré-escolas precisam constituir-se como territórios qualificados onde são incorporadas práticas interculturais que possibilitam à criança a experiência de conviver e celebrar as diferenças, bem como os desejos e valores de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária. Neste sentido, as instituições de educação infantil necessitam assegurar uma prática intencional e planejada para a socialização das crianças, reconhecendo a Educação Infantil como instrumento de transformação social, pois ela pode contribuir na formação crítica da infância no sentido de valorar positivamente a diferença. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar como a questão da diferença tem sido tratada nas escolas da Educação Infantil da microrregião de Garanhuns. Para tal, recorremos aos pressupostos da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico para observar as práticas pedagógicas de oito escolas municipais de Educação Infantil em oito municípios da microrregião de Garanhuns, buscando apreender questões da diversidade religiosa, de gênero, étnico-racial e da educação inclusiva. Os dados evidenciam que as escolas desconsideram a questão da diversidade religiosa, impondo as práticas da religião católica a todas as crianças. Quanto às questões de gênero, os meninos são incentivados as brincadeiras mais agitadas e reconhecidas como próprias a estes enquanto às meninas, as mais calmas. Há diferenciação entre o tratamento destinado às crianças brancas e negras por parte das professoras. No que tange à educação inclusiva, nota-se um esforço apenas em assegurar a acessibilidade, porém não foram visibilizadas práticas pedagógicas inclusivas. Essas formas de perceber, conceber e conviver com o outro, evidenciam que é preciso e urgente assumir a diferença como um elemento constituinte do processo educativo, tendo em vista que esses são construtos das relações socioculturais. Todavia, não se trata de pensar a alteridade como amor ao próximo, tampouco a partir dos ideais universais, nem sob a premissa da tolerância com a diversidade cultural, mas de pensarmos além da lógica “nós X outros”, reconhecendo a nós mesmos como produto e produtores da diferença, ou seja, reconhecendo-nos na outriedade do outro. Por fim, destacamos que o reconhecimento do direito à diferença, especialmente da Educação Infantil é o direito à

singularidade das crianças, uma vez que a escola pode configurar-se como espaço de convívio e enriquecimento com as crianças e entre estas.

Palavras-chave: Educação infantil. Diferença.

CULTURA, CRIANÇA E MÍDIA

Universidade Feevale

Coordenadora: Sarai Patricia Schmidt

CRIANÇA QUEER E A REPRESENTAÇÃO NA MÍDIA BRASILEIRA

Sarai Patricia Schmidt
Tiago Daniel Fioravante

Este estudo trata dos corpos infantis que destoam das regras heteronormativas sobre gênero e sexualidade e sua representação na mídia brasileira. Com objetivo de analisar os discursos hegemônicos construídos pela mídia para representar este sujeito. O corpus de análise toma como base 92 referências midiáticas de TV, Internet e veículos impressos, publicadas entre 2010 e 2015, que retratam a experiência desta infância queer. O trabalho resgata os principais conceitos de gênero e sexualidade para alimentar o olhar sob esta infância e os estereótipos amplamente divulgados pela mídia. Como metodologia, usa-se a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2000), propondo um recorte em três tipos distintos de abordagem e enquadrando estas infâncias nas seguintes categorias de análise: Monstra, Ciborgue e Esranha. Tomando o conceito de “monstro” explorado em alguns trabalhos de Michel Foucault e James Donald, o corpo aqui abordado se difere dos demais por trazer em sua anatomia uma espécie de obscenidade orgânica. Este corpo cruza as fronteiras da natureza e por isso é tratado como “anormal”. Como Ciborgue para retratar as infâncias que não se encaixam em uma identidade de gênero que lhes foi atribuída ao nascimento. Elas representam a simbiose entre natureza e tecnologia apresentada por Haraway, pois por razões médicas ou familiares, se submetem ou são submetidas a procedimentos que alteram a noção biológica de corpo, a fim de adequá-las a um corpo descrito pela medicina como ideal para a identidade de gênero que escolheram ou foi escolhida para si. A terceira e última categoria explorada é Estranha. Estranha ou bizarra, por trazer em seus corpos ou comportamentos, elementos que deslocam as identidades plenamente reconhecidas. Para discutir a noção de infância com um conceito histórico e cultural, busca-se as contribuições Philippe Ariès e Jorge Larrosa. Ao abordar estes construtos, o estudo faz um paralelo com as questões de gênero e sexualidade e a Teoria Queer, a partir das contribuições de Judith Butler, Beatriz (Paul) Preciado e Guacira Lopes Louro. O esforço em apontar o papel pedagógico da mídia na construção das identidades contemporâneas tem como referência o trabalho de Zygmunt Bauman, Douglas Kellner e Rosa Fischer. A mídia pode ser percebida como um artefato pedagógico, que auxilia no processo construtor das identidades na contemporaneidade. A pesquisa apontou diferentes formas de tratar esta infância, muitas vezes auxiliando para aumentar o estigma que estas crianças irão de enfrentar e em outras, disseminando conhecimento e auxiliando famílias, escolas e instituições novas formas de expressar a identidade infantil. Estas infâncias representam o surgimento de um novo personagem midiático que encara um mundo fragmentado e cheio de dúvidas relacionadas a gênero e sexualidade. Dúvidas estas que refletem em

termos em desuso, estereótipos de gênero que promovem a desigualdade, tratamentos por pronomes errados, deslegitimando e desrespeitando as identidades retratadas, entre outras coisas. A escassez de trabalhos que se debruçam sobre o papel da mídia ante estas questões mostra a urgência em trazer o tema para o debate em ambientes de formação e no mercado da comunicação.

Palavras-chave: Mídia. Infância. *Queer*.

UM ESTUDO SOBRE CRIANÇA E VIOLÊNCIA SEXUAL NO JORNALISMO ONLINE BRASILEIRO

Marina Mentz

O estudo faz uma análise sobre como se estabelece a representação midiática das crianças que são personagens de reportagens sobre violência sexual. Que aspectos culturais se mostram neste sentido? A partir de um levantamento quali-quantitativo a pesquisa propõe a análise de conteúdo e de discurso por meio de um mapeamento nos sites Globo.com, Blasting News e Folha de S.Paul, tendo como foco as reportagens que trazem como personagens centrais as crianças vítimas de violência sexual. A partir disso, serão localizados marcadores de recorrência entre as reportagens mapeadas, além de ser realizado o exame de estrutura, fontes, falas e personagens que aparecem nas reportagens mapeadas. Pode-se questionar de que forma esses dados e casos têm aparecido como pauta do fazer jornalístico, buscando compreender quais são as crianças que tem suas histórias retratadas, quem é ouvido nessas reportagens, ou através de quais manchetes essas histórias ganham o clique do leitor. Pensar sobre o tema da infância, jornalismo e seus entrecruzamentos que refletem a cultura e as representações é necessário, assim como refletir sobre o peso deste em nosso cotidiano – tanto nos processos de feitura das reportagens quanto no alinhamento das mensagens propostas entre quem a escreve e quem a lê. Os casos sobre violência sexual são pautas jornalísticas pungentes dentro das redações – e não poderia ser diferente em razão dos números vistos em relação a estes casos. Em se tratando de estupro contra crianças e adolescentes, os números são ainda mais alarmantes, e na medida em que crescem, as vítimas que já estiveram expostas a situações de vulnerabilidade dificilmente conseguem sair delas, e, por sua vez, muitas vezes se tornam os pais ou mães agressores/agredidos em frente a seus filhos. Mesmo sendo a violência sexual um problema que vitima pessoas de todas as idades, ele é visto com mais frequência contra crianças pequenas, do sexo feminino e cuja família tem baixa escolaridade. As denúncias feitas à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2014, por exemplo, registram que as crianças entre 8 a 14 anos estão em primeiro lugar no quesito faixa etária nos casos de violência, com 40%, seguido das vítimas entre 0 e 7 anos, com 34% e, por fim, em 13% denúncias em casos onde a vítima tem entre 15 e 17 anos. Pode-se questionar de que forma esses dados e casos têm aparecido como pauta do fazer jornalístico, buscando compreender quais são as crianças que tem suas histórias retratadas, quem é ouvido nessas reportagens, ou através de quais manchetes essas histórias ganham o clique do leitor. Pensar sobre o tema da infância, jornalismo e seus entrecruzamentos que refletem a cultura e as representações é necessário, assim como refletir sobre o peso deste em nosso cotidiano – tanto nos processos de feitura das reportagens quanto no

alinhamento das mensagens propostas entre quem a escreve e quem a lê. Diante deste contexto este estudo busca analisar como se dá a representação das vítimas de até 12 anos nas reportagens do jornalismo online brasileiro, utilizando como base para a extração do corpus de pesquisa, os sites Globo.com, Blasting News e Folha de S.Paulo. Para realizar a investigação, serão discutidos os conceitos sobre representação, infância, violência sexual, bem como a prática jornalística online.

Palavras-chave: Jornalismo. Criança. Violência

CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE MÍDIA, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

Vitória Santos

O estudo apresenta uma reflexão sobre a relação educação, mídia e os direitos das crianças tendo como foco a análise de um conjunto de notícias sobre o tema casamento infantil no Brasil. Quando pensamos os problemas sociais enfrentados pelos países, conseguimos perceber a importância que as mídias têm na construção dos discursos acerca de diferentes temas e operando como um espaço de aprendizado. O Brasil ocupa o 4º lugar no ranking de casamento de crianças (meninas) no mundo e as análises apontam um silenciamento midiático sobre o tema. A pesquisa faz uso da Transmetodologia, buscando cercar a temática investigada em uma proposta teórico-metodológica que problematize o fenômeno investigado. Uma das propostas do estudo é ampliar o debate sobre as questões de gênero e dos direitos humanos compreendendo que as mídias podem servir como um suporte – uma educação não formal de ensino e aprendizado sobre esses temas. Considerando que o tema principal deste estudo é o Casamento Infantil no Brasil a pesquisa discute a construção da identidade desse sujeito infantil e os processos de adultização da infância que perpassam essa prática no país, buscando compreender como isso acontece e de que maneira isso tem ocorrido. Numa segunda etapa o estudo propõe grupos tendo como foco discutir a forma pelas quais os acadêmicos de Jornalismo e de Pedagogia têm sido ensinados e seus entendimentos acerca dessa temática, tendo como base que serão eles os sujeitos comunicantes que auxiliarão no ensino – seja ele formal (na escola) ou não formal (através da mídia) – dos sujeitos sobre as maneiras de se coibir esse tipo de violência, através de um aprendizado sobre Gênero, Mídia e Direitos Humanos. A investigação faz o entrelaçamento entre a relação cobertura midiática e casamento infantil no Brasil com diferentes questões como: a construção da identidade infantil; a pobreza; os processos de adultização da infância; os Direitos Humanos infantis; as leis de proteção à infância; e o debate com os acadêmicos de Jornalismo e Pedagogia sobre o ensino de gênero, mídia e Direitos Humanos. O que faz do Brasil um país laico, com legislações firmes sobre a proteção da infância, estar em uma posição tão elevada em um ranking mundial (4º lugar)? As análises iniciais do estudo apontam que maior motivação está ligada à questão social indicando que os casamentos estão relacionados com carência financeira e maus tratos na família. Ou seja, temos estabelecida uma relação direta dos altos índices de casamento infantil no Brasil com a pobreza, conceito fundante desta pesquisa, assim como: Direitos Humanos, Cidadania, Identidade e Infância. Esses quatro conceitos servem de sustentação na busca pelo entendimento acerca do silenciamento midiático

em relação ao tema. Os Direitos Humanos precisam ser fruto de uma construção dialética, pois o discurso ético é o que nos levará a fazer balizamentos entre a lei e a moral e que auxiliará a compreender que precisamos contestar e modificar as leis de acordo com a época vivenciada. É a ética que faz com que enxerguemos o outro, que compreendamos a importância de estranhar o nosso próprio mundo, para que, assim, possamos transformar as realidades, criando um movimento universal de direitos.

Palavras-chave: Casamento. Criança. Direitos.

GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO INFANTIL E INFÂNCIAS – GEIN

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRGS)

Coordenadora: Maria Carmen Silveira Barbosa

FAÇAM O QUE EU DIGO, NÃO FAÇAM O QUE EU FAÇO: INCOERÊNCIAS DE RAÇA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher
Jane Felipe de Souza**

O trabalho apresenta uma pesquisa interinstitucional do GEIN/UFRGS/UNIARP que analisou os modos de apresentação de culturas afro-brasileiras para bebês e crianças pequenas nas escolas de educação infantil (ações pedagógicas de EREER - Educação para as relações etnicorraciais) realizadas por alunos do curso de Pedagogia UFRGS/UNIARP e por cursistas do UNIAFRO/UFRGS, procurando perceber as relações entre as proposições de ações antirracistas, as trajetórias de vida das educadoras e as ações para promoção da igualdade de gênero. Tendo em vista que as pessoas negras e pardas representam 51% da população brasileira e que as mulheres representam 51,4% (conforme dados do PNAD/IBGE 2013) as problemáticas a serem investigadas têm como objetivo discutir acerca do trabalho pedagógico relacionado às culturas afro-brasileiras e às questões de gênero que estão sendo realizados para implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009). Fundamenta a investigação autores como Marques (2013, 2015), Dornelles (2006, 2015), Kaercher (2014), Felipe (2015), Gomes (2015), Foucault (2002, 2009), dentre outros. As ações implementadas foram registradas pelas educadoras e pelos estudantes, postadas em ambiente virtual (Moodle) e relatadas em seminário presencial. As trajetórias de vida e as ações de promoção da igualdade de gênero foram analisadas a partir de questionários estruturados e relatos postados em ambiente virtual. Os resultados da pesquisa mostraram que: 1) a maioria das escolas não contempla a temática racial em seus projetos pedagógicos, praticamente não há imagens de pessoas negras nas escolas, bonecos/as negros/as disponíveis, poucos livros de literatura infantil com personagens negros protagonistas e positivados; 2) as educadoras afirmam não ocorrerem problemas raciais na educação infantil, tendo em vista que as crianças de 0-3 são pequenas e não percebem as diferenças raciais; 3) Algumas escolas desenvolvem ações de EREER apenas em momentos pontuais do calendário nacional, tais como o Dia da Abolição da Escravidão (13 de maio) ou o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), enquanto que em outras esse trabalho não é realizado porque não há alunos negros; 4) com auxílio de professores e tutores do curso UNIAFRO e Pedagogia/UFRGS/UNIARP, conseguiram promover ações pedagógicas lúdicas e voltadas para a EREER, mas, em

contrapartida, sofreram maus tratos emocionais, sendo tensionadas por companheiros a abandonarem o curso sob a alegação de estarem se distanciando de suas funções matrimoniais e, por fim, que 4) as crianças de 0-3 anos exploram com curiosidade os diferentes brinquedos e materiais didáticos que remetem à cultura afro-brasileira. Os dados apontam a importância de que sejam ampliadas, nos cursos de formação de professores, as discussões que tratam sobre a potência dos bebês, a importância da inserção de práticas promotoras de igualdade racial e de gênero no cotidiano da escola infantil bem como que a maioria das educadoras ainda não conseguiram estabelecer relações entre a promoção da igualdade racial e a promoção da igualdade de gênero e/ou planejar ações pedagógicas que promovessem uma educação antirracista e a igualdade racial e de gênero junto às crianças.

Palavras-chave: Antirracismo. Gênero. Maus tratos.

OS LUGARES DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS PEQUENAS DO CAMPO

Carolina Gobbato

Crisliane Boito

Simone Santos de Albuquerque

O GEIN considera que as crianças não são apenas “objetos” de pesquisa, mas sujeitos sociais e participantes dos processos educacionais e, nesta perspectiva, vem constituindo uma postura teórico-metodológica que enfatiza a agência das crianças. Nos últimos cinco anos o grupo vem realizando pesquisas sobre a educação do/no campo. Muitas são as problematizações feitas ao campo, como também as sugestões de modos para enfrentar essa realidade. No contexto deste trabalho, apresentamos um recorte da pesquisa “Caracterização do atendimento às crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais no Rio Grande do Sul/Brasil”, realizada no cotidiano da Escola Municipal de Educação Infantil Flor da Terra localizada dentro do assentamento de trabalhadores rurais Integração Gaúcha, na cidade de Eldorado do Sul/RS, especificamente no que contempla a etapa realizada com um grupo de crianças de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. Compreender as crianças como atores sociais, sujeitos com agência e produtores de cultura a partir de Corsaro (2009), Sarmento (2011), Pereira (2012) e Barbosa (2014) fomentou que investíssemos na busca por estratégias de construção de dados que convocassem as crianças a participarem efetivamente deste processo de pesquisa. Diante disso, o tablet foi escolhido como instrumento de trabalho para a geração de dados pois muitas das crianças tem acesso a este dispositivo ou ao celular pois interessava a pesquisa a função de fotografar. Neste contexto, reconhecemos essa ferramenta como familiar ao grupo de crianças e, desse modo, possibilitadora de que conhecêssemos quais espaços as crianças mais apreciavam na instituição escolar em que se encontravam. Assim, reunimos mais de 300 fotografias tiradas pelas crianças que, durante o encontro com as pesquisadoras, movimentavam-se pela escola capturando imagens dos espaços que mais gostavam na instituição. Neste percurso, nos deixamos conduzir pelo caminho que as crianças nos apontavam e pelas conversas que foram estabelecidas sobre suas escolhas ao fotografarem. A partir da análise do contexto pesquisado, consideramos que: (a) o corredor da escola se torna um espaço de inter-relação entre os grupos e de

conexão entre as salas, deixando de ser apenas um espaço de circulação e de expor trabalhos e/ou armazenar materiais; (b) a predominância de fotografias nos espaços externos nos leva a refletir que, embora as crianças vivam em meio a natureza, o tempo vivenciado na escola em sua maior parte é nos espaços internos, reconhecendo o desejo delas estarem mais ao ar livre; (c) a necessidade de que sejam privilegiadas relações entre grupos de diferentes faixas-etária, onde o espaço da escola evidencia que é possível construir experiências coletivas. Nesta perspectiva, é possível pensar que para as crianças pequenas do campo a escola é um lugar para estar com seus pares, e que elas podem contribuir para a construção do projeto pedagógico, proporcionando oportunidades no cotidiano de se expressarem, pensarem, opinarem sobre a sua escola.

Palavras-chave: Educação Infantil. Campo.

POR UMA CURADORIA CONTAMINADA: CAMINHOS METODOLÓGICOS NAS APROXIMAÇÕES ENTRE AS CRIANÇAS E A ARTE

Taila Suian Idzi

Este trabalho busca apresentar as discussões teórico-metodológicas presentes na pesquisa intitulada Imagem e criação de si a partir da arte: possibilidades ético-estéticas em educação infantil, desenvolvida no PPGEDU/UFRGS. A investigação foi realizada com crianças com idades entre 5-6 anos, em uma escola municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre (RS), entre setembro a dezembro de 2015. Partindo de um referencial teórico ligado aos últimos estudos de Michel Foucault – nos quais o autor voltou-se à temática do sujeito e aos modos pelos quais se torna possível a constituição do sujeito por si mesmo –, procurou-se investigar as potências dos encontros de um grupo de crianças com obras de alguns artistas visuais, os quais, por meio de seus trabalhos, buscaram pensar o si mesmo num jogo em que punham em relação as dinâmicas entre vida e obra: Arthur Bispo do Rosário, José Leonilson, Anna Bella Geiger e Rosana Paulino. Com base nos diálogos da própria pesquisadora (também professora e artista) com as obras, foram criadas 7 proposições plástico-expressivas (desdobradas em 12 encontros), radicadas não somente em atividades que implicavam releituras dos trabalhos selecionados, mas, sobretudo, no convite a que as crianças debatessem as imagens e experimentassem inscrever (ou criar) a si mesmas. Nestas proposições, fizeram-se decisivas as atividades em que, mobilizadas pelas obras, as crianças foram compondo narrativas de si, mediadas por desenhos, colagens, atividades de cianotipia, bem como a partir de objetos trazidos de casa e que diziam respeito a si mesmas e a suas histórias de vida. Deste modo, pode-se dizer que o viés metodológico adotado na investigação aproximou-se do conceito de curadoria ou, mais precisamente, de uma curadoria educativa (MARTINS, 2006). Ao pensar o trabalho da professora-pesquisadora-artista junto às crianças como uma atividade próxima à do curador (MARCELLO, 2012), o trabalho de seleção, de recorte e também de combinação de diferentes imagens tinha como objetivo multiplicar e escavar sentidos possíveis sobre os materiais visuais. Ao mesmo tempo, na busca da criação conjunta com o grupo de crianças, a autoria do processo curatorial sofreu rupturas, contaminando-se pelo pensamento do outro, deixando-se tencionar pelas fissuras encontradas no campo e modificando-se pelos acontecimentos que, no cotidiano da sala de aula, não “deram

certo”. No momento em que se teve como objetivo criar sentidos sobre o si, dois elementos fizeram-se inseparáveis: os materiais visuais que alavancaram as conversas sobre as obras dos artistas (trazidos pela professora) e também aqueles que se encontravam no fundo das “gavetas dos guardados” (CAMARGO, 2009) das crianças: fotografias de família, seus primeiros retratos, objetos cotidianos trazidos de casa. É a partir destes dois conjuntos de materiais que se buscou partilhar memórias, provocar encontros improváveis com seres do universo imaginário das crianças e criar uma poética coletiva, fissurada pelas vozes, olhares, gestos e imagens produzidas pelo grupo.

Palavras-chave: Pesquisa. Infância. Imagem.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOCULTURAL: LINHA CULTURAS INFANTIS – GEPEDISC

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Coordenadora: Ana Lúcia Goulart de Faria

EDUCAÇÃO INFANTIL, QUILOMBOS E TERREIROS: O ÂMBITO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NAS PESQUISAS DO GEPEDISC

Alex Barreiro

Flavio Santiago

Marcia Lucia Anacleto de Souza

Este trabalho tem como objetivo problematizar as relações étnico-raciais brasileiras com base na produção das culturas infantis, trazendo as contribuições das pesquisas de mestrado e doutorado em andamento e concluídas pelo Grupo de Pesquisa em Educação e Diferenciação Sócio-cultural (GEPEDISC – linha Culturas Infantis). Para isso, analisaremos numa perspectiva histórica, a emergência do racismo nos discursos científicos e suas dissidências nas práticas educacionais no Brasil, em especial, na Pedagogia da Educação Infantil. O racismo, enquanto processo que afeta diretamente as crianças negras, quilombolas e candomblecistas pesquisadas dentro e fora das creches e pré-escolas, é uma construção social, cultural, política e histórica que transborda a sociedade mais ampla e adentra nos processos de constituição dos sujeitos sociais, desde a infância. As pesquisas nos mostram, a partir do método etnográfico, como as intersecções entre o processo de racialização e as relações de gênero são (re)interpretadas nas culturas infantis, produzidas por crianças de zero a seis anos que frequentam a Educação Infantil, destacando suas percepções do que é ser uma criança negra, não-negra, bem como a dita hiperssexualização das meninas negras nos diversos espaços da educação infantil. Esta análise parte do consenso de que o processo de racialização e as relações de gênero se associam, em determinados contextos, e se diferenciam em outros; criam estereótipos que contribuem para a sustentação das desigualdades e profanam um ideal de nação. Para a construção desta percepção procuramos romper com o universalismo do movimento feminista, de origem europeia, que tende a generalizar a realidade feminina a partir de sua cultura e da vivência de mulheres brancas, desconsiderando a dupla desvalorização das mulheres negras, apenas a partir da compreensão da intersecção dos dois sistemas de dominação, racismo e sexismo pode instrumentalizar a luta feminista pela igualdade. Além disso, por meio das pesquisas realizadas com as crianças de uma comunidade quilombola paulista, e de um

203

terreiro de candomblé situado na zona norte da capital paulista, compreendemos como as culturas infantis elaboram saberes e vivenciam as infâncias marcadas por experiências baseadas na tradição oral, na corporalidade e na ancestralidade, que dão sentido e organizam a vida social nestes territórios étnico-raciais. Neste sentido, trazemos aqui um conjunto de pesquisas que apontam realidades infantis concomitantes, marcadas pela diversidade e pela diferença, com proposições para a construção de uma educação emancipatória, que tem como marca a busca da compreensão dos efeitos da colonização sobre nossas percepções de tempo, espaço, infâncias e das culturas infantis. Estas pesquisas apresentam a infância na interlocução com campos teóricos diversos, sendo eles: a Sociologia da Infância, a Pedagogia da Infância, a Antropologia e a Antropologia da Criança, e por um campo metodológico circunscrito, a princípio, à etnografia e ao caderno de campo como instrumento de pesquisa, mas que se abriu para registros imagéticos em desenhos e fotografias realizadas pelas crianças. O conjunto de dados possibilita ampliar as possibilidades interpretativas do fazer e pensar infantil, em meio ao desafio de estar com as crianças e sermos adultos/os com elas.

Palavras-chave: Criança. Raça. Gênero.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS

Nélia Aparecida da Silva
Peterson Rigato da Silva
Solange Estanislau dos Santos

204

Os trabalhos apresentados nesta comunicação são resultados de três pesquisas que coadunam em reflexões e resistências sobre a conjuntura política que assombra a educação brasileira atualmente. Estamos num momento da história política e social brasileira em que precisamos nos posicionar e lutar pela manutenção das conquistas sociais dos últimos anos para não correremos o risco de que os retrocessos anulem os direitos sociais. Na educação, principalmente, na educação infantil, desde a abertura da Constituição Federal (CF) de 1988 e nas legislações que se sucederam a esta, temos observado o aumento da oferta educacional para este setor através de convênios com Organizações Sociais (OSs), sem fins lucrativos, transformando a educação infantil no que Rosemberg definiu como “a rainha da sucata”, dados os improvisos com que o atendimento é realizado nestas parcerias. Essas políticas públicas destinadas à determinada etapa educacional parecem se configurar como último item da pirâmide de prioridades das agendas políticas, sugerindo que para determinadas camadas da população brasileira serve qualquer coisa descartável: qualquer ensino, qualquer espaço ou projeto arquitetônico, e que abriguem “crianças quaisquer”. Nesse sentido as estratégias que criamos para enfrentar e resistir as ondas do conservadorismo encontram-se como processo reflexivo e mecanismos de enfrentamento das desigualdades. Dentro dessa perspectiva, olhamos para os Movimentos Sociais, como o Movimento Interfóruns de Educação Infantil (MIEIB), na direção de problematizar a construção de políticas públicas para a primeira infância tendo como foco as questões de gênero como resistência a reprodução do machismo na sociedade, e como as crianças pequenas transgridem as normas impostas por adultos/os nos espaços da creche e pré-

escola. As pesquisas analisaram também a parceria público-privado criada para atender a demanda de vagas para as crianças da educação infantil em Campinas, assim como procuraram refletir sobre como as diferenças são abordadas nos documentos do MEC (Ministério da Educação), como as crianças brasileiras estão sendo representadas pelas políticas públicas que determinam sua educação? Quais resistências encontramos nos documentos, nas Pedagogias, nas professoras e nas crianças? Como os marcadores de diferença, como etnia, raça, gênero, classe social e idade estão sendo problematizados e contemplados? Buscamos desconstruir discursos homogeneizadores que tentam anular as diferenças e legitimam práticas racistas, homofóbicas, adultocêntricas e colonizadoras. Tais estudos foram desenvolvidos na interlocução com as Ciências Sociais, Filosofia, Sociologia da Infância, Pedagogia da Infância e na perspectiva pós-colonial, fundamentados pelas ideias de Rosemberg (1984; 2002), Faria (2002; 2005; 2011), Corsaro (2002; 2009; 2011), Qvortrup (2010; 2011; 2012), Spivak (2010), Boaventura (2007; 2011), Finco (2011; 2013; 2015). Desta forma, torna-se de fundamental importância denunciar estas políticas públicas implementadas para a primeira etapa da educação básica baseadas na privatização e terceirização e lutar pela garantia dos direitos das crianças pequenas a uma educação infantil pública, gratuita, laica e de qualidade.

Palavras-chave: Políticas. Movimentos Sociais.

CRECHES, DIFERENÇAS E IDENTIDADES REGIONAIS

**Elina Elias de Macedo
Lucirleia Alves Moreira Pierucci
Vanderlete Pereira da Silva**

205

Este estudo produto de 3 pesquisas pretende (m) refletir sobre a situação da creche e da educação de crianças de 0 a 10 anos no Brasil, sob diferentes aspectos. Primeiro, mostrando os contrastes regionais, vivenciado por mulheres e crianças em diferentes contextos, Pomerano, Amazonense e Sertanejo, todas marcados pela exclusão aos direitos constitucionais, entre eles o direito à educação garantido às crianças de 0 a 3 anos, a fim de problematizar a situação da infância na sociedade brasileira e as perspectivas de avanços para a próxima década. No viés da negação do direito à educação, discutir as concepções sobre educar e cuidar de crianças presentes nas alternativas criadas pelas mães frente a baixa oferta de creches públicas no país, questionando a condição da mulher no mundo do trabalho, a divisão sexual do trabalho e o enfrentamento dos problemas para cuidar dos filhos sem a atuação do Estado, no que compete as suas responsabilidades quanto as demandas sociais. Os estudos revelam uma explícita negação do direito das crianças oriundas das camadas sociais menos favorecidas que, por algum motivo, diferencia muito a oferta de vaga em creches em alguns municípios das diferentes regiões, que persiste, aparentemente, sem grande ou nenhuma pressão da sociedade local. O que nos impulsiona a (re)pensar diante dessas distintas realidades regionais, similaridades e possibilidades de enfrentamento na luta pelas garantias do direito da criança no Brasil. A partir dessas abordagens, destacaremos a relevância da pressão popular, em especial dos movimentos de mulheres, como assegurar o direito das crianças a vaga na creche? Acreditamos que desvelar o problema

possa significar um importante passo nessa direção. Segundo, discutir a participação das crianças na sociedade de classes, em uma perspectiva emancipatória de educação, pautada no conceito de omnilateralidade das obras de Karl Marx. As análises, resultado dos estudos implementados, apontam para as polêmicas categorias: a divisão sexual do trabalho, a infância como minoria e as culturas infantis. Pretendemos inserir também no debate, questões relacionadas ao adultocentrismo e a relação desigual de poder entre homens e mulheres, entre adultos/as e bebês/crianças pequenininhas e assim favorecer a reflexão sobre uma educação emancipadora comprometida com a resistência ao sistema capitalista desde o nascimento. No terceiro momento, ampliar a discussão sobre a criança de 0 a 10 anos e os processos de escolarização da infância na contemporaneidade, buscando um distanciamento do cientificismo positivista, como ocorre com grande parte das pesquisas acadêmicas tradicionais, a procura de uma noção que ultrapasse os dualismos formais, como os da concepção de objeto-acontecimento, objeto-problema, enquanto única e exclusiva possibilidade de se lidar com as questões da infância e sua escolarização. Os estudos são qualitativos numa interlocução crítica da Pedagogia com as Ciências Sociais e enfoque na Sociologia da Infância, Pedagogia da Infância e nos estudos pós-colonialistas. É fundamentada nas ideias de Corsaro (2002, 2009, 2011), Qvortrup (2010, 2011, 2012), nos estudos de Benjamin(2002), Faria(2002, 2005, 2011), Campos (2011), Rosemberg (1984, 2002).

Palavras-chave: Creche. Criança. Culturas.

GRUPO DE PESQUISA E ESTUDOS EM GEOGRAFIA DA INFÂNCIA

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Coordenador: Jader Janer Moreira Lopes

AS VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL DE VIGOTSKI

**Claudia da Costa Guimarães Santana
Jader Janer Moreira Lopes
Luiz Miguel Pereira**

A perspectiva da teoria histórico-cultural de Vigotski nos conduz ao entendimento de que as diferentes infâncias são resultado das vivências culturais das crianças e se são culturais, também são históricas e geográfica, na medida em que se relacionam aos espaços-tempos construídos para as crianças, com as crianças, pelas crianças e pelo mundo adulto. Os postulados desenvolvidos por Vigotski e seus colaboradores apresentam alguns conceitos centrais, fundamentais para a compreensão do processo de humanização compreendido por essa teoria, entre os quais destacamos o conceito de vivência e de pedologia. A vivência pode ser compreendida como a unidade entre as pessoas e o meio, permeadas pelo processo de interpretação e pelo momento do desenvolvimento vivido. A Pedologia, compreendida como a ciência da criança, teve um grande crescimento em diversos países no primeiro quartel do século XX, apresentando diferentes concepções nos diversos locais por onde se desenvolveu. A Pedologia de Vigotski é um dos conceitos que tem permeado nossas investigações a respeito do desenvolvimento das crianças. Para esse autor, nas pesquisas com as crianças, o foco não deveria ser o da criança que se desenvolve, mas sim, o do desenvolvimento da

criança. Essa inversão na lógica de fazer pesquisas com as crianças tem nos levado ao aprofundamento do que seria a Pedologia para esse autor e da sua importância na construção do seu pensamento a respeito do desenvolvimento infantil. Chegamos ao ponto de denominá-la como Pedologia Histórico-Cultural de Vigotski, por entendermos que o desenvolvimento da criança é um processo de enraizamento do humano na cultura e que apresenta significativas diferenças para “outras pedologias” que também floresceram na Europa, inclusive na (ex) União Soviética. Nossa pesquisa a respeito do Teatro com Bebês caminha nessa direção e busca interface com esses dois conceitos e outros que a eles se agregam, como a “situação social do desenvolvimento”. Nesse perspectiva refletimos sobre a mudança no movimento tradicionalmente conhecido como “Teatro para Bebês” para “Teatro com Bebês”. Essa proposta objetiva inicialmente, ofertar vivências estéticas para a primeira infância em situações teatrais entendendo que o encontro de uma teatralidade do humano se vincula a memória, a vivência, a imaginação e, principalmente, a situação social do desenvolvimento. Observamos como os bebês (crianças entre um ano e meio até três anos) vivenciam esses momentos. Nosso objetivo é incentivar a participação dos bebês nos processos das atividades propostas e identificar o surgimento de garatuas teatrais ou de reelaboração criadora com a produção e reprodução dos seus movimentos, a fim de intuir sobre as possibilidades de intencionalidades criativas. Os bebês são considerados na condição de protagonistas na atividade e não somente na de espectadores. Portanto, observamos as suas reações a partir de suas participações, seus interesses, desinteresses e possivelmente os seus espantos estéticos ocorridos nestas vivencias teatrais.

Palavras-chave: Vigotski. Vivência. Bebês.

207

A ESCALA DAS CRIANÇAS

Mathusalam Pantevis Suarez
Mônica de Carvalho Teixeira
Reinaldo José de Lima

Na busca de desenvolver ações e gerar produções que possam contribuir com a continuidade dos estudos, elegendo a vivência cartográfica das crianças como um dos temas de nossas pesquisas buscamos construir uma sistematização de trabalho que tem como tópico central as lógicas e autorias infantis e com isso, buscamos pesquisar como as crianças cartografam o espaço ofertado das instituições que as acolhem? Quais locais emergem a partir de seus espaços de vivências? Que redes espaciais, topológicas fazem partes de seus cotidianos e como esses locais são por elas vividos e representados cartograficamente? Compreender como as crianças pequenas se envolvem com os elementos da cultura cartográfica e como esses se envolvem com suas vivências sócio-espaciais. Interessam-nos as formas geneticamente embrionárias dos processos de vivência dos elementos cartográficos, a gênese da criação e da atividade cartográfica autoral, que a nosso ver explica a formação das estruturas superiores de criação e autoria. Nossa hipótese é a de que as crianças mobilizam essas funções em condições de coemergência no social, em grupos que funcionam como proto-nós, em vivências nas situações que se tornam as bases internalizadas das capacidades mais tarde individualizadas. O problema é, portanto, investigar como, nas situações sociais, no

nosso caso, também, as situações escolares as crianças revelam essas vivências. Sendo assim, abordamos a temática da "Infância migrante e suas espacialidades na cidade de Itaboraí/RJ", tomando como premissa que a criança migrante se encontra em um outro espaço/lugar rodeado de outras culturas como por exemplo, o espaço escolar, que possui uma organização interna já previamente pensada e organizada pelo adulto. As formas como suas vivências e seu protagonismo se fazem sentir no ambiente escolar no contato com professores e outros membros da comunidade escolar é um dos pontos que traçamos na nossa abordagem. Ainda nessa perspectiva, outro tema que buscamos entender diz respeito a relação da criança com o estrangeiro. Como as crianças constroem suas próprias definições do mundo às quais resultam da sua interação com alguém que visivelmente distingue dele, da sua vivência, tanto na aparência quanto na forma se expressar a sua língua. Essa pesquisa fala das vivências das crianças quando conhece um estrangeiro que chega a mudar a rotina da escola, construindo na vivência de alteridade um conceito da diferença em relação com o estrangeiro ou como elas mesmas definiram, com "o doente". Um terceiro a intenção de investigar os mecanismos que permeiam os processos de compreensão e apropriação da criança espectadora da narrativa cinematográfica, com a paisagem para ela apresentada e as possibilidades de representação dessa paisagem. Sendo "paisagem" aqui entendida como linguagem e fruto da história da humanidade, com os processos sociais que a constituíram. Para desenvolvimento dessas investigações estaremos trabalhando com uma metodologia que vem sendo constituída no interior do grupo de pesquisa denominada de mapas vivenciais e com aporte teórico num campo de estudos da Geografia da Infância, além das referências da Teoria Histórico-cultural de Vigotski e seus colaboradores.

Palavras-chave: Crianças. Vivências. Espaços.

INFÂNCIAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Eliane Rodrigues de Castro
Eliete do Carmo Garcia Verbena e Faria
Maria Lidia Bueno Fernandes

O presente trabalho debruça-se sobre a realidade das crianças que vivem em territórios afrodescendentes a partir de dois contextos: Comunidade Vão de Almas e Colônia do Paiol. A Comunidade Vão das Almas, pertencente ao quilombo dos Kalunga no município de Cavalcante/GO, distante cerca de 80 km da sede municipal. O quilombo dos Kalunga é um complexo de comunidades, entrelaçadas por afinidades afetivas, relações de parentesco, especificidades culturais e trajetórias históricas em comum. A Comunidade Colônia do Paiol pertence ao município de Bias Fortes, na Zona da Mata de Minas Gerais, distante 4 Km da área urbana do referido município. De base rural, mas com dificuldades de subsistência, a vida na comunidade está em constante interação com Bias Forte, fazendas do entorno e cidades próximas. Em termos teóricos este estudo trabalha na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural e estabelece uma aproximação tanto com o conceito de vivência (perejivanie) quanto o de reelaboração criadora (tvortcheskaia) na perspectiva da unidade pessoa-meio em Vigotski (1984, 2007), que implica, no âmbito desta pesquisa, na unidade fundada entre a criança e o meio e seu potencial criador para (re)interpretar a cultura, a partir de uma atividade organizadora

interna no seu enraizamento no mundo, tornando-se capazes, inclusive de renovar a própria cultura. Assim, defendemos que a configuração da infância, passa-se em um espaço e em um tempo, que marcam profundamente a identidade dessa criança. Abordar as vivências infantis naquele tempo e espaço, considerando as especificidades daquele atreladas ao contexto cultural lança luz ao protagonismo da criança na produção do espaço. Assim, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do campo da Geografia da Infância em diálogo com os aportes que a Teoria Histórico-Cultural trouxe nos últimos anos, reconhecemos que as crianças estão presentes nas paisagens e constroem suas linguagens espaciais a partir de sua vivência no território. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que se pesquisa com a criança. Trabalha-se com o Mapa Vivencial, que para Lopes (2013) implica em reconhecer a criança como protagonista no processo de interpretação de seu meio e de sua cultura; as notas de campo estendidas; as rodas de conversa, com as narrativas dos sujeitos; e a produção de imagens (fotografia e desenho). Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é identificar os saberes construídos pelas crianças em sua interação com o meio ambiente; compreender os espaços de referência dessa infância, as experiências educativas e de cuidado com as crianças na comunidade; e refletir sobre como essas crianças vêm contribuindo para a valorização e manutenção desse modo de vida. As investigações sobre infâncias e crianças afrodescendentes são fundamentais para a análise e compreensão da sociedade e dos processos de preservação e modificação das práticas culturais e dos saberes tradicionais. Ancorados em autores como Haesbaert (2007), Almeida (2006, 2015), Baiocchi (1985), entre outros afirmamos a forte vinculação entre território e cultura na configuração de identidades a partir de um universo simbólico, ancorado nos campos de sentido e significado que os seres humanos constroem na e pela relação com seu espaço e com o universo material que o circunda.

Palavras-chave: Infâncias. Crianças. Quilombolas.

GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA LEGAL MATOGROSSENSE

Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

Coordenadora: Jaqueline Pasuch

CRIANÇAS INDÍGENAS: UMA INTERFACE CULTURAL ENTRE O POVO MUNDURUKU E CINTA LARGA

Alceu Zoia

Ronélia do Nascimento

Silbene Ferreira de Arruda França

Quando falamos em infâncias indígenas, o contexto social é muito mais amplo do que o olhar pode captar, as tradições, a língua materna, os costumes, o modo próprio de vida peculiar a cada aldeia, a cada comunidade muitas vezes é invisível à sociedade não índia. Os estereótipos, a indiferença, o descaso, são apenas alguns dos fatores negativos herdados no processo de colonização brasileira. Consequentemente, a desigualdade social afeta profundamente os povos indígenas, marcas deixadas pelas épocas coloniais e ainda manifestadas na atualidade. As crianças de quem falamos pertencem ao povo Cinta Larga, da aldeia Taquaral, Terra Indígena Aripuanã, no município de Aripuanã e a do povo Munduruku, da aldeia Nova Munduruku, Terra Indígena Apiakã/Kayabi, no

município de Juara, ambas as etnias vivem na Região Noroeste do Estado de Mato Grosso. Trata-se de crianças indígenas amazônicas do tronco Tupi. Fazemos referência às crianças e as infâncias que se constituem nas aprendizagens culturais, nos modos de vida tradicionais, sendo socializadas por meio de relatos orais, numa perspectiva geracional e na vivência enquanto sujeitos da ação no cotidiano. As pesquisas que amparam essa discussão é inicialmente bibliográfica e apoia-se em pesquisas de campo, com entrevistas narrativas e observações da vivência com as comunidades Cinta Larga e Munduruku. A realização da abordagem etnográfica nos convida a olhar atentamente ao campo e aos sujeitos, por meio de observações e aproximações nos contextos investigados. As pesquisas possibilitaram a elaboração de um olhar crítico e reflexivo a respeito das questões que envolvem as crianças e a diversidade presente no contexto das aldeias. Falar de crianças e de infâncias indígenas significa nos reportar para fazermos um diálogo com a vida que se constitui na relação entre seus pares, com a natureza, com o território, considerado aqui como além do espaço geográfico, aquele que representa lugar de pertencimento, de identidade étnica e de significativas aprendizagens. Assim como, a valorização da identidade étnica específica de cada povo, no que diz respeito a sua língua nativa, suas tradições, organização social, utilização da terra, uso dos recursos naturais, enfim, de produção de vida. Podemos dizer que os saberes culturais e as aprendizagens das crianças estão na interpretação do mundo e no sentido das suas existências, estabelecendo regras, aprendendo valores e se constituindo em uma relação de profundo respeito entre o mundo natural, sobrenatural, social e cultural. Em nossa pesquisa encontramos crianças que fazem intercessões com os pássaros, com as árvores, com o entardecer e com o rio que pulsa suas vidas. Este texto traz narrativas de crianças ribeirinhas amazônicas, no sentido de problematizar a visão hegemônica de criança/ infância. Assumimos o compromisso em narrar as “práticas comuns”, as “astúcias sutis” de crianças inventivas que narram suas operações astuciosas e clandestinas pouco observadas no mundo tomado pelo capitalismo. Assim, fez sentido nos questionar: como escapar dos tantos discursos universais que são reproduzidos na e pela linguagem unívoca sobre a criança e a infância?

Palavras-chave: Infâncias. Indígenas. Culturas.

GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO INFANTIL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Coordenadora: Lenira Haddad

FRONTEIRAS MARCADAS NA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO ENTRE MENINAS E MENINOS EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

**Ericka Marcelle Barbosa De Oliveira
Lenira Haddad**

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. O estudo teve por objetivo investigar como o gênero, o ser menino e ser menina é vivido, significado e representado pelas crianças, quais conhecimentos, saberes e elementos sociais e culturais são atuantes nesse processo de construção do gênero e como as

crianças usam o que sabem e aprendem sobre esses elementos nas interações e relações sociais que estabelecem com seus pares e com os adultos em contexto de educação infantil. Trata-se de uma pesquisa com crianças, de viés etnográfico e abordagem qualitativa, com treze crianças de uma instituição de educação infantil da cidade de Maceió/Alagoas, sendo cinco meninos e oito meninas, com idades entre quatro, cinco e seis anos. Para captar diferentes perspectivas das crianças acerca da temática investigada, foram utilizados quatro procedimentos de geração de dados: oficinas de brincadeiras, realizadas em um ambiente especialmente estruturado com brinquedos distribuídos em áreas de interesses como casinha, brinquedos, beleza e fantasias; oficinas de conversas com as crianças sobre as brincadeiras realizadas; oficinas de conversas a partir de cenas do filme “O menino do vestido cor de rosa”; oficinas de conversas a partir de imagens que contrariavam estereótipos de gênero. A investigação apoia-se no referencial dos estudos de gênero (Louro, 2011; Meyer, 2007), na abordagem interpretativa de Corsaro (2009; 2011) e na perspectiva dos estudos sociais da infância (Thorne, 1993; Ferreira, 2002; Buss-Simão, 2012), dentre outros. A partir das relações estabelecidas entre meninas e meninos no contexto pesquisado e dos referenciais teóricos assumidos no estudo, foram estruturadas três categorias principais de análise: “fronteiras borradas entre meninos e meninas”, que agrupou os episódios em que comportamentos ou objetos tidos socialmente como masculino ou feminino não foram assim considerados pelas crianças em suas brincadeiras; “fronteiras marcadas entre meninas e meninos”, que reuniu episódios em que meninos e meninas evidenciaram a marcação de algum tipo de fronteira de gênero quando alguma criança tentou experimentar atividades ou artefatos materiais socialmente marcados como femininos ou masculinos, ou quando as crianças evidenciaram seus pontos de vista sobre algumas questões de gênero durante as conversas com a pesquisadora; “imagens plurais de masculinidades e feminilidades”, com episódios que trazem particularidades, semelhanças e diferenças na forma como as meninas constroem as suas feminilidades entre as meninas e os meninos constroem suas masculinidades entre meninos. Na especificidade deste artigo, serão apresentados alguns episódios que evidenciaram fronteiras de gênero que se manifestaram através das “marcas” dos artefatos materiais e da linguagem, que operaram na sua acentuação ou legitimação e na reprodução de estereótipos. A análise dos episódios indica que de alguma forma as crianças têm a noção de que há espaços, objetos e atividades “próprias” para meninas e para meninos, e que essas fronteiras, ao serem reforçadas, nos possibilita compreender como as crianças se tornam, pertencem e se veem como membros de um grupo de gênero particular através de duas categorias relacionais, o feminino e o masculino.

Palavras-chave: Educação Infantil. Identidade de gênero. Cultura de pares.

OFICINAS DE TEATRO DE FAMÍLIA: REFLEXÕES METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DE ACERCA DE PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DE FAMÍLIA EM CRIANÇAS

Lenira Haddad
Renata da Costa Maynard

O referido trabalho propõe uma reflexão acerca do procedimento metodológico “oficinas de teatro de família” adotado em pesquisa de doutorado em andamento que investiga os

processos de significação de família em crianças em contexto de educação infantil. Essa opção metodológica se inspira em dois estudos concluídos no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE vinculados ao LabInt (Laboratório de Interação Humana). A pesquisa de Lira (2012) utilizou-se do método das “oficinas de família” para compreender como papéis e relações familiares são experienciados por crianças em situação de acolhimento em brincadeiras de faz de conta procurando inferir possíveis significações atribuídas aos objetos em situações compartilhadas no grupo de brinquedo. Grupos de crianças eram convidadas a ‘brincar de família’ em um setting lúdico previamente organizado com objetos e, em seguida, a participar de sessões de conversa individual. Uma versão aprimorada das “oficinas de família” foi desenvolvida por Santos (2015) em pesquisa que investigou a ontogênese das representações sociais de família em crianças de 4 a 6 anos. Trata-se das “oficinas de teatro sobre família”, que consiste em propor a grupos de crianças planejar e encenar um teatro sobre família. Ambos os procedimentos implicam a criação de um setting lúdico para acessar a relação que as crianças estabelecem com o objeto social família. Os resultados indicam que as crianças trouxeram muitas e variadas configurações familiares nas oficinas, bem como diferentes modos de ser parte e vivenciar família. Observando-se limites dos métodos apresentados na perspectiva da pesquisa de tipo etnográfico, e buscando novos caminhos que potencializem a investigação sobre a construção de significados do objeto social família, a opção metodológica para a investigação de estudo em andamento foi, primeiramente, escolher um contexto que apresente um ambiente propício para a brincadeira de família. A instituição escolhida foi um centro de educação infantil que trabalha com salas temáticas, sendo uma delas destinada à brincadeira de faz de conta, além de um amplo quintal onde muitas brincadeiras acontecem. O espaço conta com materiais de cozinha, de beleza, ferramentas, fantasias, bonecas e bonecos, materiais de uso pessoal, dentre outros. Sendo assim, a primeira etapa envolve observação participante neste ambiente e na área externa. A oficina de teatro, pensada em duas partes, planejamento e encenação compõe a segunda etapa. Um elemento novo ao método é o acréscimo de objetos disponíveis na sala onde as oficinas acontecerão e outros recursos materiais para enriquecê-las como possibilidade de ampliar as negociações entre as crianças no decorrer das oficinas. Compreende-se que o movimento de reflexão proposto é extremamente importante na pesquisa científica, pois permite o diálogo entre os estudos acerca de um mesmo tema pensando-se o que de “novo”, em termos de procedimentos metodológicos e resultados, o estudo aqui empreendido pode apresentar e que colaboração traz às pesquisas já empreendidas.

Palavras-chave: Processos de significação. Oficinas de família. Educação Infantil.

A ARTE INFANTIL NA PERSPECTIVA DAS INTERAÇÕES SOCIAIS: DESAFIOS DA ENTRADA EM CAMPO NUMA PROPOSTA DE ATELIÊ DE ARTES PLÁSTICAS

**Lenira Haddad
Paulo Nin Ferreira**

Este trabalho é parte de pesquisa de doutorado que se propõe a compreender o papel das interações de pares na expressão de suas linguagens plásticas, no momento em que as criam em ambiente compartilhado, partindo do princípio de que a socialização e as

culturas infantis são fenômenos situados, isto é, “acontecem” em contextos sociais, históricos, culturalmente determinados. A ideia aqui defendida é que as produções visuais de crianças, compreendidas como parte constitutiva da cultura infantil, são construções instadas em interações sociais de pares, uma vez que estas propiciam processos de significações eivados de imaginação, em espaço pedagógico adequado às exigências das crianças, ou seja, circunscritos pela concepção de que elas são agentes de seus desenvolvimentos, criações, apropriações e transmissões da cultura. A pesquisa foi realizada em uma escola de educação infantil da rede pública municipal de Maceió, Alagoas, com dois grupos de cinco crianças de 4/5 anos de idade cada. Uma das salas ambiente da escola, utilizada para leitura e vídeo, foi reorganizada para fins da pesquisa com a introdução de um espaço de ateliê de artes plásticas, com mobiliário e materiais necessários para a produção pelas crianças de trabalhos de desenho, colagem, pintura, modelagem e construção. Foram realizadas 8 sessões de observação com cada grupo de crianças com duração de 45 minutos cada, duas vezes por semana, entre os meses de julho e agosto de 2016, perfazendo um total de 16 encontros. Nesse espaço, as crianças atuaram na produção compartilhada de objetos visuais. Este artigo traz algumas reflexões sobre os desafios encontrados na primeira etapa de geração de dados e recaem sobre as relações entre as intervenções indiretas realizadas no contexto pelo pesquisador e as agências das crianças e suas produções. Essas reflexões se apoiam em Graue e Walsh (1998), sobre o papel dos diversos contextos que envolvem a pesquisa de tipo etnográfico – pessoal, social, teórico, material, interacional; em Ferreira (2004), com reflexões sobre as relações adulto-criança, que objetivam tornar transparente as relações sociais na pesquisa etnográfica com crianças; em conceitos de Goffman (2012), Kaufmann (1997), Corsaro (1992), sobre a importância dos objetos para a instalação dos quadros primários de participação social. As ações e falas das crianças foram videogravadas e as produções visuais fotografadas. Alguns episódios observados foram transcritos em narrativas que descrevem as ações, gestos, olhares, expressões faciais e falas. Estas transcrições serviram de base para uma microanálise das interações entre os diversos atores, espaços e materiais. Nas sessões de ação/observação, dentro do que estava disponível, as crianças escolheram livremente os materiais, os espaços de trabalho e parceiros na realização de explorações sobre os materiais e simbolizações. Apesar de se verificar que a maioria dos trabalhos realizados terem sido individuais, apurou-se uma intensa troca de observações nas interações entre as crianças e diferentes manifestações corporais, que podem ser relacionadas à forma como o contexto físico foi organizado pelo pesquisador e às suas produções. As conclusões são ainda parciais, entretanto, a análise preliminar evidencia que as significações construídas pelas crianças são afetadas pelas disposições concretas do espaço e dos materiais, indicando a importância do contexto para as trocas simbólicas e a construção da cultura de pares.

Palavras-chave: Interação social. Arte infantil. Educação infantil.

**Cristina Carvalho
Maria Emília Tagliari Santos
Thamiris Bastos Lopes**

Refletindo sobre os temas da infância e da formação cultural no segmento de educação infantil nos espaços não formais de educação, o trabalho apresenta alguns resultados da investigação realizada pelo Grupo de Pesquisa em Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI) ao longo de 2015. A intenção foi investigar quais as instituições culturais da cidade do Rio de Janeiro oferecem atividades educativas para o público escolar de educação infantil, bem como as especificidades desse atendimento. Como metodologia foi utilizado questionário online, formulado com questões fechadas e abertas, enviado às 129 instituições culturais da cidade cadastradas em duas publicações: o Guia de Museus Brasileiros (2011) e o Guia de Museus RJ: Um guia de Memórias e Afetividades (2013). Foi obtido o retorno de 85 museus. Vale ressaltar que, na tentativa de obter um retorno expressivo do questionário, em contato com os espaços foi possível constatar que 31 espaços não existem mais, ou estavam desativados naquele momento. Na análise das respostas enviadas por essas instituições, apenas 30 (35%) museus da cidade afirmaram receber o público escolar de educação infantil. Para o segmento creche - crianças entre 0 e 3 anos -, esse número é ainda mais reduzido - apenas 13 museus (15%) declararam que oferecem atendimento para essas crianças. Tendo em vista as especificidades do desenvolvimento humano nessa etapa da vida, e compreendendo que apenas receber o público infantil não garante experiências significativas para sua formação cultural, verificou-se que apenas 18 (21%) dessas instituições possuem programas educativos desenvolvidos especialmente para o público escolar de educação infantil. No que tange aos demais aspectos do atendimento analisados, como, por exemplo - a disponibilização de transportes, a elaboração de materiais educativos, o tipo de atividades proporcionadas, os equipamentos utilizados, os espaços contemplados para o atendimento e a formação dos mediadores que atendem as crianças -, os resultados igualmente indicam reduzida variedade nas propostas de atividades oferecidas para crianças do segmento da educação infantil. Retomando autores que abordam a temática da infância e do desenvolvimento infantil em uma perspectiva histórico-cultural - que reforçam o quanto experiências estimuladoras do desenvolvimento infantil estão presentes em uma diversidade de lugares que vão além dos espaços escolares -, reitera-se a importância de que os museus ampliem e aperfeiçoem o atendimento oferecido às crianças do segmento da educação infantil no município do Rio de Janeiro. Utilizar os museus como espaços de enriquecimento de uma formação cultural ampla e diversa, que permita a criança se apropriar dos conhecimentos produzidos pela humanidade em diferentes épocas e lugares, resulta em benefícios para a construção de um olhar sensível que busca a compreensão de si, do outro e do mundo. A devolutiva dos resultados da

pesquisa a todas as instituições investigadas, com o intuito de contribuir para a melhoria na elaboração de suas propostas educativas destinadas ao público escolar de educação infantil, apresenta-se como questão ética relevante.

Palavras-chave: Crianças. Museu. Cultura.

ESPAÇOS MUSEAIS E A FORMAÇÃO CULTURAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ENCONTRO NECESSÁRIO

Cristina Carvalho
Monique Gewerc
Thamiris Bastos Lopes

O trabalho na educação infantil possui especificidades que vêm sendo discutidas ao longo das últimas décadas. Os documentos oficiais apontam para um currículo baseado em experiências diversificadas e as múltiplas linguagens como estratégias no processo de aprendizagem. Pensar a formação do professor dessa etapa da escolaridade requer uma reflexão sobre a importância da cultura e do olhar estético ampliado como um direito e uma necessidade: direito por ser uma oportunidade de fruição e prazer, e necessidade por ser constituinte do cidadão crítico e reflexivo sobre a cultura imposta e exposta, a sua e a outra, a “marginal” e a “legítima”. Compreendendo que os museus podem contribuir na perspectiva sinalizada, cabe então a seguinte indagação: que possibilidades de formação cultural os museus da cidade do Rio de Janeiro oferecem para professores de Educação Infantil? O trabalho apresenta uma análise dos dados obtidos com a investigação do Grupo de Pesquisa em Educação, Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI) - que realizou o mapeamento das instituições culturais da cidade - buscando quais instituições oferecem cursos de formação para professores desse segmento. Como metodologia, foi enviado um questionário online às 129 instituições culturais cadastradas na cidade. Foram obtidas 85 respostas. Os resultados encontrados com a pesquisa mostram que apenas 32 (37,6 %) instituições culturais da cidade oferecem cursos de formação para professores e 16 (19,5%) para o segmento de educação infantil. Tais resultados apontam para a necessidade de ampliar o diálogo entre museus e instituições formadoras a fim de contribuir para uma formação cultural dos docentes, permitindo, assim, que concebam as instituições culturais da cidade como espaço de formação pessoal, e também das crianças. O artigo 9º da Resolução nº 5/2009 - que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil -, afirma que as interações e as brincadeiras se constituem como eixo norteador do trabalho na educação infantil, assim como ressalta o uso das diferentes linguagens. Deste modo, a formação não deveria possibilitar ao professor a ampliação de seu repertório cultural e artístico? Os números encontrados a partir da aplicação do questionário indicam a reduzida oferta de cursos de formação para professores da educação infantil. Portanto, ressalta-se a necessidade de que os museus ampliem e percebam a potencialidade desses cursos enquanto espaços de troca para a melhoria das práticas dos educadores que atuam com crianças pequenas. É também uma possibilidade para que docentes e crianças vivenciem experiências que contribuam para a ampliação da visão de mundo e para a valorização da diversidade dos saberes produzidos pela humanidade e presentes nesses espaços. A

devolutiva dos resultados da pesquisa a todas as instituições culturais investigadas representa também o desejo de contribuir com reflexões e troca de saberes entre os educadores dos museus e as instituições superiores de formação de professores.

Palavras-chave: Professores. Museus. Crianças.

ATENDIMENTO DOS MUSEUS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO VOLTADO PARA OS BEBÊS

Cristina Carvalho
Maria Emília Tagliari Santos
Monique Gewerc

O artigo apresenta uma análise dos dados obtidos com a investigação do Grupo de Pesquisa em Museu, Cultura e Infância (GEPEMCI), que realizou o mapeamento das instituições culturais da cidade do Rio de Janeiro e buscou investigar quais instituições oferecem atendimento para o público infantil de zero a três anos que visita essas instituições acompanhado de suas famílias e as especificidades desse atendimento. A análise dos dados está articulada com teóricos da abordagem histórico cultural, assim como nas reflexões de autores que se debruçam sobre a importância da dimensão estética para o desenvolvimento infantil. Os museus vêm sendo defendidos como espaços profícuos para a troca de afetos, para a construção de um olhar crítico e empático para com o outro e com o mundo. O contato das crianças com os artefatos, com experiências coletivas e com as propostas de experimentação sensorial é apontado como significativo para seu desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Como metodologia, foi utilizado um questionário online, enviado às 129 instituições culturais da cidade do Rio de Janeiro, com retorno de 85 espaços. Os resultados obtidos com a pesquisa mostram que apenas 26 das instituições culturais da cidade recebem o público infantil em visitas com famílias. Já quando questionadas a respeito da frequência das crianças de zero a três anos em relação aos demais públicos, apenas 8 instituições marcaram as alternativas “alta” ou “muito alta”, sendo que 31 espaços responderam que a frequência desse mesmo público é “inexistente”. As opções “muito baixa” e “baixa” foram assinaladas por 34 instituições, e apenas 12 respondentes marcaram a alternativa “média”. No que concerne à qualidade desse atendimento, a crescente demanda do público por iniciativas que contemplem a participação infantil nos diferentes espaços culturais e, logo, o recente desenvolvimento de programas em museus que buscam proporcionar experiências para os bebês, provocam a necessidade de estudos que busquem compreender tais ações, ampliando, dessa forma, o debate entre a academia e instituições culturais. Os museus e demais instituições que tratam a temática cultural, considerando-a em sua diversidade, podem contribuir amplamente nesse aspecto, desde que conheçam as especificidades desse público. A questão ética que constitui o trabalho centra-se na devolutiva dos resultados da pesquisa a todas as instituições investigadas com o intuito de contribuir para o aprimoramento e para a constituição de práticas significativas, além de identificar caminhos que podem servir de estímulo para a extensão do acolhimento do público de zero a três anos nas instituições culturais. O grupo de pesquisa mantém compromisso de uma relação ética e uma formação estética com e para as crianças e seus professores. Dirigimos nosso olhar especialmente para a

primeira infância, público geralmente desconsiderado quando se pensa em possibilidades de acesso a espaços destinados para a ampliação cultural, artística e estética.

Palavras-chave: Museu, Bebês. Famílias.

GRUPO DE PESQUISA SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO DA PEQUENA INFÂNCIA, CULTURA E SOCIEDADE

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Coordenadora: Daniela Finco

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA, NORMAS DE GÊNERO E OS ESPAÇOS EDUCATIVOS PARA MENINOS E MENINAS

**Carolina Faria Alvarenga
Tássio José da Silva**

Este trabalho, baseado em uma pesquisa de mestrado, busca problematizar como as relações de gênero permeiam a organização e a utilização dos espaços de educação e cuidado, envolvendo as crianças e docentes em uma instituição de Educação Infantil da região metropolitana de São Paulo. O espaço físico da creche e da pré-escola se configura como elemento importante na compreensão de como as normas de gênero acentuam processos de socialização distintos para meninos e meninas. Os espaços revelam em sua materialidade um sistema de valores, de vigilância, de ordem e de controle, marcos para uma aprendizagem sensorial e para toda uma semiologia que se fundamenta em diferentes símbolos estéticos, culturais e ideológicos (ESCOLANO, 2001). Usar as lentes de gênero para investigar os processos de espacialização possibilitou captar a dimensão espacial e das relações, de como são construídas e legitimadas as hierarquias de gênero. A contribuição da Sociologia da Infância auxiliou na busca de metodologias de pesquisas que possibilitassem compreender a complexidade das interações entre meninos e meninas e entre as crianças e os espaços. Neste contexto, a etnografia se apresentou como uma possibilidade de revelar a agência das crianças nos constrangimentos e nas possibilidades que vivem em suas vidas, reconhecendo-as como (re)produtoras de sentido e com o direito de se apresentarem como sujeitos de conhecimento (FERREIRA; NUNES, 2014). O trabalho analisou como a organização dos espaços é carregada de mensagens e normas de gênero, muitas vezes sugerindo lugares, posições segregadas e dicotomizadas para meninos e meninas. Os binarismos de gênero presentes nos espaços se fortalecem nas propostas dos “cantos”, como nos cantos da beleza e no canto do escritório. A organização dos espaços físicos também traz pistas para a expressão dos desejos e sentimento de pertencimento demonstrados pelas crianças, na escolha por brincarem juntas ou separadas por sexo. Na utilização dos espaços, as crianças ora reproduzem as normas de gênero, ora tentam escapar e criar formas próprias, reajustando as normas presentes. Os espaços dos banheiros também materializam e expressam concepções e práticas de cuidado do corpo, já que são locais marcados por significados de sexo e gênero. As crianças brincam com a “impossibilidade” de entrar nos banheiros contrários ao seu sexo, mesmo sendo desde muito pequenas ensinadas a se separar segundo essa norma. Subverter essa lógica se torna uma experiência desafiadora. Nesse sentido, os usos dos banheiros também podem

ocasionar momentos de conflitos entre as crianças e os adultos, situações que envolvem as dúvidas e as angústias dos adultos (famílias, professores e professoras) diante das originalidades que as crianças pequenas inventam e das experiências que vivenciam nesses espaços. O trabalho revela que é necessário questionar quais as normas de gênero estão presentes nessa forma de organização e separação dos espaços, assim como perceber como a separação dos espaços influencia nas relações das crianças pequenas e nas possibilidades de exploração pelas crianças. É necessário atentar-se para os desejos das crianças como um exercício fundamental para a organização de espaços educativos e promoção de práticas anti-sexistas. Este trabalho procura contribuir para um processo de sensibilização sobre as questões de gênero na infância, problematizando a intencionalidade-neutralidade na organização dos espaços da creche e pré-escola.

Palavras-chave: Educação Infantil. Espaço Físico. Relações de Gênero.

REPRESENTAÇÕES DO FEMININO E DO MASCULINO, EXPECTATIVAS DE GÊNERO E CONSTRUÇÕES CORPORAIS DE GÊNERO NA PEQUENA INFÂNCIA

**Laura Tereza de Sá e Benevides Inoue
Nathalia Chacão Gabriel**

Este trabalho aborda as questões de gênero e das representações do feminino e do masculino, da corporeidade e as experiências das crianças, a partir da problematização das expectativas de gênero nos comportamentos para meninas e meninos, no contexto educativo de creches e pré-escolas da rede municipal de Guarulhos e de São Paulo - SP. O trabalho se baseia nas pesquisas de mestrado em andamento de Nathália Chacão e Laura Tereza de Sa e Benevides Inoue e parte da necessidade de aprofundamento na reflexão acerca da relação entre gênero, educação e pequena infância e da lacuna de estudos sobre a corporeidade das crianças. A pesquisa de Chacão analisa as relações de gênero a partir das literaturas infantis, buscando compreender quais os significados do masculino e do feminino presentes nas literaturas infantis. A pesquisa de Inoue procura refletir sobre as construções de gênero nas vivências corporais das crianças pequenas na Educação Infantil, problematizando as expectativas diferenciais para meninos e meninas. Desse modo, este trabalho considera a criança pequena como uma importante protagonista da pesquisa e tem como desafio pensar em formas de “como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes ao ponto de perder muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão”, como nos alerta Félix Guattari (1977). Possui como referencial teórico a Sociologia da Infância, os Estudos de Gênero e os Estudos sobre corpo e educação e problematiza os processos de generificação dos corpos infantis nas propostas educativas das crianças pequenas em instituições de Educação Infantil. Afinal, quais são as expectativas de gênero presentes nos espaços educativos das creches e pré-escolas? Como estas expectativas estão presentes nas literaturas infantis? Como ser menina ou menino marca o processo de educação e as práticas corporais das crianças? E como as crianças pequenas respondem a essas normas de gênero e criam outras possibilidades? Estudos de gênero alertam para o gendramento da infância e a manutenção dos estereótipos de gênero e de comportamentos de submissão das mulheres em relação à dominação masculina. Denunciam como os estereótipos de

gênero tradicionais ainda estão presentes em obras contemporâneas expondo a maternidade, o casamento e a dependência masculina associados às figuras femininas. E o livre-arbítrio para se manifestar em cenários públicos, a coragem e a virilidade vinculadas às figuras masculinas (BOTTON; NEVES STREY, 2015). Experiências apontam as literaturas infantis como ferramentas interessantes para análise e estudo das relações de gênero na infância. As literaturas infantis se apresentam como instrumentos metodológicos para abordar temas como masculinidade, feminilidade, “papéis sociais” de homens e mulheres, cuidados com o corpo, namoro, casamento e família, beleza, a partir da ótica das crianças. A etnografia, como metodologia de pesquisa com crianças, auxilia no olhar dos processos de educação dos corpos, permitindo a reflexão sobre a reprodução das normas de gênero que mantêm as desigualdades sociais, mas também dos processos de transgressão e de resistência. Portanto, as reflexões deste trabalho pretendem contribuir com a construção de práticas culturais e pedagógicas que combatam as desigualdades de gênero e façam com que novos valores cheguem às práticas educativas para que meninas e meninos sejam críticos e reflexivos a respeito de suas escolhas.

Palavras-chave: Pequena Infância. Corpo. Relações de Gênero.

GRUPO DE PESQUISA “ESTUDOS SOBRE A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS DA DIFERENÇA”

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Coordenadora: Anete Abramowicz

ARTICULAÇÕES ENTRE CIÊNCIA E RAÇA NOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO

Ana Cristina Juvenal da Cruz
Andrea Braga Moruzzi
Carolina Rodrigues de Souza

Este texto expõe determinadas considerações a respeito da articulação entre ciência e raça tomando como referência os Parques Infantis idealizados e desenvolvidos na cidade de São Paulo, a partir da década de 1930. De modo específico, procuramos evidenciar as circunstâncias políticas e a atmosfera teórica dos estudos sobre criança e infância e as relações étnico-raciais, entre as décadas de 1930 e 1950. Isso será feito a partir da análise do Programa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aplicado no Brasil, e conhecido por Projeto UNESCO sobre relações raciais, no início da década de 1950. Dessa forma, realizaremos uma cartografia que articula os Parques Infantis e o Projeto UNESCO, de modo a ampliar a historiografia da educação brasileira, sob a analítica das relações étnico-raciais. O estudo dos Parques Infantis embora tenha sido examinado no interior dos estudos sobre a educação para as crianças ainda não foram revisitados à luz das relações étnico-raciais. A década de 1930 carrega duas dimensões fundamentais para essa proposta de análise: a primeira é da ordem temporal de um momento de inflexão na história brasileira sobre a identidade nacional e, a segunda da influência dos aparatos da ciência na qual os pressupostos das teorias eugênicas eram travestidos de proposições higiênicas. A eugenia é inserida por meio da “educação higiênica” perfazendo-se na funcionalidade

dos Parques de “assistir, educar e recrear a criança” (PRADO [1936], apud FONSECA, 1985, p 144), como sugeriu Fábio Prado na criação Departamento Municipal de Higiene. Ou seja, naquele momento havia um projeto de nação em curso cuja produção visava constituir um povo de fenótipos associados à modernidade e a saúde. No interior desse projeto, não havia espaço para o corpo negro devendo este, portanto ser modificado e a ciência tornou-se a ferramenta de elaboração dessa mudança. Utilizaremos como fonte de análise documentos encontrados no Fundo Florestan Fernandes, localizado na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. De modo específico, nos deteremos sob um documento inédito encontrado neste acervo elaborado por Francisco Lucrécio, em parceria com Renato Jardim Moreira, que auxiliou no estudo de caso “Situação das crianças ‘negras’ e brancas nos parques infantis”. Este documento pertence ao material recolhido do Projeto UNESCO de relações raciais subvencionado por esta organização que por sua vez desde sua criação alçou ações com o intento de consolidar-se como um fórum de debates sobre relações raciais no interior do Sistema das Nações Unidas. Junto a este documento nos deteremos nos trabalhos de Virgínia Leone Bicudo “Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas” e Aniela Meyer Ginsberg “Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor” (1955), que embora não tenham sido realizadas em Parques Infantis compõem a proposta de pensar teórica e metodologicamente pressupostos da ciência e da raça na educação para as crianças. Ao cartografar essas pesquisas metodologicamente de forma diacrônica, procuramos consubstancializar o debate histórico acerca das crianças e suas infâncias enfatizando o recorte racial. Essa escolha metodológica nos permite mais informações sobre a atualidade do tema na medida em que expõem a incógnita a que foram relegadas.

Palavras-chave: Parques Infantis. Raça.

ENCONTRANDO UM LUGAR PARA OS BEBÊS

Anete Abramowicz

Débora de Barros Silveira

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet

As discussões aqui propostas resultam de um estudo teórico realizado por Tebet e Abramowicz (2014), a partir de uma análise da literatura sobre Sociologia da infância como uma base potencial de Estudos de bebês. Essa avaliação não encontrou contribuições suficientes para informar tal compromisso e argumenta que a principal razão para isso é o fato de que do ponto de vista da construção analítica, os bebês não podem ser compreendidos pelos mesmos aportes teóricos que as crianças. Assim, os principais conceitos e metodologias subjacentes a sociologia da infância não são facilmente adaptáveis e nem mesmo suficientes, ou, no caso de conceitos não necessariamente adequadas para, uma pesquisa realizada com os bebês. Os bebês podem ser considerados como seres singulares, antes de serem individuados como sujeito, tomando como base a concepção de indivíduo proposto pro Simondon, ou seja, vivem experiências anterior àquelas nas quais os dispositivos de saber/poder impõem a todos uma mesma infância. Partindo de tal compreensão da condição do bebê e sua relação com a infância, este texto tem o objetivo de contribuir para o estabelecimento de um

campo que podemos chamar de Estudos dos bebês, capaz de encontrar um lugar para os bebês nas ciências sociais. Nas últimas décadas, novos olhares se voltaram para as crianças, vistas não mais sob a perspectiva biológica, mas como sujeitos sociais marcados pela pluralidade de contextos sociais, étnico-raciais culturais e históricos que os constituem, e são constituídas por eles. Observa-se assim um avanço das teorias sociais que embasam os estudos das crianças e da infância; todavia, por muito tempo os bebês continuaram ocupando apenas uma condição marginal em tais teorias. Frente ao exposto, as discussões aqui apontam para uma ausência histórica dos bebês nos estudos da infância e destacam pesquisas de áreas como história, antropologia, geografia e filosofia que poderiam ser consideradas como base para estabelecer um lugar para bebês nas ciências sociais e que conectam bebês, espaço e geografia. O texto adota uma visão pós-estruturalista sobre a compreensão de bebês simultaneamente como seres pré-individuais e singularidades. Neste sentido, ele traz as seguintes ideias para a discussão: estudos sobre o processo de individuação (Simondon, 2003), imanência e personagem conceitual (Deleuze, 2001a, 2001b), e cartografia (Deleuze e Guattari, 2000; DELIGNY, 2008). Cenas de pesquisa realizada no contexto da educação infantil por Leite (2014), Oliveira (2015), Schmitt (2013), Silveira e Abramowicz (2002), e Tebet e Spressola (não publicado) são mobilizadas e revelam caminhos e experiências de bebês em uma variedade de espaços. Por fim, apresenta-se mapas dos trajetos realizados por bebês produzidos por Oliveira (2015), Sumsion, Stratigos e Bradley (2014) e Gallacher (2005) e discute perspectivas metodológicas que defendem incluir a cartografia como uma abordagem promissora em Estudos de bebês, na medida em que poderia permitir aos investigadores seguir de forma mais eficaz os minúsculos, mesmo que mínimos, gestos e eventos que compõem a vida dos bebês, contribuindo para uma melhor compreensão dos bebês a partir de sua perspectiva, agência, e protagonismo.

Palavras-chave: Bebês. Cartografia. Infância.

"FILANTROPIZAÇÃO" DAS CRECHES

**Afonso Canella Henriques
Fabiana Luci de Oliveira
Tatiane Cosentino Rodrigues**

Este artigo é parte integrante de um projeto intitulado “Política Pública Municipal de Educação Infantil: diagnóstico e pesquisa”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/OBEDUC que foi realizado na cidade de São Carlos, interior de São Paulo. Mais especificamente, nos 44 Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEI e em 7 unidades escolares filantrópicas conveniadas com o poder público municipal. Os indicadores aqui apresentados foram obtidos a partir da aplicação de 840 questionários junto aos professores dos CEMEI; 48 questionários destinados aos profissionais das unidades escolares filantrópicas e de um levantamento quantitativo de matrículas realizadas nas duas redes supracitadas entre os anos de 2010 e 2016, por meio de acesso aos dados do Sistema de Administração da Educação do município investigado. Como cenário para o presente trabalho, apresenta-se o processo de escolarização da pré-escola que segundo Dahlberg; Moss; Pence (2003, p. 9) é uma tendência que credita a “importância da aprendizagem inicial, tanto como

um direito quanto por que muitos acreditam que ela possa melhorar subseqüente desempenho acadêmico”, tendência confirmada com a promulgação da Lei 11.274/2006 que criou o ensino fundamental de 9 anos e iniciou um processo de “escolarização considerado precoce das crianças de seis anos – e até mesmo daquelas de cinco anos” (Campos, 2007, p.20). Nesta linha apresenta-se ainda a Lei 12.796/2013 que tornou obrigatória a matrícula de crianças de quatro e cinco anos, trazendo em seu bojo uma possível abertura para “romper com a unidade pedagógica e de gestão arduamente conquistada” na educação infantil (Campos, 2012, p.99). Diante deste contexto, como fica a situação dos “mais pequenos”, as crianças de zero a três anos em idade de creche? Os indicadores apresentados neste texto explicitam alguns dos resultados das interações entre a “política de fato” composta pelo texto legal e a “política de uso” (Ball; Bowe, 1992), ou seja, as práticas institucionais, bem como a forma como estas afetam os “mais pequenos”. O diagnóstico realizado demonstra uma tendência de transferência da educação e cuidado dos “mais pequenos” às unidades escolares filantrópicas, caracterizando o que chamamos de “filantropização” das creches, resultado de uma adequação do poder público municipal à política pública voltada à universalização do atendimento das crianças em idade de pré-escola. Qual seria então o impacto dessa “filantropização” para as crianças de zero a três anos de idade”? Pretendemos apresentar alguns dos impactos dessa reorientação sob a ótica de seus profissionais, por meio da análise dos discursos de professores e educadores das unidades escolares de educação infantil pública e filantrópica, assim como a partir da realização de um paralelo com o perfil socioeconômico dos mesmos. As contribuições deste estudo se apresentam por meio da realização de diagnóstico como instrumento eficaz para a avaliação da política pública não apenas como simples valoração da mesma, mas como instrumento que forneça indicadores para possível reflexão dos sujeitos envolvidos neste processo, visando o atendimento igualitário e de qualidade tanto para as crianças em idade de pré-escola quanto para aquelas em idade de creche.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Indicadores.

GRUPO DE PESQUISAS ALTERITAS: DIFERENÇA, ARTE E EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora: Joana Célia dos Passos

A PRESENÇA DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS DOCUMENTOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Priscila Cristina Freitas

O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado em educação que teve por objetivo analisar como é tratada a Educação das Relações Étnico-raciais nos documentos normativos da política nacional e municipal de Educação Infantil e em projetos políticos pedagógicos das unidades de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Florianópolis localizadas em torno do Maciço do Morro da Cruz. Para esta discussão trazemos as análises realizadas em onze documentos nacionais entre 1988 a 2010 e quatro documentos municipais entre 2009 a 2015. Partimos do princípio que os documentos normativos e os currículos compõem-se em territórios de poder. As questões raciais ao longo dos séculos foram negadas em tais documentos, sendo que ainda algumas/alguns

professoras/es afirmam que o tema não tem relevância para o trabalho com as crianças pequenas e por isso, possivelmente, o negam. Ao fazê-lo aludem ao falso discurso de que todas crianças são iguais. Todavia acreditamos que o currículo da Educação Infantil é uma construção de identidade tanto das/os professoras/es e quanto das crianças, exigindo-nos atenção e cuidado. Os documentos analisados neste estudo apresentaram em comum as seguintes categorias: Diversidade; Diversidade cultural; Diversidade étnica; Educação das relações étnico-raciais. Além do texto, foram analisadas as imagens que continham nos documentos. Nessa investigação foi utilizada a abordagem metodológica de pesquisa qualitativa, tendo como referência a análise de conteúdo. Pudemos verificar que os respectivos documentos nacionais e municipais analisados nesta pesquisa sinalizam a importância do respeito e a valorização racial, cultural, religiosa e social das crianças pequenas. Constatamos que os documentos reconhecem as questões raciais e a diversidade cultural e, que, portanto, destacam a importância de combater qualquer tipo de discriminação e preconceito. Apesar dos documentos reiterarem a importância das questões raciais, percebemos pouca representatividade de crianças negras, uma vez que a maioria expõe imagens de crianças brancas. Algumas poucas imagens apresentam uma interação entre crianças negras e brancas. Os documentos municipais alertam a importância de estarem pautadas as questões da história e cultura africana e afro-brasileira para as crianças. A interlocução foi feita com pesquisadores/as que discutem as infâncias, como KRAMER (2011), ROCHA (1999), CARVALHO (2007) e as relações étnico-raciais CAVALLEIRO (2000), TRINDAD (2011), DIAS (2012, 2015), GOMES (2012). A partir dessa proposta pretendemos contribuir com estudos e discussões acerca da Educação Infantil e relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação Infantil. Relações étnico-raciais. Documentos normativos.

RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAS E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Camila da Silva Santana

Esta pesquisa consiste no resultado do trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, que objetivou a análise da implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em uma instituição de Educação Infantil de Florianópolis. Diante dessa intenção, discutiu-se as relações étnico-raciais dentro de uma sala de aula e como essa temática é abordada na prática pedagógica. Foram priorizados como procedimentos metodológicos: análise de documentos pedagógicos da instituição, entrevista e observação de um grupo de crianças na faixa etária dos 06 anos de idade. Os resultados do estudo informam a necessidade do trabalho pedagógico sobre as relações étnico-raciais com as crianças, para um projeto coletivo e uma educação mais justa e democrática. Principalmente, porque as crianças se constituem nas interações e estas são permeadas por seus pertencimentos étnico-raciais, de gêneros, de classe, de religiosidade, entre outros.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Educação Infantil. Racismo.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS) E SERVIÇO PAEFI: IDENTIFICANDO DESAFIOS A PARTIR DO ESTUDO SOBRE AS VIOLÊNCIAS QUE ACOMETEM AS CRIANÇAS EM FLORIANÓPOLIS

Pamela Cristina dos Santos

Nesse trabalho buscaremos partilhar inquietações acerca das violências que acometem as crianças pelos olhares das Redes de Proteção traçando os desafios encontrados pelos professores (as) frente a esta temática. Articulamos as violências que acometem as crianças no município de Florianópolis com a formação docente, para tanto, utilizamos da historicidade dos direitos das crianças com intuito de compor um tripé para essa pesquisa: Violências, formação docente e Rede Intersetorial de Proteção. Para compor a discussão teórica sobre as redes de proteção utilizamos dos escritos ZAPPELLINI (2010) e FALEIROS (2007), para compreender o conceito de violências utilizamos as reflexões de SOUZA (2011) além de referenciar LIMA (2010) e ARDIGÓ (2009). Por fim, destacamos que por meio da imersão nas Redes Intersetoriais de Proteção, mais especificamente no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), resgataremos por meio do caderno de campo, tratemos as vezes dos/as profissionais da educação diante das questões das violências que acometem crianças e quais os desafios são trazidos pelo anúncio da violência que chega por meio do Serviço PAEFI.

Palavras-chave: Violências Formação. Docente. Serviço PAEFI.

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

Coordenadora: Patrícia Maria Uchôa Simões

As interações sociais na construção das culturas infantis no espaço da Educação Infantil

Elaine Suane Florêncio Dos Santos, elainesuane@hotmail.com, Prefeitura Municipal de Caruaru

Patrícia Maria Uchôa Simões, pusimoes@gmail.com, FUNDAJ

O presente estudo analisou o papel do brincar nas interações sociais entre as crianças em suas culturas infantis, como meio de construção de suas experiências que corroboram para sua formação social, humana e cultural. Essa análise possibilitou compreender as rotinas culturais desenvolvidas pelas crianças em suas interações com os adultos e entre os pares, compreendendo a criança enquanto sujeito que ocupa um espaço-tempo próprio e as culturas infantis como um território de interação que as permitem explorar o mundo e as suas realidades nos contextos sociais e culturais nos quais elas estão inseridas. O estudo permitiu também a visibilidade e o reconhecimento das crianças e de suas construções infantis. O recorte teórico aqui apresentado buscou um diálogo com o conceito de reprodução interpretativa de William Corsaro, na perspectiva dos novos estudos sociais da infância, e a elaboração criativa de Vigotski, numa concepção sócio-histórica de desenvolvimento infantil. Nesse sentido, a atividade lúdica, que constitui uma função crucial na constituição das culturas infantis, transporta as marcas do tempo e da sociedade. Assim, temos como objetivos problematizar os elementos socioculturais

que estão presentes na construção das culturas infantis e discutir o papel do brincar como ação firmadora das culturas entre as crianças. Para tanto, foi realizado um estudo ao longo de três meses de cunho etnográfico para acompanhar as rotinas de brincadeiras dos grupos de crianças com 4 e 5 anos, numa instituição de Educação Infantil no município de Caruaru- Pernambuco, através de videograções e de anotações num caderno de campo. A análise microgenética realizada separou os episódios onde foram observadas as estratégias de brincadeiras no tempo-espaço da instituição organizado pelas crianças, bem como as relações sociais que elas construíam em suas interações constituídos de conflitos, compartilhamento de brinquedos e significados, disputas pelo poder, companheirismos e amizades. Foram analisados três episódios de brincadeiras que envolviam grupos diferentes de crianças. Os episódios foram inicialmente descritos exaustivamente no que se refere às formas de interação, diálogos e movimentos. Foram caracterizados os locais na sala e no pátio onde ocorriam as brincadeiras e suas relações com as características dos grupos e das próprias brincadeiras. Essa caracterização reflete sobre a busca da privacidade de algumas brincadeiras desenvolvidas pelas meninas e pelas disputas de poder que envolvem as brincadeiras entre meninos e entre meninos e meninas. A análise apontou para o brincar como uma ação possibilitadora do reconhecimento da criança enquanto sujeito que ocupa um espaço-tempo, que auxilia no seu autorreconhecimento e a lidar com o outro, em suas vivências cotidianas. As crianças procuram estratégias para conseguir driblar as dificuldades e os limites postos pelos grupos de pares, pelos adultos e pelas rotinas que inibem ou atrapalham a brincadeira. Como conclusão, consideramos que os estudos sociais da infância têm contribuído para dar visibilidade ao protagonismo infantil e as ações culturais das crianças nos seus grupos de pares, oferecendo uma perspectiva de análise e compreensão da infância.

Palavras-chave: Brincar. Infância. Educação.

PERCEPÇÕES DE FAMILIARES DE CRIANÇAS DE CRECHES QUANTO AO TRABALHO DESENVOLVIDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Karla Cabral Barroca
Patrícia Maria Uchôa Simões

Durante muitos anos, o atendimento às crianças pequenas das classes mais desfavorecidas no Brasil se caracterizou como assistencialista, pautado numa visão do cuidado, sem a preocupação com o caráter pedagógico. As práticas educativas dos professores nas creches e espaços para a criança pequena se constituíram a partir dessa compreensão sobre o papel e a função da Educação Infantil. A polêmica sobre o cuidar e o educar tem constituído o panorama de fundo sobre o qual se constroem as propostas em Educação Infantil até os dias atuais. Nas últimas décadas, os debates enfatizam a necessidade das funções do educar e cuidar estarem integradas nas instituições de educação infantil. O presente estudo realizou quatro grupos focais, sendo dois com profissionais de Educação Infantil e dois com familiares de crianças que frequentavam duas instituições de Educação Infantil para comparar percepções do trabalho desenvolvido nessas instituições. Foi utilizada a gravação em áudio das falas dos participantes e depois a transcrição das mesmas. Os registros foram organizados por

temáticas para a construção da análise interpretativa. A análise das falas dos familiares destaca a importância desses espaços educativos que possibilita o desenvolvimento das crianças com profissionais habilitados para exercerem sua profissão na modalidade de ensino em que trabalham. Nesse sentido, as vozes das famílias apontam para o reconhecimento da mudança na Educação Infantil, trazendo em seu discurso que educação é para a formação integral dos indivíduos e as ações de cuidar e educar estão sendo desenvolvidas de forma integrada. Também é ressaltado o papel das vivências das crianças nas creches no desempenho de tarefas na sua vida familiar e escolar. Assim, as famílias destacam seu “agradecimento” ao trabalho desenvolvido na creche pelos seus filhos. Algumas famílias demonstraram perceber a função pedagógica da creche como espaço para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que serão necessários para a escolaridade futura. Também é ressaltada a necessidade da formação dos docentes e discussão sobre as políticas públicas para a efetivação de uma Educação Infantil de qualidade. As falas dos familiares relatam o serviço oferecido na instituição como positivo e apenas mencionam as precariedades das instalações físicas. Dessa forma, os resultados apontaram para uma visão positiva dos participantes em relação ao trabalho desenvolvido nas duas instituições. No entanto, a análise das falas das profissionais, foi registrado um sentimento de desvalorização profissional, refletindo a necessidade do reconhecimento da relevância da sua atuação junto às crianças para além de uma ideia de cuidar, mas principalmente de contribuir com o processo de desenvolvimento cognitivo, físico, motor que envolve a construção social e cultural da criança na sociedade. A profissionalidade docente foi discutida como um assunto que necessita de investimentos por parte do poder político e a garantia de subsídios que lhes deem condições materiais e espaciais para atender as crianças e suas famílias. Esses resultados são discutidos no sentido da desprofissionalização e desvalorização desses na sociedade e, por outro lado, sua centralidade para a qualidade do trabalho na Educação Infantil.

Palavras-chave: Profissionais. Creche. Educação.

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Coordenador: Roberto Sanches Mubarac Sobrinho

BRINCANDO SE “SER SATERÉ-MAWÉ”: CONTEXTOS LÚDICOS DIVERSIFICADOS COMO ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DAS CULTURAS INFANTIS

Roberto Sanches Mubarac Sobrinho

O presente texto consiste na apresentação dos resultados da pesquisa realizada junto à comunidade indígena da etnia Sateré-Mawé – a partir de uma inserção participante e de viés etnográfico em seus contextos cotidianos e foi realizada no processo de Doutorado em Educação. A comunidade pesquisada se localiza em uma área urbana na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, Brasil, tendo como sujeitos um grupo de 12 crianças entre 04 e 12 anos que durante 08 meses foram nossas interlocutoras e nos evidenciaram, através de diversas linguagens – desenhos, escrita, fala, músicas e brincadeiras – como elas vivem e constroem suas culturas da infância, tendo tanto os elementos tradicionais da cultura de seu povo quanto as diversas influências do meio

urbano, elencados nos seus “jeitos de viver” sua cultura indígena de maneira lúdica. O texto reflete juntamente com as crianças a importância da valorização da cultura Sateré-Mawé em seus mais diversificados aspectos, através das brincadeiras, dos desenhos, das músicas tradicionais, do ritual das Tucandeiras e da língua, e, como, neste “lugar fronteiro” – o espaço urbano – são construídas estratégias para garantir seus “jeitos” próprios de ser indígenas, de viver e construir suas culturas da infância, de ser da etnia Sateré-Mawé e, ainda de se relacionar com o “mundo” e a escola do “branco”, uma vez que as crianças estudam em escolas públicas das redes estadual e municipal de ensino, e sofrem influências da sociedade circundante. A pesquisa nos demonstrou a importância de olhar e compreender a infância sob a ótica das crianças Sateré-Mawé, entendendo que neste grupo indígena o conceito de infância é bastante distinto dos conceitos veiculados nos espaços acadêmicos e nas determinações jurídicas, e o quanto, a partir desta compreensão, passamos a respeitar os seus modos de viver como crianças, que se define pelo ritual de transitoriedade entre o mundo da infância e o mundo adulto. Não aquela criança que se enquadra nos padrões das sociedades de consumo e que tem no brinquedo industrial e na mídia, a definição da imagem de si mesma, mas, a visão das próprias crianças Sateré-Mawé, que ao valorizarem suas culturas lúdicas e suas culturas de pares, mostraram-nos o quanto vale a pena ser diferente num mundo que tanto impõe a padronização. Elas nos ensinaram que viver a infância é uma atividade plena e que se constrói nas relações mais intensas vividas no dia a dia cujas brincadeiras são fundamentais nas suas relações étnicas e sociais. Nada mais rico do que aprender com elas a olhar o mundo. Nada mais fascinante do que caminhar pelos seus imaginários. Nada mais rico do que entender o fascinante mundo simbólico que as rodeia. Aos que se encorajarem nessa “aventura”, a ida é sem volta, felizmente, pois ao escutarmos o que elas têm a nos dizer, jamais seremos os mesmos. Mais do que acompanhá-las nessa trajetória, aprendemos com elas e seu povo, que todo esse movimento entre o mundo urbano e a cultura Sateré-Mawé, representa uma possibilidade diária de lutarem pelo direito social de ser quem são. O desafio está lançado, o texto é um convite a “entrarmos” nos seus mundos infantis.

Palavras-chave: Brincadeiras. Culturas. Crianças.

AS CRIANÇAS E SUAS RELAÇÕES COM A CIÊNCIA: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AMAZONAS

**Evelyn Lauria Noronha
Gyane Karol Santana Leal**

Este trabalho tem por objetivo compreender como as crianças de uma escola ribeirinha localizada no município de Parintins - Amazonas formam conhecimentos de ciências, especificamente sobre os fenômenos da natureza por meio de suas vivências nos espaços de sua comunidade. Para tanto, buscamos fundamentação teórica em autores como: Graue & Walsh (2003), Barreto (2005), Sarmiento (2003, 2005, 2007), Pozo & Crespo (2009), Noronha (2010), Mubarc Sobrinho (2011). Acreditamos que as populações ribeirinhas têm muito a nos ensinar sobre diferentes saberes advindos da natureza por meio de suas interações e as crianças têm a possibilidade de formar conhecimentos científicos por meio do uso dos espaços não formais amazônicos. A Amazônia oferece

inúmeras possibilidades para a construção de conhecimentos científicos por meio dos estudos de sua biodiversidade devido a sua multiplicidade de recursos naturais, aspectos geográficos, históricos, educacionais, arqueológicos, sócio- culturais e outros. Nesse contexto, situada em Parintins- Amazonas, a comunidade do Aninga constitui-se um local favorável para que as crianças tenham uma relação com os conhecimentos de ciências a partir das suas experiências e vivências com os múltiplos recursos naturais existentes em sua comunidade. A escola investigada estava imersa num contexto rico, onde as crianças da Educação Infantil vivenciavam e interagem com vários elementos da floresta e aqueles conhecimentos podiam ser utilizados pela escola de maneira significativa. No processo da pesquisa com as crianças fez-se necessário o uso de metodologias que compreendem as crianças partícipes de todo processo de investigação. Esta pesquisa permitiu o contato direto com a vida cotidiana das crianças na comunidade evidenciando-se culturas, crenças e valores. Além disso, a adoção de uma postura ética pelo pesquisador frente ao trabalho desenvolvido no âmbito do estudo, foi fundamental em todo o processo. Os sujeitos foram treze crianças na faixa etária de 3 a 5 anos e a professora da turma da turma de Educação Infantil. Os dados foram construídos por meio da interação com os sujeitos, observação participante com registro no diário de campo, diálogos e análise a partir dos desenhos. Os desenhos produzidos demonstraram claramente as condições socioculturais de produção vivenciadas pelas crianças, sinalizando suas percepções acerca do mundo que as rodeava, apontando para seu entendimento de ciência que pode ser construído no contexto da comunidade. Foram perceptíveis os conhecimentos das crianças sobre os fenômenos da natureza, por meio de seus desenhos, suas observações e interpretações da realidade, que emergiram de suas falas, dos seus imaginários e suas culturas infantis, expressos a partir de suas brincadeiras e interações com a realidade. Essas relações da criança com o mundo permite-nos uma compreensão do imaginário infantil em diferentes contextos. Concluímos que as crianças formavam conhecimentos científicos por meio de suas vivências, na interação com seus pares e no contato direto com os múltiplos espaços da sua comunidade. A educação de crianças em escolas ribeirinhas deve promover a educação científica nos espaços educativos presentes no seu entorno, aproveitando todos os recursos disponíveis na natureza e nas interações socioculturais que ocorrem nestes lugares.

Palavras-chave: Crianças. Ciências. Ribeirinhas.

AS VOZES DAS CRIANÇAS À SOMBRA DA PALMEIRA DE URUCURI: UM DIÁLOGO PARA A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Evelyn Lauria Noronha
Silvia Lima dos Santos

Este trabalho tem por objetivo compreender os conhecimentos de Educação em Ciências por meio da Palmeira de Urucuri a partir das vozes das crianças no espaço formal e não formal. Sob o foco de várias argumentações, discutimos as seguintes questões na pesquisa: Como as crianças evidenciaram as suas relações com a cidade de Urucurituba? Como as crianças (re)significaram o aprendizado de ciências a partir da relação que estabeleceram entre os conhecimentos científicos e o cotidiano no espaço não formal?

Quais as interpretações das crianças a respeito do conhecimento da Palmeira de Urucuri no espaço formal e não formal? A base para as discussões teórico/metodológicas encontra-se na Sociologia da Infância situando as crianças como atores sociais. A pesquisa se configura como estudo do tipo etnográfico que tem a centralidade na criança capaz de elaborar e dotar de sentido próprio o contexto em que está inserida. Também, destacamos os espaços trabalhados na pesquisa, o espaço formal e não formal e a relevância de suas relações, a partir da Palmeira de Urucuri como instrumento de pesquisa e como potencial para os estudos da ciência. Participaram desta pesquisa 16 crianças e dois professores como sujeitos centrais. O estudo foi realizado em uma escola pública estadual da cidade de Urucurituba-AM. Utilizamos como procedimentos metodológicos a observação participante e os espaços de conversas. Os instrumentos de coletas de dados foram o gravador de voz, câmera fotográfica e o diário de campo. Foi com as crianças e suas vozes em Urucurituba, que evidenciamos nosso olhar de aprendiz em relação a observação de suas ações. Viver a cultura amazônica é confrontar-se com a diversidade, com diferentes condições de locais, de saberes, de valores, de práticas sociais educativas, que requer do pesquisador um olhar atencioso às especificidades, particularidades que compõem a realidade local. A relação muito próxima com as crianças e com os adultos, em Urucurituba, nos fez caminhar para o estudo, por proporcionar uma investigação mais detalhada e profunda da realidade, possibilitando maior conhecimento do mundo vivenciado pelas crianças. Entendemos, assim, que ao realizarmos uma pesquisa com as crianças em Urucurituba evidenciamos a importância da participação da criança no que diz respeito a ela mesma. As crianças são atores sociais que não precisam de ensaios, luz, câmera ou ação, ou seja, em todos os ambientes elas atuam. Apenas precisam ser ouvidas. Foi possível verificar que as vozes das crianças apontam uma forte relação com as ruas da cidade de Urucurituba, evidenciando como espaço não formal propício para atividades escolares e não escolares, e que o aprendizado de ciências é (res)significado a partir da relação que estabelecem com seus pares e com os adultos dentro e fora da escola. Observamos também que os aspectos relacionados às interpretações a partir da Palmeira são relevantes para suas vidas, evidenciando assim, uma Educação em Ciências como conhecimento enriquecedor no contexto da cidade.

Palavras-chave: Crianças. Educação. Ciências.

KÉKERÉ: CRIANÇAS DE TERREIROS, EDUCAÇÃO, CULTURAS, RACISMOS

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenadora: Stela Guedes Caputo

CRIANÇAS DE CANDOMBLÉ: REDES EDUCATIVAS E CULTURAS DE PARES NO DIÁLOGO COM FOTOGRAFIAS

**Máira Conceição Alves Pereira
Maristela Gomes de Souza Guedes**

"Eu gosto de olhar para esse lugar meu. Olho Ayrá, olho Tupinambá, Oxum, Oxaguiã. Oxaguiã é o meu, né? Você sabe? Olho a Jurema, os caboclos, todos eles. Ah! E Yemanjá! É porque olho tudo eu, por isso eu vejo". A fala é de Odín Aires Ferreira, de 4

anos, o gan de um terreiro. O menino tem, entre outras funções, a de tocar os atabaques durante um ritual. No mundo em que "olha tudo", convive com Orixás, entidades, adultos, outras crianças e jovens de terreiros. Já faz mais de 20 anos que fizemos uma escolha: conviver com crianças e jovens de candomblé e aprender com elas como criam sentidos de si e do mundo nos terreiros do Brasil. Uma opção inaugural em pesquisas que parece não ter interessado nem mesmo aos pesquisadores clássicos do Candomblé. Compreender como crianças de terreiros aprendem e ensinam a tradição do culto aos Orixás, ancestrais divinizados africanos, não era foco das pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Embora tenham sido fotografadas por alguns pesquisadores, não há referências e análises mais detidas com relação à presença das crianças nos terreiros. Como nos ensina Alves (2012), há muitos espaços-tempos de aprendizagens além da escola, em que se vive, se aprende e se ensina. Entendemos os terreiros de Candomblé como espaços de circulação de conhecimentos. O brincar, o dançar, o cantar, o estar com amigos, o aprender e o ensinar e tantas outras ações caracterizam o terreiro de Candomblé como uma rede educativa para crianças e demais adeptos da religião. Com Freire (1978) aprendemos que só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca permanente que se faz no mundo, com o mundo e com os outros. O campo específico de estudos com crianças de Candomblé está sendo inventado na encruzilhada das várias áreas, reunindo a Educação, a Sociologia, a Antropologia, a História, o Jornalismo. A pesquisa aqui apresentada inscreve-se no movimento da perspectiva epistemológica da multirreferencialidade com os cotidianos. Desejamos compartilhar o percurso e os achados dos estudos em andamento, aprofundando a compreensão acerca das crianças de Candomblé por meio de uma metodologia que privilegia o diálogo com elas, em especial, em suas culturas de pares (Corsaro, 2011). As fotografias produzidas em campo com elas e suas narrativas diversas, nos terreiros e fora deles, como na escola e nas redes sociais digitais, tem sido nosso mais dedicado modo de pesquisar. Destacamos que nosso esforço fundamental, ao menos tenta caminhar, ouvindo o que nos diz Ferreira (2009) sobre descobrir as crianças a partir do que elas nos contam, fazendo, ou buscando fazer, uma etnografia com crianças, no nosso caso, especificamente, com crianças dos candomblés no Brasil. Acreditamos também que compartilhar como crianças criam e recriam nesses espaços pode contribuir na luta contra a discriminação religiosa sofrida por elas na sociedade e, sobretudo, nas escolas. Afinal, preocupa-nos muito o que nos diz Raíssa Teixeira, outra interlocutora nossa: "O pior lugar para uma criança negra e de candomblé é a escola!"

Palavras-chave: Crianças. Candomblé. Redes.

NÚCLEO DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – NEJUSCA

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Coordenadora: Josiane Rose Petry Veronese

CRIANÇA, PUBLICIDADE E CONSUMO

Sandra Muriel Zadróski Zanette

A publicidade e os meios de comunicação de massa tornaram possível a concretização da atual sociedade de consumidores, que encontrou recentemente um novo target, um novo alvo, por assim dizer, mais vulnerável e com um grande potencial de consumo: as

crianças e adolescentes. A indústria publicitária investe bilhões nesse novo público para não só seduzir, mas manipular seus desejos e suas necessidades. Essa nova indústria voltada para o público infanto-juvenil está educando as crianças e adolescentes não para serem cidadãos, mas sim para serem potenciais consumidores, cada vez mais individualistas e insatisfeitos. Devido a relevância do tema, nos últimos anos, a publicidade infantil vem ganhando no Brasil maior atenção, não somente no mundo jurídico, mas também no meio social, exemplo disso foram os últimos acontecimentos, como: o ressurgimento da discussão no tema no Congresso, principalmente através do Projeto de Lei 5921/ 2001, que restringe a publicidade infantil; a atuação do Instituto Alana, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos que, dentre vários projetos, encontra-se o Criança e Consumo, criado em 2006, que desde então estuda o consumismo infantil e seus problemas; a campanha da Associação Brasileira de Agência de Publicidade (Abap), “Somos todos responsáveis”, que tem um firme posicionamento contra a proibição da publicidade infantil e que acredita que conscientizar e educar para o consumo seria a melhor saída do que a proibição; a Resolução Nº 163, editada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 13 de março de 2014, que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente; a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014, que trouxe como tema “Publicidade infantil em questão no Brasil”; o recente julgado (REsp 1.558.086), onde a segunda turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu pela proibição da publicidade de alimentos dirigida à criança; e por fim, não menos importante, a previsão da nova lei denominada de Estatuto da Primeira Infância (Lei 13.257, de 8 de março de 2016) que dispõe sobre políticas para a primeira infância, em seu artigo 5º da “proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista” e ainda “a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica”. Essa situação se iniciou no Brasil a partir da década de 80, quando a publicidade invadiu o universo infantil. As indústrias perceberam que as crianças são alvos fáceis, e que além de produtos para seu universo, elas influenciam as compras dos adultos. Psicólogos alertam aos malefícios que a exposição da criança a tanta publicidade pode gerar, pois as crianças ainda não possuem um desenvolvimento completo e também não possuem uma experiência de vida tal qual um adulto. Dentre os prejuízos já descobertos que a exposição à publicidade abusiva pode trazer as crianças destaca-se: a obesidade, a erotização precoce, o estresse familiar e a violência.

Palavras-chave: Criança. Publicidade. Consumo.

O TRABALHO INFANTIL E A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Bruna Finger Pacheco

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a possibilidade de concessão de benefícios acidentários à crianças e adolescentes que, em descumprimento da vedação constitucional de não trabalhar antes dos 16 (dezesseis) anos (ou 14 (quatorze) anos, se na condição de aprendiz), são impelidos a exercerem atividades laborais desde cedo, sem qualquer amparo legal. A legislação previdenciária não permite que menores de 14

(quatorze) anos (na condição de aprendiz) ingressem como beneficiários da previdência social, em virtude da referida vedação constitucional. Assim, na ocorrência de qualquer infortúnio laboral, crianças e adolescentes não fazem jus aos benefícios acidentários concedidos a outros trabalhadores na mesma situação. Tal posição, no entanto, não pode ser acolhida. Quando o legislador proibiu o trabalho aos menores de dezesseis anos, estava pensando no melhor interesse dos infantes e, por essa razão, não se pode conceber a ideia de que essa norma, criada para proteger, acabe trazendo prejuízos aos seus tutelados. Além disso, a doutrina da proteção integral e o princípio da dignidade humana determinam que crianças e adolescentes sejam tratadas com a máxima proteção possível, na medida em necessitam de tratamento diferenciado por serem sujeitos em desenvolvimento. O princípio da proteção ao trabalhador, o da primazia da realidade sobre a forma e o da indisponibilidade dos direitos trabalhistas também servem como fundamento para o reconhecimento dos direitos previdenciários quando o empregador foi negligente no momento de contratar. Somando-se a eles, o princípio da universalidade da cobertura previdenciária permite que, nos casos em que efetivamente foi exercida a atividade laboral, o beneficiário tenha direito a todas as benesses previstas na legislação previdenciária. Assim, procedendo-se a uma análise à jurisprudência pátria, verifica-se que, apesar de existirem poucos julgados a esse respeito, as decisões, na sua grande maioria, apresentam desfechos satisfatórios. Isso porque, reconhecem a qualidade de segurado dos infantes, possibilitando a percepção da benesse acidentária em virtude de uma interpretação da norma à luz do melhor interesse da criança e do adolescente. Há, inclusive, um importante julgado do Superior Tribunal de Justiça que reconhece o direito ao salário maternidade a uma menina com menos de 16 (dezesseis) anos que já exercia atividades laborais, mas não apresentava qualidade de segurada. Dessa maneira, embora a exploração do trabalho infantil seja ainda recorrente dentro do contexto social brasileiro, as Cortes de Justiça do país já conseguem entender o real significado da doutrina da proteção integral, atendendo, neste caso, a intenção do legislador no momento da confecção da norma protetiva, e tentando compensar, de alguma forma, o grande prejuízo ao desenvolvimento psicológico, físico, social, moral, emocional, etc. de crianças e adolescentes que realizam atividades laborais antes da idade permitida, em desconformidade com as normas constitucionais.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Previdência.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DOS ADOLESCENTES BRASILEIROS

Nicole Martignago Saleh

O presente trabalho submetido à aprovação para apresentação no 5º GRUPECI é denominado de “Redução da Maioridade Penal e Políticas Públicas: a necessidade de inclusão dos adolescentes brasileiros”. Este tem como objetivo geral abordar a redução da maioridade penal à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e a efetividade, ou não, de implantação de políticas públicas de inclusão como recurso, ou solução, para a diminuição de situações com adolescentes em conflito com a lei penal. No intuito de sensibilizar a população sobre os direitos e deveres resguardados aos adolescentes brasileiros, bem como quanto a sua responsabilidade na concretização de direitos às crianças e aos adolescentes, diante da responsabilidade atribuída à Sociedade no resguardo dos direitos às crianças e aos adolescentes pela Constituição Federal de 1988,

o trabalho divide-se em três capítulos. Primeiramente, apresenta a transformação histórica dos direitos da criança e do adolescente no país, abordando a evolução dos direitos desde a época do Império, compreendendo a importância da instituição da Doutrina da Proteção Integral com a consequente promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, até a atual discussão sobre a possibilidade de uma redução da maioridade penal. Ainda neste capítulo, discorre sobre a responsabilização socioeducativa prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, estudando sua forma de aplicação e quais as medidas socioeducativas existentes. Em seguida, analisa as propostas de emenda constitucional que tramitam no Congresso Nacional, estudando quantas foram as propostas apresentadas até hoje. A seguir, inicia o segundo capítulo com um estudo acerca do critério biopsicológico adotado pelo Código Penal para definir a imputabilidade penal no Brasil. Subsequentemente, aborda a (in)constitucionalidade das propostas de emenda constitucional sobre a redução da maioridade penal. Após, expõe a realidade do sistema prisional brasileiro e discute a deslegitimação do sistema penal no Brasil, encerrando o segundo capítulo. O terceiro capítulo se inicia com uma teoria geral das políticas públicas, com o intuito de conceituar esse importante e necessário instrumento de efetivação de direitos fundamentais. Seguidamente, disserta sobre a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a importância dos Planos de Atendimento Socioeducativo. Derradeiramente, discorre sobre a necessidade de implementação de políticas públicas de inclusão, demonstrando resultados de pesquisas e projetos já realizados nesse sentido, e que corroboram com este entendimento, nos quais pôde-se perceber que, muitas vezes, faltam opções a esses adolescentes. O trabalho utiliza o método dedutivo para a realização da pesquisa, e conclui pela necessidade de implementação de políticas públicas inclusivas, esperando que a efetivação dos Planos de Atendimento Socioeducativo seja realizada pelo Poder Executivo, a fim de que a sociedade (e até mesmo o Estado) possa compreender como a inclusão dos adolescentes brasileiro, que tenham cometido, ou não, atos infracionais é a melhor forma de prevenção da violência.

Palavras-chave: Maioridade. Inclusão. Adolescentes.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: PRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO E USO DE ESPAÇOS PELAS CRIANÇAS

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Coordenador: Rogério Correia da Silva

O QUE AS CRIANÇAS DIZEM DA E NA ESCOLA: TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Levindo Diniz Carvalho

A recente tendência de ampliação da jornada escolar no Brasil na perspectiva da Educação Integral aponta para novos modelos e concepções de institucionalização da infância. Com base nessa perspectiva o presente trabalho tem como objetivo central apreender processos infantis de inserção e participação na cena social, a partir de novas configurações de atendimento à infância, em especial a educação (em tempo) integral, examinando como crianças de 6 a 8 anos de idade que frequentam uma escola pública por nove horas diárias vivem e interpretam essa experiência; e ainda analisar, a partir de episódios etnográficos, os desafios de uma Educação Integral que leve em conta as

diferentes dimensões de formação das crianças. Com base nos Estudos da Infância das ciências sociais problematiza-se aqui em que medida essa ampliação do tempo da jornada escolar conforma as experiências de infância. Reflete-se ainda acerca da agência das crianças na escola, de suas relações com o tempo e de sua pertença a um território de vulnerabilidade social. Os dados aqui apresentados são fruto de um estudo de caso realizado com crianças de seis a oito anos de idade em uma escola pública de Belo Horizonte, a qual oferece o Programa Escola Integrada (PEI). Esse programa amplia a jornada escolar das crianças para nove horas diárias, oferecendo atividades de esporte, arte, cultura e acompanhamento pedagógico e estabelecendo parcerias com os espaços comunitários e culturais. Esse conjunto de equipamentos sociais compõe um arranjo educativo próprio constituído a partir do potencial dos equipamentos sociais no entorno da escola. As crianças transitam diariamente por esses espaços, interagem com os moradores, familiares etc. Por um lado, os episódios aqui analisados revelam que as crianças exercem uma participação periférica e, ao mesmo tempo, transgridem as imposições da forma escolar, atuando como agentes de cultura e reconfigurando o “ofício de aluno”; por outro, esses episódios sugerem que as crianças estão visíveis no espaço público e também que exercitam e compreendem seus direitos sobre ele. Em outro nível de análise cabe analisar o fato de que o PEI, ao ser concebido como um programa de educação para a infância, atendendo, em sua maioria, crianças pobres, amplia oportunidades educativas a esses sujeitos, criando articulações intersetoriais. Coloca-se assim o desafio de convergir para a escola pública as demais políticas para a infância. Grande parte das experiências recentes que promovem ampliação do tempo da oferta pública de atividades educativas para a infância pobre ocorre no bojo das discussões sobre a garantia do direito à educação, o qual, porém, não significa apenas direito à escolarização. Nesse trabalho, sugere-se que o tema da educação passe a ser pauta dos vários setores da gestão da vida pública, avançando na compreensão de que as políticas de educação podem contribuir para equacionar as grandes contradições e os problemas da nossa sociedade, que tem intensos reflexos sob as crianças.

Palavras-chave: Território educativo. Educação integral. Infância.

QUANDO OS OBJETOS DIZEM COMO BRINCAR: ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS E AMBIENTES EDUCATIVOS E A MELHORIA DO BRINCAR DAS CRIANÇAS DE UMA UMEI DE BELO HORIZONTE

Rogério Correia da Silva

O presente texto apresenta os resultados da pesquisa-intervenção relacionada a organização de espaços e a constituição de ambientes na Educação Infantil. O estudo foi realizado na Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) São João, localizada no aglomerado da Serra, região centro-sul de Belo Horizonte. A organização de espaços embora não seja um tema novo na formação inicial e continuada de professores da Educação Infantil, é tratado ainda de forma pouco refletida e articulada com as concepções que norteiam as diretrizes curriculares. Mesmo assim, o espaço e as dificuldades em organizá-lo é visto como um grande empecilho por parte das professoras que se queixam da dimensão diminuta das salas, da falta ou inadequação de materiais e objetos que deem suporte aos seus projetos. Todavia, vem crescendo por parte das professoras o desejo de um maior conhecimento sobre a organização de espaços e constituição de ambientes, motivadas principalmente por reflexo das

mudanças ocorridas nos mais diversos âmbitos, sobretudo pelo contato com experiências educativas internacionais de referência que valorizam a dimensão do espaço no cotidiano das instituições infantis e também pelo fomento de políticas públicas brasileiras na área. Neste trabalho, apresentamos o processo de realização da pesquisa. Tratamos inicialmente de descrever o diagnóstico realizado com o intuito de identificar a maneira como eram feitos os arranjos dos mobiliários nas salas de aula, qual o uso que crianças e professoras faziam deles; a movimentação e as brincadeiras das crianças pela escola; os obstáculos e as potencialidades dos espaços; as tentativas de sua reorganização pelas professoras e coordenação pedagógica. Para observação e registro da organização e usos dos espaços e do brincar das crianças, duas fichas foram montadas. A primeira ficha analisou os aspectos arquitetônicos do local observado e de sua ocupação como disposição e arranjos do mobiliário, materiais e atividades desenvolvidas. A segunda ficha foi denominada de ficha de mapeamento do brincar centrado no lugar, recuperando as contribuições de autores da psicologia ambiental (CORDAZZO, et alii, 2008; RAYMUNDO & KUHNEN, 2011; SAGER, F. et alii, 2003) em pesquisas sobre o brincar em espaços educacionais. Realizamos entrevistas com as professoras e coordenação sobre como elas organizavam a rotina e os espaços e ambientes da sala; sobre o que elas consideravam desafios em relação a este tema, como avaliavam o atual espaço que trabalhavam (funcionalidade, conforto, temperatura, luminosidade, ventilação, mobiliário, brinquedos, demais tipos de materiais, acessibilidade, se atendiam ou não aos interesses e necessidades das crianças) e que mudanças elas proporiam. Citamos também a pesquisa feita com as próprias crianças, quando realizamos entrevistas e passeios pela UMEI seguidas da produção de desenhos. Como nossas realizações podemos citar: a visita e registro de diversas experiências de Educação Infantil (nacionais e internacionais) e o estudo de suas propostas pedagógicas especialmente a visão sobre o papel do espaços e dos ambientes na aprendizagem das crianças; a realização de um projeto de revitalização do jardim externo da UMEI; o levantamento e realização de um catálogo de brinquedos e móveis; a elaboração de um projeto arquitetônico de construção de um parque infantil em área recém adquirida pela escola.

Palavras-chave: Espaços. Brincar. Educação Infantil.

NÚCLEO DE PESQUISA SOCIAL: TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE, CULTURA E INFÂNCIA

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas)

Coordenadora: Magali Reis

CAMINHO DAS ÁGUAS: NARRAÇÕES DO COTIDIANO DAS CRIANÇAS DA ESCOLA DAS ILHAS NA CIDADE DE ANANINDEUA/PA

Mayrla Andrade Ferreira

Na perspectiva da cultura e do cotidiano de saberes e práticas com seus vetores comuns, centrados no vértice da Educação, do Cotidiano, da Diferença Cultural é que esta pesquisa tem inspiração. Com o objetivo de investigar como as práticas cotidianas podem nos contar sobre as construções do sujeito em sua cidade, indo a campo, optamos como fio condutor a polifonia de vozes das crianças em uma narrativa não-linear, que

desvela suas histórias no Caminho das águas, e especificamente no percurso do barco escolar, isto é, no itinerário de espaços que vai do “Porto da Estação” e percorre as comunidades das ilhas até a única Escola Municipal responsável pela educação das crianças ribeirinhas da cidade de Ananindeua, no estado do Pará. São referenciais da experiência, as qualidades de movimento segundo os estudos de Rudolf Laban, na reflexão da gestualidade cotidiana da Amazônia Paraense, nas táticas praticantes e invenções do cotidiano de práticas culturais conforme formulado por Michel De Certeau, particularizadas pelos gestuais cotidianos do corpo infância na potencialidade do gesto, da consciência corporal diante das relações da intercorporeidade eu-outro-mundo, conforme nos indica o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty. Ser sensibilizado pelo contato direto com o cotidiano é dar sentido as ações e atitudes que desvelam o nosso papel no mundo e estabelece nossas relações sociais como necessária para o aprendizado. No diálogo teórico-prático desta pesquisa, os referenciais e experiências são utilizados como estímulos nas construções e reconstruções do conhecer de si e os registros escritos, orais e em imagens são analisados enquanto documentos de processos de conhecimento em contínua formação e transformação. Os aspectos conclusivos estão implicados diretamente com o grau de comprometimento da pesquisadora com a cidade pesquisada e consequentemente com os sujeitos habitantes-criadores Ananindeuenses, que na fruição de suas narrativas são coautores destes escritos e dialogam ativamente no autoconhecimento de seus fazeres e práticas do cotidiano diante de suas (re)afirmações das expressividades gestuais aqui apresentadas. O corpo da criança em movimento, se inventa e narra práticas comuns, plurais e especialmente distintas, seu tempo-espaço é um lugar praticado, diante de uma plural diversidade humana. Num dado momento vivenciado, quando os habitantes-criadores entram em contato com o corpo dos moradores daquele lugar, abre-se um campo de possibilidades para perceber a sua história, buscando informações, conceitos e valores que, ao serem partilhados com os meus, juntos darão significado ao mundo. Experimentar o desvelar gestual dos moradores das ilhas, mas especificamente observar a gestualidade cotidiana da criança Ananindeuense moradora da ilha, e incorporar as nossas experiências subjetivas, e o outro ser capaz de compreender o relato e estabelecer relações com suas próprias experiências, é realmente um trabalho de (trans)formação artística/docente e acima de tudo humanizadora.

Palavras-chave: Narrativa. Cotidiano. Infância.

AUTONOMIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM PELA NARRATIVA

Maria Helena dos Santos Morra

Esta pesquisa possui foco na narrativa como forma de aprendizado pela narrativa. Para melhor compreender de que forma a escuta do outro abre espaços para aprendizados pela experiência buscou-se na história de vida de uma pessoa traficada na infância e buscou analisar seus processos de aprendizagens diversas. A metodologia utilizada é o da história oral em sua vertente temática compondo significações de lugares de memória. A partir desse lugar de memória que nesta pesquisa delinea-se mosaicos da reminiscência e dele se extrai um sentido que configura um significado da trajetória de uma criança traficada, a superação das adversidades e o posterior processo autônomo de

aprendizagem que lhe permitiram sair de uma condição arbitrária de controle e violação dos direitos fundamentais de criança, já adulta. Pequenas lembranças da infância fecundam a memória de Nora. São fulgurações que armazenam alegria e tristeza. Nora narra como foi adquirindo um aprendizado a partir do sofrimento conchado no seu corpo. Em pouco tempo foi tecendo um domínio de vários dialetos regionais da Itália, por onde foi confinada nos bordéis de prostituição. Como viver numa situação de limite sem ficar presa na teia da perversidade? Como construir um legado de aprendizado a partir da barbárie? O fenômeno da barbárie foi construído historicamente, como parte integrante do processo civilizatório. Registros evidenciam este lado animal de matilha, um desejo de violentar seres humanos, despedaçá-los, construir conjuntos vazios nos espaços interiores das vítimas. Talvez fosse necessário desvendar os mecanismos que mobilizam pessoas a agir contra seus semelhantes. Como qualificar o impulso de destruir a sua dignidade, mutilá-los, e mesmo transformá-los em mercadoria? O que impede as vítimas de buscar sustentação contra as formas de opressão? Na pele destas histórias há sombras e simulacros. A violência dilacera tramas do cotidiano a serviço da sexualidade, a vida humana é experiência vivida no tempo. Lembranças passam pelo corpo, demarcando, às vezes, situações limites. Figuram a fragilidade humana e sua força na ressignificação da vida. O vivido é permeado de sentidos A conclusão parcial desta pesquisa tem apontado para uma educação não escolar em espaços de extrema necessidade e cercado de violências físicas e simbólicas constitui um espaço de conhecimento ainda pouco explorado pelas pesquisas educacionais e, sobretudo, ainda é reticente no que diz respeito às pesquisas com crianças em situações de risco social. O campo do aprendizado do indivíduo percorre uma autonomia conquistada pela necessidade. A investigação de espaços não escolares de extrema violência forja um aprendizado para uma autonomia de sobrevivência que gera virtudes incompatíveis com sistemas formais. O saber deve ser mais do que o lugar definido pela educação formal. É a assimilação daquilo que a vida nos possibilita adquirir, como uma guardiã, uma sentinela ciosa das experiências vividas. Pois esse é o destino e a máxima vocação do saber. Quanto mais profunda, fundamental e significativa a experiência mais estruturante será o saber.

Palavras-chave: Infância. Violência. Autonomia.

O COTIDIANO DA CRIANÇA RIBEIRINHA DA REGIÃO DA AMAZÔNIA MARAJOARA

Simei Santos Andrade

A investigação que ora apresentamos é um recorte de uma pesquisa mais densa e abrangente da infância da Amazônia. Para esse diálogo trouxemos o cotidiano da criança da Amazônia, em especial da Amazônia Marajoara, no território paraense, região que vive uma diversidade permeada por diferentes condições de vida, de saberes, de valores, de práticas sociais e educativas, bem como de uma variedade de sujeitos: camponeses, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, assentados, atingidos por barragens, populações urbanas e periféricas das cidades da Amazônia, compondo diferentes matrizes étnicas, com diversos valores e modos de vida. Essa pesquisa volta-se para as crianças ribeirinhas, pois, ainda é um tema com estudos ínfimos no Brasil e outros países da Amazônia. Nossa investigação considera a criança um sujeito praticante da vida

cotidiana, por meio das dimensões que envolvem a sua personalidade. Portanto, na perspectiva do estudo do cotidiano, a criança, como sujeito social, tem a capacidade de assimilar a realidade na qual está inserida e ao mesmo tempo exercer outras capacidades que possibilitam a manipulação das coisas. Os interlocutores dessa investigação são crianças na faixa etária de 5 a 11 anos, que vivem em uma comunidade ribeirinha denominada Vila do Piriá, no município de Curalinho/PA. A pesquisa tem como objetivo situar a criança da Amazônia, que práticas culturais constroem no seu dia a dia, desmistificando os conhecimentos que estão sendo legitimados hoje sobre a criança deste lugar, além de reconhecer a importância que a infância amazônica tem para a sociedade de hoje, em face da violência à qual é submetida na exploração dos recursos naturais da região (trabalho escravo, violência sexual, física, intelectual, nutricional, entre outros) em prol do desenvolvimento nacional e internacional, o que tem contribuído para uma infância (in)visibilizada e conseqüentemente uma criança desprotegida. Na Amazônia Marajoara concentram-se os municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, o que nos instiga a uma investigação para compreender quem são as crianças amazônicas, como vivem, como veem sua condição. O estudo está sendo construído por meio da abordagem qualitativa, com o percurso metodológico fundamentado pelos estudos da Sociologia da Infância especialmente apoiada nos trabalhos de Manuela Ferreira (2004), Jucirema Quinteiro et al. (2015) Manoel Sarmiento (2009) Jens Qvortrup (2005, 2010, 2014); pela teoria crítica (Walter Benjamin, 1984, 2011, 2012, 2013); e pelos estudos do cotidiano do historiador francês Michel de Certeau (2013, 2014) e da húngara Agnes Heller (1987, 2014), além de pesquisadores que investigam a infância e a criança nas mais diversas realidades (Reis, 2015; Friedmann 2013; Kramer, 2011; Kuhlmann Jr., 2010). Também buscamos apoio nos estudos de Alves (2007, 2014), Carvalho (2014, 2012), Loureiro (2000, 2007) Lopes (2012), Oliveira (2015) e Teixeira (2009), entre outros, que discutem a infância e a vida da amazônica.

Palavras-chave: Infância. Cotidiano. Amazônia.

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E ESTRATÉGIA DE PODER NO CAMPO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Coordenadora: Estela Scheinvar

MEDICALIZAR PARA INCLUIR

Davi Cavalcante Roque da Silva
Elisa ferreira Silva de Alcantara

Neste artigo, problematizamos as práticas assistencialistas sócio-médicas que têm erigido interfaces diagnósticas nos encaminhamentos entre educação e saúde, entre educação e educação especial, e cristalizado exigências de trabalho ao psicólogo e pedagogo nas escolas de nível fundamental. O tipo de diagnóstico que analisamos, particularmente, é o de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, o que fazemos baseados no campo de intervenção em escolas de nível fundamental e suas articulações com uma escola especial e equipamentos de saúde mental, em uma cidade do interior sul do estado do Rio de Janeiro. Diante dos inúmeros casos de medicalização

em crianças diagnosticadas com TDAH surgem as indagações: A escola, a família e o setor de saúde conseguem refletir sobre todos os fatores que produzem o alto índice de casos rotulados como “déficits de atenção”, e tantos outros “distúrbios” na atualidade? Qual o sentido de uma inclusão que adota a medicalização como forma mais rápida de resolver os “problemas”? Destacamos que as nosologias que atravessam o cotidiano das escolas em análise, adquirem sentidos diversos na rede intersetorial local, e surgem múltiplos pontos ou estratos de produção: a partir da família-cliente da escola, dos profissionais de educação ou saúde (dentro e fora de cada unidade escolar), entre outros. Na atualidade, as práticas educativas têm-nos exigido a produção de diagnósticos médicos e psicológicos como condição de inclusão, e tais codificações quase sempre operam como único passaporte possível para as adaptações curriculares e Assistência Educacional Especializada - AEE nas próprias escolas regulares, assim como para articulações intersetoriais destas com a saúde mental e escolas especiais. Os laudos e relatórios especializados colocam os indivíduos numa rede de registros escritos; comprometem-os por meio de toda uma quantidade de documentos que os fixam e os captam, é o que Foucault chamou de “poder de escrita” que funciona como peça essencial na disciplinarização que torna cada indivíduo apenas um caso que pode ser descrito, medido, comparado e normalizado (FOUCAULT, 1987, p. 157-159). O que vemos é a produção sócio-política de uma tecnoburocratização nas relações interprofissionais e no cuidado dos alunos, pois um imperativo biopolítico de patologias têm se interposto entre técnicos e alunos, como condição para a realização de uma atenção escolar especial/especializada. Neste trabalho a medicalização na educação é definida como uma instituição das sociedades de segurança. O referencial teórico é o de autores que configuram e problematizam o conceito de medicalização como Illich, Szasz, Conrad, e daqueles do campo da filosofia da diferença, que pensam a segurança como Foucault e Grós, bem como da análise institucional: Lourau, Lapassade, Hess, Guattari. Questionamos: quais os limites e como seria a ultrapassagem possível dos muros do assistencialismo médico-securitário nas práticas escolares? Em meio às biopolíticas contemporâneas de segurança nas escolas em estudo, como poderíamos dar visibilidade à educação inclusiva criadora? Qual a relação entre as práticas ditas inclusivas e a medicalização? Como seria, nas escolas regulares, especiais e em suas articulações gerais, a atenção educacional especializada e uma inclusão potente?

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Medicalização.

EDUCAÇÃO, BIOPOLÍTICA E INFÂNCIA: ALGUMAS PROPOSIÇÕES

Késia Pereira de Matos D'Almeida
Lenir Nascimento da Silva
Luan Sávio de Castro Oliveira

Este trabalho se insere no âmbito da articulação entre a produção das pesquisas no Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e no trabalho desenvolvido cotidianamente em espaços de educação. As diversas experiências e os diferentes modos de olhar, conforme propõe Deleuze, nos “desestabilizaram” pelas multiplicidades e pelo diferente, fazendo com que não busquemos estabelecer em nossas proposições a centralidade no idêntico, no análogo como artifício natural das práticas, do saber e do próprio Ser Humano. As subjetividades contemporâneas configuram as normas da vida, tanto quanto são

delimitadas pelo que a produzem. Os modos de vida da população são produzidos coletivamente nas relações sociais, em função do território, pelos meios de comunicação, produtos e bens consumidos, políticas públicas, aparelhos sociais entre outros que compõe uma complexa teia que captura a todos, à medida que se inclui os excluídos em modelos aceitáveis, consagrando a todos como participantes ativos do próprio controle, enquadrados na sociedade de plenos direito. Neste contexto, este trabalho objetiva colocar em análise a educação brasileira e o processo de escolarização voltado às crianças, questionando as adesões e prevenções alardeadas na sociedade de controle. Convergimos para as demandas discursivas quanto à institucionalização das crianças abarcada por questões como: risco, prevenção, controle, inclusão e exclusão desde a educação infantil. Como tal, estas questões assumem dimensões diferentes, ajustadas pelas possibilidades futuras de autossustento e prosperidade individual de cada criança, como também espaços físicos próprios e atendimento as demandas de trabalho dos pais. Sob esse prisma, as relações estabelecidas com as famílias em referência ao cuidado e à educação das crianças são determinadas pela interface de dependência social dessa mesma família e por sua capacidade de produzir filhos produtivos no futuro. Tal atravessamento, não somente determina as relações sócio-Estatais com as famílias, mas também produz as necessidades e diferenças de investimento nas etapas de educação. Neste emaranhado a educação escolar tem função destacada, já que é o lugar por meio do qual a infância e juventude sistematicamente são determinadas pela ótica e visão de mundo adulta. A escola funciona por um regime de interdições e prescrições de comportamentos em função do que se espera para o futuro docente. Ao mesmo tempo os estudantes são produtores de saberes e conhecimentos que se dão a partir das experiências cotidianas vivenciadas e que servem para os profissionais da educação definir estratégias de gestão. Contudo, as práticas escolares estão inscritas em movimentos históricos e como tais apontam para novos devires. Questionar as adesões e prevenções alardeadas na sociedade de controle e as institucionalizações produzidas – e que também produzimos – pode ser o caminho, tentando desviar das armadilhas determinadas pelo imediatismo atual, colocando em análise os saberes, as concepções, as verdades, os juízos de valor, as teorias, o especialismo, o nosso próprio lugar de saber-poder não para que o certo ou o errado fiquem determinados, mas para problematizar as práticas e liberá-las dos determinismos morais.

Palavras-chave: Educação. Infância. Biopolítica.

SAÚDE E CULTURA: A DIVERSIDADE CULTURAL NO ACOMPANHAMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM CÂNCER NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE

Kassia de Oliveira Martins Siqueira
Marina Fernandes Bueno

Este trabalho pretende problematizar a relação entre saúde e cultura a partir de experiências profissionais na política pública de saúde. Partirá de problematizações resultantes do acompanhamento a uma criança de seis anos, com diagnóstico de câncer, internada em um hospital público para tratamento oncológico. A partir da análise das concepções naturalizadas de proteção e justiça, buscará pensar a maneira como o discurso do cuidado tem naturalizado práticas que muitas vezes desconsideram a diversidade cultural das famílias, sobretudo das mais pobres, resultando em ações que

desqualificam modos de vida, punem, perseguem e judicializam. Pensar experiências no âmbito da saúde pública com o objetivo de relacioná-las às concepções de proteção e judicialização para crianças e adolescentes, leva à necessidade de questionar, interrogar e duvidar das verdades tidas como absolutas e impostas às famílias pobres. A experiência no acompanhamento à criança internada em uma enfermaria oncológica de um hospital público no Rio de Janeiro será pensada a partir dos referenciais da pesquisa-intervenção, cuja proposta é pesquisar não a partir de hipóteses previamente definidas, mas da própria vivência do pesquisador, analisando os efeitos que as práticas têm produzido para além de suas intencionalidades. Trata-se de pensar sobre o ato de pesquisar de uma maneira pouco habitual, conforme nos provoca Batista (2012), que entende o ato de pesquisar em si como um “questionar, uma vontade de perscrutar a realidade, o que já foi construído socialmente e cristalizado como verdade” (p. 199). Coimbra e Nascimento (2004) propõem ao termo “intervenção” um sentido de estranhamento e questionamento de homogeneidades e naturalização de objetos e sujeitos. A intervenção “significa, dentre outras coisas, ‘articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções’” (LOURAU, 1975 apud COIMBRA; NASCIMENTO, 2004, p. 1). A experiência que buscaremos problematizar nos leva a refletir sobre a importância de considerar a diversidade cultural das famílias de crianças com câncer no âmbito da saúde pública, entendendo-as não como erro, mas como relacionadas a possibilidades de manifestar desejos, maneiras de pensar a vida, formas de se expressar e compreender o mundo. Amarante e Costa (2012) entendem como cultura “toda a construção humana resultante da acumulação de valores e práticas que se manifestam na totalidade de padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano” (p. 08). No entanto, é ainda predominante o que os autores chamam de ‘etnocentrismo’, no qual as sociedades humanas tomam como melhores e mais corretos os seus valores e as suas formas de viver, agir, sentir e pensar. Também para o campo das políticas públicas, reconhecer a diversidade cultural de indivíduos e grupos sociais torna-se um desafio. Particularmente na área da saúde, Amarante e Costa (2012) destacam que tal desafio se apresenta sob a forma de demandas por novas relações entre os segmentos sociais, por novas políticas e por mudanças nos serviços de atenção e cuidado. Neste sentido, pretendemos refletir sobre como se dá a relação entre saúde e cultura, a partir da problematização dos modos como as práticas profissionais lidam com as experiências culturais que desafiam cotidianamente seus saberes.

Palavras-chave: Saúde. Cultura. Pobreza.

SOCIOLOGIA DA IMAGEM, ARTE E INFÂNCIA

Universidade de São Paulo (USP)

Coordenadora: Marcia Aparecida Gobbi

INFÂNCIAS NA CIDADE DE SÃO PAULO: CONTEXTOS URBANOS E DE VIDA COTIDIANA DE CRIANÇAS

Ana Júlia Galassi Gobesso
Carolina Abrão Gonçalves
Lilith Neiman

A partir da análise das relações estabelecidas em territórios urbanos, as pesquisas de IC, Mestrado e Doutorado aqui apresentadas buscam consolidar a infância como categoria

relacionada a um contexto social, cultural e espacial. Intenta-se dar visibilidade ao cotidiano das crianças na cidade de São Paulo, aportando-se nos estudos de etnografia urbana. A pesquisa de Ana Julia Gobesso observa o cotidiano de crianças que vivem em um condomínio fechado, contando também com entrevistas e produção de desenhos. Notou-se que aspectos da cultura como consumo, relações de gênero e papéis sociais, permeiam suas expressões, há pouca interação das crianças com o espaço público e com os pares visto que os lugares que frequentam, inclusive os destinados ao brincar, são restritos e privados. A pesquisa de Carolina A. Gonçalves analisa trajetórias de crianças bolivianas moradoras de ocupações de luta por moradia, buscando adentrar os universos que se localizam entre fronteiras, físicas e identitárias. Na escuta e consideração de suas vozes na composição de identidades híbridas que se situam no limiar entre as nações de origem e de destino, temos as crianças como informantes válidos e capazes. Assim, consideramos como fontes documentais para a pesquisa o desenho, as histórias, a escrita, as fotografias, os relatos e as brincadeiras. A pesquisa de Djenane Oliveira contribui com a discussão da relação de gênero em creches, buscando evidenciar qual é o lugar dos bebês na categoria infância, neste sentido, observa as relações dos bebês entre si e com os adultos, em especial, aquelas que são construídas cotidianamente. Assim, a infância é uma construção social e, uma variável de análise sociológica, tanto quanto o são as categorias de classe, gênero e etnia. Busca-se ainda a aproximação entre o interesse pela agência das crianças, a infância e os estudos feministas. A pesquisa de Lilit Neiman acompanha as atividades de EMEIS da região central que incluem o espaço público como território de experiências infantis. Relatos de professoras e crianças mostram que as saídas em grupo afetam e exigem um reposicionamento de moradores e transeuntes que passam a compartilhar as ruas com essas crianças, antes ausentes ou anônimas. Assim, a pesquisa busca compreender o papel mediador dessas instituições na relação das crianças com a cidade e possíveis transformações nos territórios escolares e urbanos a partir desses encontros. Nos estudos do grupo, constatamos o pequeno número de pesquisas anteriores sobre a vida cotidiana de crianças na cidade, revelando que tais infâncias permanecem anônimas. Assim, marca-se a relevância das pesquisas aqui apresentadas, construindo aporte teórico-metodológico que revele a presença infantil na rede de relações sociais e espaciais, através do olhar sensível sobre as crianças e seus contextos. Infância e suas relações com a cidade tem se configurado como importante e urgente fonte de reflexões, infelizmente, ainda negligenciada. Nossas pesquisas buscam apresentar subsídios para ampliar esse campo tão necessário.

Palavras-chave: Cidade. Condomínios. Ocupações.

A INVISIBILIDADE DAS CRIANÇAS NEGRAS NAS PESQUISAS E NA CIDADE DE SÃO PAULO

Ana Carolina Batista de Almeida Farias
Djenane Martins Oliveira
Sidiane Borges Andrade

As pesquisas apresentadas neste resumo são frutos do grupo de estudos sobre infância e cidade, neste contexto, as crianças foram investigadas dentro da cidade de São Paulo em dois distintos trabalhos: uma iniciação científica produzido por Sidiane Borges Andrade

“As representações da população negra pelas crianças: referências de pesquisa” e no mestrado de Ana Carolina Farias “Loira você fica muito mais bonita” relações entre as crianças de uma EMEI da cidade de São Paulo e as representações étnico-raciais em seus desenhos. É sabido que o Brasil convive com um racismo fundante e que este se reflete até mesmo no tratamento escolar, para com a criança negra. Assim, de acordo com Gusmão (1999) na escola os docentes e corpo administrativo da instituição acreditam no discurso de que “todos são iguais”. Deste modo, é possível afirmar que o sistema racista busca ignorar a presença da diversidade nas escolas, embasados no discurso da igualdade, ou seja, se todos são iguais não precisamos adotar condutas que respeitem as diferenças. A partir deste contexto, o trabalho de iniciação científica constata que em um universo de 51 trabalhos acadêmicos encontrados, apenas 11 tratavam do tema infância e relações étnico-raciais, conforme levantamento realizado na Faculdade de Educação, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e no Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo. O referido trabalho, a princípio, investigava as pesquisas que travam de desenhos infantis e as representações dos negros, e precisou ser alterado devido a inexistência de trabalhos acadêmicos sobre essa temática. Para além da falta de pesquisas sobre o tema a dissertação “Loira você fica muito mais bonita”, percorre alguns caminhos para identificar como as crianças representavam negras e negros em seus desenhos: observação dos grafismos em conjunto com a oralidade das crianças; olhar atento as brincadeiras das mesmas que tratavam prioritariamente sobre cabeleireiros; e a observação do bairro para identificar elementos que poderiam ajudar as crianças a compor o imaginário de beleza ou ausência dela, como as fotografias estampadas nas portas dos salões. Em relação ao desenho, este foi elemento fundamental que norteou a pesquisa tanto como fonte documental, como elemento de formação de vínculo com as crianças e aberturas para conversas sobre diversos temas, principalmente sobre cabelos. No universo de 192 desenhos recolhidos apenas 3 apresentaram o preenchimento da cor de pele de marrom e 92 desenhos abordaram a questão do cabelo, 90 deles com traçados lisos. A partir destes dados, foi possível constatar que a invisibilidade sobre a temática da criança e as relações étnico-raciais atinge tanto a Universidade que por sua vez não produz quantidade significativas de pesquisa sobre o tema, quanto as crianças desde a educação infantil, seja pela falta de referência dentro da própria unidade escolar, pela falta de referência da mídia, e a não aplicação da Lei 10.639/2003.

Palavras-chave: Raça. Infância. Desenhos.